



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

RELATÓRIO DE GERÊNCIA 2009

TÍTULO

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
RELATÓRIO DE GERÊNCIA 2009 (PDF)

EDIÇÃO

Assembleia da República – Divisão de Edições

INICIATIVA

Divisão de Gestão Financeira

FOTOGRAFIA

Ana Luísa Silva, José Carlos Aleixo, Luís Saraiva, Madalena Aleixo, Miguel Gaspar, Pedro da Silva, PureZoom e Sandra Ramos

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO

Maria da Luz Dias e Conceição Garvão

CONCEPÇÃO GRÁFICA E PAGINAÇÃO

Artlandiadesign.com

Lisboa, Assembleia da República, Dezembro de 2010

ISBN

978-972-556-550-6

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

RELATÓRIO DE GERÊNCIA 2009



Presidente da Assembleia da República

Jaime José Matos da Gama

Vice-Presidentes

José Eduardo Vera Cruz Jardim

Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva

Teresa Margarida Figueiredo Vasconcelos Caeiro

Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

Secretários da Mesa

Maria Celeste Lopes da Silva Correia

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

Abel Lima Baptista

Pedro Filipe Gomes Soares

Vice-Secretários da Mesa

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

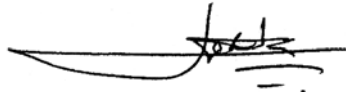
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho

Paulo Jorge Frazão Batista Santos

Maria Paula Graça Cardoso



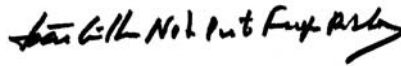
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
Presidente



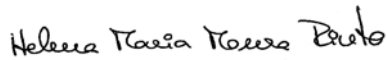
Jorge Fernando Magalhães da Costa
Representante do GP do PPD/PSD



José Baptista Mestre Soeiro
Representante do GP do PCP



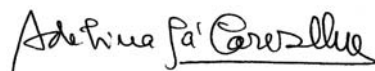
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
Representante do GP do CDS-PP



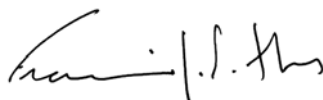
Helena Maria Moura Pinto
Representante do GP do BE



Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes
Representante do GP do PEV



Maria Adelina de Sá Carvalho
Secretária-Geral da AR



Francisco José Pereira Alves
Representante dos Funcionários Parlamentares

AESD	Associação Europeia de Segurança e Defesa	DR	Diário da República
ANCV	Assembleia Nacional de Cabo Verde	DRHA	Divisão de Recursos Humanos e Administração
ANPGB	Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau	DSAF	Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros
ANSTP	Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe	DSATS	Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado
APCE	Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa	DSDIC	Direcção de Serviços de Documentação, Informação e Comunicação
AP-CPLP	Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	ERC	Entidade Reguladora para a Comunicação Social
APEM	Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica	FPIA	Fórum Parlamentar Ibero-Americano
APM	Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo	GABSG	Gabinete do Secretário-Geral
APNATO	Assembleia Parlamentar da NATO	GARIP	Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo
APOSCE	Assembleia Parlamentar da OSCE	GDP	Grupo Desportivo Parlamentar
AR	Assembleia da República	GODE	Gestão de Órgãos e Deputados Eleitos
ARM	Assembleia da República de Moçambique	GP	Grupo Parlamentar
AR@Net	Intranet da Assembleia da República	GPA	Grupo Parlamentar de Amizade
ASGP	Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos	GR%	Grau de Execução (percentagem)
ASG-PLP	Associação dos Secretários-Gerais dos Países de Língua Portuguesa	LOFAR	Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República
ASG-UIP	Associação dos Secretários-Gerais da União Interparlamentar	MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
AUEO	Assembleia da União da Europa Ocidental	NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
BAD	Biblioteca, Arquivo e Documentação	OAR	Orçamento da Assembleia da República
BE	Bloco de Esquerda	OE	Orçamento de Estado
CADA	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	OIT	Organização Internacional do Trabalho
CAJP	Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz	OMC	Organização Mundial do Comércio
CDS-PP	Centro Democrático Social – Partido Popular	OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
CFPI	Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar	NE	Novo Edifício
CFSI	Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informação	PAR	Presidente da Assembleia da República
CGA	Caixa Geral de Aposentações	PCP	Partido Comunista Português
CIC/RP	Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas	PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
CINF	Centro de Informática da AR	PEV	Partido Ecologista “Os Verdes”
CNE	Comissão Nacional de Eleições	PNTL	Parlamento Nacional de Timor-Leste
CNECV	Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	POCAR	Plano Oficial de Contabilidade da Assembleia da República
CNPD	Comissão Nacional de Protecção de Dados	PS	Partido Socialista
CNPMA	Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	PSB	Palácio de São Bento
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	PSD	Partido Social Democrata
DAC	Divisão de Apoio às Comissões	SAR	Serviços da Assembleia da República
DAR	Diário da Assembleia da República	SIGAR	Sistema Integrado de Gestão da Assembleia da República
DAPAT	Divisão de Aprovisionamento e Património	SIRP	Serviços de Informações da República Portuguesa
DAPLEN	Divisão de Apoio ao Plenário	UE	União Europeia
DE	Divisão de Edições	UIP	União Interparlamentar
DGF	Divisão de Gestão Financeira	UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
DILP	Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar		

ÍNDICE

6	ABREVIATURAS
9	NOTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
12	1. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL
13	1.1. OAR 2009
17	1.2. Execução Orçamental – 2009
21	2. ACTIVIDADES PARLAMENTARES
26	2.1. Gabinetes de Apoio aos Grupos Parlamentares
27	2.2. Comissões Parlamentares
28	2.3. Diplomacia Parlamentar
40	2.4. Grupos Parlamentares de Amizade
40	2.5. Recepção de Delegações, Entidades Oficiais, Cerimónias e Outras Reuniões
44	2.6. Outros Encargos Parlamentares
45	3. ACTIVIDADES DE APOIO
47	3.1. Gestão das Actividades de Apoio
54	4. ACTIVIDADE EDITORIAL
58	5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR
59	5.1. Bilateral
61	5.2. Multilateral
62	6. GESTÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO
66	7. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
73	8. FINANCIAMENTO
74	8.1. Financiamento de Entidades
75	8.2. Subvenções Estatais
77	9. INVESTIMENTOS
81	9.1. Projectos Transitados para 2010
83	10. EXECUÇÃO FINANCEIRA
84	10.1. Das Despesas
86	10.2. Das Receitas
88	11. SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA AR A 31 DE DEZEMBRO DE 2009
93	NOTA FINAL
96	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
113	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
172	PARECER DO TRIBUNAL DE CONTAS SOBRE A CONTA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA ANO ECONÓMICO DE 2009

15	QUADRO 1 – ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2009
17	QUADRO 2 – SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
17	QUADRO 3 – SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS
18	QUADRO 4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ACTIVIDADES
20	QUADRO 5 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
23	QUADRO 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA ACTIVIDADE PARLAMENTAR
24	QUADRO 7 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A ACTIVIDADE PARLAMENTAR
29	QUADRO 8 – REUNIÕES (UIP)
30	QUADRO 9 – REUNIÕES (APNATO)
32	QUADRO 10 – REUNIÕES (APCE)
32	QUADRO 11 – REUNIÕES (APEM)
33	QUADRO 12 – REUNIÕES (OSCE)
34	QUADRO 13 – REUNIÕES (AUEO)
35	QUADRO 14 – REUNIÕES (APM)
37	QUADRO 15 – OUTRAS REUNIÕES REALIZADAS
39	QUADRO 16 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO
44	QUADRO 17 – QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS
46	QUADRO 18 – ENCARGOS COM AS ACTIVIDADES DE APOIO
46	QUADRO 19 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM ACTIVIDADES DE APOIO
57	QUADRO 20 – LANÇAMENTOS EDITORIAIS
74	QUADRO 21 – EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES
75	QUADRO 22 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES
78	QUADRO 23 – EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO
79	QUADRO 24 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS
81	QUADRO 25 – PROJECTOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2010
84	QUADRO 26 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA
85	QUADRO 27 – ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2010 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA
86	QUADRO 28 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS
87	QUADRO 29 – GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2009

19	GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2006 A 2009
20	GRÁFICO 2.1. – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2009
20	GRÁFICO 2.2. – DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO DESPESAS COM PESSOAL EM 2009
22	GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES E AUDIÊNCIAS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES
26	GRÁFICO 4 – PESSOAL AFECTO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES
49	GRÁFICO 5.1. – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VISITAS GUIADAS
49	GRÁFICO 5.2. – DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DE PÚBLICO-ALVO
51	GRÁFICO 6.1. – EVOLUÇÃO DE ASSISTÊNCIAS A SESSÕES PLENÁRIAS
52	GRÁFICO 6.2. – DISTRIBUIÇÃO POR PÚBLICO-ALVO
57	GRÁFICO 7 – EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE EDITORIAL
67	GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE CONCURSAL
68	GRÁFICO 9 – EFECTIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS
69	GRÁFICO 10 – EFECTIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS/SERVIÇOS
70	GRÁFICO 11 – EFECTIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS E SEXO
70	GRÁFICO 12 – EFECTIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL
71	GRÁFICO 13 – NÍVEL HABILITACIONAL POR SEXO
71	GRÁFICO 14 – EFECTIVOS POR GRANDES ÁREAS DE ACTIVIDADE
87	GRÁFICO 15 – EVOLUÇÃO DAS VENDAS NA LIVRARIA PARLAMENTAR
89	GRÁFICO 16 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS



NOTA
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do n.º 1 do artigo 59.º da LOFAR, o Conselho de Administração elaborou o **Relatório** relativo à Gerência de 2009, bem como a Conta relativa ao período de 1 de Janeiro a 14 de Outubro referente à X legislatura e ao período de 15 de Outubro a 31 de Dezembro de 2009 respeitante à XI legislatura, com os elementos que foram, para o efeito, organizados e trabalhados pelos competentes Serviços da Assembleia da República, sob directa coordenação da Secretária-Geral da Assembleia da República.

O Relatório que se apresenta traduz, tendo em conta as alterações que ao longo do ano de 2009 foram introduzidas no OAR inicial, aprovado no Plenário em 17 de Outubro de 2008, as características gerais da vertente orçamental e financeira da gestão da AR, destacando-se, desde logo, a adaptação decorrente da necessidade de corresponder às obrigações expressas na lei para o pagamento das Subvenções para as Campanhas das Eleições ao Parlamento Europeu, Legislativas e Autárquicas de 2009.

Na globalidade das despesas geriu-se um total de €208.560.306, encontrando-se nesta verba incluídas as transferências para as Entidades Autónomas, e as subvenções aos Partidos Políticos e às campanhas eleitorais, com um nível global de execução de 56,07%, dos quais:

- €78.058.706 - Despesas Correntes – actividade da AR, com execução de 85,8%;
- €13.211.229 – Despesas de Capital – actividade da AR, com execução de 59,41%;
- €13.599.900 – Transferências para as Entidades Autónomas, com execução de 97,31%;
- €17.217.153 – Subvenções aos Partidos Políticos, com execução de 99,71% e
- €86.473.318 – Subvenções às campanhas eleitorais, com execução de 13,55%.

Ao nível da actividade parlamentar, a Assembleia da República, através dos seus órgãos eleitos, desenvolveu os habituais trabalhos de sessões plenárias e em comissões especializadas, recebeu entidades estrangeiras e esteve representada internacionalmente pelas delegações da UIP, AP-CPLP, APNATO, APCE, APEM, OSCE, AESD/AUEO, APM e FPIA.

Importa ainda assinalar, no âmbito da Presidência Portuguesa da Comunidade Ibero-americana em 2009, a realização nos dias 23 e 24 de Novembro, na Sala das Sessões, do V Fórum Parlamentar Ibero-americano, sob o tema “Inovação e Conhecimento”, com a presença de presidentes e parlamentares de 15 países, num total de 75 participantes.

No plano nacional, destaca-se a Sessão de Reabertura da Sala das Sessões, após a grande obra de remodelação ao Hemiciclo concluída já em 2009, e, no âmbito do início da XI legislatura o Projecto de Acolhimento aos Novos Deputados, que contou com a colaboração dos diversos Serviços da AR e permitiu desmaterializar o registo biográfico do Deputado diminuindo de forma substancial a circulação de documentos.

É ainda de salientar o carregamento de informação simultâneo no Sistema Integrado de Gestão da Assembleia da República (SIGAR), para efeitos do processamento de abonos, e também na aplicação denominada Gestão de Órgãos e Deputados Eleitos (GODE) para efeitos de actualização da informação respeitante aos Deputados.

Em matéria de investimento importa destacar, ao nível dos sistemas de informação, no cumprimento do Plano de Investimentos de 2009:

- os desenvolvimentos efectuados no âmbito do SIGAR, uma vez que a entrada em funcionamento ocorreu a 1 de Janeiro de 2010;

- a contratualização da Plataforma Electrónica da Assembleia da República, dando cumprimento às normas do Código de Contratação Pública, e dotando a AR de uma ferramenta indispensável aos processos de aquisição de bens/serviços e empreitadas e
- o arranque do sistema de controlo biométrico de assiduidade e pontualidade que se traduz num mecanismo automático de suporte ao processamento de remunerações, com a integração da respectiva informação no SIGAR.

Foram também dinamizadas as primeiras Jornadas de Saúde no Parlamento, que tiveram como objectivo a melhoria da qualidade de vida e de protecção à saúde de todos quantos desempenham funções na Assembleia da República.

Por outro lado, a intensificação da actividade editorial própria, a crescente abertura ao público em geral do Palácio de São Bento e a aproximação da Assembleia e da sua actividade parlamentar ao exterior, marcam uma opção clara pela política de transparência. A Assembleia

da República organizou a exposição *Arquitecto Ventura Terra 1866-1919* (Março-Julho), com peças e documentos de diversas instituições e colecções particulares e a iniciativa inédita “O Poder da Moda – contra o cancro”, um desafio lançado pela AR à indústria da moda para a criação de acessórios de cabeça especialmente concebidos para as mulheres que sofrem ou sofreram de cancro e cujos tratamentos implicaram a queda de cabelo.

É ainda de registar a continuidade de resposta empenhada e qualificada por parte dos Funcionários Parlamentares envolvidos nas diversas vertentes de acção cometidas aos serviços deste Órgão de Soberania, sendo de considerar, na gestão efectiva dos recursos humanos, ter sido para o efeito fundamental o investimento prosseguido na sua permanente e adequada formação profissional, com a sua consequente motivação, cabendo salientar que se verificou a continuação do crescimento substancial das actividades desenvolvidas na AR, incrementado pela ocorrência de eleições legislativas, o qual não foi acompanhado de um aumento correspondente de efectivos ao serviço.



1. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL



1.1. OAR 2009

Em 16 de Outubro de 2008, o Conselho de Administração elaborou a proposta de Orçamento da Assembleia da República para 2009, com base no projecto de proposta coordenado e apresentado pela Secretária-Geral, nos termos dos artigos 15.º e 24.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), tendo este sido aprovado em Plenário, na sessão de 17 de Outubro de 2008, pela Resolução da Assembleia da República n.º 61/2008, publicada no *Diário da República* n.º 212 - I Série-A, de 31 de Outubro de 2008.

No OAR 2009 aprovado, os montantes inscritos para as despesas correntes e de capital ascenderam, respectivamente, a €75.686.396 e €9.180.693, traduzindo globalmente uma diminuição de 3,18% relativamente ao OAR 2008 corrigido.

O montante total do financiamento de entidades e subvenções pelo OAR (€99.441.271) apresentou um

crescimento de 36,88% face ao OAR 2008 corrigido, sendo que este aumento foi exclusivamente determinado pela inscrição das dotações orçamentais das subvenções públicas para as seguintes campanhas eleitorais: Parlamento Europeu, Assembleia da República e Autárquicas (€70.577.550). Incluem-se ainda no Financiamento a Entidades, as subvenções aos Partidos Políticos (€17.217.153) e as transferências para as Entidades Autónomas (€11.646.568), v. **QUADRO 1**. Importa salientar que, relativamente ao OAR 2008 corrigido, o montante das subvenções públicas a atribuir aos Partidos Políticos foi mantido inalterado, sendo que as transferências para as Entidades Autónomas apresentaram um decréscimo de 5,11%.

O OAR 2009 foi objecto de uma primeira alteração orçamental, elaborada nos termos do artigo 50.º da LOFAR, elaborada pelo Conselho de Administração, em 26 de Março de 2009, e submetida à aprovação do Plenário

da Assembleia da República a 17 de Abril¹, como 1.º Orçamento Suplementar 2009, alterando-se a dotação global das Despesas de €184.308.359,67 para €208.403.803,43, com os seguintes fundamentos:

- Integração do diferencial do saldo de gerência da Assembleia da República apurado à data de encerramento da gerência de 2008, no montante de €4.442.724,01;
- Integração do saldo das subvenções para as campanhas eleitorais de anos anteriores (€17.810.780,46);
- Integração do diferencial do saldo de Gerência da Provedoria de Justiça apurado à data de encerramento da Gerência de 2008, no montante de €76.791,23;
- Integração do diferencial do saldo de Gerência da Comissão Nacional de Protecção de Dados, apurado à data de encerramento da Gerência de 2008 no montante de €999.897,13;
- Aumento da dotação de receita própria da Provedoria de Justiça em €250,00 inerentes à venda de fotocópias;
- Aumento da dotação de receita própria da Comissão Nacional de Protecção de Dados em €139.000;

Integração dos montantes inerentes às cativações efectuadas pelas Entidades Autónomas no ano de 2008 (ERC - €66.083; CNE – €240.198 e Provedoria de Justiça – €141.966), assim como aos saldos de Gerência de 2008 das Entidades Autónomas cujos saldos não voltam a integrar os respectivos orçamentos para 2009 (CADA – €56.648,49 e CNE – €121.105,44), com o objectivo de devolver aos cofres do Estado esses montantes, num total de €626.000,93.

O total dos reforços atrás mencionados foi de €24.095.443,76, registando-se que no âmbito deste orçamento suplementar procedeu-se ainda a:

- Reforço das dotações das rubricas onde se registam os vencimentos dos Deputados, do pessoal dos Gabinetes e dos funcionários parlamentares, assim como das rubricas correlacionadas (Segurança Social, CGA, entre outras), e ainda dos abonos relativos às três entidades que funcionam na dependência financeira da AR, nomeadamente o Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informação (CFSI), o Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz (CAJP) e o Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA) de forma a fazer reflectir os efeitos da diferença entre a actualização salarial prevista em sede de OAR 2009 inicial (2,7%) e a actualização real de 2,9%, assim como a diferença entre a actualização prevista em OAR 2009 inicial para as rubricas onde se contabilizam o subsídio de refeição e de almoço e jantar (2,7%) e a actualização real (4%), na medida do estritamente necessário;
- Reajuste das dotações de diversas rubricas orçamentais que se tornaram necessárias em função dos encargos assumidos em 2008 e transitadas para o exercício de 2009, no valor de €4.045.220,57, cuja cobertura está assegurada pelo saldo de Gerência apurado.

Foi ainda aprovado, em 25 de Junho de 2009, pelo Conselho de Administração, o 2.º Orçamento Suplementar de 2009, elaborado nos termos do artigo 50.º da LOFAR, tendo sido submetido à aprovação do Plenário da Assembleia da República em 3 de Julho de 2009², alterando-se a dotação global das Despesas de €208.403.803,43 para €208.560.306,21, com base nos seguintes fundamentos:

¹ Resolução da Assembleia da República n.º 33/2009, de 6 de Maio, publicada no DR n.º 87 – I Série, de 6 de Maio.

² Resolução da Assembleia da República n.º 50/2009, de 3 de Julho, publicada no DR n.º 135 – I Série, de 15 de Julho.

- Inscrição da verba de €111.393,00 necessária à sustentabilidade financeira e logística do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV), órgão consultivo independente que funciona junto da AR, nos termos dos artigos 2.º, 7.º n.º 1, 8.º e 10.º n.º 2, da Lei n.º 24/2009, de 29 de Maio, que estabeleceu o regime jurídico do Conselho;
- Inscrição da verba de €45.109,78 destinada a assegurar os encargos do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN com “meios humanos, administrativos, técnicos e logísticos” a facultar pelo “Instituto Nacional de Medicina Legal, mediante transferência de verbas da Assembleia da República”, conforme previsto no n.º 4 do artigo 30.º da Lei n.º 5/2008, de 12 de Fevereiro.

Para além dos dois orçamentos suplementares referidos, efectuaram-se seis alterações orçamentais, visando reajustar dotações e enquadrar situações pontuais com tradução financeira entretanto surgidas, as quais não influenciaram, contudo, a despesa global. Essas alterações foram aprovadas pelo Conselho de Administração, respectivamente, em 20 de Maio, 2 de Julho, 23 de Julho, 8 de Outubro, 18 de Novembro e 17 de Dezembro do ano em referência.

As alterações aprovadas, quer em sede do OAR Suplementar, quer das seis Alterações Orçamentais, reflectiram-se ao nível das diversas actividades, conforme se apresenta no **QUADRO 1**.

QUADRO 1

ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2009

Actividades	OAR 2008	OAR 2009	OAR 2009	Var. %	Var. %
	corrigido	inicial	corrigido		
	1	2	3	4=2/1	5=3/1
ACTIVIDADES PARLAMENTARES	37.737.144	38.000.485	38.127.982	0,70%	1,04%
ACTIVIDADES DE APOIO	32.520.836	31.974.462	34.125.582	-1,68%	4,93%
ACTIVIDADE EDITORIAL	2.448.422	2.735.190	2.830.057	11,71%	15,59%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	592.701	602.525	596.966	1,66%	0,72%
PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UNIÃO EUROPEIA	12.084	0	0	N. APLIC.	N. APLIC.
OUTRAS ACTIVIDADES	0	1.620.698	827.400	N. APLIC.	N. APLIC.
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	120.180	240.833	244.723	100,39%	103,63%
CONSELHO DE FISC. SERV. INFORMAÇÃO	155.721	156.948	159.022	0,79%	2,12%
CONSELHO DE ACOMP. JULGADOS DE PAZ	69.921	81.985	83.554	17,25%	19,50%
OUTRAS ENTIDADES	37.000	60.731	850.921	64,14%	2199,79%
CONSELHO NAC. PROCREAÇÃO MED. ASSISTIDA	191.297	212.539	212.499	11,10%	11,08%
DESPESAS CORRENTES (1)	73.885.304	75.686.396	78.058.706	2,44%	5,65%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	107.000	65.000	74.200	-39,25%	-30,65%
INVESTIMENTO	13.657.406	9.013.693	13.135.029	-34,00%	-3,82%
OUTRAS ACTIVIDADES	0	100.000	0	N. APLIC.	N. APLIC.
CONSELHO NAC. PROCREAÇÃO MED. ASSISTIDA	2.000	2.000	2.000	0,00%	0,00%
DESPESAS DE CAPITAL (2)	13.766.406	9.180.693	13.211.229	-33,31%	-4,03%
TOTAL DAS DESPESAS (3=1+2)	87.651.710	84.867.089	91.269.935	-3,18%	4,13%
ENTIDADES AUTÓNOMAS	12.273.901	11.646.568	13.599.900	-5,11%	10,80%
SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS	17.217.153	17.217.153	17.217.153	0,00%	0,00%
SUBVENÇÃO PARA AS CAMPANHAS ELEITORAIS	2.848.935	70.577.550	86.473.318	2377,33%	2935,29%
SALDOS SUBVENÇÕES PARA AS CAMP. ELEITORAIS	14.658.772	0	0	-100,00%	-100,00%
TOTAL GLOBAL	134.650.471	184.308.360	208.560.306	36,88%	54,89%

Unidade: Euro

Da análise do Quadro 1 ressalta que o OAR 2009 face ao OAR 2008, excluindo as Entidades Autónomas, subvenções aos partidos políticos e subvenções públicas para as campanhas eleitorais, apresenta um crescimento de 4,13%, sendo que, por outro lado, o acréscimo de 54,89% da despesa total, que se verifica da comparação entre aqueles dois orçamentos é determinado pelo aumento de encargos afectos às subvenções para as campanhas eleitorais, decorrentes da realização em 2009 dos três actos eleitorais – Parlamento Europeu, Autárquicas e Legislativas.

Em “Despesas Correntes” a variação positiva de 5,65% é influenciada pelo acréscimo em “Outras Entidades”, em que se incluem as transferências da Assembleia da República para o Grupo Desportivo Parlamentar, a

Associação dos Ex-Deputados, o Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN e a Comissão Nacional de Eleições, neste último caso para fazer face aos encargos com as campanhas de esclarecimento cívico das eleições Legislativas e Autárquicas. O referido acréscimo em “Despesas Correntes” é também devido ao aumento da dotação que assegura o pagamento de quotizações a organizações internacionais das quais a AR é membro, registando-se este em “Outros Encargos Parlamentares” (103,63%), não obstante as correcções efectuadas em “Actividade Editorial” (15,59%).

No que se refere às “Despesas de Capital”, o **QUADRO 1** evidencia um decréscimo de 4,03%, sendo em termos absolutos e a subactividade “Investimento” (-3,82%) que apresenta a maior variação.

1.2. Execução Orçamental – 2009

QUADRO 2

SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Tipo de Despesa	OAR 2009 corrigido	Execução Orçamental	
		Montante	GR%
DESPESAS CORRENTES	78.058.706	66.975.275	85,80%
DESPESAS DE CAPITAL	13.211.229	7.848.941	59,41%
TOTAL DESPESAS AR	91.269.935	74.824.216	81,98%
ENTIDADES AUTÓNOMAS	13.599.900	13.234.217	97,31%
SUBV. PARTIDOS POLÍTICOS	17.217.153	17.167.116	99,71%
SUBV. CAMP. ELEITORAIS	86.473.318	11.716.759	13,55%
TOTAL AR/ENT. AUTÓN./SUBVENÇÕES	208.560.306	116.942.308	56,07%

Unidade: Euro

Em 2009, os encargos assumidos e pagos atingiram €116.942.308 (**QUADRO 2**), o que se traduziu numa execução orçamental de 56,07%, registando-se uma diferença de €91.617.998, entre o valor total orçamentado e o valor de despesa paga. O grau de execução orçamental registado é determinado pela dotação do OAR 2009 não executada no ano em referência, e que estava afecta às subvenções públicas para as campanhas das eleições que ocorreram em 2009 (Europeias, Legislativas e Autárquicas) e às campanhas de eleições de anos anteriores no montante total de €86.473.318, dos quais apenas foram executados 13,55% (€11.716.759).

Relativamente às eleições que ocorreram em 2009, importa salientar que do total orçamentado €70.577.550 (Europeias – €4.260.000; Legislativas – €8.520.000 e Autárquicas – €57.797.550) apenas foram executados €9.639.441,81 (Europeias – €4.139.517,67 e Legislativas – €5.499.924),

sendo que relativamente às subvenções para as campanhas das Eleições Autárquicas não houve qualquer pagamento uma vez que os resultados eleitorais apenas foram publicados em *Diário da República* a 11 de Março de 2010.

Acresce que estava na posse da AR à data de 31 de Dezembro de 2009 um excedente das subvenções para a campanha das Eleições Autárquicas de 2005 (€13.993.807,36) a entregar ao Tesouro.

Verifica-se, conforme o **QUADRO 3**, que o grau de execução das despesas correntes e de capital da AR foi de 81,98%, pelo que com o objectivo de melhor esclarecer a execução da actividade da AR em 2009, far-se-á de agora em diante uma análise que não inclui quer os montantes das mencionadas Subvenções Estatais para os Partidos Políticos e para as Campanhas Eleitorais, quer os montantes transferidos para as Entidades Autónomas.

QUADRO 3

SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS

Tipo de Despesa	OAR 2009 corrigido S/ Transf. Entidades Autónomas/Subvenções	Execução Orçamental	
		Montante	GR%
DESPESAS CORRENTES	78.058.706	66.975.275	85,80%
DESPESAS DE CAPITAL	13.211.229	7.848.941	59,41%
TOTAL DAS DESPESAS	91.269.935	74.824.216	81,98%

Unidade: Euro

O nível de execução orçamental foi de 85,80% em “Despesas Correntes” e de 59,41% em “Despesas de Capital”, constituindo estas percentagens as que verdadeiramente traduzem a execução resultante da actividade normal da AR.

Desagregando a execução por actividades (QUADRO 4), face à respectiva natureza de despesa, a taxa de execução orçamental mais elevada, em despesas correntes, é atingida

em “Outras Entidades” (94,86%), seguida das “Actividades Parlamentares” (89,24%) e das “Actividades de Apoio” (87,01%).

Ainda da análise do QUADRO 4, importa salientar que no ano de 2009, em termos de estrutura da despesa, o peso das “Actividades Parlamentares” foi de 45,47%, logo seguido das “Actividades de Apoio” que representam 39,68% do total da despesa.

QUADRO 4

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ACTIVIDADES

Actividades	OAR 2009 corrigido S/ Transf. Entidades Autónomas e s/ Subvenções	Encargos assumidos		
		Montante	GR%	Estrutura
		1	2	3=2/1
ACTIVIDADES PARLAMENTARES	38.127.982	34.024.470	89,24%	45,47%
ACTIVIDADES DE APOIO	34.125.582	29.690.966	87,01%	39,68%
ACTIVIDADE EDITORIAL	2.830.057	1.750.837	61,87%	2,34%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	596.966	355.472	59,55%	0,48%
PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UNIÃO EUROPEIA	0	0	N. APLIC.	0,00%
OUTRAS ACTIVIDADES*	827.400	0	N. APLIC.	0,00%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	244.723	112.741	46,07%	0,15%
CONSELHO DE FISC. SERV. INFORMAÇÃO	159.022	126.772	79,72%	0,17%
CONSELHO DE ACOMP. JULGADOS DE PAZ	83.554	42.541	50,91%	0,06%
OUTRAS ENTIDADES	850.921	807.150	94,86%	1,08%
CONSELHO NAC. PROCREIAÇÃO MED. ASSISTIDA	212.499	64.325	30,27%	0,09%
DESPESAS CORRENTES (1)	78.058.706	66.975.275	85,80%	89,51%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	74.200	19.120	0,00%	0,03%
INVESTIMENTO	13.135.029	7.829.821	59,61%	10,46%
OUTRAS ACTIVIDADES*	0	0	N. APLIC.	0,00%
CONSELHO NAC. PROCREIAÇÃO MED. ASSISTIDA	2.000	0	0,00%	0,00%
DESPESAS DE CAPITAL (2)	13.211.229	7.848.941	59,41%	10,49%
TOTAL DAS DESPESAS (3=1+2)	91.269.935	74.824.216	81,98%	100,00%

(*) Dotação provisional não utilizada

Unidade: Euro

Ao nível da subactividade “Investimento” registou-se uma execução de 59,61%, indicador que praticamente se reduziu em um terço (30,95%) face aos 90,56% registados em 2008, situação que é explicada pelo montante de

despesa realizada com a “Obra da Sala das Sessões”.

Importa reter que a “Obra da Sala das Sessões” foi efectivamente concluída no ano de 2009, sendo que

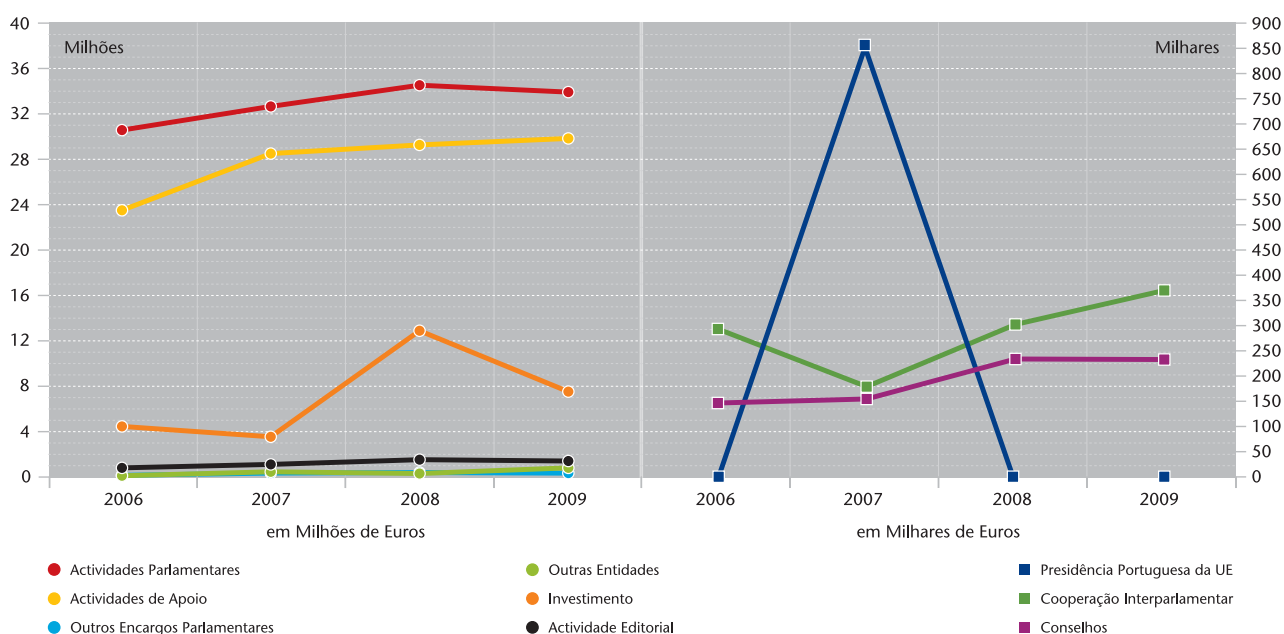
grande parte dos encargos ocorreu no ano de 2008, não se reflectindo ao nível da execução orçamental de 2009, indicando-se em seguida as empreitadas concluídas e que integraram o Plano de Investimentos de 2009:

- Empreitada de remodelação da Sala das Sessões;
- Reforço sísmico da Sala das Sessões;
- Remodelação da clarabóia exterior da Sala das Sessões;

- Requalificação da cozinha e reestruturação do elevador n.º 12 do Palácio de São Bento;
- Reabilitação da cobertura e reforço sísmico da Sala do Senado;
- Requalificação das salas n.ºs 10, 11 e 12 para Apoio às Comissões e AVAC no r/c do Palácio de São Bento e
- Requalificação de dois pisos no Edifício D. Carlos destinados a instalar serviços da AR.

GRÁFICO 1

EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2006 A 2009



A evolução da despesa realizada por actividades, no decurso dos últimos quatro anos, consta do **GRÁFICO 1**, verificando-se que, no ano de 2009, houve uma estabilização das despesas realizadas no âmbito das várias subactividades, com excepção da “Cooperação Parlamentar” que apresenta um crescimento de 21,77% (v. **QUADRO 5**) e ainda um decréscimo de 36,69%, na subactividade “Investimentos”. Este decréscimo traduz-se, em termos absolutos, no montante de €4.537.785.

Por outro lado, é de salientar o aumento da despesa assumida em 2009 relativa a “Outras Entidades” (€770.150),

em consequência, fundamentalmente, das transferências efectuadas para a Comissão Nacional de Eleições no âmbito das campanhas de esclarecimento cívico para as Eleições ao Parlamento Europeu, à Assembleia da República e Autárquicas.

O **GRÁFICO 2.1.** apresenta a distribuição da despesa assumida, por agrupamento económico: As “Despesas com o Pessoal” representam 61,9% do total da despesa de 2009, seguidas das “Aquisições de Bens e Serviços” (24,9%) e das “Aquisições de Bens de Capital”, que representam 10,5%.

QUADRO 5

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Actividades	Encargos Assumidos		Var.%
	2008	2009	
ACTIVIDADES PARLAMENTARES	34.377.057	34.024.470	-1,03%
ACTIVIDADES DE APOIO	29.390.746	29.690.966	1,02%
ACTIVIDADE EDITORIAL	1.646.858	1.750.837	6,31%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	307.624	374.592	21,77%
PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UNIÃO EUROPEIA	10.584	0	-100,00%
OUTRAS ACTIVIDADES	0	0	N. APLIC.
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	99.390	112.741	13,43%
CONSELHO DE FISC. SERV. INFORMAÇÃO	133.102	126.772	-4,76%
CONSELHO DE ACOMP. JULGADOS DE PAZ	36.010	42.541	18,14%
OUTRAS ENTIDADES	37.000	807.150	2081,49%
CONSELHO NAC. PROCREAÇÃO MED. ASSISTIDA	65.877	64.325	-2,35%
INVESTIMENTO	12.367.626	7.829.821	-36,69%
TOTAL DAS DESPESAS	78.471.873	74.824.216	-4,65%

Unidade: Euro

GRÁFICO 2.1.

DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2009

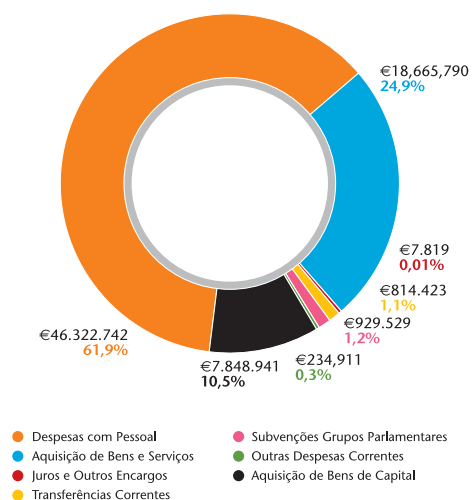
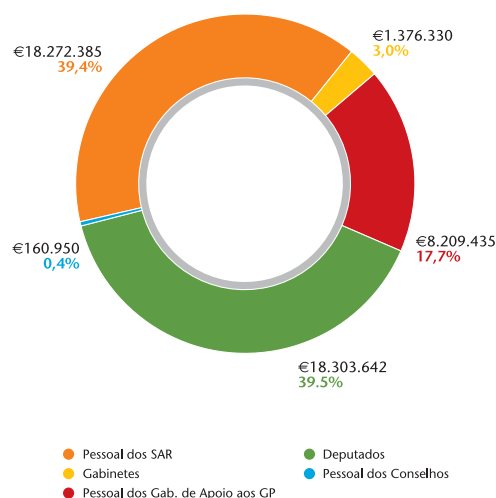


GRÁFICO 2.2.

DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO DESPESAS COM PESSOAL EM 2009



O **GRÁFICO 2.2.** evidencia os encargos englobados na rubrica orçamental “Despesas com o Pessoal”. De acordo com os princípios do classificador económico, esta rubrica integra os encargos com remunerações e outras despesas com o pessoal dos Serviços da Assembleia da República, para além de outros encargos de idêntica natureza, nomeadamente com Deputados. De acordo com a realidade patente no **GRÁFICO 2.2.**, verifica-se uma distribuição

quase equitativa na partição dos encargos relacionados, por um lado, com “Pessoal dos SAR” (39,4%) e, por outro, os encargos imputáveis a “Deputados” (39,5%), enquanto os encargos com “Pessoal afecto aos Gabinetes dos Grupos Parlamentares” representam 17,7%. Já os encargos com o “Pessoal afecto aos Conselhos” integrados no orçamento da AR apresentam uma ponderação residual inferior a meio ponto percentual (0,4%).



2. ACTIVIDADES
PARLAMENTARES

Do conjunto das actividades desenvolvidas pela Assembleia da República, destacam-se as que respeitam directamente ao exercício das suas competências enquanto Órgão de Soberania, com funções legislativas e de orientação e fiscalização política, bem como a competência electiva de outros órgãos.

Não obstante a actividade política do Parlamento ser objecto de um Relatório específico e autónomo, nos termos do artigo 291.º do Regimento, referem-se desde já alguns indicadores próprios dessa actividade.

Assim, em 2009, realizaram-se 92 reuniões plenárias e duas da Comissão Permanente. Ainda no âmbito da actividade parlamentar, foram realizadas 23 Conferências dos Representantes do Grupos Parlamentares (vulgo, Conferência de Líderes).

Durante o ano de 2009 realizaram-se ainda 26 reuniões do Conselho de Administração.

Acresce assinalar que deram entrada na Mesa da Assembleia da República as seguintes iniciativas legislativas: 61 Propostas

de Lei, 400 Projectos de Lei, 23 Propostas de Resolução, 202 Projectos de Resolução, quatro Projectos de Deliberação, 52 Apreciações Parlamentares, tendo sido aprovadas quatro Leis Orgânicas, 121 Leis, 116 Resoluções e quatro Deliberações.

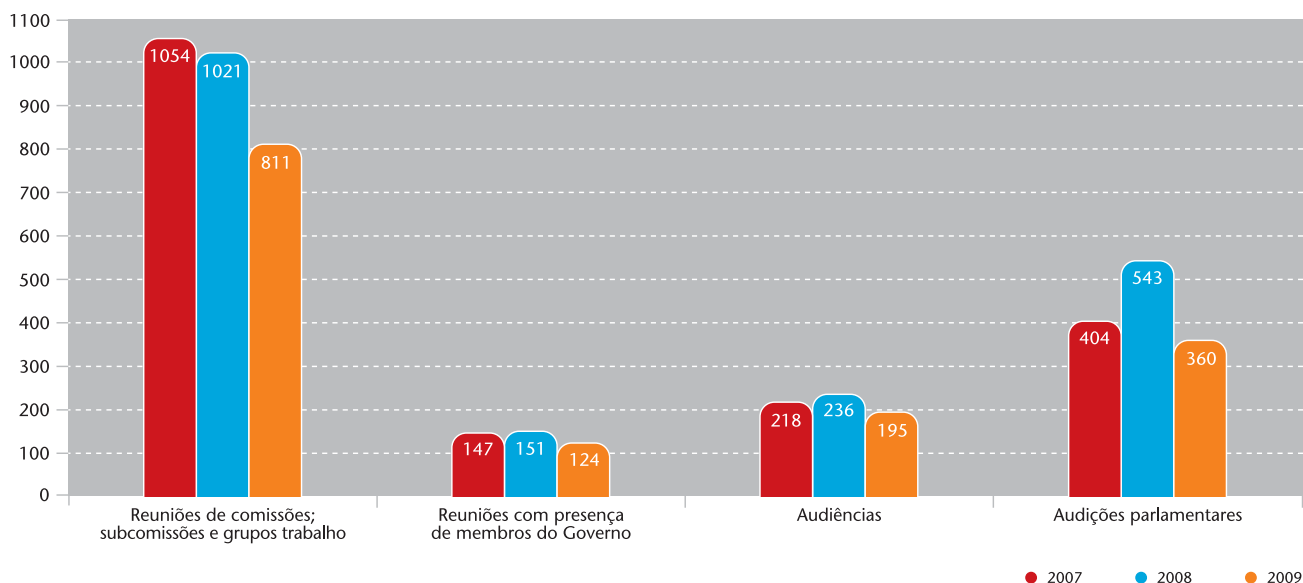
Foram apresentados pelos Deputados os seguintes Requerimentos: 215 ao Governo, 1914 à Administração Local, um à Assembleia da República, um à Região Autónoma dos Açores e três a Entidades Independentes. No mesmo ano foram dadas as seguintes respostas: 139 pelo Governo, 1914 pela Administração Local e duas pela Assembleia da República.

No ano de 2009, no seu conjunto³, as comissões, as subcomissões e os grupos de trabalho efectuaram 811 reuniões, das quais 124 contaram com a presença de membros do Governo, num total de 360 audições. Foram ainda concedidas 195 audiências pelas comissões.

Relativamente ao período compreendido entre 2007 e 2009, verificam-se as diferenças evidenciadas, de forma sintética, no **GRÁFICO 3** que a seguir se apresenta.

GRÁFICO 3

EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES E AUDIÊNCIAS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES



³ Inclui os dados das X e XI legislaturas.

Verifica-se, assim, que no ano de 2009 se registou uma diminuição do número de reuniões das comissões, subcomissões e grupos de trabalho globalmente considerados, que passaram de 1021 em 2008 para 811 em 2009, ou seja, tiveram um decréscimo de 21%.

Esta situação foi idêntica à das audições com a presença dos Membros do Governo, das restantes audiências e das audições parlamentares, sendo que todos estes decréscimos de actividade são justificados pela interrupção dos trabalhos parlamentares que foram determinados pelos três actos eleitorais que ocorreram em 2009: eleições para o Parlamento Europeu, à Assembleia da República e Autárquicas.

Em 2009 deram entrada 43 petições, 22 das quais subscritas por mais de 4000 cidadãos, e apenas 11 remetidas por via electrónica. Comparativamente com 2008 houve um decréscimo de 66,9% uma vez que, nesse ano, deram entrada 130 petições, 41 das quais subscritas por mais de 4000 cidadãos, e 25 apresentadas por via electrónica.

Por outro lado, a actividade parlamentar originou a produção de 595 *Diários da Assembleia da República* (versão exclusivamente electrónica), distribuídos por 94 números da I Série, e 501 da II Série. Na I Série do DAR foram trabalhadas 12.225 páginas e na II Série foram trabalhadas 132.669 páginas. Esta produção desenvolveu-se a partir da gravação de 5727 cassetes áudio, gravadas ao longo de 1369 horas, durante as reuniões do Plenário da Assembleia da República, das comissões parlamentares e de outros eventos.

Já o Canal Parlamento produziu 4227 horas de emissão (em directo e em diferido) correspondentes a reuniões do Plenário, das comissões parlamentares e de outros eventos realizados na AR, designadamente conferências e colóquios.

Em termos globais, e como se infere do **QUADRO 4**, as “Actividades Parlamentares” representam 45,47% dos encargos assumidos e obtiveram um nível de execução de 89,24%. Regista-se no **QUADRO 6**, a correspondente desagregação desta despesa realizada pelas respectivas subactividades:

QUADRO 6
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA ACTIVIDADE PARLAMENTAR

Actividade Parlamentar	OAR 2009 Corrigido	Encargos assumidos		
		Montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/Σ2
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	123.319	123.301	99,99%	0,36%
GABINETE DE APOIO AO PAR	579.470	500.737	86,41%	1,47%
VICE-PRESIDENTES, SECRETÁRIOS E VICE-SECRETÁRIOS	1.122.002	1.045.351	93,17%	3,07%
GABINETES DE APOIO AOS VICE-PRESIDENTES, SECRETÁRIOS E VICE-SECRETÁRIOS	327.333	275.701	84,23%	0,81%
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	73.029	72.828	99,72%	0,21%
GRUPOS PARLAMENTARES	1.049.342	1.036.293	98,76%	3,05%
GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES	8.196.613	8.072.831	98,49%	23,73%
COMISSÕES PARLAMENTARES	973.541	246.242	25,29%	0,72%
DEPUTADOS	20.049.017	19.036.121	94,95%	55,95%
PARLAMENTO EUROPEU	800.463	791.998	98,94%	2,33%
COMEMORAÇÕES DO ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL	25.523	21.566	84,49%	0,06%
DESLOCAÇÕES EM TERRITÓRIO NACIONAL	75.008	16.916	22,55%	0,05%

(Cont. na página seguinte)

Actividade Parlamentar	OAR 2009 Corrigido	Encargos assumidos		
		Montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/Σ2
DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO	3.008.220	2.019.633	67,14%	5,94%
GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE	170.099	12.267	7,21%	0,04%
RECEPÇÃO DE DELEGAÇÕES E ENTIDADES OFICIAIS	1.430.036	659.815	46,14%	1,94%
PROGRAMA PARLAMENTO JOVEM	124.969	92.869	74,31%	0,27%
TOTAL DAS DESPESAS	38.127.982	34.024.470	89,24%	100,00%

Unidade: Euro

O **QUADRO 6** permite, assim, avaliar a estrutura dos encargos assumidos por cada uma das 16 subactividades que integram as “Actividades Parlamentares”, bem como o respectivo grau de execução orçamental, concluindo-se que 79,68% do total dos encargos assumidos correspondem às seguintes componentes:

- “Deputados” – que integra as despesas com as respectivas componentes remuneratórias, nomeadamente: vencimen-

tos, vencimentos extraordinários, despesas de representação, ajudas de custo, transportes, prestações familiares e complementares, contribuições para a Segurança Social, seguros e subsídio de reintegração, (55,95%) e

- “Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares” – onde se registam as remunerações auferidas pelo pessoal afecto a estes gabinetes (23,73%) e respectivos encargos sociais obrigatórios.

QUADRO 7

EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A ACTIVIDADE PARLAMENTAR

Actividade Parlamentar	Encargos Assumidos		
	2008	2009	Var.%
	1	2	3=2/1
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	119.826	123.301	2,90%
GABINETE DE APOIO AO PAR	514.621	500.737	-2,70%
VICE-PRESIDENTES, SECRETÁRIOS E VICE-SECRETÁRIOS	1.090.054	1.045.351	-4,10%
GABINETES DE APOIO AOS VICE-PRESIDENTES, SECRETÁRIOS E VICE-SECRETÁRIOS	287.243	275.701	-4,02%
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	69.096	72.828	5,40%
GRUPOS PARLAMENTARES	986.805	1.036.293	5,02%
GABINETES DE APOIO DOS GRUPOS PARLAMENTARES	7.579.806	8.072.831	6,50%
COMISSÕES PARLAMENTARES	386.503	246.242	-36,29%
DEPUTADOS	18.938.390	19.036.121	0,52%
PARLAMENTO EUROPEU	1.349.058	791.998	-41,29%
COMEMORAÇÕES DO ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL	11.266	21.566	91,41%
DESLOCAÇÕES EM TERRITÓRIO NACIONAL	47.373	16.916	-64,29%
DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO	2.210.777	2.019.633	-8,65%
GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE	24.105	12.267	-49,11%
RECEPÇÃO DE DELEGAÇÕES E ENTIDADES OFICIAIS	698.374	659.815	-5,52%
PROGRAMA PARLAMENTO JOVEM	63.760	92.869	45,65%
TOTAL DAS DESPESAS	34.377.057	34.024.470	-1,03%

Unidade: Euro

Relativamente à evolução dos encargos assumidos de 2008 para 2009 (**QUADRO 7**), as “Actividades Parlamentares”, em termos globais, registaram um decréscimo de 1,03%, variação negativa influenciada pela execução orçamental das subactividades “Comissões Parlamentares” (-36,29%), “Parlamento Europeu” (-41,29%), e “Deslocações ao Estrangeiro” (-8,65%). O referido decréscimo é plenamente justificado pela

interrupção da actividade parlamentar na sequência dos três actos eleitorais que ocorreram em 2009, salientando-se o dinamismo muito relevante evidenciado pelo nível de redução revelado.

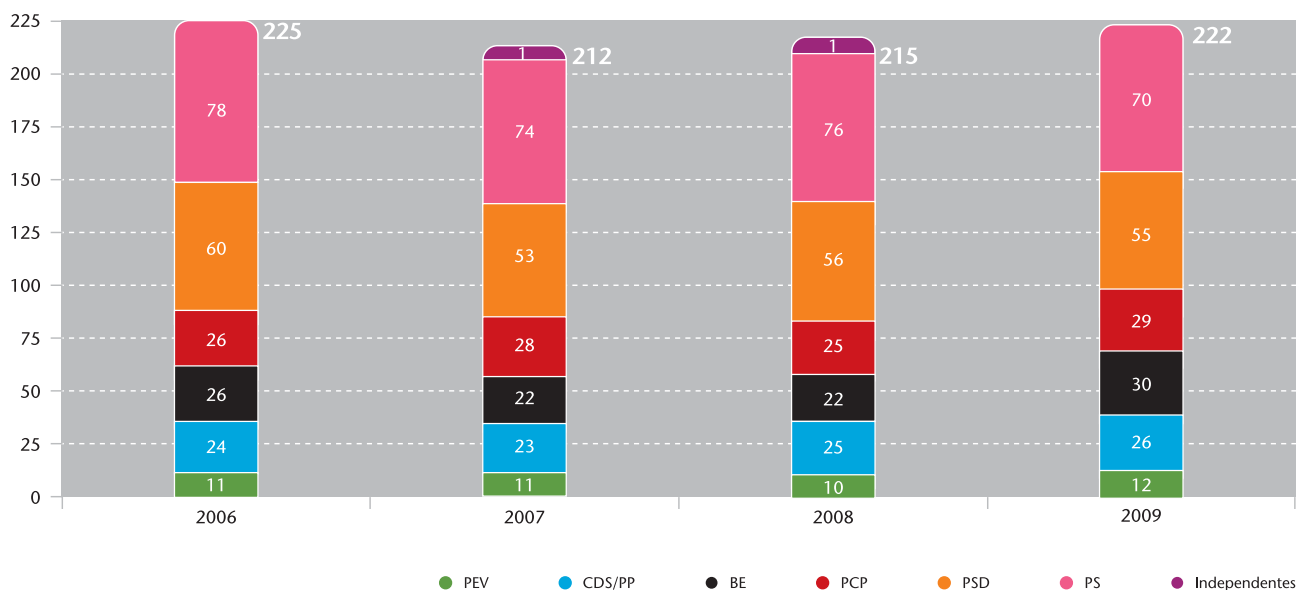
Por último e no âmbito das “Actividades Parlamentares”, importa registar o acréscimo da subactividade “Programa Parlamento Jovem” (45,65%).

2.1. Gabinetes de Apoio aos Grupos Parlamentares

A evolução nos últimos quatro anos do número de funcionários por Grupo Parlamentar, à data de 31 de Dezembro, é apresentada no Gráfico seguinte.

GRÁFICO 4

PESSOAL AFECTO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES



A gestão das verbas atribuídas nos termos do artigo 46.º da LOFAR, para suportar os encargos com o pessoal que integra os Gabinetes de Apoio aos Grupos Parlamentares no que respeita às rubricas de vencimentos, subsídio de férias e Natal, remunerações por doença, maternidade e paternidade, pessoal aguardando aposentação e horas extraordinárias é da estrita responsabilidade de cada um dos grupos parlamentares.

No entanto, refira-se que os encargos sociais acarretam um custo crescente não incluído no *plafond* atribuído aos GP, mantendo, à semelhança de anos anteriores,

um ritmo de crescimento sem inflexão, com destaque, mais uma vez, para os encargos relativos à entidade patronal com as contribuições para a Segurança Social a que acrescem as contribuições da entidade patronal para a CGA:

Anos	Segurança Social (€)	Var.%
2004	511.591,77	–
2005	609.849,93	19,21%
2006	669.669,93	9,81%
2007	723.699,26	8,07%
2008	833.566,34	15,18%
2009	909.186,06	9,07%

2.2. Comissões Parlamentares

A reforma do Regimento da Assembleia da República, que entrou em vigor em Setembro de 2007, em conjunto com a alteração do elenco das comissões, que teve lugar em Outubro de 2007, impôs múltiplas alterações ao funcionamento das comissões parlamentares e às bases de dados internas que servem de suporte à actividade destas.

Em 2009, no decurso da 4.^a sessão legislativa da X legislatura e ainda no início da 1.^a sessão legislativa da XI legislatura, funcionaram 13 comissões parlamentares permanentes:

- 1.^a Comissão – Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;
- 2.^a Comissão – Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas;
- 3.^a Comissão – Comissão de Defesa Nacional;
- 4.^a Comissão – Comissão de Assuntos Europeus;
- 5.^a Comissão – Comissão de Orçamento e Finanças;
- 6.^a Comissão – Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional;
- 7.^a Comissão – Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Regional e Pescas (criada apenas na XI legislatura);

- 8.^a Comissão – Comissão de Educação e Ciência;
- 9.^a Comissão – Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- 10.^a Comissão – Comissão de Saúde;
- 11.^a Comissão – Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública;
- 12.^a Comissão – Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território;
- 13.^a Comissão – Comissão de Ética, Sociedade e Cultura.

Ao longo de 2009, funcionaram, ainda, duas comissões eventuais e uma comissão de inquérito, a saber:

- Comissão Eventual para o Acompanhamento das Questões Energéticas;
- Comissão de Inquérito sobre a Situação que levou à Nacionalização do BPN e sobre a supervisão Bancária Inerente
- Comissão Eventual de Verificação de Poderes.

No seguimento da política de aproximação ao cidadão iniciada em 2006, as comissões parlamentares realizaram vários eventos, num total de 27, destacando-se os seminários e conferências, nacionais e internacionais, a cerimónia de entrega do Prémio dos Direitos Humanos, bem como diversas audições públicas e visitas.



2.3. Diplomacia Parlamentar

No domínio das Organizações Internacionais e Interparlamentares das quais a Assembleia da República é membro e no âmbito das relações com outros parlamentos nacionais, a Assembleia da República participou, por intermédio das suas representações permanentes e/ou extraordinárias, em diversas reuniões internacionais.

Previamente ao elenco do conjunto de actividades que desenvolveram no ano de 2009, deve assinalar-se o evento de maior importância deste ano, que foi a organização e realização, na Assembleia da República, do Fórum Ibero-americano, bem como a actividade de outras delegações da Assembleia da República em organizações parlamentares internacionais.

No âmbito da Presidência Portuguesa da Comunidade Ibero-americana, que decorreu durante todo o ano de 2009, realizou-se nos dias 23 e 24 de Novembro, na Sala das Sessões, o V Fórum Parlamentar Ibero-americano, com a presença de presidentes e parlamentares de 15 países.

A 24 de Março realizou-se a Reunião da Troika do Fórum, com a participação dos Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados da Argentina, Julio Cobos e Eduardo Fellner, bem como do Vice-Presidente da Assembleia Legislativa de El Salvador, Roberto Alvarenga.

O Fórum, sob o tema “Inovação e Conhecimento”, teve uma elevada participação nas sessões plenárias, mas também nas mesas de trabalho que decorreram em simultâneo, presididas pelos Presidentes dos Parlamentos de Portugal, El Salvador e Argentina.

Por outro lado, durante 2009, a elevada actividade das Delegações da Assembleia da República em organizações

parlamentares internacionais teve efeitos directos ao nível do exercício de cargos, por Deputados portugueses, nas mesmas. Assim:

- O Deputado João Soares exerceu o cargo de Presidente da Assembleia Parlamentar da OSCE;
- O Deputado José Junqueiro desempenhou os cargos de Vice-Presidente da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM) e de Presidente da sua Comissão de Cooperação Política e de Segurança até à XI legislatura por ter entretanto assumido funções governativas;
- O Deputado Alberto Antunes foi eleito Presidente da Comissão de Cultura da APEM e
- O Deputado Vera Jardim manteve, durante o ano, as Vice-Presidências da APCE e da AUEO, tendo sido reeleito para futuras sessões, sendo que na XI legislatura assumiu o cargo de Vice-Presidente da Assembleia da República;
- O Deputado Miranda Calha desempenhou o cargo de Presidente da Comissão de Defesa e Segurança da APNATO durante o ano de 2009, tendo sido, no decurso da 55.ª Sessão Anual, reeleito para o mesmo cargo que deverá desempenhar até à 56.ª Sessão Anual, a ter lugar em 2010.

O desempenho destes cargos contribuiu para a realização de um maior número de reuniões destas organizações em Portugal e levou a que os Deputados da Assembleia da República passassem a ter um papel mais relevante na orientação política das mesmas.

Refira-se que a actividade internacional sofreu alguma redução por efeito da realização das eleições para a Assembleia da República em 27 de Setembro, o que determinou, com a nova legislatura, a eleição de novas delegações às organizações parlamentares internacionais a 12 de Novembro.

2.3.1.

No âmbito da **União Interparlamentar (UIP)** verificaram-se sete reuniões, destacando-se a 120.^a Assembleia da União Interparlamentar em Adis-Abeba (4 a 10 de Maio), que centrou os seus trabalhos, no Plenário e nas comissões permanentes, nos seguintes temas:

- Promoção da não-proliferação e do desarmamento nuclear e assegurar a entrada em vigor do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares: o papel dos parlamentos;
- Alterações climáticas, modelos de desenvolvimento sustentável e energias renováveis;
- Liberdade de expressão e o direito à informação.

QUADRO 8

REUNIÕES (UIP)

	Reuniões (UIP)	N.º Deputados
120. ^a ASSEMBLEIA DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR		8
121. ^a ASSEMBLEIA DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR		2
CONFERÊNCIA UIP SOBRE A CRISE FINANCEIRA E ECONÓMICA MUNDIAL		2
DEBATE SOBRE O PAPEL DOS PARLAMENTOS NA PROMOÇÃO DA IGUAL PARTILHA DE RESPONSABILIDADE ENTRE MULHERES E HOMENS		1
CONFERÊNCIA SOBRE OS DIREITOS DE PESSOAS INCAPACITADAS		2
AUDIÇÃO PARLAMENTAR 2009 DA 64. ^a SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS		2
SESSÃO ALARGADA DO COMITÉ DIRECTIVO DA CONFERÊNCIA PARLAMENTAR DA OMC		2

De referir que, em paralelo às Assembleias da UIP decorreram as reuniões da Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos (ASGP), de que é membro e presidente honrária a Secretária-Geral da Assembleia da República.

2.3.2.

No que respeita à **Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP)** realizou-se, nos dias 27 e 28 de Abril de 2009, em São Tomé, a I Reunião da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), em que participaram os Presidentes e Deputados dos

A 121.^a Assembleia – 19 a 21 de Outubro – em Genebra debateu os seguintes pontos de agenda:

A cooperação e a responsabilidade partilhada na luta mundial contra o crime organizado, designadamente o tráfico de narcóticos, a venda ilícita de armas e o terrorismo transfronteiriço;

O papel dos parlamentos no desenvolvimento das cooperações Sul-Sul e triangulares com vista à realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento; A participação dos jovens no processo democrático.

As deslocações feitas no âmbito da UIP foram distribuídas da seguinte forma:

Parlamentos de Angola, Cabo Verde, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. A AR esteve presente com uma delegação de cinco Deputados, chefiada pelo Presidente Jaime Gama.

A Deputada Maria do Rosário Carneiro (PS) participou na Missão de Observação da AP-CPLP às eleições presidenciais da Guiné-Bissau de 28 de Junho (1.^a volta), tendo o Deputado Renato Leal (PS) participado na Missão de Observação Eleitoral da AP-CPLP à 2.^a volta das mesmas eleições na Guiné-Bissau, de 25 a 27 de Julho de 2009.

O Deputado Miguel Coelho (PS) participou na Missão de Observação Eleitoral da Assembleia Parlamentar da AP-CPLP às eleições presidenciais, legislativas e provinciais de 28 Outubro, que ocorreram em Moçambique.

2.3.3.

No âmbito da **Assembleia Parlamentar da NATO (APNATO)**, e no decurso do ano de 2009, os principais assuntos tratados nesta organização foram as consequências para a comunidade transatlântica de nações da crise financeira e comercial mundial, a subida dos preços dos bens alimentares e as suas repercussões

na segurança alimentar, a integração euro-atlântica da República da Moldávia e respectiva situação interna, a segurança regional e mundial, a cooperação em matéria de segurança na região da Ásia Central, as relações com a Rússia, a integração da Geórgia e do Paquistão, a renascença do nuclear e a luta contra a proliferação das armas de destruição maciça, a situação do Afeganistão e ainda o contributo da Ásia Central para a segurança energética.

As deslocações da delegação parlamentar portuguesa à APNATO distribuíram-se da seguinte forma:

QUADRO 9 REUNIÕES (APNATO)

	Reuniões (APNATO)	N.º Deputados
	55.ª SESSÃO ANUAL	8
	SESSÃO DA PRIMAVERA	12
	CONFERÊNCIA PARLAMENTAR INTERNACIONAL SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E DESFLORESTAÇÃO	1
	COMISSÃO PERMANENTE	4
	VISITA DE TRABALHO DA SUBCOMISSÃO PARA AS RELAÇÕES ECONÓMICAS TRANSATLÂNTICAS	1
	VISITA DE TRABALHO DA SUBCOMISSÃO PARA A PARCERIA DA NATO	2
	SEMINÁRIO SOBRE "AS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS EM MATÉRIA DE SEGURANÇA"	2
	VISITA DE TRABALHO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2
	CONFERÊNCIA "LAUNCHING NATO'S NEW STRATEGIC CONCEPT"	2
	CELEBRAÇÕES DO 60.º ANIVERSÁRIO DA ALIANÇA	7
	REUNIÃO DO CONSELHO INTERPARLAMENTAR UCRÂNIA-NATO	1
	SEMINÁRIO DO GRUPO ESPECIAL DO MEDITERRÂNEO	2
	REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO DE DEFESA E SEGURANÇA, ECONOMIA E SEGURANÇA E COMISSÃO POLÍTICA E COMISSÃO DE ECONOMIA E SEGURANÇA NA OCDE	4
	70.º SEMINÁRIO ROSE-ROTH	2
	VISITA DA SUBCOMISSÃO PARA A GOVERNAÇÃO DEMOCRÁTICA	1
	VISITA DE TRABALHO DA SUBCOMISSÃO PARA O FUTURO DAS CAPACIDADES DE SEGURANÇA E DEFESA	1
	COMISSÃO DE DEFESA E SEGURANÇA	2
	71.º SEMINÁRIO ROSE-ROTH	2
	VISITA DE TRABALHO DA SUBCOMISSÃO PARA A COOPERAÇÃO TRANSATLÂNTICA EM MATÉRIA DE DEFESA E SEGURANÇA	1
	VISITA DE TRABALHO DA SUBCOMISSÃO SOBRE A SEGURANÇA ENERGÉTICA E AMBIENTAL	1
	FÓRUM PARLAMENTAR TRANSATLÂNTICO	1

2.3.4.

No âmbito da **Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE)**, destacam-se os seguintes grandes temas debatidos ao longo do ano:

- A situação dos direitos humanos na Europa e a evolução do processo de acompanhamento;
- Os povos esquecidos da Europa: proteger os direitos fundamentais das pessoas deslocadas de longa data;
- Migrações e deslocações em virtude de causas ambientais: um desafio para o século XXI;
- Compromisso das diásporas europeias: a necessidade de respostas governamentais e intergovernamentais;
- Melhorar a qualidade e a coerência das decisões em matéria de asilo nos Estados-membros do Conselho da Europa;
- Mulheres imigradas: um risco acrescido de violência doméstica;
- Os cuidados paliativos: um modelo das políticas de saúde e sociais inovadoras;
- Acção no combate às violações de direitos humanos baseadas no sexo, incluindo o rapto de mulheres e raparigas;
- Os motins nas cidades europeias: lições e reacção do Conselho da Europa;
- Cooperação com o Tribunal Penal Internacional e a universalidade desta instância;
- Financiamento do serviço público de radiodifusão;
- A promoção dos meios de comunicação via Internet e *on-line* apropriados a menores;
- A situação no Irão;
- Os desafios colocados pelas alterações climáticas;
- As energias renováveis e o ambiente;
- A energia nuclear e o desenvolvimento sustentável;
- Ambiente e saúde: por uma melhor prevenção dos riscos sanitários ligados ao ambiente;
- A água: um desafio estratégico para a Bacia do Mediterrâneo;

- Criação de um Estatuto de “Partenariado para a Democracia” junto do Conselho da Europa;
- As instituições económicas mundiais face aos desafios da crise financeira;
- As consequências da crise financeira mundial;
- A contribuição do Conselho da Europa para o desenvolvimento do Espaço Europeu do Ensino Superior;
- A educação cultural: promoção da cultura, da criatividade e da promoção intercultural pela educação;
- O futuro do Conselho da Europa à luz dos seus 60 anos de experiência;
- Projecto de Protocolo 14 bis à Convenção Europeia dos Direitos do Homem;
- Alegações de utilização abusiva do sistema de justiça penal, por razões políticas, nos Estados-membros do Conselho da Europa;
- O futuro do Centro Europeu para a Interdependência e a Solidariedade Mundiais (Centro Norte-Sul de Lisboa);
- A reforma das Nações Unidas e os Estados-membros do Conselho da Europa;
- Mobilizar os parlamentos para o desenvolvimento em África.

Importa registar que, no âmbito dos trabalhos desenvolvidos pela APCE em 2009, foram designados como relatores três Deputados portugueses que apresentaram relatórios sobre os seguintes temas:

- Protocolo Adicional à Convenção dos Direitos do Homem sobre o Direito a um Ambiente Sadio – Deputado José Mendes Bota;
- Por uma nova governação dos oceanos – Deputada Manuela de Melo;
- 2008: reforçar a estabilidade económica e democrática – Deputado Maximiano Martins.

A delegação parlamentar portuguesa efectuou um conjunto de deslocações à APCE que se distribuem do seguinte modo:

QUADRO 10
REUNIÕES (APCE)

	Reuniões (APCE)	N.º Deputados
	1.ª PARTE DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2009 (PLENÁRIA) ⁴	8
	2.ª PARTE DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2009 (PLENÁRIA) ⁴	10
	3.ª PARTE DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2009 (PLENÁRIA) ⁴	10
	4.ª PARTE DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2009 (PLENÁRIA) ⁴	10
	COMISSÃO PERMANENTE	2
	COMISSÃO DOS ASSUNTOS POLÍTICOS	7
	COMISSÃO DOS ASSUNTOS JURÍDICOS E DOS DIREITOS DO HOMEM	2
	COMISSÃO DOS ASSUNTOS ECONÓMICOS E DO DESENVOLVIMENTO	6
	COMISSÃO DOS ASSUNTOS SOCIAIS, SAÚDE E FAMÍLIA	5
	COMISSÃO DAS MIGRAÇÕES, REFUGIADOS E POPULAÇÃO	1
	COMISSÃO DA CULTURA, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO	8
	COMISSÃO DO AMBIENTE, AGRICULTURA E ASSUNTOS TERRITORIAIS	7
	COMISSÃO SOBRE A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES PARA MULHERES E HOMENS	7
	COMISSÃO DO REGULAMENTO, IMUNIDADES E ASSUNTOS INSTITUCIONAIS	1
	COMISSÃO PARA O RESPEITO DAS OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS DOS ESTADOS- -MEMBROS DO CONSELHO DA EUROPA (COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO)	2
	MISSÃO DE OBSERVAÇÃO DAS ELEIÇÕES	3
	OUTRAS	10

Deve ainda destacar-se, no âmbito das actividades da APCE, o trabalho levado a cabo pelos membros da Delegação, nomeadamente os que exerceram o mandato de Vice-Presidentes de comissões, como é o caso da Deputada Manuela de Melo (PS), na Comissão de Cultura, Ciência e Educação, e o Deputado Mendes Bota (PSD), na Comissão sobre a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens do Conselho da Europa, na qual se incluem as questões ligadas à violência doméstica.

QUADRO 11
REUNIÕES (APEM)

	Reuniões (APEM)	N.º Deputados
	REUNIÃO DO BUREAU ALARGADA AOS PRESIDENTES DAS COMISSÕES DA APEM – AMÃ	1
	REUNIÃO DO BUREAU ALARGADA AOS PRESIDENTES DAS COMISSÕES DA APEM – CAIRO	1
	5.ª SESSÃO PLENÁRIA	3
	MISSÃO PARLAMENTAR DA PRESIDÊNCIA CHECA A GAZA E ISRAEL	1
	VISITA DE DELEGAÇÃO DE ALTO-NÍVEL EMPA À FAIXA DE GAZA, RAMALLAH E JERUSALÉM	1
	REUNIÃO DA FUNDAÇÃO ANNA LINDH E ALIANÇA DAS CIVILIZAÇÕES	1
	REUNIÃO COMISSÃO ASSUNTOS ECONÓMICOS, FINANCEIROS, SOCIAIS E DA EDUCAÇÃO – VIENA	1
	REUNIÃO COMISSÃO ASSUNTOS ECONÓMICOS, FINANCEIROS, SOCIAIS E DA EDUCAÇÃO – CAIRO	1
	REUNIÃO DA COMISSÃO AD HOC PARA A ENERGIA E O AMBIENTE DA APEM	1
	REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE O FINANCIAMENTO DA ASSEMBLEIA E REVISÃO DO REGULAMENTO	1

⁴ Inclui reuniões de comissões, subcomissões e grupos políticos não contempladas nos outros pontos.

2.3.6.

No contexto da **Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)**, o Deputado João Soares (PS), Presidente da delegação portuguesa, foi reeleito Presidente da APOSCE. Esta eleição teve lugar em Vilnius, Lituânia, aquando da realização da 18.ª Sessão Anual.

O tema escolhido para esta reunião plenária foi a “A OSCE e a resposta aos novos desafios à segurança”. Este tema, que também foi discutido na 8.ª Sessão de Inverno, foi objecto de três resoluções e relatórios. Foram, ainda, aprovadas resoluções sobre os seguintes temas: Afeganistão; Estabilização do sector de segurança e cumprimento das listas negras das Nações Unidas; Armas Pequenas e Ligeiras; Controlo de Armamento e Desarmamento na Europa; Trabalhadores Migrantes na Ásia Central; O papel da OSCE no reforço da segurança na sua região; Segurança Energética; Paraísos Fiscais; Cooperação Energética; Alterações Climáticas; Liberdade

de Expressão na Internet; Gestão da água na área OSCE; Entrave ao comércio de produtos derivados das focas na União Europeia; Comércio Livre no Mediterrâneo; Protecção de menores não acompanhados e combate ao fenómeno das crianças pedintes; A Europa dividida reunificada: promoção dos direitos humanos e liberdades civis na região OSCE no século XXI; Abolição da pena de morte; Mortalidade materna; Reforço do envolvimento da OSCE na liberdade de opinião e expressão; Assistência e auxílio a refugiados; Cooperação para o reforço das sentenças criminais e Anti-semitismo.

Durante as Reuniões de Outono teve lugar o Fórum do Mediterrâneo e uma Conferência Parlamentar sobre “Segurança Energética e Ambiente”. A Conferência Económica teve como tema “A Crise Financeira Mundial”.

No âmbito da Assembleia Parlamentar da OSCE, as deslocamentos encontram-se distribuídas da seguinte forma:

QUADRO 12

REUNIÕES (OSCE)

Reuniões (OSCE)	N.º Deputados
VISITA À LITUÂNIA	2
VISITA À MOLDÁVIA	2
8.ª SESSÃO DE INVERNO	8
VISITA À BIELORÚSSIA	2
VISITA A ITÁLIA E AO VATICANO	2
MISSÃO DE OBSERVAÇÃO DAS ELEIÇÕES NA MOLDÁVIA	2
REUNIÃO COM O PRESIDENTE DA APCE	2
BUREAU	2
VISITA AOS BALCÃS	2
CONFERÊNCIA ECONÓMICA	3
VISITA À ÁSIA CENTRAL	2
CONSELHO MINISTERIAL DA OSCE	2
18.ª SESSÃO ANUAL	7
SEMINÁRIO SOBRE OS PARCEIROS MEDITERRÂNICOS	2
REUNIÕES DE OUTONO	3
VISITA PREPARATÓRIA DA MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL NA UCRÂNIA	2
VISITA AO CAZAQUISTÃO	2
CONSELHO PERMANENTE DA OSCE	2
BUREAU DA APCE	2

De referir que uma das reuniões do Bureau da APOSCE decorreu em Lisboa a 20 de Abril.

2.3.7.

No quadro da **Assembleia Europeia de Segurança e Defesa / Assembleia da União da Europa Ocidental (AESD/AUEO)**, no ano de 2009, foram debatidos entre outros os seguintes temas:

- A guerra no Afeganistão: que estratégia para a Europa?;
- Veículos blindados europeus: programas em curso;
- A segurança europeia e o Médio Oriente;
- A PESD e o futuro dos Balcãs Ocidentais;
- As operações militares da UE;
- O papel da UE na luta contra a pirataria;
- A vigilância do espaço;

- Guerra informática;
- Para uma nova arquitectura de Segurança para a Europa;
- Modelos e estruturas de cooperação interparlamentar;
- A segurança europeia e o Médio-Oriente;
- Vigilância marítima europeia;
- A guerra no Afeganistão: implicações para a região;
- O apoio da União Europeia às missões de manutenção de paz das Nações Unidas;
- Não-proliferação nuclear e desarmamento;
- Reforço da base industrial e tecnológica da defesa europeia.

O total de deslocações efectuadas no âmbito da Delegação Parlamentar Portuguesa à AESD/AUEO foi distribuído da seguinte forma:

QUADRO 13 REUNIÕES (AUEO)

	Reuniões (AUEO)	N.º Deputados
	56.ª SESSÃO DA AUEO (PLENÁRIA) ⁵	9
	57.ª SESSÃO DA AUEO (PLENÁRIA) ⁵	7
	COMITÉ DE PRESIDENTES	2
	COMISSÃO DO REGIMENTO E DAS IMUNIDADES	1
	COMISSÃO DE DEFESA	1
	COMISSÃO POLÍTICA	4
	CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR SOBRE SEGURANÇA EUROPEIA	1

O Presidente da delegação da AR, Deputado José Vera Jardim (PS), desempenhou o cargo de Vice-Presidente da AESD/AUEO durante as 56.ª e 57.ª Sessões da AESD/AUEO, tendo sido, no decurso da 57.ª Sessão, reeleito para o mesmo cargo que deverá desempenhar durante as 58.ª e 59.ª Sessões, a ter lugar em 2010.

O Deputado José Luís Arnaut (PSD) foi eleito em Março de 2009 Presidente da Comissão do Regimento e das

Imunidades, tendo o seu mandato terminado na 57.ª Sessão Plenária.

2.3.8.

No quadro da **Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM)**, verificaram-se 11 deslocações dos membros da delegação da Assembleia da República à APM para participação nas seguintes reuniões:

⁵ Inclui reuniões de comissões, subcomissões e grupos políticos não contempladas nos outros pontos.

QUADRO 14

REUNIÕES (APM)

	Reuniões (APM)	N.º Deputados
	QUARTA SESSÃO PLENÁRIA – ISTAMBUL	3
	FÓRUM DA UNESCO SOBRE ENSINO SUPERIOR NA REGIÃO EUROPEIA	1
	COMISSÃO AD HOC SOBRE ENERGIA E GRUPOS ESPECIAIS DE TRABALHO SOBRE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E SOBRE CRIME ORGANIZADO	2
	GRUPOS ESPECIAIS DE TRABALHO SOBRE DIÁLOGO ENTRE CULTURAS E RELIGIÕES E SOBRE GÉNERO E PARIDADE	3
	GRUPOS ESPECIAIS DE TRABALHO SOBRE AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E SOBRE GESTÃO DE CATÁSTROFES	2

Dessas reuniões destaca-se a reunião do Grupo Especial de Trabalho sobre Gestão de Catástrofes cuja sessão inaugural foi dirigida pelo Deputado José Junqueiro (PS), na qualidade de Vice-Presidente da APM, e a reunião do Grupo Especial de Trabalho sobre Diálogo entre Culturas e Religiões, na qual a Deputada Sónia Sanfona (PS), na qualidade de relatora, apresentou um relatório e uma proposta de resolução sobre o tema “Construir uma cultura baseada no diálogo”.

Refira-se ainda as reuniões da Comissão *ad hoc* sobre Energia e dos Grupos Especiais de Trabalho sobre Pequenas e Médias Empresas e sobre Crime Organizado. Na qualidade de Presidente da Comissão Política e Segurança, o Deputado José Junqueiro (PS) presidiu à reunião do Grupo Especial de Trabalho sobre Crime Organizado que abordou o combate ao crime organizado e as suas diversas formas de manifestação. Enquanto Vice-Presidente da APM, efectuou duas intervenções, no âmbito da energia e das pequenas e médias empresas, que apresentaram a evolução de Portugal nestas áreas fundamentais para o progresso e para o desenvolvimento sustentável. A vertente económica das relações na Bacia do Mediterrâneo e a especificidade das questões energéticas na região do Mediterrâneo foram temas de debate.

No âmbito do programa de actividades da APM, a Assembleia da República acolheu a 10.ª reunião da Mesa da APM e a 4.ª reunião das comissões permanentes desta

organização parlamentar internacional. Esta reunião foi o culminar das actividades desenvolvidas pelos diversos Grupos Especiais de Trabalho que tiveram lugar desde a 3.ª Sessão Plenária, de Novembro de 2008. Em Lisboa foram apresentados, discutidos e aprovados relatórios e propostas de resolução, integrados nas respectivas comissões permanentes, que posteriormente foram adoptados na 4.ª Sessão Plenária da APM. De realçar a iniciativa lançada no último dia de trabalhos, com vista à criação de um encontro das agências de investimento e comércio externo da região mediterrânica.

O Deputado José Junqueiro (PS), enquanto Presidente da Comissão Política e Segurança, presidiu aos respectivos trabalhos e, no âmbito da Comissão para a Cooperação Económica, Social e Ambiental, apresentou um relatório sobre gestão de catástrofes naturais. A Deputada Sónia Sanfona (PS) apresentou um relatório e uma proposta de resolução sobre Diálogo entre Culturas e Religiões. Participaram nestas reuniões cerca de 60 Deputados que representaram 20 países da Bacia do Mediterrâneo.

2.3.9.

No contexto do **Fórum Parlamentar Ibero-americano (FPIA)**, a Assembleia da República organizou, nos dias 23 e 24 de Novembro, o V Fórum Parlamentar Ibero-americano, sob o tema “Inovação e Conhecimento”, que contou com a presença de Portugal, Andorra, Argentina (Senado), Bolívia (Senado), Brasil (Câmara dos Deputados),

Chile (Câmara dos Deputados), Colômbia (Senado), Cuba, El Salvador, Equador, Espanha (Congresso dos Deputados e Senado), México (Senado), Paraguai (Senado), República Dominicana (Câmara dos Deputados e Senado) e Uruguai (Câmara dos Representantes), num total de 75 participantes.

Sob a Presidência Portuguesa da Comunidade Ibero-americana, que decorreu durante todo o ano de 2009, realizou-se nos dias 23 e 24 de Novembro, na Sala das Sessões, o V Fórum Parlamentar Ibero-americano, com a presença de presidentes e parlamentares de 15 países.

Anteriormente, no mês de Março, com vista a preparar o V Fórum, reuniu a Troika do mesmo, composta pelos parlamentos português, salvadorenho e argentino, onde se definiram os temas das Mesas de trabalho e se articulou a forma de funcionamento de todo o Fórum.

2.3.10.

No âmbito das deslocações ao estrangeiro realizadas pelo Presidente da Assembleia da República durante o ano de 2009 destacam-se:

Visitas oficiais bilaterais:

- Guiné-Bissau
- China
- Sérvia

Na visita à Sérvia, o Presidente Jaime Gama assinou um Protocolo de Cooperação com a Presidente da Assembleia Nacional da Sérvia, Slavica Djukic Dejanovic.

Durante a deslocação à Guiné-Bissau, foi assinado pelos Secretários-Gerais dos dois parlamentos um Programa de Cooperação para o período de 2009 a 2011.

Além das visitas bilaterais, o Presidente da Assembleia da República participou, neste ano, nas seguintes conferências ou reuniões multilaterais:

- Conferência de Presidentes dos Parlamentos da União Europeia (Paris/França);
- VII Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa/ I Assembleia Parlamentar da CPLP (S. Tomé e Príncipe);
- Comemorações do 25.º “Heritage Day of Portugal” (Boston/EUA);
- Conferência “La Coopération afro-arabo-iberolatino américaine: gouvernements et sociétés civiles” (Assilah/Marrocos);
- Celebrações oficiais do 10.º Aniversário da Consulta Popular de 30 de Agosto de 1999 (Díli/Timor);
- Conferência Extraordinária de Presidentes dos Parlamentos da União Europeia (Estocolmo/Suécia).

O Vice-Presidente da Assembleia da República, Deputado Guilherme Silva, representou o Presidente da AR nas seguintes cerimónias:

- Comemorações do 20.º Aniversário da Abertura da Fronteira entre a Hungria e a Áustria (Budapeste/Hungria);
- Comemorações do 20.º Aniversário das Primeiras Eleições Livres realizadas na República da Polónia no pós-guerra (Varsóvia/Polónia);
- Cerimónia de Canonização do Beato Nuno de Santa Maria Álvares Pereira (Roma/Itália).

O Presidente da Assembleia da República recebeu ainda, em visitas oficiais, os Presidentes dos Parlamentos da Colômbia (Senado), Eslovénia, Guiné-Bissau (Presidente em exercício), Noruega e Tunísia.

2.3.11.

No capítulo das **Deslocações Diversas** estão englobadas todas as deslocações que não estão integradas nas delegações parlamentares permanentes, anteriormente referidas. Contabiliza-se um total de 201 deslocações, entre Deputados e funcionários, conforme se apresenta no seguinte quadro:

QUADRO 15

OUTRAS REUNIÕES REALIZADAS

	Outras Deslocações Diversas	Participantes
	ENCONTRO PARLAMENTAR LUSO-ESPAÑHOL (ZAMORA)	17
	TROFÉU PORTUGAL – COMUNIDADES PORTUGUESAS 2009 (ST. MORITZ)	1
	REUNIÃO CONJUNTA SOBRE “FUTURO PROGRAMA PLURIANUAL RELATIVO A ESPAÇO, SEGURANÇA, LIBERDADES E JUSTIÇA” E “TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO DE DECISÃO AO NÍVEL DA UE E A NÍVEL NACIONAL” (BRUXELAS)	5
	REUNIÃO SOBRE “L’ÉNERGIE SÛRE ET DURABLE POUR L’EUROPE” (REPÚBLICA CHECA)	1
	“EFI (EUROPEAN FRIENDS OF ISRAEL) MISSION TO AUSCHWITZ” (POLÓNIA)	2
	REUNIÃO DA TROIKA E PRESIDENTES DAS COMISSÕES DE ASSUNTOS EUROPEUS PARA PREPARAÇÃO DA AGENDA	1
	VISITA DE ESTUDO À ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (COPENHAGA)	4
	V DEBATE INTERPARLAMENTAR ANUAL SOBRE “ECONOMIA EUROPEIA – QUE FUTURO?” E CONFERÊNCIA PARLAMENTAR DE ALTO NÍVEL SOBRE MIGRAÇÕES E POLÍTICAS DE COERÊNCIA AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO (BRUXELAS)	2
	REUNIÃO INTERPARLAMENTAR SUBORDINADA AO TEMA: “O FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO APÓS 2013” (BRUXELAS)	1
	O FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO APÓS 2013 E CONFERÊNCIA PARLAMENTAR DE ALTO NÍVEL SOBRE MIGRAÇÃO E COERÊNCIA DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO (BRUXELAS)	2
	CONFERÊNCIA PARLAMENTAR DE ALTO NÍVEL SOBRE MIGRAÇÃO E COERÊNCIA DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO (BRUXELAS)	1
	CURSO PARA ASSESSORES PARLAMENTARES PROMOVIDO PELO CONGRESSO DOS DEPUTADOS DE ESPANHA (MADRID)	3
	VISITA DE ESTUDO TEMÁTICA AO PARLAMENTO EUROPEU SOBRE “WEB PUBLISHING AND WEB MANAGEMENT” (BRUXELAS)	2
	ENCONTRO INTERPARLAMENTAR – UM NOVO PACTO PARA O RELANÇAMENTO DA ECONOMIA EUROPEIA? (BRUXELAS)	4
	SEMINÁRIO PARLAMENTAR DE ALTO NÍVEL SOBRE A CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA (PARIS)	1
	DEBATE PARLAMENTAR – ECONOMIA EUROPEIA, QUE FUTURO? (BRUXELAS)	1
	SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO EUROPEIA DE TERMINOLOGIA (PARIS)	1
	SEMINÁRIO PARLAMENTAR DE ALTO NÍVEL SOBRE A CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA (PARIS)	1
	CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DAS COMISSÕES DE ASSUNTOS INTERNOS DOS PARLAMENTOS NACIONAIS E DO PARLAMENTO EUROPEU (PRAGA)	1
	VISITA TEMÁTICA AO PARLAMENTO EUROPEU “GENERAL INTRODUCTION TO THE EUROPEAN INSTITUTIONS” (BRUXELAS)	2
	REUNIÃO DA OCDE “MEETING OF OECD PARLIAMENTARY BUDGET OFFICIALS” (ROMA)	2
	CONFERÊNCIA “WOMEN AND THE EUROPEAN ELECTIONS” (BRUXELAS)	1
	SEMINÁRIO “EUROPE ON THE INTERNET: FINDING YOUR WAY THROUGH THE EUROPEAN INFORMATION JUNGLE” (EIPA) (MAASTRICHT)	1
	VISITA DE ESTUDO TEMÁTICA AO PARLAMENTO EUROPEU SOBRE “RECURSOS HUMANOS E POLÍTICA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL” (BRUXELAS)	2
	SEMINÁRIO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE ACOMPANHAMENTO DA ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DO CONSELHO DA EUROPA (ESTRASBURGO)	1
	VISITA DE TRABALHO DE UMA DELEGAÇÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS À RÚSSIA (MOSCOVO E S. PETERSBURGO)	6
	VISITA TEMÁTICA AO PARLAMENTO EUROPEU SOBRE “SHARED EXPERIENCES BETWEEN PARLIAMENTS RESEARCH SERVICES ON LEGAL, JUSTICE AND HOME AFFAIRS” (BRUXELAS)	2
	SEMINÁRIO “BETTER REGULATION IN THE EUROPEAN UNION: KEY PRINCIPLES, CONCEPTS AND PRACTICES” (EIPA) (MAASTRICHT)	2
	REUNIÕES DE TRABALHO COM A COMISSÃO PARLAMENTAR COM COMPETÊNCIAS SOBRE A MATÉRIA DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA E COM RESPONSÁVEIS DOS MINISTÉRIOS DOS TRANSPORTES E DOS ASSUNTOS INTERNOS E DA ADMINISTRAÇÃO (ROMÉNIA)	2

(Cont. na página seguinte)

(CONTINUAÇÃO)

	Outras Deslocações Diversas	Participantes
	“THE BRUSSELS TAX FORUM” (BRUXELAS)	1
	REUNIÃO INTERPARLAMENTAR ANUAL SUBORDINADA AO TEMA: “DESENVOLVIMENTOS ACTUAIS E FUTUROS NA LEGISLAÇÃO EUROPEIA RELATIVA AOS CONSUMIDORES E TRANSPOSIÇÃO, APLICAÇÃO E CONTROLO DO RESPEITO DA LEGISLAÇÃO EUROPEIA RELATIVA AOS CONSUMIDORES” (BRUXELAS)	3
	CONFERÊNCIA “CURRENT CHALLENGES FOR EUROPEAN SECURITY” (PRAGA)	2
	VISITA DE ESTUDO AOS TRABALHOS E INTERVENÇÕES NA GUINÉ-BISSAU, EM PROL DA SAÚDE MATERNA E OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO (IEFPD) (BISSAU)	4
	SEMINÁRIO “COMPETITION AND REGULATION IN FINANCIAL SERVICES: STATE AID TO MORE RIGOROUS REGULATION” (EIPA) (MAASTRICHT)	1
	VISITA A CABO VERDE DE UMA DELEGAÇÃO DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS (CIDADE DA PRAIA)	5
	REUNIÃO DE PRESIDENTES DAS COMISSÕES DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DOS PARLAMENTOS NACIONAIS (PRAGA)	1
	DESLOCAÇÃO DA COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL À SEDE DA NATO (BRUXELAS)	9
	“FORUM ON DEMOCRACY, DEVELOPMENT AND FREE TRADE” (QATAR)	1
	VISITA DE ESTUDO TEMÁTICA SOBRE “A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ESTATUTO DOS DEPUTADOS AO PARLAMENTO EUROPEU” (BRUXELAS)	2
	CONSELHO IPEX E REUNIÃO ANUAL DE CORRESPONDENTES (ROMA)	1
	XLI COSAC (PRAGA)	7
	MINISTERIAL CONFERENCE “FINANCIAL SUSTAINABILITY OF HEALTH SYSTEMS” (PRAGA)	1
	SEMINÁRIO SOBRE A ACTUAÇÃO DOS EXÉRCITOS BRITÂNICO E PORTUGUÊS DURANTE A GUERRA PENINSULAR (LONDRES)	1
	VISITA DE ESTUDO AO PARLAMENTO EUROPEU SUBORDINADA AO TEMA “ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA” (BRUXELAS)	2
	MESA REDONDA “NEVER AGAIN: THE SHAPE OF A NEW GLOBAL FINANCIAL ARCHITECTURE” (BRUXELAS)	1
	ENCONTRO DE SECRETÁRIOS-GERAIS DOS PARLAMENTOS PORTUGUÊS, SUECO E DINAMARQUÊS SUBORDINADO AO TEMA “O FUTURO PAPEL DOS PARLAMENTOS NACIONAIS À LUZ DO TRATADO DE LISBOA”	2
	SEMINÁRIO INFORMÁTICO SOBRE A ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR (UIP) (GENEBRA)	1
	VISITA DE ESTUDO AO PARLAMENTO EUROPEU “THE CODECISION PROCEDURE IN PRACTICE AND THE IMPLICATIONS FOR NATIONAL PARLIAMENTARY SCRUTINI” (BRUXELAS)	2
	SEMINÁRIO “AS ACTIVIDADES DO CONSELHO DA EUROPA E DA ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DO CONSELHO DA EUROPA NA PROMOÇÃO DO ESTADO DE DIREITO E DA DEMOCRACIA” (ESTRASBURGO)	1
	SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS EM POLÍTICAS E GOVERNO (SANTO DOMINGO)	1
	(GCLC) “ANNUAL CONFERENCE ON THE REVIEW OF REGULATION 1/2003” – DEBATE COM O OBJECTIVO “PROMOVER ORIENTAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO NOVO E DESCENTRALIZADO DIREITO EUROPEU DA CONCORRÊNCIA” (BRUXELAS)	1
	“THIRD MEETING OF THE COMPETENT AUTHORITIES FOR TISSUE AND CELLS DIRECTIVE” (BRUXELAS)	1
	98.ª CONFERÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (GENEBRA)	5
	SEMINÁRIO CERDP “PRESS SERVICES FOR MEMBERS OF PARLIAMENT” (BERNA)	1
	SEMINÁRIO “PERFORMANCE BUDGETING: PRACTICAL ASPECTS OF THE PLANNING IMPLEMENTATION AND MONITORING PROCESS” (EIPA) (VARSÓVIA)	2
	SEMINÁRIO SOBRE “AS QUESTÕES DA JUVENTUDE NAS ACTIVIDADES DO CONSELHO DA EUROPA” (ESTRASBURGO)	1
	REUNIÃO DA TROIKA E PRESIDENTES DAS COMISSÕES DE ASSUNTOS EUROPEUS PARA PREPARAÇÃO DA AGENDA DA XLII COSAC (ESTOCOLMO)	2
	PARTICIPAÇÃO NA INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE DA “SOCIEDADE NOSSA SENHORA DA LUZ” (BOSTON)	1
	CONFERÊNCIA PARLAMENTAR INTERNACIONAL SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: CONTAGEM DECRESCENTE PARA COPENHAGA (LONDRES)	1
	SESSÃO CONSTITUINTE DO 7.º PARLAMENTO EUROPEU (ESTRASBURGO)	1
	VISITA A MARROCOS DE UMA DELEGAÇÃO DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS (CASABLANCA, RABAT E MARRAQUEXE)	4

(Cont. na página seguinte)

(CONTINUAÇÃO)

	Outras Deslocações Diversas	Participantes
REUNIÃO DO COMITÉ EXECUTIVO DO CERDP (BRUXELAS)		1
CONFERÊNCIA PARLAMENTAR INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E FINANÇAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA ECONOMIA (ESTOCOLMO)		2
CURSO DE REGISTO E PRONUNCIAMENTO PARLAMENTAR DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL (BRASIL)		2
“XIX ECONOMIC FORUM” (KRYNICA)		1
SEMINÁRIO “RESEARCH AND INFORMATION FOR PARLIAMENTS – NEW OPPORTUNITIES” (LONDRES)		1
CONFERÊNCIA SOBRE OS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (NOVA IORQUE)		1
SEMINÁRIO DO PARLAMENTO EUROPEU SOBRE “A DIMENSÃO PARLAMENTAR DAS RELAÇÕES EURO-MED” (BRUXELAS)		2
VISITA DE ESTUDO AO PARLAMENTO EUROPEU SOBRE “O APOIO AOS DEPUTADOS E ÀS COMISSÕES PARLAMENTARES” (BRUXELAS)		17
“TUTORIAL: PERFORMANCE BUDGETING: A PRACTICAL GUIDE” (EIPA) (VARSÓVIA)		2
CURSO DE ARQUIVOS AUDIOVISUAIS (BRY-SUR-MARNE, PARIS)		1
CONFERÊNCIA PARLAMENTAR INTERNACIONAL SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E DESFLORESTAÇÃO (ESTOCOLMO)		1
ENCONTRO DE LEGISLADORES ESTADUAIS E PRESIDENTES DE CÂMARA AMERICANOS DE ORIGEM PORTUGUESA (GPA PORTUGAL – EUA) (WASHINGTON)		1
CONFERÊNCIA ANUAL DE CORRESPONDENTES CERDP (BRATISLAVA)		2
XLII COSAC (ESTOCOLMO)		6
REUNIÃO DO CONSELHO IPEX (COPENHAGA)		1
CONFERÊNCIA DE PRESIDENTES DE COMISSÕES DE JUSTIÇA (ESTOCOLMO)		1
“MEETING OF THE COMPETENT AUTHORITIES FOR TISSUES AND CELLS” (BRUXELAS)		1
“THE PARLIAMENTARY DIMENSION TO THE EASTERN PARTNERSHIP ” (ESTOCOLMO)		1
3.ª CONFERÊNCIA MUNDIAL “E-PARLIAMENT ” (WASHINGTON)		3
REUNIÃO INTERPARLAMENTAR – “JOINT PARLIAMENTARY MEETING” (BRUXELAS)		1
VISITA DE ESTUDO AO PARLAMENTO EUROPEU SOBRE “THEMATIC VISIT IN COOPERATION WITH THE COMMITTEE ON FOREIGN AFFAIRS AND THE SUBCOMMITTEE ON DEFENCE” (BRUXELAS)		2
SEMINÁRIO “EUROPEAN INFORMATION MANAGEMENT – EUROPE ON THE INTERNET – FINDING YOUR WAY THROUGH THE EUROPEAN INFORMATION JUNGLE” (EIPA) (MAASTRICHT)		1
SEMINÁRIO CERDP SOBRE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (ROMA)		2
SEMINÁRIO EIPA SOBRE “GUIA PARA A POLÍTICA EUROPEIA DE VIZINHANÇA” (MAASTRICHT)		1
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE SECRETÁRIOS-GERAIS DOS PARLAMENTOS DA UNIÃO EUROPEIA (BRUXELAS)		2
II ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE PARLAMENTARES PELA JUVENTUDE (BRASÍLIA)		1
15.ª CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO – QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS – COP 15 (COPENHAGA)		2
REPRESENTAÇÃO PERMANENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA JUNTO DA UNIÃO EUROPEIA (BRUXELAS)		1

Constam do quadro seguinte alguns indicadores relativos a deslocações ao estrangeiro cuja contabilização se encontra distribuída por várias actividades:

QUADRO 16
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
N.º DE DESLOCAÇÕES	394	351	452	442	463	475
DESPESA ASSUMIDA	1.189.380	993.780	1.621.947	1.699.240	1.728.664	1.576.709
DESPESA/DESLOCAÇÃO	3019	2831	3588	3844	3734	3319

Unidade: Euro

Importa referir que a despesa com as deslocações ocorridas em 2009 inclui ajudas de custo, alojamento e transportes, reflectindo o número de viagens um aumento de 2,59%,

de 2008 (463) para 2009 (475), realçando-se o facto de as despesas inerentes traduzirem um decréscimo médio (por deslocação) relativamente aos dois últimos anos de 8,79%.

2.4. Grupos Parlamentares de Amizade

No ano de 2009, foram constituídos os Grupos Parlamentares de Amizade com a Argélia, Austrália e Jordânia.

Das actividades destes e de outros Grupos criados durante a X legislatura, que perfizeram um total de 31, resultou neste ano um conjunto de 29 reuniões, expressas na seguinte listagem:

- Portugal – Argélia – 1 reunião
- Portugal – Argentina – 1 reunião
- Portugal – Cabo Verde – 1 reunião
- Portugal – China – 3 reuniões
- Portugal – Cuba – 2 reuniões
- Portugal – Espanha – 1 reunião
- Portugal – Estados Unidos da América – 3 reuniões
- Portugal – França – 2 reuniões
- Portugal – Israel – 6 reuniões
- Portugal – Moçambique – 1 reunião
- Portugal – Reino Unido – 2 reuniões
- Portugal – Uruguai – 1 reunião
- Grupo de Parlamentares conexo com a UNESCO – 4 reuniões
- Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento – deslocação à Guiné-Bissau a convite da Assembleia Nacional Popular e do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)

Evolução dos Grupos Parlamentares de Amizade	2006	2007	2008	2009
N.º DE GRUPOS EXISTENTES	21	29	30	33
N.º DE REUNIÕES REALIZADAS	39	82	73	29

2.5. Recepção de Delegações e de Entidades Oficiais, Cerimónias e outras Reuniões

2.5.1.

No plano das **relações internacionais bilaterais**, salientam-se as seguintes visitas oficiais, cerimónias e reuniões:



Visita do Presidente do Parlamento da Noruega

- Visita do Presidente do Senado da Colômbia;
- Visita do Presidente do Parlamento da Eslovénia;
- Visita do Presidente em exercício da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau;
- Visita do Presidente do Parlamento da Noruega;
- Visita do Presidente da Câmara dos Deputados da Tunísia;
- Visita do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;
- Visita do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República de Angola;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Rei da Jordânia;
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Emir do Qatar;
- Cerimónia de Boas-Vindas à Presidente da República do Chile;
- Visita do Vice-Presidente do Parlamento de Timor-Leste;
- Visita do Vice-Presidente da Assembleia Nacional do Vietname;
- Visita de uma Delegação da Comissão de Assuntos Constitucionais e Jurídicos e Regulamentação Parlamentar da Assembleia Nacional da Hungria;
- Visita de uma Delegação da Assembleia Nacional da Coreia;
- Visita de uma Delegação “All Party Parliamentary” da Câmara dos Comuns do Reino Unido;
- Visita do Grupo Parlamentar de Amizade China-Portugal;
- Visita de Deputados Suecos e Reunião com a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia;
- Visita de uma Delegação do Senado da República Checa e reunião com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;



Colóquio “Património Cultural Imaterial: a face intangível do Património”

- Colóquio sobre o TGV, organizado pela Comissão de Obras Públicas;
- Colóquio “Património Cultural Imaterial: a face intangível do Património”;
- Colóquio “Sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde”;
- Visita do Director do Geneva Centre for the Democratic Control of the Armed Forces (DCAF) e reunião com a Comissão de Defesa Nacional;
- Visita de Bolseiros Americanos do Programa Marshall;
- Visita de Militares Brasileiros e Reunião com a Comissão de Defesa Nacional;
- Visita de um Grupo de Politólogos da Nova Zelândia;
- Visita de Estudo de Estudantes Sérvios da Universidade Novi Sad;
- Visita do Embaixador do Paquistão e reunião com o Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Paquistão;
- Visita de Conselheiros Jurídicos de Ministérios holandeses;
- Visita de funcionários do Parlamento Dinamarquês para uma apresentação sobre notas técnicas com os serviços da Assembleia da República;
- Reunião da Comissão de Assuntos Europeus com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Sérvia;
- Reunião do Presidente da Comissão de Assuntos Europeus com o Vice-Primeiro Ministro da ex-República Jugoslava da Macedónia;
- Encontro do Presidente da Comissão de Assuntos Europeus com o Presidente do Institute for Eastern Studies (Economic Forum);

- Grupo de Deputados concede audiência a Adda Ibrahim da Frente Polisário;
- Seminário promovido pela Associação de Diplomatas de Portugal sobre a internacionalização da Língua Portuguesa;



Seminário promovido pela Associação de Diplomatas de Portugal sobre a internacionalização da Língua Portuguesa

- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Paquistão com o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do Paquistão;
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Estados Unidos da América com o Embaixador Americano;
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Estados Unidos da América com Mário Mesquita (FLAD);
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Venezuela com o respectivo Embaixador;
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Índia com a respectiva Embaixadora;
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Espanha com o respectivo Embaixador;
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-França com o respectivo Embaixador;
- Encontro do Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Argentina com o respectivo Embaixador;
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Argélia com o respectivo Embaixador;
- Encontro da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas com personalidades da Ordem Soberana e Militar de Malta;
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Uruguai com o respectivo Embaixador;

- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-França com o respectivo Embaixador;
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Cuba com o respectivo Embaixador.

Em 2009 o Presidente da Assembleia da República recebeu **em audiência:**

- Presidente do Parlamento de Timor-Leste;
- Presidente do Senado do Cazaquistão;
- Presidente do Parlamento de Marrocos;
- Primeiro-Ministro de S. Vicente e Granadines;
- Presidente do Parlamento de Timor-Leste;
- Ex-Primeiro-Ministro da Coreia, na qualidade de enviado especial do Presidente da República;
- Presidente da Junta da Galiza;
- Presidente do Tribunal de Contas Europeu;
- Ministro dos Negócios Estrangeiros da China;
- Ministro dos Negócios Estrangeiros da Sérvia;
- Ministro dos Negócios Estrangeiros da Croácia;
- Director-Geral da OIT, Embaixador Juan Somavia;
- Presidente do Tribunal Constitucional;
- Vice-Presidente da Assembleia Nacional Popular de Cabo Verde;
- Ministro da Defesa;
- Chefes de Missão Diplomática em Lisboa dos Países Latino Americanos e das Caraíbas;
- Secretário-Geral do SIRP;
- General James Mattis, Comandante do Supreme Allied Command Transformation da NATO;



Conferência com o General James Mattis, Comandante do Supreme Allied Command Transformation da NATO

- Embaixador da China;
- Presidente da Casa dos Açores do Ontário;
- Chefe de Estado-Maior da Armada;
- Senhora de Xanana Gusmão, Kirsty Sword Gusmão.

2.5.2.

No plano nacional, destacam-se os seguintes **eventos e cerimónias:**

- Sessão de Reabertura da Sala das Sessões;
- Sessão Solene Comemorativa do XXXV Aniversário do 25 de Abril;



Sessão de Reabertura da Sala das Sessões



Sessão Solene Comemorativa do XXXV Aniversário do 25 de Abril

- Conferência sobre Ensino Superior da iniciativa da Comissão de Educação e Ciência;
- Conferência sobre Ciência em Portugal da iniciativa da Comissão de Educação e Ciência;
- Conferência sobre Indústrias de Defesa da iniciativa da Comissão de Defesa Nacional;

- Conferência sobre a Indústria do Têxtil e Vestuário – Trajectos de Futuro da iniciativa da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional (Grupo de Trabalho – Sector Têxtil e Vestuário);
- Colóquio “Envelhecimento e Cidadania Activa” da iniciativa da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública;
- Colóquio sobre Qualidade da Legislação da iniciativa da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;
- Colóquio Parlamentar sobre Economia Portuguesa da iniciativa da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia;
- Apresentação pública do relatório relativo às audições realizadas com a comunidade dos portugueses ciganos, no âmbito do ano europeu para o diálogo intercultural da iniciativa da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura;
- Café da Ciência, da iniciativa da Comissão de Educação, Ciência e Cultura;



Café da Ciência

- 1.º Encontro de Quadros Parlamentares de Portugal
- Parlamento dos Jovens;
- “O Poder da Moda” da iniciativa da Comissão de Saúde;
- Cerimónia de Entrega do Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa;
- Cerimónia Comemorativa do Dia Nacional dos Direitos Humanos – Entrega do Prémio Direitos Humanos;
- Inauguração da Exposição “Portugal nos Jogos Paralímpicos”;



Cerimónia Comemorativa do Dia Nacional dos Direitos Humanos – Entrega do Prémio Direitos Humanos

- Serenata de Coimbra na Assembleia da República;
- Concerto de Reabertura da Sala das Sessões;
- Mostra de Sabor, Saber e Sentir do Algarve da iniciativa da Confraria de Gastrónomos do Algarve;
- Prova de Azeites de Portugal;
- Prova de Vinhos do Douro-Dão;
- Prova de melhores vinhos premiados no CNVE 2008;
- Assinatura do Protocolo de Cooperação entre a Assembleia da República e a Biblioteca Nacional de Portugal;
- Apresentação Pública do Livro Branco sobre o Diálogo Intercultural;
- Lançamento do livro do Deputado Feliciano Barreiras Duarte sobre Políticas de Imigração e Asilo;
- Lançamento do livro sobre José Estêvão de Magalhães da Coleção Parlamento;
- Lançamento do livro *Candidatos da Oposição à Assembleia da República* de Mário Matos e Lemos;
- Espectáculo “O Peso das Razões” alusivo à vida de José Estêvão de Magalhães;

2.5.3.

No quadro da actividade nacional e da abertura e do relacionamento da Assembleia da República com várias entidades e organizações da sociedade civil, são ainda de salientar as seguintes reuniões:

- Conferência VIH Portugal 2009;
- Conferência sobre a apresentação de dados do Projecto

de investigação “Os Deputados Portugueses em Perspectiva Comparada: Eleições, Liderança e Representação Política” da iniciativa do CIES/ISCTE;

- 60.ª Conferência da Comissão Internacional para a História dos Parlamentos e das Instituições Representativas, da iniciativa da Universidade de Coimbra;
- Reunião do Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas;
- Plenário do Conselho Económico e Social.

2.6. Outros Encargos Parlamentares

A subactividade “Outros Encargos Parlamentares” no OAR 2009 engloba unicamente os montantes de despesa relativos a **quotizações**, porquanto as subvenções aos

partidos políticos representados na Assembleia da República, assim como as subvenções estatais para as campanhas eleitorais, foram neste ano afectas ao “Financiamento de Entidades”.

Esta subactividade representou, em 2009, 0,15% dos encargos globais assumidos, (v. **QUADRO 4**).

Os encargos assumidos em 2009 nesta subactividade, num total de €17.316.543, apresentaram um crescimento de 13,43% relativamente ao ano anterior, reflectindo-se a distribuição destes encargos pelas diversas organizações internacionais de que a Assembleia da República é membro, nos seguintes termos:

QUADRO 17

QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Organizações Internacionais	2008	2009	Var.%
UIP	40.981,73	52.530,15	28,2%
UIP – Grupo Doze Mais	532,18	710,71	33,5%
OSCE	27.989,00	27.989,00	0,0%
ASG-UIP	218,87	269,35	23,1%
APM	27.448,00	27.448,00	0,0%
UNIÃO LATINA	180,00	0,00	-100,0%
USE.PT – Associação Utilizadores Sist. Port.	0,00	150,00	N. APLIC.
Contribuição Anual IPEX	0,00	1.674,00	N. APLIC.
Conselho Internacional de Arquivo	300,00	0,00	-100,0%
TOTAL	97.649,78	110.771,21	13,4%

Unidade: Euro

A photograph of a courtyard with a fountain, flowers, and stone columns, with a blue text box overlaid. The scene is viewed through a glass partition. In the background, there is a circular fountain with a tree in the center, surrounded by a cobblestone path. In the foreground, there is a large bed of red and pink flowers. The courtyard is framed by two large, light-colored stone columns. The ground is paved with large, light-colored tiles. The lighting suggests a bright, sunny day, with shadows cast across the floor.

3. ACTIVIDADES DE APOIO

De acordo com o **QUADRO 4**, as “Actividades de Apoio” corresponderam, em 2009, a 39,68% do total das despesas assumidas (correntes e de capital), destacando-se de entre elas a subactividade “**Serviços da Assembleia**

da República” como a mais representativa na estrutura de despesa, com 59,21% do conjunto dos encargos assumidos ao nível do respectivo agrupamento (**QUADRO 18**).

QUADRO 18

ENCARGOS COM AS ACTIVIDADES DE APOIO

Actividades de Apoio	OAR 2009 corrigido	Encargos assumidos		
		Montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/Σ2
SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	18.426.898	17.579.836	95,40%	59,21%
GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL	554.802	546.115	98,43%	1,84%
FORMAÇÃO DE PESSOAL	238.334	199.997	83,91%	0,67%
ACÇÃO SOCIAL	1.362.885	926.073	67,95%	3,12%
DESPEAS DE FUNCIONAMENTO	13.395.758	10.303.886	76,92%	34,70%
GABINETE MÉDICO	146.905	135.059	91,94%	0,45%
TOTAL	34.125.582	29.690.966	87,01%	100,00%

Unidade: Euro

O crescimento de 1,02% dos encargos assumidos com as “Actividades de Apoio” (**QUADRO 19**) reflecte, em termos médios, o crescimento das subactividade “Formação de Pessoal” (28,35%), “Gabinete do Secretário-Geral” (24,61%) e “Gabinete Médico” (15,97%). Quanto ao crescimento que se verifica na despesa de formação de pessoal, este é determinado por um maior crescimento da verba de formação interna, sendo de salientar a área

comportamental (€29.235). O acréscimo de 24,61% na subactividade “Gabinete do Secretário-Geral” deveu-se às regularizações efectuadas nos termos legais com a aposentação da Adjunta da Secretária-Geral, Dra. Teresa Xardoné. Quanto ao “Gabinete Médico”, o respectivo acréscimo deve-se a um novo encargo decorrente da contratualização com uma empresa de prestação de serviços médicos.

QUADRO 19

EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM AS ACTIVIDADES DE APOIO

Actividades de Apoio	Encargos Assumidos		Var.%
	2008	2009	
SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	16.884.913	17.579.836	4,12%
GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL	438.263	546.115	24,61%
FORMAÇÃO DE PESSOAL	155.818	199.997	28,35%
ACÇÃO SOCIAL	1.066.157	926.073	-13,14%
DESPEAS DE FUNCIONAMENTO	10.729.139	10.303.886	-3,96%
GABINETE MÉDICO	116.456	135.059	15,97%
TOTAL	29.390.746	29.690.966	1,02%

Unidade: Euro

3.1. Gestão das Actividades de Apoio

No ano de 2009, a gestão das várias “Actividades de Apoio” continuou a pautar-se por objectivos direccionados a uma contínua racionalização de recursos; à melhoria dos instrumentos de controlo de gestão; à melhoria das condições de trabalho e das instalações; à abertura do Parlamento ao cidadão; à conservação do património da AR e ainda à adopção de medidas que evidenciem os níveis de consumo de energia bem como à melhoria da qualidade do ar interior (QAI).

3.1.1.

No que se refere à racionalização e melhoria dos instrumentos de controlo de gestão, importa salientar, no que se refere à área financeira, o facto de terem sido normalizados procedimentos e circuitos, com a aprovação pela Senhora Secretária-Geral, em 3 de Julho de 2009, do “**Manual de Procedimentos**” da área financeira, bem como da continuidade dada à desmaterialização de documentos e simplificação dos processos, através da introdução do mecanismo de pagamentos à Assembleia através do Multibanco.

Ainda na sequência das acções de desmaterialização merece referência o projecto de “**Acolhimentos aos Deputados**” implementado no início da XI legislatura, que contou com a colaboração dos diversos serviços e que permitiu diminuir em grande escala a circulação de documentos na AR, através da desmaterialização do registo biográfico do Deputado. Este projecto permite o carregamento de informação simultâneo no Sistema Integrado de Gestão da Assembleia da República - SIGAR, para efeitos do processamento de abonos, e também na aplicação denominada Gestão de Órgãos e Deputados Eleitos (GODE) para efeitos de manutenção actualizada do registo de toda informação respeitante aos Deputados.

Procedeu-se à integração no SIGAR das bases de dados de processamentos de remunerações a Deputados, gabinetes, grupos parlamentares e funcionários da AR.

Regista-se ainda, a integração no SIGAR das bases de dados da gestão patrimonial (imobilizado) e ainda das bases de dados de gestão de stocks do economato e de gestão de stocks da Livraria Parlamentar (livros, peças e artigos de *merchandising*), o que permitirá otimizar a elaboração do Balaço e da Demonstração de Resultados, dispondo assim a Assembleia da República de um só instrumento de gestão que integra a contabilidade orçamental, patrimonial e analítica.

No decurso de 2009, prosseguiu-se através da colaboração integrada dos serviços, à integração das requisições da AR@Net no SIGAR, o que permitiu eliminar duplicações, limitando-se assim possíveis erros.

Dando cumprimento às normas do Código de Contratação Publica foi contratualizada a **Plataforma Electrónica da Assembleia da República**, dotando os serviços da AR de uma ferramenta indispensável aos processos de aquisição de bens e serviços e de empreitadas.

Salienta-se ainda o aperfeiçoamento do sistema de **controlo biométrico de assiduidade e pontualidade** o qual possibilitou otimizar a informação relativa àqueles registos, minorando os erros iniciais, perspectivando-se a estabilização do sistema, o qual também manterá a integração futura ao SIGAR, traduzindo-se num mecanismo automático de suporte ao processamento de remunerações.

Foram também dinamizadas as primeiras **Jornadas de Saúde no Parlamento**, que com um conjunto muito variado de actividades tiveram como objectivo a melhoria da qualidade de vida e de protecção à saúde de todos quantos desempenham funções na Assembleia da República.

Por último, merecem ser assinaladas todas as acções assumidas decorrentes não só na entrada em vigor do

novo regime de contratação pública, mas ainda na parte aplicável, da lei dos vínculos, carreiras e remunerações e do contrato de Trabalho em Funções Públicas, uma vez que este conjunto de normativos, pela sua produção de efeitos diferida no tempo exigiu um acompanhamento complexo na sua execução, por implicar quer uma gestão simultânea com a subsistência transitória dos regimes que se visam substituir, quer com a sua adaptação legal à realidade própria da Assembleia da República, enquanto órgão de soberania.

3.1.2.

No âmbito dos objectivos relativos à **racionalização e melhoria dos instrumentos de controlo e gestão**, bem como à utilização eficiente e optimizada dos recursos disponíveis, concretizaram-se as seguintes acções:

- Incremento e manutenção de uma postura assente na procura da excelência e prontidão na **resolução de problemas surgidos/solicitações externas**, consolidando-se as seguintes melhorias:
 - a) Constante atitude de vigilância e prevenção de potenciais situações problemáticas, contribuindo para a resolução de problemas por antecipação;
 - b) Aumento da rapidez e da eficácia na correcção de problemas;
 - c) Acompanhamento sucessivo e sistemático das solicitações formuladas por outras entidades/serviços até à sua satisfação total, tanto pessoalmente como via telefone, *e-mail* ou outro meio adequado, revelando uma constante monitorização do Palácio, do Edifício Novo, do Edifício D. Carlos I (Casa Branca), e da Casa Amarela.
- Continuidade dos processos assentes em princípios de economia, eficiência e eficácia, nomeadamente:
 - a) Manutenção e aperfeiçoamento do **Sistema de Controlo de Ajustes Directos** – para controlo dos ajustes directos efectuados ao abrigo do Código da Contratação Pública (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 Janeiro, visando controlar as despesas com aquisição de bens e serviços até ao montante de €75 000,00, a qual pode ser precedida de ajuste directo (com ou sem consulta). Considerando que, na Assembleia da República, as compras se encontram descentralizadas, o controlo deste procedimento legal só pode ser realizado mediante um sistema centralizado de gestão de adjudicações por ajuste directo. O sistema serve igualmente as despesas com empreitadas adjudicadas, por ajuste directo e nos termos da lei, até ao limite de €150 000,00;
 - b) Melhoramento e redefinição da base de dados de procedimentos, possibilitando uma gestão integrada e facilitando a circulação da informação e respectiva actualização, implementando os ajustamentos necessários às novas instruções do Código dos Contratos Públicos;
 - c) Deu-se início ao planeamento da migração dos conteúdos da base de dados de procedimentos para o SIGAR, prevendo-se estar este objectivo concluído no primeiro semestre de 2010;
 - d) Gestão continuada dos instrumentos contratuais de manutenção global ou parcial, com propostas de actualização, renovação ou substituição dos mesmos, bem como elaboração de estatísticas periódicas acerca de consumos;
 - e) Abertura e sequência de procedimentos de aquisição de bens e serviços e de empreitadas de obras públicas, bem como respectivo acompanhamento/fiscalização, na perspectiva da manutenção, beneficiação e requalificação continuadas do património da Assembleia da República.
 - f) Encontra-se em fase de execução a Auditoria ambiental nos Edifícios da Assembleia da República no sentido de conhecer os consumos energéticos e hídricos. Esta auditoria visa, não apenas implementar um sistema de certificação energética, dando a

conhecer as medidas de melhoria do desempenho, que sendo economicamente viáveis, possam ser implementadas pela AR e em consequência contribuir para uma redução de despesas com energia e simultaneamente melhorar a eficiência energética dos edifícios, avaliando-se ainda o desempenho dos sistemas de climatização que devem assegurar a qualidade do ar interior (QAI).

3.1.3.

Uma das actividades dos SAR traduz-se na organização de **visitas guiadas** ao Palácio de São Bento. Perspectivadas enquanto instrumento pedagógico e de cidadania, estas visitas dão a conhecer as competências e o funcionamento da Assembleia da República e o seu relacionamento com os outros órgãos de soberania, ao mesmo tempo que permitem que os cidadãos se envolvam na história e no espaço patrimonial.

Depois de em 2008 se ter registado uma redução no número de visitas devido às obras de remodelação da Sala das Sessões, a partir do segundo trimestre de 2009,

ou seja, logo após a inauguração daquele espaço, assistiu-se ao progressivo aumento do número de visitantes.

Registaram-se, assim, 349 visitas guiadas em dias úteis, que integraram um total de 11.942 cidadãos, na sua maioria grupos de estudantes dos diversos graus de ensino. No último sábado de cada mês, realizaram-se 12 visitas guiadas, participadas por 548 pessoas, sendo que

GRÁFICO 5.1.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VISITAS GUIADAS

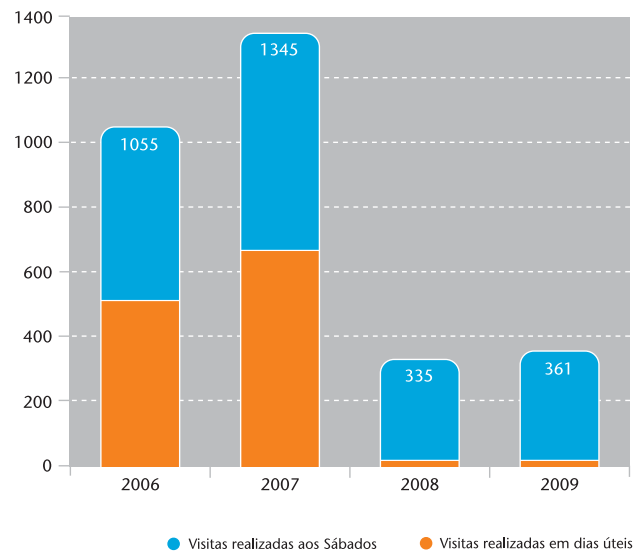
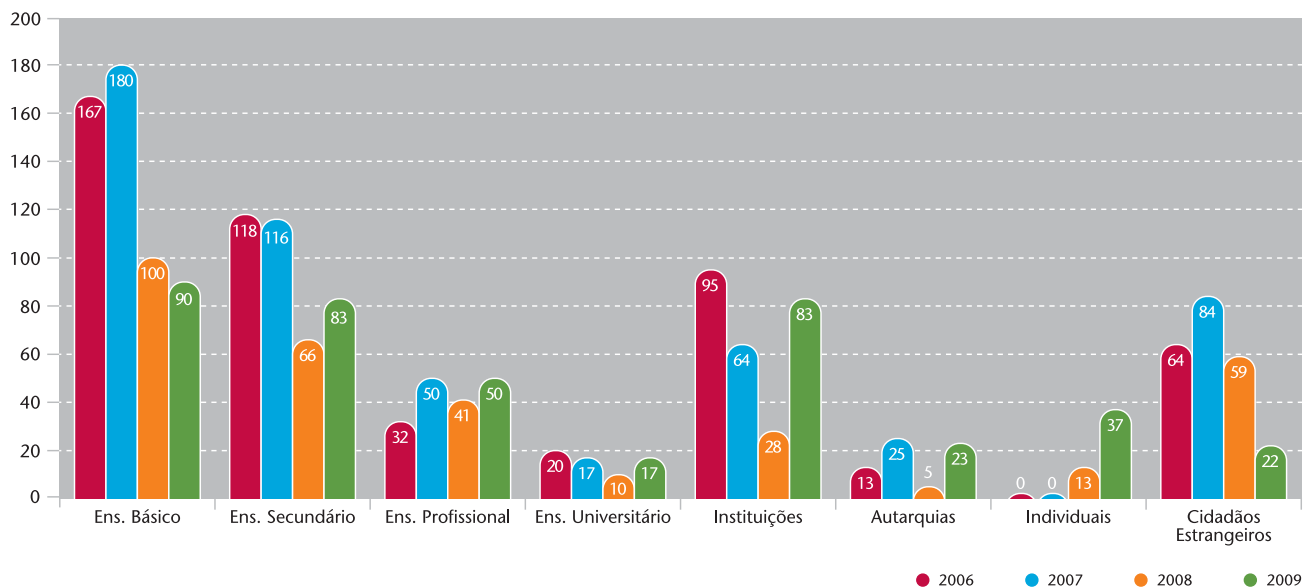


GRÁFICO 5.2.

DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DE PÚBLICO-ALVO



o número total de visitantes nesse ano foi de 12.490. Estes números traduzem um aumento global de 18,8 % do número de visitantes (dias úteis acrescidos de sábados, domingos e feriados) relativamente ao ano anterior.

Exceptuam-se desta estatística as visitas realizadas em dias comemorativos, como o “Dia Internacional dos Monumentos e Sítios”, a 18 de Abril, e o “Dia da



Dia Internacional dos Monumentos e Sítios na Assembleia da República

Liberdade”, a 25 de Abril, ambos celebrados sob o mote “Parlamento de Porta Aberta”. No “Dia Internacional dos Monumentos e Sítios” o programa da Assembleia da República incluiu um conjunto de actividades lúdico-pedagógicas, destinado a várias faixas etárias, como “Mil Fósseis a meus Pés!”, “Terra em Movimento!” e “Aos Tremeliques!”, além das visitas livres e guiadas ao Palácio de São Bento e visitas guiadas à exposição então patente na AR, “Arquitecto Ventura Terra (1866-1919)”, sendo que neste dia foram acolhidos 1422 cidadãos.

No “Dia da Liberdade”, depois da Sessão Solene Comemorativa do XXXV Aniversário do 25 de Abril de 1974, pela primeira vez, o Palácio de São Bento abriu as suas portas para visitas livres e guiadas ao Palácio e visitas guiadas à exposição ali patente. Apenas numa tarde, das 14h30 às 20h00, mais de 2100 pessoas usufruíram da história e do património arquitectónico e cultural do Parlamento português, fazendo deste evento o mais participado de sempre.

No contexto das **visitas guiadas**, salienta-se ainda a exposição atrás referenciada “Arquitecto Ventura Terra (1866-1919)”, realizada em homenagem ao autor do projecto original do Hemiciclo inaugurado em 1903. Entre 25 de Março e 31 de Julho, período em esteve patente no Palácio de São Bento, esta exposição foi visitada por mais de 3000 pessoas.

Refira-se, por último, que, em 2009, a Assembleia da República não participou nas Jornadas Europeias do Património, por coincidência desta iniciativa com a data das eleições legislativas e com o dia de reflexão que as precede.

Destacam-se ainda, ao nível de **exposições e eventos**, além dos já mencionados, os “Concertos de Reabertura da Sala das Sessões” pela Brass Ensemble da Metropolitana e pela Banda da GNR (25 de Março), a Serenata do Fado de Coimbra pelo Grupo de Fados e Guitarradas Despertar e pelo Grupo de Canção e Guitarradas de Coimbra (24 de Abril), a actuação do Coro de Santo Amaro de Oeiras na Sessão Solene Comemorativa do XXXV Aniversário do 25 de Abril de 1974 (25 de Abril), o Concerto da Banda Musical de Arouca (17 de Junho) e o Concerto de Reabertura da Sala do Senado pela Orquestra Académica Metropolitana (16 de Dezembro).

Foram também exibidas no Parlamento duas **peças de teatro**. A primeira, Farsa chamada Auto da Índia, baseada



Serenata do Fado de Coimbra

num clássico da literatura dramática portuguesa de Gil Vicente, foi apresentada no dia 6 de Maio pela Companhia de Teatro do Algarve (ACTA). A segunda intitulava-se “O Peso das Razões”, de Nuno Júdice, e foi interpretada pela companhia de teatro Artistas Unidos. Este espectáculo iniciou o ciclo de comemorações do bicentenário do nascimento de José Estêvão, notável jornalista, político e orador parlamentar, e contou com duas apresentações na AR no dia 25 de Novembro, amplamente aplaudidas pelo público presente.

Merecem ainda uma referência particular as **exposições** “Arquitecto Ventura Terra” (1866-1919) (anteriormente aludida), patente de 25 de Março a 31 de Julho, “As Cidades no Homem” de Nadir Afonso, patente de 2 a 20 de Fevereiro, “Maluda: retrospectiva”, aberta ao público entre 26 de Junho e 28 de Agosto e exposição “Parlamento dos Jovens 1995-2009” patente de 20 de Abril a 20 de Maio.

Por último, importa destacar a iniciativa inédita “O Poder da Moda – contra o cancro”, um desafio lançado pela AR à indústria da moda para a criação de acessórios de cabeça especialmente concebidos para as mulheres que sofrem ou sofreram de cancro e cujos tratamentos implicaram a queda de cabelo. Dez conceituados criadores de moda portugueses responderam ao convite e a apresentação pública destes acessórios foi feita num desfile na noite de 9 de Julho, o qual contou com a presença de quase meio milhar de pessoas que completaram o magnífico



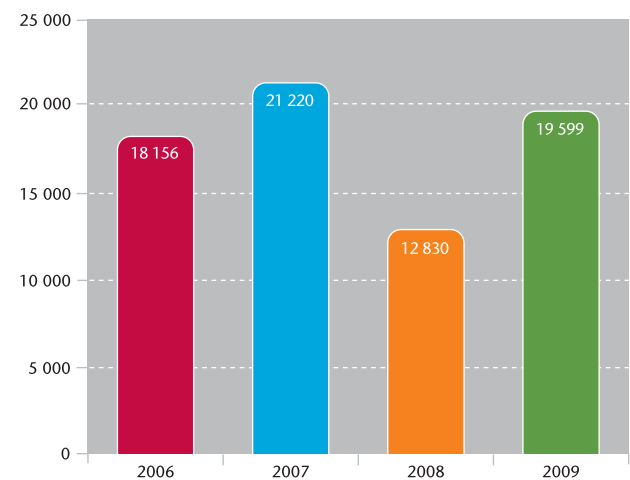
“O Poder da Moda” da iniciativa da Comissão de Saúde

cenário montado num espaço do Palácio de São Bento pela primeira vez utilizado para um evento, o Átrio Exterior.

As **assistências às sessões plenárias** registaram uma tendência ascendente em 2009, sobretudo após a inauguração da renovada Sala das Sessões. Assim e a partir de Março, 19.599 cidadãos estiveram presentes nas galerias da Sala das Sessões, o que representa um aumento de 52% em relação a 2008 (12.830). Refira-se que este aumento ilustra o crescente interesse do público pela actividade parlamentar e assume um maior significado se tivermos em conta que, nos três primeiros meses do ano, enquanto as sessões plenárias decorreram na Sala do Senado, não houve agendamento de assistências para grupos de visitantes.

GRÁFICO 6.1.

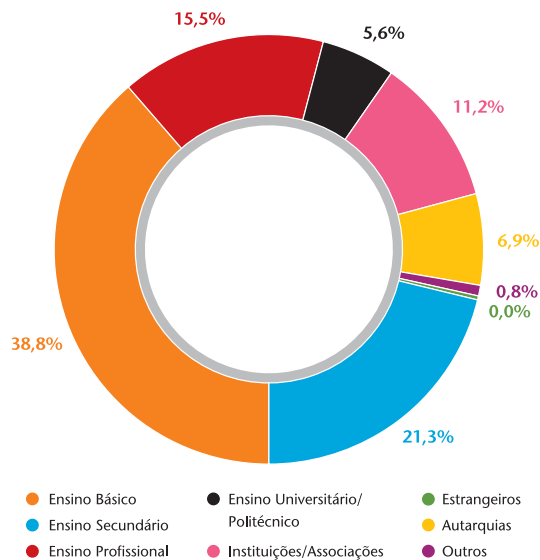
EVOLUÇÃO DE ASSISTÊNCIAS A SESSÕES PLENÁRIAS



A informação ao cidadão surge concretizada através de um conjunto diversificado de acções, nomeadamente na manutenção do portal de internet do Parlamento, na resposta a pedidos de informação, no apoio à actividade dos órgãos de comunicação social (94 comunicados) e na publicação de 108 anúncios.

Importa também salientar que 2009 foi um ano de viragem na história do Boletim Informativo (BI), marcado

GRÁFICO 6.2.
DISTRIBUIÇÃO POR PÚBLICO-ALVO



pela respectiva desmaterialização e reformulação de conteúdos, projecto concretizado com o início da XI legislatura.

O novo BI, disponível exclusivamente em suporte digital, está preparado para permitir pesquisas temáticas ou cronológicas e para serem introduzidas hiperligações e RSS – *Really Simple Syndication* (formato que possibilita a subscrição do BI e recepção de todas as suas actualizações), estando também prevista a criação de versões para PDA e telemóvel, entre outras. Outra novidade é o facto de o carregamento de alguns dados no BI ser descentralizado, sendo feito de forma automática pelos vários produtores de informação da AR, o que se procurará estender a outras áreas de informação de forma faseada.

A derradeira edição em papel desta agenda parlamentar foi distribuída no dia 23 de Julho, data da última reunião plenária da anterior legislatura, tendo sido impressos, desde o início do ano e até essa data 74 versões em papel.

3.1.4.

O programa **Parlamento dos Jovens**, em conformidade com as orientações emanadas da Comissão de Educação

e Ciência, e reportando directamente para efeitos da respectiva gestão à Secretária-Geral, deu continuidade à prossecução dos objectivos previamente definidos, registando-se, em 2009, um aumento significativo no que se refere à participação das escolas e dos alunos, bem como no que diz respeito ao envolvimento e participação dos Deputados da Assembleia da República nas diversas fases do programa.

O aumento percentual do número de escolas participantes de 2009 face a 2008 (459 escolas) foi de 39,9%, reportando-se o valor absoluto a 642 escolas, sendo que o acréscimo de alunos participantes foi de 76%, num total de 19.240 alunos.

Constituíram factores determinantes deste crescimento os seguintes:

- Intensa participação das Equipas de Apoio às Escolas, coordenadas pelas Direcções Regionais de Educação (DRE), que se empenharam na adesão de novas escolas do ensino básico;
- Reconhecimento, pelas escolas, do interesse pedagógico do programa e do respectivo contributo para o desenvolvimento de competências dos alunos, designadamente ao nível da expressão oral, capacidade de argumentação e aprendizagem sobre as regras da democracia;
- A cooperação activa do Ministério da Educação e do Instituto Português da Juventude, através das Direcções Regionais de Educação e de Juventude, na sua relação de proximidade com as escolas e na articulação de procedimentos;
- Empenhamento das Direcções Regionais de Educação e Juventude das Regiões Autónomas, sendo relevante destacar que, pela primeira vez, nos Açores, escolas de todas as ilhas participaram no programa (35 no total), o que traduz o empenho da Região, que assumiu despesas significativas para garantir este nível de participação.

Pela primeira vez, a inscrição de escolas destes círculos foi mais ampla: quatro escolas da Europa e cinco fora da Europa enviaram inscrição. No entanto, apenas duas



Parlamento dos Jovens 2009

desenvolveram o trabalho previsto na 1.ª fase: a coordenação do ensino Português na Suíça na Sessão do ensino secundário e a Escola Portuguesa de Macau nas duas Sessões.

Destaca-se a realização da exposição “Parlamento dos Jovens 1995-2009”, que pretendeu divulgar a evolução

do programa, assinalar as datas marcantes do projecto, as parcerias e exibir os cartazes editados anualmente para publicitação dos temas em debate. Foram também exibidas, em *slide show*, cerca de 900 imagens das Sessões Nacionais, abrangendo diversas legislaturas. A exposição, que esteve patente entre 20 de Abril e 26 de Maio, foi acompanhada da edição de um catálogo evocativo.

Importa ainda referir que o objectivo traçado pela Comissão de se atingir a participação de 500 escolas na edição do programa 2008-2009 foi ultrapassado: o número global de escolas inscritas e que participaram activamente no programa foi de 642, pertencendo 352 ao 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e 290 ao ensino secundário, conforme o seguinte quadro indicativo:

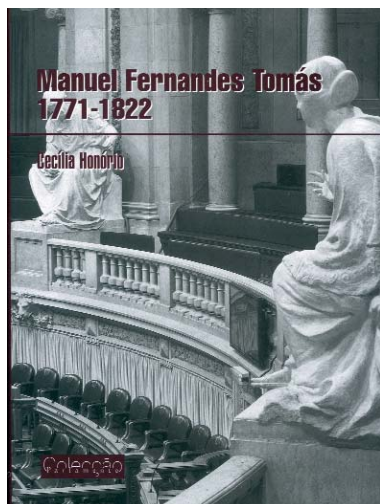
Escolas participantes	Básico		Secundário		Totais		Evolução 2008-2009		
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	Básico	Secundário	Total
	1	2	3	4	5	6	7=2/1	8=4/3	9=6/5
ESCOLAS PARTICIPANTES	203	352	256	290	459	642	73,4%	13,3%	39,9%
TURMAS ENVOLVIDAS	1019	1542	1247	1471	2266	3013	51,3%	18,0%	33,0%
ALUNOS PARTICIPANTES NAS LISTAS ELEITORAIS	6680	11.760	6310	7480	12.990	19.240	76,0%	18,5%	48,1%
VOTANTES NAS ELEIÇÕES – SESSÕES ESCOLARES	46.062	76.591	44.751	49.215	90.813	125.806	66,3%	10,0%	38,5%
ALUNOS PARTICIPANTES NAS SESSÕES DISTRIAIS/REGIONAIS, ELEITOS NAS S. ESCOLARES	890	1253	1075	1092	1965	2345	40,8%	1,6%	19,3%
N.º DE ESCOLAS ELEITAS PARA A SESSÃO NACIONAL	62	64	60	64	122	128	3,2%	6,7%	4,9%
ALUNOS ELEITOS PARA A SESSÃO NACIONAL	124	128	120	128	244	256	3,2%	6,7%	4,9%



4. ACTIVIDADE EDITORIAL

Em 2009, a Assembleia da República deu continuidade à actividade cultural e editorial que tem vindo a ser desenvolvida e que se traduziu na edição de livros, brochuras, folhetos, postais, agendas, convites e outros materiais promocionais; na produção de peças e artigos evocativos do Parlamento; na organização de sessões de lançamento de livros; na produção e o acompanhamento de exposições; no apoio a obras de outras editoras e na divulgação do Parlamento através da Livraria Parlamentar e da participação em feiras do livro.

A Assembleia da República editou 32 livros, dos quais se salientam os sete títulos da Colecção Parlamento, editados em parceria com a Texto Editora: *Cunha Leal, Deputado e Ministro da República: um notável rebelde*, de Luís Farinha (primeira obra integrada na Série Parlamentares da I República); *Os Deputados da Assembleia Nacional 1935-1974*, de Tavares Castilho; *Manuel Fernandes Tomás*, de Cecília Honório; *Mouzinho da Silveira: pensamento e acção política*, de Miriam Halpern Pereira; *António Lino Neto: intervenções parlamentares*, organizado pelo Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa; *José Estêvão de Magalhães 1809-1962: biografia parlamentar*, de Júlio Rodrigues da Silva e *Candidatos da oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973: um dicionário)*, de Mário Matos e Lemos, com coordenação de Luís Reis Torgal. Destacam-



se ainda o catálogo da exposição *Arquitecto Ventura Terra 1866-1919*, o lançamento da Colecção Património da Assembleia com dois números publicados (*Sala do Senado* e *Sala D. Maria II*) e a actualização do *Manual do Deputado* e da *Colectânea Parlamentar*, distribuídos aos Deputados no início da XI legislatura. Foram editados ainda o calendário e a agenda para 2010, em dois formatos, subordinados ao tema da implantação da República em Portugal.



Lançamento do dicionário "Candidatos da oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973)"

Dos diversos materiais editados relativos à história e da actividade parlamentar, destacam-se a brochura sobre Ventura Terra (distribuída gratuitamente aos visitantes da exposição); o catálogo da exposição de cartazes do Parlamento dos Jovens e o conjunto de programas/convites executados para os eventos que tiveram lugar no Parlamento. Também na área da divulgação, foi editado o quarto número da Colecção Parlamento Jovem com o título *Miguel Ventura Terra, o arquitecto da Sala das Sessões*.

Também neste ano foram aprovados pelo Grupo de Trabalho para os Assuntos Culturais (GTAC) dois novos títulos da Colecção Parlamento: *O poder oculto: biografia política de Mariano Cirilo de Carvalho*, de Paulo Jorge Fernandes, e *As eleições legislativas de 1942*, de José Reis Santos.

No âmbito das Comemorações do Centenário da República, foi assinado um Protocolo com a Biblioteca Nacional de Portugal para a co-edição dos livros *Bibliografia de jornais republicanos*, *Correspondência de Ana de Castro Osório com*

personalidades republicanas, Inventário do espólio de Ginestal Machado e Varões assinalados (fac-símile), assim como para a organização conjunta da exposição Res publica: cidadania e representação política em Portugal 1820-1926, comissariada por Fernando Catroga e Pedro Tavares de Almeida.

Em 2009, foram editados 53 novos artigos e reeditados 47. Procurou-se a dignificação dos objectos evocativos da Assembleia da República, visando a edição de peças exclusivas e o desenvolvimento da ideia de colecções de artigos. Neste sentido, foi criada uma linha de *merchandising* inspirada no candeeiro da Escadaria Nobre do Palácio de São Bento. Foi dada continuidade à linha gráfica infantil “Os amigos da Assembleia” (premiada, em 2009, com a medalha de bronze dos European Design Awards) e às linhas de porcelana “Direitos” e “Refeitório dos Monges”. Também em 2009, surgiu a edição do jogo de tabuleiro *Jogo do Parlamento*, com questões sobre a actividade, o património e a história parlamentares.

A Assembleia da República participou na Feira do Livro de Lisboa. As vendas (€6953,49) foram superiores às realizadas em 2008 (€4975,55). Para os *stands* e catálogo das Feiras do Livro foi desenvolvida uma imagem gráfica exclusiva. Através da APEL – Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, as publicações parlamentares estiveram expostas na Feira do Livro de Frankfurt, realizada em Outubro. Renovou-se a iniciativa “Natal na Livraria Parlamentar” (Novembro - Dezembro), com peças em promoção.



Feira do Livro de Lisboa 2009

A Livraria Parlamentar manteve-se aberta ao público nos sábados em que se realizaram visitas ao Palácio de São Bento, durante a permanência da exposição *Arquitecto Ventura Terra* (25 de Março a 30 de Julho) e na iniciativa Parlamento de Porta Aberta (18 e 25 de Abril).



Exposição "Arquitecto Ventura Terra (1866-1919)"

A Assembleia da República organizou a exposição *Arquitecto Ventura Terra 1866-1919* (Março-Julho), com peças e documentos de diversas instituições e colecções particulares.

Em 2009, realizaram-se iniciativas comemorativas do bicentenário do nascimento de José Estêvão de Magalhães, que resultaram de um protocolo assinado entre a Assembleia da República e o Município de Aveiro: espectáculo *O peso das razões*, de Nuno Júdice, com encenação de Jorge Silva Melo e representação pela Companhia Teatral Artistas Unidos (Biblioteca da Assembleia da República e Teatro Aveirense); lançamento do livro *José Estêvão de Magalhães 1809-1862: biografia parlamentar* (Biblioteca da Assembleia da República e Câmara Municipal de Aveiro); exposição José Estêvão de Magalhães: *Revolução e Liberdade* (a inaugurar na Assembleia da República em 2010).

Ainda relativamente aos lançamentos de livros, foram organizadas diversas apresentações, quer de obras editadas pela Assembleia da República, quer por outras editoras, assim como se manteve o apoio à edição de outras obras editadas em 2009, através da aquisição de exemplares.

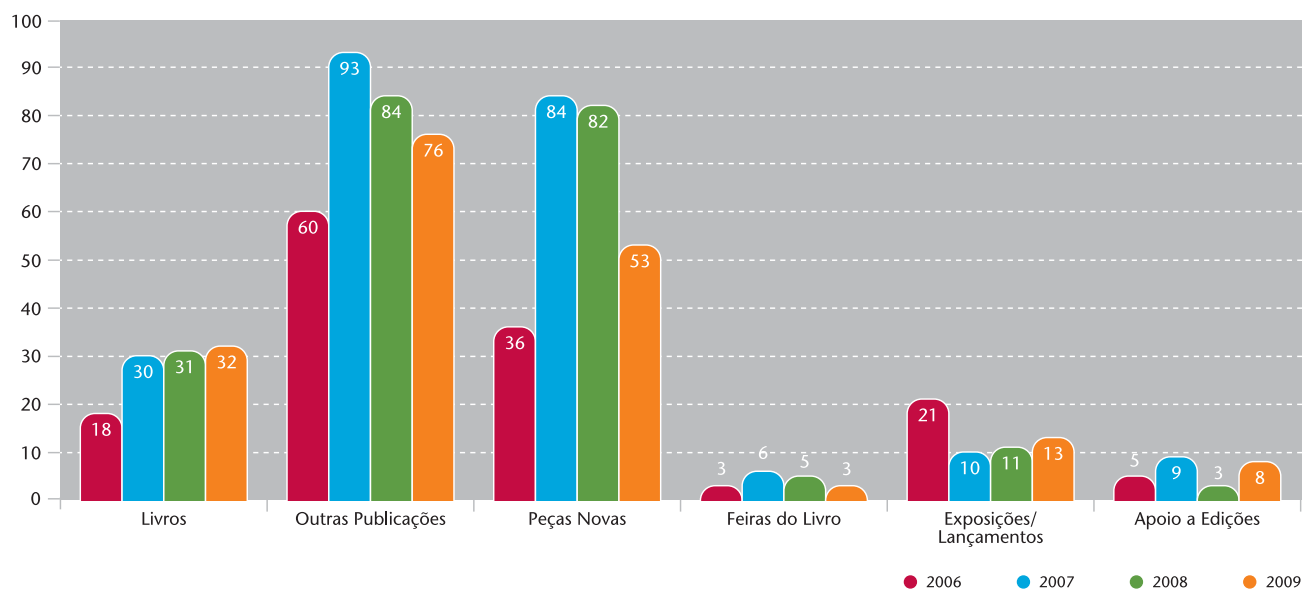
QUADRO 20

LANÇAMENTOS EDITORIAIS

Actividade Editorial		2009
LIVROS		
EDIÇÕES EXCLUSIVAS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA		25
COLECÇÃO PARLAMENTO		7
APOIO A EDIÇÕES (OBRAS JÁ EDITADAS)		8
MATERIAL PROMOCIONAL		
BROCHURAS, FOLHETOS		20
POSTAIS, MARCADORES, CONVITES, CARTAZES, ETC.		52
AGENDAS DE BOLSO, DE SECRETÁRIA E CALENDÁRIOS		4
PEÇAS		
PEÇAS NOVAS: ESTANHOS, PORCELANAS, PELE, CRISTAIS E PAPELARIA		53
REEDIÇÕES		47
EXPOSIÇÕES		
ORGANIZAÇÃO		2
COLABORAÇÃO		3
FEIRAS DO LIVRO		
LISBOA, FEIRA DO LIVRO PARLAMENTAR, FRANKFURT		3
LANÇAMENTOS DE LIVROS		8

GRÁFICO 7

EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE EDITORIAL





5. COOPERAÇÃO
INTERPARLAMENTAR

5.1. Bilateral

No âmbito da Cooperação Parlamentar com os países de língua portuguesa, durante o ano de 2009, importa destacar, para além das actividades elencadas infra, a assinatura de dois novos programas de cooperação, com Cabo Verde e com a Guiné-Bissau.

No âmbito da Cooperação Parlamentar com os países de língua portuguesa, durante o ano de 2009, importa sublinhar:

COOPERAÇÃO COM A ASSEMBLEIA NACIONAL DE CABO VERDE (ANCV)

Programa de Cooperação Parlamentar Bilateral assinado em 27 de Abril de 2009. No quadro deste programa, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Maio – Digitalização pela AR de um conjunto de 25 bobines áudio (formato *open reel*) da ANCV;
- Junho – Formação *on Job*, na AR, da Directora de Serviços Parlamentares, Dra. Nilce Rodrigues, do Chefe de Divisão de Apoio ao Plenário, Dr. Victor Monteiro, do Dr. Luís Lima, Chefe de Divisão de Apoio Técnico e de Secretariado às Comissões e do Dr. José Furtado, Chefe de Divisão de Redacção;
- Julho – Aquisição pela AR do sistema de gestão de Biblioteca “DOCBASE”, para oferta à Assembleia Nacional de Cabo Verde;
- Julho – formação *on Job*, na AR, da Dra. Albertina Graça, Chefe da Divisão da Biblioteca da ANCV.

COOPERAÇÃO COM A ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR DA GUINÉ-BISSAU (ANPGB)

Programa de Cooperação Técnica Parlamentar entre a Assembleia da República e a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau 2009/2011, assinado em 17 de Fevereiro de 2009. No quadro deste programa, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Colocação, na ANPGB, em Bissau, de uma Leitora de português, a tempo inteiro, por um ano, para ensino

da língua portuguesa aos Deputados e funcionários guineenses (ao abrigo do protocolo celebrado entre a AR e o Instituto Camões);

- Missão de avaliação de dois técnicos do CINF para efeitos de informatização da ANP;
- Envio de dicionários e gramáticas de português para a ANP;
- Deslocação de um funcionário da ANP à AR para participação em seminário;
- Deslocação do SG da ANP, no âmbito do Seminário Informativo dos SG dos PLP;
- Fornecimento de equipamento informático, material de escritório e outros consumíveis.

COOPERAÇÃO COM A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (ARM)

No âmbito do Programa de Cooperação Parlamentar 2008/2010, no ano de 2009 executaram-se um conjunto de acções nas áreas do Processo Legislativo e Apoio às Comissões, Documentação Parlamentar, Administração e Finanças, Informática e Secretariado de Direcção:

- Processo Legislativo / Apoio às Comissões
Em Outubro realizou-se em Chindenguele um “Curso de feitura de leis, tramitação legislativa e constitucionalidade”. Este foi ministrado por dois juristas parlamentares portugueses e destinou-se a funcionários do Parlamento moçambicano;
- Documentação Parlamentar
Perante as necessidades prementes de apetrechamento do arquivo da Assembleia da República de Moçambique foi desenvolvida uma acção de assistência material com vista a colmatar as lacunas existentes;
- Administração e Finanças
Em Setembro realizaram-se, na Assembleia da República de Moçambique, um conjunto de missões de assistência

técnica que cumpriram os seguintes objectivos:

- Apoio no levantamento das necessidades e na definição de termos de referência para a aquisição de uma base de dados de sistema para processamento de remunerações e outros abonos para os Deputados e para os funcionários e de uma base de dados para gestão e controlo orçamental;
- Formação e capacitação em sistemas de processamento de remunerações e gestão e controlo orçamental;
- Assistência técnica no âmbito do controlo de assiduidade e da avaliação de desempenho;
- Formação em técnicas de recursos humanos;
- Apoio no levantamento das necessidades e na definição de termos de referência para a aquisição de uma base de dados de Aprovisionamento (gestão e controlo de stocks) e de Património (inventário e gestão da frota automóvel);
- Formação em técnicas de gestão de património.

- **Informática**

Em Setembro, dois técnicos do Centro de Informática do Parlamento Português deslocaram-se à Assembleia da República de Moçambique para efectuar uma missão de avaliação das infra-estruturas de suporte com vista à instalação de aplicações informáticas na Área de Rede e na Área de Sistemas;

- **Secretariado de Direcção**

Entre 23 e 27 de Março, quatro secretárias de direcção da ARM frequentaram uma acção de formação ministrada pelo Instituto Nacional de Administração sobre Técnicas de Secretariado. Após a frequência desta acção de formação as quatro secretárias estagiaram na AR, de 30 de Março a 3 de Abril de 2009.

COOPERAÇÃO COM A ASSEMBLEIA NACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (ANSTP)

No âmbito do Programa de Cooperação Parlamentar Luso-Santomense 2007-2009, realizaram-se as seguintes acções:

- Na semana de 30 de Março a de 2 de Abril, um Seminário de Feitura das Leis, o qual contou com a participação de dois Deputados e da Chefe da Divisão de Apoio às Comissões;
- Na semana de 5 a 9 de Outubro, em São Tomé, o Seminário sobre Métodos e Técnicas para uma Escrita Eficaz ministrado por três funcionários parlamentares da Divisão de Redacção e Apoio Audiovisual e do Arquivo Histórico da AR;
- Na Assembleia da República, de 25 de Maio a 5 de Junho, estágios de três técnicos do Departamento de Apoio ao Plenário e às Comissões da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe;
- De acordo com as acções de assistência técnica previstas no Protocolo de Cooperação, foi enviado à ANSTP um relatório feito pelo Canal Parlamento da Assembleia da República de Portugal contendo as conclusões sobre a possibilidade de se instalar um canal de televisão interna na ANSTP;
- O Consultor da ANSTP para a área de informática participou num estágio junto do CINF, de 27 a 31 de Julho.

COOPERAÇÃO COM O PARLAMENTO NACIONAL DE TIMOR-LESTE (PNTL)

- Deslocação a Timor-Leste de uma Missão de Diagnóstico, de 11 a 22 de Agosto, para a elaboração de um Programa de Cooperação entre a Assembleia da República de Portugal e o Parlamento Nacional de Timor-Leste. Na missão participou a Secretária-Geral Adjunta, o Director de Serviços de Documentação, Informação e Comunicação e a Chefe de Divisão de Relações Internacionais;
- Exerceu funções no Parlamento timorense uma Leitora contratada ao abrigo do Protocolo de Cooperação celebrado entre a Assembleia da República e o Instituto Camões, em regime de exclusividade, para minis-

trar aulas de língua portuguesa a Deputados e a funcionários;

- Exerceu funções de assistência técnica junto ao Parlamento Nacional de Timor-Leste, Janeiro a Setembro, um jurista, funcionário da AR.

5.2. Multilateral

No domínio da cooperação parlamentar multilateral, a Assembleia da República organizou os seguintes encontros:

- X Encontro dos Secretários-Gerais da ASG-PLP, subordinado ao tema “Seminário Informativo de Secretários-Gerais dos Parlamentos da CPLP”, teve lugar na Assembleia da República de Portugal, entre 29 de Junho e 3 de Julho;
- I Encontro Interparlamentar de Quadros das Áreas Financeira e Patrimonial, que decorreu na AR nos dias 4 a 8 de Maio. Contou com a presença de técnicos das áreas financeira e patrimonial dos Parlamentos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.



I Encontro Interparlamentar de Quadros das Áreas Financeira e Patrimonial

Importa registar ainda a realização, em Junho de 2009, do 1.º Encontro de Quadros Parlamentares de Portugal, que permitiu um contacto directo entre os quadros da Assembleia da República e das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

No âmbito da **Associação de Parlamentares por África (AWEPA)**

- Dia 24 de Março – realização, na AR, do Seminário “Crianças Órfãs e Vulneráveis pelo VIH/SIDA: apelo à acção parlamentar”.



6. GESTÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

No ano de 2009, a gestão das tecnologias de informação na AR teve como objectivos principais: a rentabilização das infra-estruturas de equipamento e aplicacional (a desenvolver no ponto 9 – Investimentos) e a instalação de novas soluções, que contribuiriam fortemente para a modernização dos SAR e para o aumento da eficácia da actividade da AR, nas vertentes legislativa, parlamentar e administrativa.

No caso das novas soluções, no sentido de melhorar a integridade da informação residente nos sistemas de informação da AR, bem como aumentar a eficácia dos processos da organização, foi dada especial atenção à integração das novas soluções com os sistemas que se encontram em produção.

No âmbito da **auditoria ao Sistema Informático da AR** efectuado pelo INESC em 2008, foi efectuado um levantamento e análise da Infra-estrutura e Segurança do Sistema Informático da Assembleia da República. Nesta auditoria foi identificado como principal constrangimento da infra-estrutura base do sistema informático da Assembleia da República a existência de seis directórios: um directório para cada um dos maiores grupos parlamentares (PS, PSD, CDS-PP, PCP e BE) e o directório dos serviços da AR.

No cumprimento de uma deliberação do Conselho de Administração, o Centro de Informática efectuou, para todos os grupos parlamentares, Comissão de Ética, Conferência de Líderes e Conselho de Administração, a apresentação das conclusões do relatório da referida auditoria.

No final de 2009 foi dado parecer favorável à unificação dos directórios. A implementação deste projecto decorrerá durante o ano de 2010.

Esta consolidação do sistema informático é da máxima importância para melhorar o serviço prestado aos Deputados e grupos parlamentares, sendo fundamental

para aumentar o grau de segurança do sistema, ao mesmo tempo que potencia oportunidades de novos e mais eficazes desenvolvimentos.

Em 2009, foram realizadas várias tarefas de reforço das infra-estruturas e da capacidade dos sistemas, com especial incidência na infra-estrutura partilhada, ou seja, servidores e rede informática interna e de acesso à internet das quais se salientam:

- a) Expansão da capacidade de processamento e de armazenamento dos servidores do Centro de Processamento de Dados, permitindo melhorar a performance dos equipamentos disponibilizados aos Deputados no Hemiciclo;
- b) Expansão da rede sem fios à sala de leitura da Biblioteca;
- c) Implementação de rede informática da Comissão Nacional de Ética e Ciências da Vida e da Comissão de Procriação Medicamente Assistida possibilitando o acesso à rede da AR e a todos os serviços disponibilizados por esta a estas instituições;
- d) Instalação de uma *firewall* externa para protecção do Sistema Informático da AR;
- e) Instalação de uma *firewall* dedicada para defesa do servidor do Canal Parlamento, possibilitando a gestão remota deste servidor, através do qual é feita a transmissão da emissão do Canal Parlamento;
- f) Actualização dos equipamentos activos de rede, colmatando assim uma das falhas apontadas no relatório de auditoria realizado em 2008 ao Sistema Informático da AR, pelo INESC;
- g) Aquisição de conversores de fibra óptica colocados entre os pólos técnicos do Hemiciclo e o Centro de Processamento de Dados no Centro de Informática.

Em 2009, na área de tecnologia de informação, foram desenvolvidas várias soluções com impacto directo nos utilizadores do sistema, das quais se destacam:



Bancada Electrónica da sala do Plenário

- a) A BEP (Bancada Electrónica da sala do Plenário), que disponibilizou postos de trabalho para todos os lugares das bancadas da sala do Plenário; a solução foi integrada com os outros sistemas, designadamente o sistema GODE (Gestão de Órgãos e de Deputados Eleitos), para registo automático das faltas e presenças dos Deputados. O sistema permitiu o desenvolvimento da solução de votação electrónica e de verificação de quórum e veio substituir a assinatura do livro de presenças;
- b) SIP (Sistema de Informação para o Plenário), que dotou o sistema BEP de uma aplicação para utilização durante as sessões plenárias, com a vantagem de estar adaptada à interface de ecrã táctil presente na BEP. A aplicação reúne informação de especial relevância para a actividade dos Deputados durante o decorrer das sessões plenárias;
- c) A Aplicação das Iniciativas Europeias que permitiu o registo e a consulta de toda a informação relativa ao

escrutínio de iniciativas legislativas e de actos não legislativos provenientes da Comissão Europeia, do Parlamento Europeu e de outras instituições. Em 2009, esta aplicação foi disponibilizada apenas para um grupo restrito de funcionários associados à Comissão de Assuntos Europeus, estando prevista a sua integração na AR@Net (Intranet da AR) para 2010.

- d) A Desmaterialização do processo de envio de Requerimentos e Perguntas que disponibilizou um meio informático de envio de perguntas e requerimentos ao Governo. Esta aplicação permite o preenchimento de um formulário electrónico com os dados respectivos e geração do respectivo ficheiro em PDF, que os Deputados assinam digitalmente através dos seus cartões. O registo dos dados é feito automaticamente no PLC (Processo Legislativo Comum) e o requerimento segue o fluxo normal via correio electrónico, desaparecendo a necessidade de enviar o impresso em papel. Em 2010, será sujeito a algumas melhorias e alterações.
- e) O Acolhimento ao Deputado, que abrangeu a desmaterialização de oito processos, com integração com os sistemas GODE e SIGAR (Sistema de Informação Base da Assembleia da República), evitando-se assim a duplicação das funções de carregamento de dados, vital para a consolidação da informação de carácter biográfico;
- f) A desmaterialização do Boletim Informativo, publicação que divulga as actividades da AR, com integração com os sistemas onde estas actividades são agendadas e



Acolhimento aos Deputados na abertura da XI legislatura

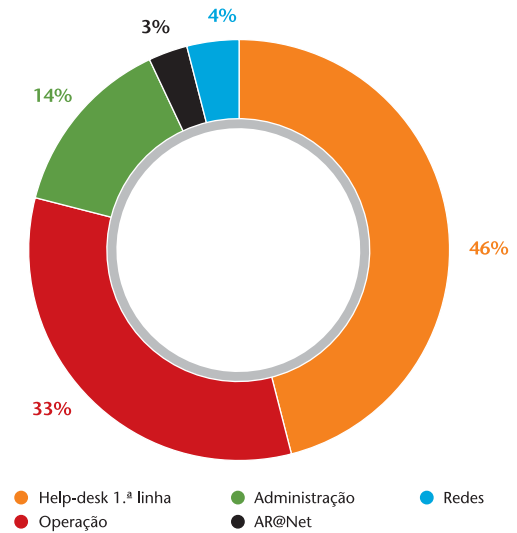
especificadas. Esta solução veio minimizar de forma substancial as redundâncias de informação, melhorando a qualidade da informação disponibilizada aos utilizadores internos e aos cidadãos;

- g) A integração do PLC com a Base de dados da Digesto veio possibilitar a visualização das associações entre os diplomas aprovados na AR e os que se encontram registados na Base de Dados da Digesto;
- h) A Integração do PLC com a base de dados do SIGAR no que respeita à informação referente às deslocações oficiais dos Deputados.

Para além do desenvolvimento e manutenção dos sistemas informáticos da AR, a gestão e prestação dos serviços de apoio ao utilizador revestem-se da maior relevância para a rentabilização dos investimentos realizados na área das tecnologias de informação.

Durante o ano de 2009 foram registados 3684 pedidos de *help-desk*, resolvidos de acordo com a distribuição ilustrada no seguinte gráfico:

DISTRIBUIÇÃO DE PEDIDOS DE HELP-DESK





7. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

A gestão dos recursos humanos prosseguiu, em 2009, a política de contenção de efectivos pautando-se por critérios de rigor e eficiência.

O ano de 2009 contou com um crescente número de pedidos de aposentação, em parte resultante das medidas de agravamento das condições para a respectiva atribuição, o que tem conduzido a uma progressiva redução de efectivos.

Para minimizar a situação efectivou-se o reforço da valorização e motivação dos recursos disponíveis, designadamente através da abertura de concursos internos, visando dar corpo à expectativa dos trabalhadores de evolução na carreira.

Foi assim em 2009 autorizada a abertura de 25 concursos internos de acesso limitado nas seguintes áreas:

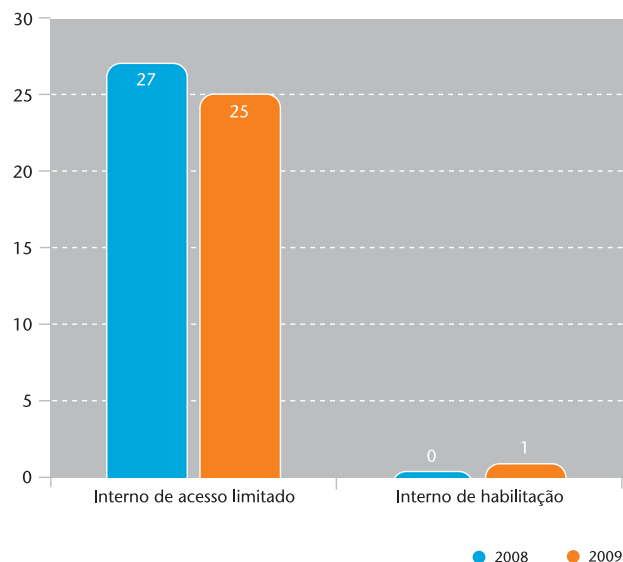
- Arquitectura – 1 concurso;
- Arquivo – 1 concurso;
- Assuntos culturais – 1 concurso;
- Audiovisual – 2 concursos;
- Biblioteca e documentação – 1 concurso;
- Gestão e administração pública – 3 concursos;
- Informática – 2 concursos;
- Jurídica – 2 concursos;
- Redacção – 2 concursos;
- Relações internacionais – 2 concursos;
- Relações públicas – 1 concurso;
- Tradução – 1 concurso;
- Técnica – 2 concursos;
- Técnico-profissional – 3 concursos;
- Administrativa – 1 concurso.

Estes concursos possibilitaram a promoção de 55 trabalhadores, correspondendo a uma melhoria de situação profissional de cerca de 14% dos trabalhadores da AR.

Foi ainda efectuado, de acordo com o n.º 7 do artigo 5.º da Resolução da Assembleia da República n.º 8/98, de 18

de Março, um concurso interno de habilitação para acesso à categoria de técnico parlamentar principal (área de documentação e informação).

GRÁFICO 8
EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE CONCURSAL



Através do **GRÁFICO 8** verifica-se que, comparativamente a 2008, houve menos dois concursos internos de acesso limitado, sendo que em 2009 foi realizado um concurso interno de habilitação, o que não ocorreu no ano precedente.

A evolução da actividade concursal encontra igualmente justificativo no facto de inúmeros trabalhadores parlamentares terem preenchido os módulos de tempo de permanência nas respectivas categorias, nos termos legalmente exigidos para a promoção, cumulativamente com os requisitos de avaliação previstos no mapa anexo à Resolução da Assembleia da República n.º 82/2004, de 27 de Dezembro, bem como ainda a verificação de reduções dos módulos de tempo previstas no âmbito do SIADAR – Sistema de Avaliação de Desempenho na Assembleia da República.

No que respeita ao número de efectivos, por aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, estes devem corresponder aos trabalhadores em efectividade de funções

que ocupam os respectivos postos de trabalho no mapa de pessoal, pelo que se passou a contabilizar, para além dos relativos aos serviços da AR, os postos de trabalho preenchidos pelos trabalhadores colocados nas entidades que funcionam no âmbito da Assembleia da República e cujo apoio técnico e administrativo é assegurado por este órgão de soberania.

O número de efectivos sofreu em 2009 algumas alterações em relação ao ano transacto, plasmadas nas seguintes movimentações:

- Dois trabalhadores regressaram à AR por cessação da comissão de serviço;
- Dois trabalhadores regressaram por cessação de requisição;
- Um trabalhador saiu em regime de mobilidade interna;
- Um trabalhador que cessou a requisição na AR;
- Dois trabalhadores iniciaram funções na AR em regime de mobilidade interna;

- 17 trabalhadores aposentaram-se;
- Três trabalhadores mudaram de carreira;
- Dois trabalhadores requereram licença sem vencimento por um ano.

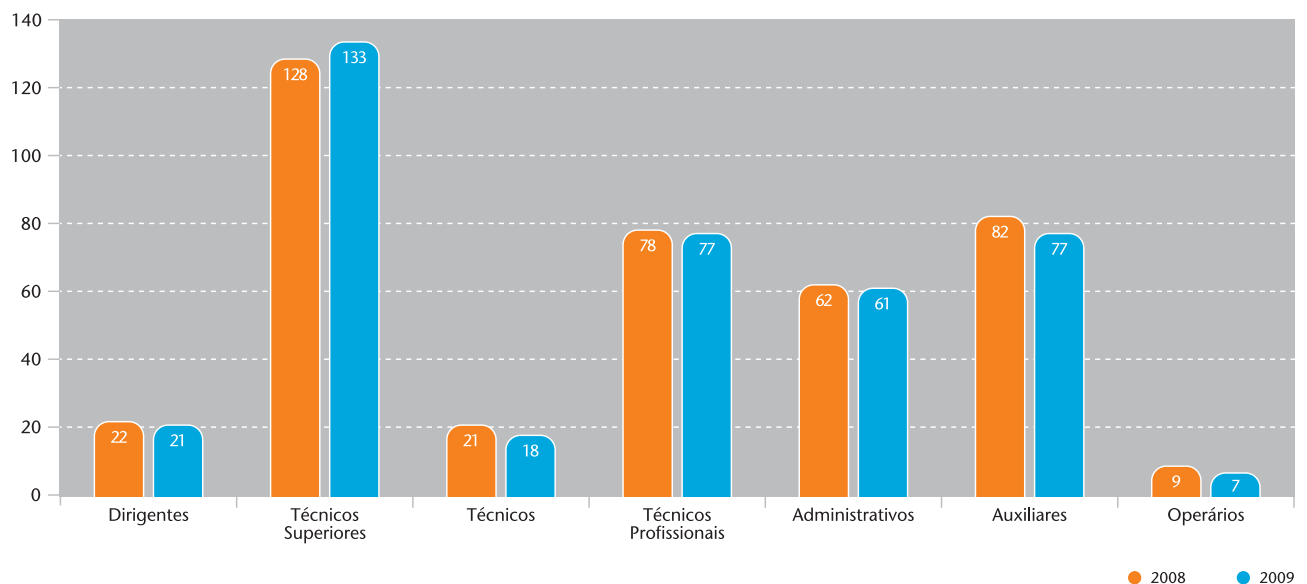
Assim, em 31 de Dezembro de 2009, registam-se 394 trabalhadores em efectividade de funções, constantes do mapa de pessoal da Assembleia da República, nos quais se incluem 15 trabalhadores em regime de mobilidade interna e sete trabalhadores em regime de contrato de trabalho a termo certo, bem como os trabalhadores afectos às entidades que funcionam junto da AR, a quem corresponde a obrigação legal de prestar o apoio técnico e administrativo.

Acrescem, ainda nove contratados em regime de avença⁶, o que totaliza 403 trabalhadores.

O **GRÁFICO 9** revela que, comparando o ano 2008 com o de 2009, apenas o grupo profissional técnico superior

GRÁFICO 9

EFFECTIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS



⁶ Os prestadores de serviço em regime de avença, encontram-se distribuídos pelos serviços: GAB. SG. (1), DAC (1), DRAA (4), GME (2) e CFSI (1).

apresenta um ligeiro aumento do número de trabalhadores, em contraposição com os restantes grupos que apresentam diminuições do número de trabalhadores em efectividade de funções.

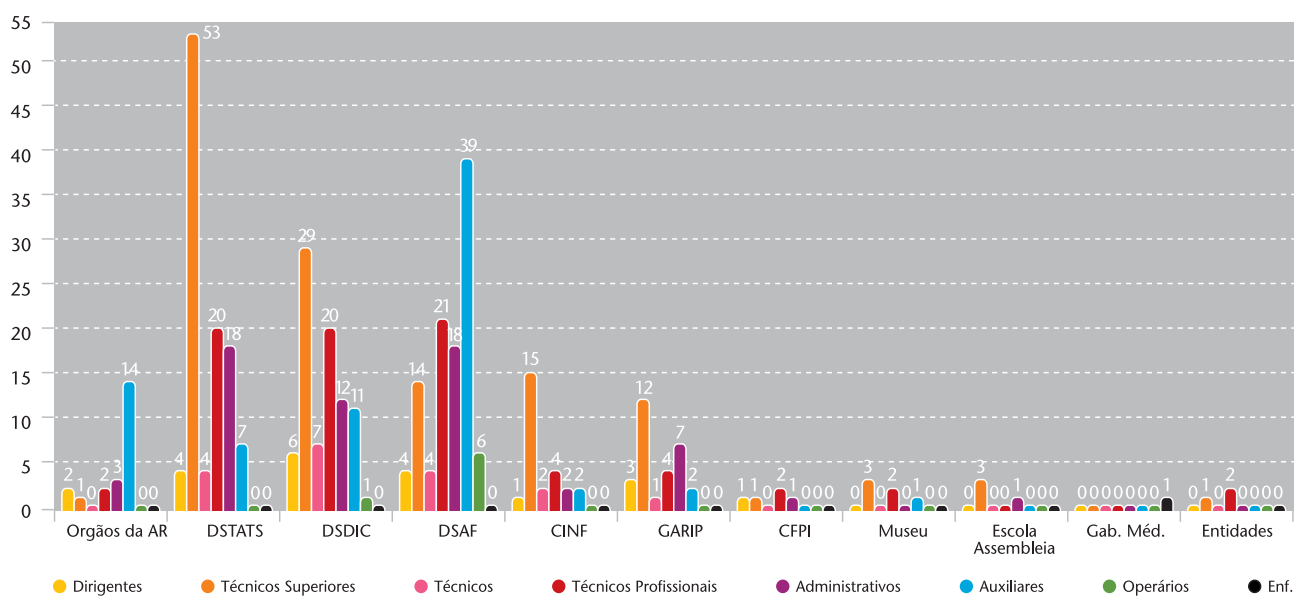
Sublinha-se novamente que, em 2008, o número de funcionários correspondia ao pessoal em efectividade de funções de acordo com as normas vigentes para o então quadro de pessoal, enquanto que em 2009, o universo de trabalhadores apresentado é superior, dado considerar

todos os postos de trabalho constantes do mapa de pessoal, uma vez que, conforme já foi dito, este contempla não só o pessoal afecto aos serviços, mas também às entidades cujo apoio técnico e administrativo é assegurado por este órgão de soberania.

Tal como no ano anterior, o grupo profissional com maior representatividade (33,6% do total de trabalhadores) continua a ser o dos técnicos superiores, resultado do crescente grau de tecnicidade.

GRÁFICO 10

EFFECTIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS/SERVIÇOS



O **GRÁFICO 10** contempla a distribuição dos grupos profissionais pelos serviços a que estão afectos.

Desta distribuição podemos confirmar que a área de apoio legislativo (DSATS) e apoio documental (DSDIC) continuam a ser as mais dotadas de pessoal técnico superior.

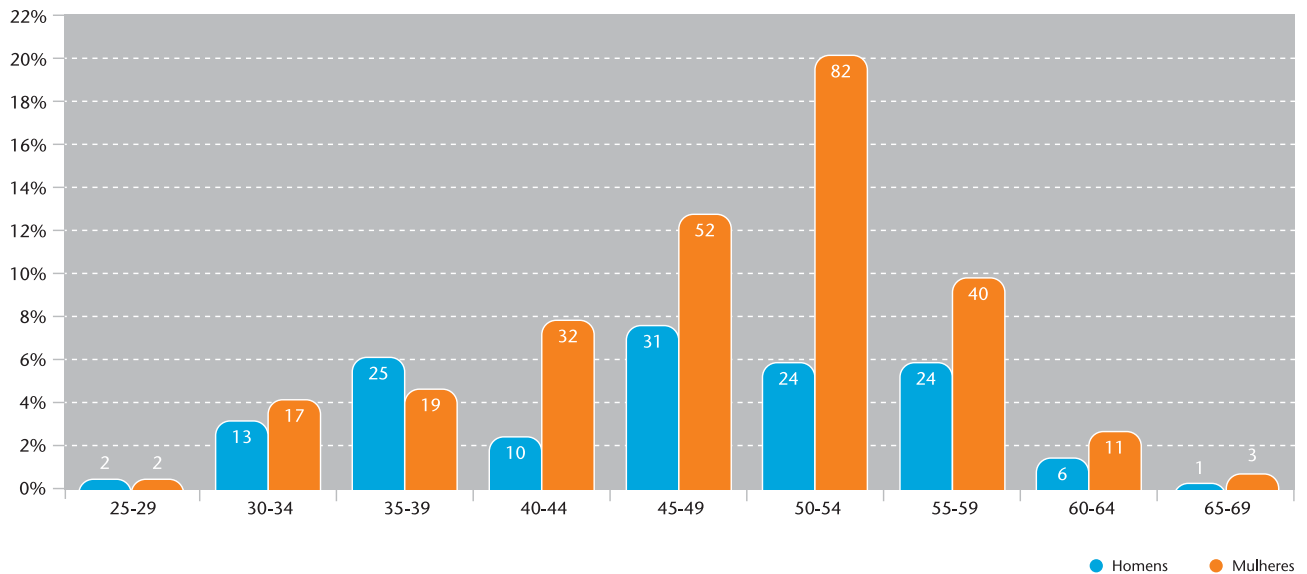
Verifica-se, também, que em relação ao grupo de pessoal auxiliar, a grande concentração situa-se na DSAF, tendo em conta as competências que lhe estão

cometidas, nomeadamente ao nível do controlo de acesso aos edifícios da AR, vigilância de espaços comuns, funções de apoio aos serviços e gabinetes e apoio a eventos.

No que respeita à idade dos trabalhadores, a média etária situa-se nos 47,9 anos, sendo mais elevada na população feminina (48,6 anos) do que na população masculina (46,5 anos), continuando a verificar-se uma tendência de subida relativamente a anos anteriores.

GRÁFICO 11

EFFECTIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS E SEXO



O **GRÁFICO 11** ilustra a distribuição dos efectivos por escalões etários e regista que o maior número de efectivos se concentra no escalão etário dos 50 aos 54 anos para a população feminina e no escalão etário dos 45 aos 49 anos para a população masculina.

Em 2009 a média etária aumentou 0,5 anos em relação a 2008.

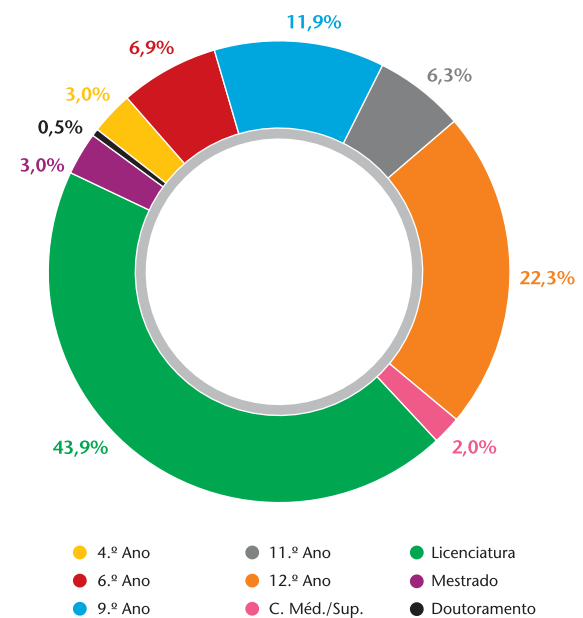
Ao analisarmos o nível habilitacional do **GRÁFICO 12**, mais uma vez se constata que predomina o elevado nível das habilitações dos trabalhadores, facto que se tem vindo a acentuar ao longo dos últimos anos.

Ao invés, também se realça que o grupo de trabalhadores com níveis habilitacionais mais baixos tem vindo a diminuir, podendo estar na origem deste facto o incentivo associado ao estatuto do trabalhador-estudante, bem como ao programa de novas oportunidades que foi também acolhido pela Assembleia da República através da formação organizada pelo Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar.

O **GRÁFICO 13**, permite analisar a distribuição do nível habilitacional por sexo, revelando que das 258 mulheres

GRÁFICO 12

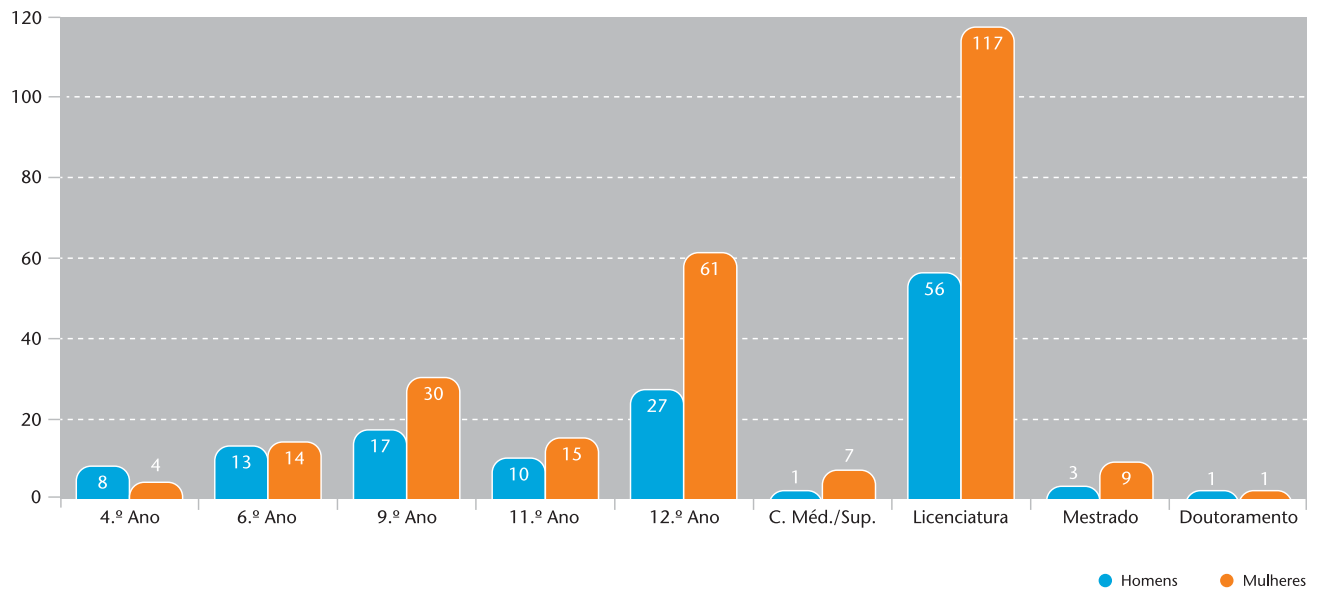
EFFECTIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL



trabalhadoras na Assembleia da República, 127 detêm habilitação ao nível superior, o que corresponde a 49,2% do total. Em relação aos homens, esta percentagem desce para 44%. No entanto, pode-se afirmar que quase metade dos trabalhadores parlamentares detêm habilitação superior.

GRÁFICO 13

NÍVEL HABILITACIONAL POR SEXO



O **GRÁFICO 14**, agrupa os trabalhadores por três grandes áreas de actividade: direcção, apoio técnico e apoio administrativo/auxiliar/operário. Também em 2009 se constata o mesmo que se tem verificado em anos anteriores: o grupo de apoio técnico predomina com mais de metade dos trabalhadores da Assembleia da República. Em comparação com 2008, chegou mesmo a aumentar 1,1%.

Tendência inversa acontece com o segundo maior grupo – apoio administrativo/auxiliar/operário, que diminuiu 1,3%. Estas tendências são explicadas, mais uma vez, pela crescente necessidade de apoio técnico e especializado nas diversas áreas, resultando claramente de um cada vez maior grau de exigência.

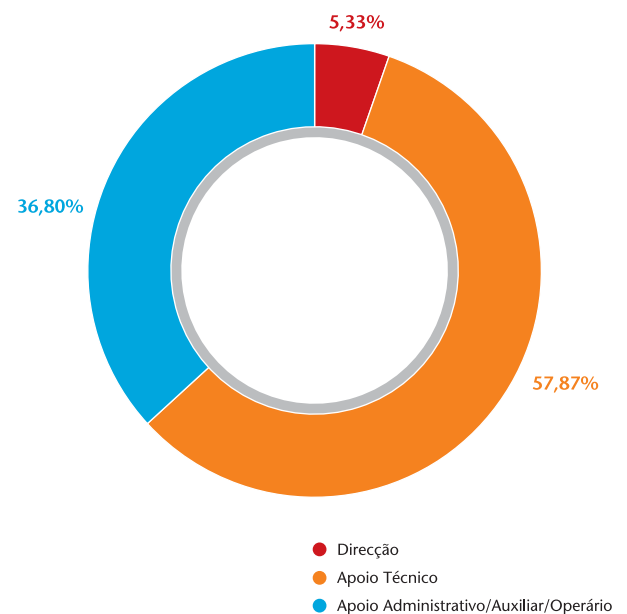
Os prestadores de serviços em regime de avença não constam do presente gráfico atento o regime jurídico que concretiza este tipo de contrato.

No que se refere à **Formação Profissional** assinala-se a execução do Plano de Formação para 2009, no âmbito do qual se realizou um total de 11.109 horas de formação

(6151 internas e 4958 externas), ocorreram 801 participações (de funcionários parlamentares, funcionários dos grupos parlamentares e de entidades que funcionam junto da AR) em acções de formação. Todos os grupos

GRÁFICO 14

EFFECTIVOS POR GRANDES ÁREAS DE ACTIVIDADE



de pessoal beneficiaram de acções de formação desde os cargos de direcção até ao grupo de operários.

Registaram-se no ano de 2009, 560 participações em acções de formação internas e 241 em acções de formação externas.

Total de funcionários em acções de formação	
INTERNAS	560
EXTERNAS	241
TOTAL	801

Salienta-se que os cursos de formação que tiveram maior participação de formandos foram os relacionados com as seguintes áreas: Atitudes Comportamentais (2091 horas), Línguas (2082 horas), Informática (1496 horas), Assuntos Jurídicos (1230 horas) e BAD (941 horas).

Manteve-se o recurso ao sítio na intranet (AR@Net) como forma de promover a visibilidade do programa de formação, sendo que este foi gerido (inscrições electrónicas por grandes áreas) tendo como instrumento uma aplicação informática específica.

Horas Formação por Gr. Profissional	Dirigente	Técnico Superior	Técnico	Técnico Profissional	Adminis- trativo	Auxiliar	Operário	Total
FORMAÇÃO								
INTERNA	405	2432	433	1125	1201	355	200	6151
FORMAÇÃO								
EXTERNA	255	3126	66	916	481	114	0	4958
E-LEARNING	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	660	5558	499	2041	1682	469	186	11.109



8. FINANCIAMENTO

8.1. Financiamento de Entidades

Neste agrupamento integram-se não só as transferências para os orçamentos das Entidades Autónomas, concretamente a Comissão Nacional de Eleições (CNE), Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD), Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), Provedoria de Justiça e Comissão de Acesso aos Documentos

Administrativos (CADA), como as verbas destinadas a suportar os encargos com o Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informação, com o Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, com o Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, com a Associação dos ex-Deputados e com o Grupo Desportivo Parlamentar.

QUADRO 21

EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES

Entidades	OAR 2008 corrigido 1	OAR 2009 corrigido 2	Var.% 3=2/1
ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL	2.448.107	2.448.107	0,00%
COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES	1.115.000	1.115.000	0,00%
PROVEDORIA DE JUSTIÇA	5.604.214	5.662.229	1,04%
COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS	2.390.651	2.934.877	22,76%
COMISSÃO DE ACESSO AOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS	715.930	844.259	17,92%
CONSELHO NACIONAL DE ÉTICA PARA AS CIÊNCIAS DA VIDA	0	111.393	N. APLIC.
CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES	155.721	159.022	2,12%
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO DOS JULGADOS DE PAZ	69.921	83.554	19,50%
CONSELHO NACIONAL DE PROCRIAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA	193.297	214.499	10,97%
CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS DOS PERFIS DE ADN	0	45.110	N. APLIC.
TRANSFERÊNCIA AR P/ CNE – CAMPANHAS ESCLARECIMENTO CÍVICO	0	697.250	N. APLIC.
ASSOCIAÇÃO DOS EX-DEPUTADOS	21.000	56.731	170,15%
GRUPO DESPORTIVO PARLAMENTAR	16.000	51.830	223,94%
TOTAL	12.729.839	14.423.862	13,31%

Unidade: Euro

No decurso do ano de 2009 (Julho) foi integrado no OAR uma verba que visava garantir a sustentabilidade financeira e logística do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNEV) entidade que passou a funcionar junto da Assembleia da República, em termos idênticos aos das entidades autónomas anteriormente mencionadas, nos

termos do n.º 1 dos artigos 7.º e 8.º e do 2.º do artigo 10.º da Lei n.º 24/2009, de 29 de Maio, que estabeleceu o regime jurídico do Conselho.

Nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 30.º da Lei n.º 5/2008, de 12 de Fevereiro, o Instituto de Medicina Legal deverá suportar os encargos do Conselho de Fiscalização

da Base de Dados de Perfis de ADN com “meios humanos, administrativos, técnicos e logísticos”, mediante transferência de verbas da Assembleia da República.

A análise das transferências de verbas da Assembleia da República envolve também a CNECV e o Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN, sendo também de salientar que pelo facto de terem ocorrido três actos eleitorais no ano de 2009, nomeadamente ao Parlamento Europeu, à Assembleia da República e às Autárquicas, foi necessário proceder a um reforço das

transferências para a CNE com o objectivo de esta entidade proceder ao correspondente esclarecimento cívico, nos termos das respectivas competências.

Em termos de execução orçamental, a actividade regista, à semelhança de anos transactos, um nível próximo da execução plena (95,61%), com excepção do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações (79,72%), do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz (50,91%) e do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (29,99%) como se infere do **QUADRO 22**:

QUADRO 22

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES

Entidades	OAR 2009		GR%
	Dotação corrigida 1	Encargos assumidos 2	
			3=2/1
ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL	2.448.107	2.274.898	92,92%
COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES	1.115.000	1.077.264	96,62%
PROVEDORIA DE JUSTIÇA	5.662.229	5.507.491	97,27%
COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS	2.934.877	2.934.877	100,00%
COMISSÃO DE ACESSO AOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS	844.259	844.259	100,00%
CONSELHO NACIONAL DE ÉTICA PARA AS CIÊNCIAS DA VIDA	111.393	111.393	100,00%
CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES	159.022	126.772	79,72%
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO DOS JULGADOS DE PAZ	83.554	42.541	50,91%
CONSELHO NACIONAL DE PROCRIAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA	214.499	64.325	29,99%
CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS DOS PERFIS DE ADN	45.110	45.110	100,00%
TRANSFERÊNCIA AR P/ CNE – CAMPANHAS ESCLARECIMENTO CÍVICO	697.250	653.479	93,72%
ASSOCIAÇÃO DOS EX-DEPUTADOS	56.731	56.731	100,00%
GRUPO DESPORTIVO PARLAMENTAR	51.830	51.830	100,00%
TOTAL	14.423.862	13.790.971	95,61%

Unidade: Euro

8.2. Subvenções Estatais

No que respeita às subvenções estatais previstas na Lei n.º 19/2003, de 30 de Junho, de que se destacam as subvenções aos partidos políticos e às campanhas eleitorais importa salientar que em 2009 ocorreram três actos

eleitorais: a 7 de Junho as eleições para o Parlamento Europeu; a 27 de Setembro as eleições para a Assembleia da República e a 11 de Outubro as Eleições Autárquicas. Foram, assim, inscritos €17.217.153 para fazer face ao

pagamento das subvenções aos partidos políticos, dos quais apenas foram transferidos €17.167.115,51 (grau de execução – 99,71%), uma vez que face aos resultados oficiais das eleições legislativas de 27 de Setembro, o montante global calculado de subvenção a atribuir, relativo ao período de 15 de Outubro a 31 de Dezembro de 2009, foi menor em €50.037,49, valor que não chegou a ser requisitado, aquando do último pedido de libertação de verbas do OE à Direcção-Geral do Orçamento.

No OAR 2010 foram ainda inscritos €70.577.550 para fazer face às subvenções para as campanhas acima identificadas, a que acresceu em sede de orçamento suplementar o montante de €15.895.767,61 inerente aos saldos de subvenções para as campanhas de anos

anteriores apurados a essa data, num total de €86.473.317,61.

Conforme é possível constatar no quadro seguinte, o grau de execução das subvenções para as campanhas eleitorais foi de apenas 13,55% uma vez que do total orçamentado €86.473.317,61 (Europeias – €4.260.000; Legislativas – €8.520.000; Autárquicas – €57.797.550 e subvenções de anos anteriores – €15.895.767,61) apenas foram executados €11.716.759,17 (Europeias – €4.139.517,67; Legislativas – €5.499.924,14 e subvenções de anos anteriores €2.077.317,36), sendo que relativamente às subvenções para as campanhas das Eleições Autárquicas de 2009 não houve qualquer pagamento uma vez que os resultados eleitorais apenas foram publicados em *Diário da República* a 11 de Março de 2010.

Subvenções Estatais	OAR 2009 inicial	OAR 2009 corrigido	Executado	Saldo	Grau de execução
AOS PARTIDOS POLÍTICOS	17.217.153,00	17.217.153,00	17.167.115,51	50.037,49	99,71%
ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS	70.577.550,00	86.473.317,61	11.716.759,17	74.756.558,44	13,55%

Unidade: Euro

Acresce salientar que relativamente aos saldos das subvenções para as campanhas, que em 2009 estavam na posse da AR, foram efectuados os seguintes

movimentos que permitem considerar como saldos a 31 de Dezembro de 2009 os valores que constam da última coluna do quadro seguinte:

Saldos Subvenções	Saldos Subv. Campanhas a 1 Jan 2009	Reposições pagas em 2009	Reposições por Pagar em 2009	Pagamentos/Redistribuiç. em 2009	Saldos Subv. Campanhas a 31 Dez
LEGISLATIVAS 2005	144.371,32	26.126,00	92.368,16	262.865,48	0,00
PRESIDENCIAIS 2005	958.536,38	–	–	958.536,38	0,00
AUTÁRQUICAS 2005	13.936.945,36	56.862,00	–	0,00	13.993.807,36
LEGISLATIVAS REGIONAIS MADEIRA 2007	23.058,95	–	–	23.058,95	0,00
LEGISLATIVAS REGIONAIS AÇORES 2008	832.856,55	–	–	832.856,55	0,00
PARLAMENTO EUROPEU 2009	4.260.000,00	–	–	4.139.517,67	120.482,33
LEGISLATIVAS 2009	8.520.000,00	–	–	5.499.924,14	3.020.075,86
AUTÁRQUICAS 2009	57.797.550,00	–	–	0,00	57.797.550,00

Unidade: Euro

No final do primeiro trimestre de 2009 procedeu-se à devolução ao Ministério das Finanças do montante

apurado como saldo da subvenção para a campanha das Eleições Autárquicas de 2005 no valor de €13.993.807,36.



9. INVERSIONES

No ano de 2009 regista-se um decréscimo da execução orçamental de 3,82% para o qual contribuíram quase

todas as rubricas de despesa de capital que se encontram evidenciadas no **QUADRO 23**.

QUADRO 23

EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO

Investimento	OAR 2008 corrigido 1	OAR 2009 corrigido 2	Var% 3=2/1
EDIFÍCIOS	186.505	50.816	-72,75%
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	2.221.923	1.819.756	-18,10%
SOFTWARE INFORMÁTICO	1.381.951	883.510	-36,07%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	529.096	781.166	47,64%
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	8.087	5000	-38,17%
ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	40.000	47.500	18,75%
EQUIPAMENTO DE GRAVAÇÃO E AUDIOVISUAL	2.506.592	3.963.850	58,14%
OUTROS INVESTIMENTOS	1307	0	-100,00%
LOCAÇÃO FINANCEIRA	5000	0	-100,00%
BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO	6.776.946	5.583.430	-17,61%
TOTAL	13.657.406	13.135.029	-3,82%

Unidade: Euro

A análise do quadro supra, permite identificar os subagrupamentos ou rubricas que, em maior grau, justificam aquele decréscimo, nomeadamente os que têm maior peso na estrutura desta natureza de despesas, a saber: o subagrupamento Bens do Domínio Público, que se referem a despesas de capital efectuadas com empreitadas no Palácio de São Bento e a rubrica de Equipamento de informática, que apresentaram decréscimos de 17,61% e de 18,10%, respectivamente.

Por outro lado verifica-se que as rubricas Equipamento de gravação audiovisual, Equipamento administrativo e Artigos e objectos de valor são as que apresentam crescimentos, respectivamente de 58,14%, 47,64% e 18,75%.

Em termos de execução orçamental, registou-se uma taxa global de 59,61%, a que corresponde um saldo de €5.305.208, valor que representa a diferença entre

as dotações orçamentadas e os encargos assumidos (**QUADRO 24**), realçando-se que o montante de compromissos transitados nesta subactividade foi de €1.867.633,97.

Os projectos concluídos no ano de 2009 que visaram a melhoria das condições de trabalho e das instalações, bem como a conservação do património imobiliário da Assembleia da República, reportam-se às seguintes intervenções:

- Empreitada de remodelação da Sala das Sessões da Assembleia da República;
- Empreitada de reforço sísmico da Sala das Sessões;
- Empreitada de remodelação da clarabóia exterior da Sala das Sessões;
- Empreitada de requalificação da cozinha e reestruturação do elevador n.º 12 do Palácio de São Bento;

QUADRO 24
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS

Investimento	OAR 2009		GR%
	Corrigido	Encargos assumidos	
	1	2	
EDIFÍCIOS	50.816	10.048	19,77%
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	1.819.756	1.280.238	70,35%
SOFTWARE INFORMÁTICO	883.510	511.269	57,87%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	781.166	440.604	56,40%
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	5000	0	0,00%
ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	47.500	8150	17,16%
EQUIPAMENTO DE GRAVAÇÃO E AUDIOVISUAL	3.963.850	1.015.685	25,62%
OUTROS INVESTIMENTOS	0	0	N. APLIC.
LOCAÇÃO FINANCEIRA	0	0	N. APLIC.
BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO	5.583.430	4.563.828	81,74%
TOTAL	13.135.029	7.829.821	59,61%

Unidade: Euro

- Empreitada de reabilitação da cobertura e reforço sísmico da Sala do Senado;
- Requalificação das Salas n.ºs 10, 11 e 12 para o Apoio às Comissões e AVAC no r/c do Palácio de São Bento (PSB);
- Requalificação de dois pisos no Edifício D. Carlos destinados a instalar serviços da AR.

Os investimentos contabilizados em “Edifícios” respeitam a obras de conservação e beneficiação do património imobiliário da Assembleia da República assim como na melhoria das instalações, excepcionando-se o Palácio de São Bento, que conforme foi já referido constitui um Bem do Domínio Público.

Encontram-se assim, contabilizados nesta rubrica (Edifícios) as seguintes intervenções e projectos de relevância, não previstos no Plano de Actividades, que são direccionados para a conservação do património da AR, salientando-se as seguintes empreitadas no Edifício D. Carlos I:

- Obras de beneficiação, incluindo alteração de compartimentação interior no 4.º piso, destinadas às novas instalações do Museu;
- Reabilitação de duas salas da DAPAT ao nível dos tectos falsos;
- Reabilitação do piso da Galeria – três salas e *hall* de entrada – destinados ao CFSIRP;
- Substituição do revestimento exterior do terraço da Creche.

Os investimentos imputados ao subagrupamento Bens do Domínio Público e que constituíram intervenções no Palácio de São Bento foram os seguintes:

- Empreitada de construção de uma caleira técnica para as infra-estruturas de AVAC no Palácio;
- Empreitada de beneficiação dos tectos do bar e restaurante dos Deputados;
- Remodelação da iluminação dos *halls* referentes ao elevador n.º 12;

- Beneficiação do pavimento dos Passos Perdidos junto aos elevadores n.ºs 2 e 3 no Andar Nobre, bem como da respectiva escadaria de acesso;
- Beneficiação de paredes e tectos das salas afectas ao Gabinete do PAR e do secretariado;
- Beneficiação geral do gabinete afecto ao secretariado do Vice-Presidente do PS;
- Beneficiação do corredor entre as Salas D. Maria e Sala do Senado;
- Execução de diversos trabalhos de construção civil tendo em vista a colocação de novos equipamentos de TV – salas 7, 8 e 9 das Comissões;
- Beneficiação de alguns gabinetes afectos aos grupos parlamentares do CDS/PP e do BE;
- Beneficiação de paredes e tectos de acesso à zona da cozinha do Palácio;
- Beneficiação do tecto do corredor do Andar Nobre junto à entrada da Sala do Governo;
- Beneficiação das instalações eléctricas da Sala das Sessões e adaptação do quadro eléctrico existente;
- Reparação do pavimento em “lioz” do parque interior do Palácio;
- Reparação da rede de esgotos do Palácio;
- Reparação dos telhados.

Os investimentos imputados a “Equipamento de informática” e a “Software Informático”, com taxas de execução orçamental de 70,35% e 57,87%, respectivamente, concorreram para a prossecução de objectivos de melhoria nesta área.

No domínio do “Equipamento Administrativo”, com uma taxa de execução de 56,40%, o investimento distribui-se por várias áreas prossequindo a renovação, modernização e apetrechamento dos equipamentos da Assembleia da República.

Relativamente ao investimento realizado em mobiliário, e à semelhança do ano anterior, deu-se continuidade ao

apetrechamento das diversas áreas da Assembleia da República – grupos parlamentares e serviços da AR – de acordo com as necessidades sentidas, em termos de rentabilização do espaço existente, sendo de destacar:

Área da segurança

- Sistema de visualização e monitorização das viaturas destinado ao parque interior do Palácio;
- Sistema anti-inundação na ala sul-poente do Palácio de São Bento;
- Renovação do parque de extintores contra incêndio do Palácio de São Bento.

Investimento realizado em mobiliário

- Aquisição de cabine para intérpretes de língua gestual no Canal Parlamento;
- Aquisição de mobiliário destinado ao gabinete do Vice-Presidente do GP PS;
- Aquisição de estantes destinadas à Sala 5095-Z – Direcção do GP PS;
- Aquisição de mobiliário diverso destinado aos vários grupos parlamentares;
- Aquisição de estantes para a dispensa do refeitório;
- Aquisição de mobiliário diverso destinado aos Serviços da AR: DRHA, CFPI, DRAA, DAPAT, Biblioteca, CIC-RP, Museu, Sala das Sessões, Gabinete do PAR, DP, CINF, DRI, Auditor Jurídico;
- Aquisição de cacifos para a Creche;
- Aquisição de mobiliário diverso para o Edifício Azul, destinado às entidades CNPMA, Associação dos ex-Deputados, Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida;
- Aquisição de mobiliário destinado aos Serviços de Segurança;
- Aquisição de televisores para os vários grupos parlamentares, Deputados Não-Inscritos e Serviços da AR, bem como, para os serviços na dependência da AR (CFSIRP);
- Aquisição de equipamentos diversos – fornos convectores, máquina de lavar loiça, batedeira, e outros – destinados à cozinha do Palácio.

Equipamentos de climatização e ventilação

- Procedeu-se à montagem de algumas unidades de ar condicionado destinados aos seguintes espaços:
- DILP, DSAF e sala de formação do CFPI, no Edifício D. Carlos;
- Secretariado do Conselho de Administração no Palácio de São Bento;
- Aquisição de um sistema de controlo e monitorização centralizado de AVAC para o Palácio de São Bento.

Organização e gestão dos imóveis da Assembleia da República

Ainda no decurso de 2009 efectuou-se a adaptação dos novos espaços arrendados de acordo com as necessidades dos organismos que se encontram na dependência da AR, designadamente o Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA) e a Associação dos ex-Deputados. Os espaços foram objecto de pequenas obras de beneficiação (pinturas) e foram dotados de algumas infra-estruturas necessárias, comunicações (voz e dados) e extintores de incêndio.

No que respeita à rubrica “Equipamento de gravação e audiovisual”, cuja taxa de execução foi de 25,62%, salienta-se: Equipamento de áudio e de projecção destinado a três novas salas afectas às comissões parlamentares; aquisição de estações de captura e das respectivas licenças para alargamento do projecto de gravação digitais às três novas salas de comissões parlamentares e ao Auditório do Novo Edifício; *upgrade* do sistema de áudio e de votação da Sala das Sessões (trabalhos complementares); aquisição de *upgrade* do sistema de edição linear AVID do Canal Parlamento e *upgrade* ao sistema de votação electrónica da Sala das Sessões.

9.1. Projectos transitados para 2010

A identificação dos projectos com maior relevância financeira com encargos transitados para 2010, por via da respectiva natureza e do inerente regime de pagamento faseado e/ou por motivo de decorrerem de procedimentos concursais já iniciados e ainda não concluídos, consta do quadro seguinte:

QUADRO 25**PROJECTOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2010**

Edifícios
1.º AUTO RELATIVO À “EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DAS NOVAS SALAS DE REUNIÃO DAS COMISSÕES”
AUTO N.º 1 RELATIVO À “EMPREITADA DE EXECUÇÃO DO CAMINHO DE CABOS ENTRE AS RÉGIES DO CANAL PARLAMENTO, A SALA 7 E OS OPERADORES DE TELEVISÃO”
2.º AUTO RELATIVO À “EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DAS NOVAS SALAS DE REUNIÃO DAS COMISSÕES”
3.º AUTO RELATIVO À “EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DAS NOVAS SALAS DE REUNIÃO DAS COMISSÕES”
EMPREITADA DE EXECUÇÃO DO CAMINHO DE CABOS ENTRE AS RÉGIES DO CANAL PARLAMENTO, A SALA 7 E OS OPERADORES DE TELEVISÃO
EMPREITADA DE ACRÉSCIMO DE PRODUÇÃO TÉRMICA CENTRAL – AVAC DA SALA DAS SESSÕES DO PALÁCIO SÃO BENTO
Equipamento Informático
ACTUALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CISCO 6500
AQUISIÇÃO DE 250 TERMINAIS THIN CLIENT E REFORÇO DA INFRA-ESTRUTURA DE VIRTUALIZAÇÃO
AQUISIÇÃO DE 50 COMPUTADORES PORTÁTEIS
AQUISIÇÃO DO HARDWARE DE EQUIPAMENTOS ACTIVOS (SWITCHES)
AQUISIÇÃO DE 30 TERMINAIS THIN CLIENT

continua na pág. seguinte

Software Informático

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO (SIGAR) – TRANCHES DA ADJUDICAÇÃO POR PAGAR

AQUISIÇÃO DE LICENÇAS ORACLE

DESENVOLVIMENTO DE UMA SOLUÇÃO PARA A GESTÃO DE EVENTOS E PEDIDOS DE INTERPRETAÇÃO

SOFTWARE DE GESTÃO METALIB – MOTOR DE PESQUISA DE CONTEÚDOS PARA A BIBLIOTECA – TRANCHES POR PAGAR

Equipamento Administrativo

MOBILIÁRIO PARA AS NOVAS SALAS DAS COMISSÕES

AQUISIÇÃO DE UNIDADES DE AR CONDICIONADO

AQUISIÇÃO DE RX PARA A PORTA DOS FORNECEDORES DA COZINHA DO PSB

MOBILIÁRIO DIVERSO PARA OS SERVIÇOS DA AR

AQUISIÇÃO DE PROJECTORES PARA A SALA ACÁCIO LINO

EQUIPAMENTOS DE DESTRUIR PAPEL, TELEVISORES (LCD)

FORNECIMENTO DE ASCENSOR PARA SUBSTITUIÇÃO DO ELEVADOR N.º 12

MOBILIÁRIO PARA OS GP

Equipamento Audiovisual

EQUIPAMENTO DE ÁUDIO E PROJEÇÃO PARA TRÊS NOVAS SALAS DE COMISSÕES PARLAMENTARES

AQUISIÇÃO DE RACK PARA O 4.º PISO

RADIADOR DE INFRA-VERMELHOS PARA O SISTEMA DE INTERPRETAÇÃO SIMULTÂNEA DA SALA DO SENADO



10. EXECUÇÃO
FINANCEIRA

10.1. Das Despesas

Da leitura do **QUADRO 26** ressalta um grau de execução orçamental de 81,98%, face a uma execução financeira que foi de 77,76%, valor que resultou do

abate do diferencial entre as despesas pagas e os encargos assumidos, apurado no encerramento de exercício.

QUADRO 26

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Despesa por Classificação Económica	OAR 2009			GR%	GR%
	Dotação Corrigida 1	Encargos Assumidos 2	Despesa Paga 3	Orçamental 4=2/1	Financeira 5=3/1
DESPESA CORRENTE	78.058.706,01	66.975.275,15	64.877.545,58	85,80%	83,11%
DESPESAS COM PESSOAL	49.164.310,55	46.322.741,52	46.318.402,94	94,22%	94,21%
REMUN. CERTAS E PERMANENTES	38.223.512,10	37.114.963,77	37.111.073,64	97,10%	97,09%
ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	4.828.697,85	3.747.141,64	3.747.141,64	77,60%	77,60%
SEGURANÇA SOCIAL	6.112.100,60	5.460.636,11	5.460.187,66	89,34%	89,33%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	25.643.458,22	18.665.789,76	16.578.413,07	72,79%	64,65%
AQUISIÇÃO DE BENS	3.603.850,11	2.439.623,76	1.974.848,81	67,69%	54,80%
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	22.039.608,11	16.226.166,00	14.603.564,26	73,62%	66,26%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	8.000,00	7.819,03	7.819,03	97,74%	97,74%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	8.000,00	7.819,03	7.819,03	97,74%	97,74%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	858.194,37	814.423,37	809.119,78	94,90%	94,28%
ENTIDADES PRIVADAS OU PÚBLICAS	850.920,78	807.149,78	807.149,78	94,86%	94,86%
EXTERIOR	7.273,59	7.273,59	1.970,00	100,00%	27,08%
SUBVENÇÕES	929.590,22	929.590,01	929.590,01	100,00%	100,00%
SUBVENÇÃO AOS GRUPOS PARL.	929.590,22	929.590,01	929.590,01	100,00%	100,00%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.455.152,65	234.911,46	234.200,75	16,14%	16,09%
DOTAÇÃO PROVISIONAL	827.400,15	0,00	0,00	N. APLIC.	N. APLIC.
DIVERSAS	627.752,50	234.911,46	234.200,75	37,42%	37,31%
DESPESA DE CAPITAL	13.211.229,30	7.848.941,27	5.981.307,30	59,41%	45,27%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	13.211.229,30	7.848.941,27	5.981.307,30	59,41%	45,27%
INVESTIMENTOS	7.627.799,18	3.285.113,36	2.281.450,59	43,07%	29,91%
BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO	5.583.430,12	4.563.827,91	3.699.856,71	81,74%	66,26%
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	N. APLIC.	N. APLIC.
DOTAÇÃO PROVISIONAL	0,00	0,00	0,00	N. APLIC.	N. APLIC.
TOTAL	91.269.935,31	74.824.216,42	70.858.852,88	81,98%	77,64%

Unidade: Euro

A despesa assumida que não teve execução financeira deu origem à transição de encargos para 2010, no

montante total de €3.965.363,54, cuja distribuição por classificação económica consta do **QUADRO 27**.

QUADRO 27

ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2010 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Despesa por Classificação Económica	OAR 2009				Encargos por Pagar
	Encargos Assumidos	Estrutura	Despesa Paga	Estrutura	
	1	2=1/Σ1	3	4=3/Σ3	
CORRENTE	66.975.275,15	57,27%	64.877.545,58	57,43%	2.097.729,57
DESPESAS COM PESSOAL	46.322.741,52	39,61%	46.318.402,94	41,00%	4.338,58
REMUN. CERTAS E PERMANENTES	37.114.963,77	31,74%	37.111.073,64	32,85%	3.890,13
ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	3.747.141,64	3,20%	3.747.141,64	3,32%	0,00
SEGURANÇA SOCIAL	5.460.636,11	4,67%	5.460.187,66	4,83%	448,45
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	18.665.789,76	15,96%	16.578.413,07	14,67%	2.087.376,69
AQUISIÇÃO DE BENS	2.439.623,76	2,09%	1.974.848,81	1,75%	464.774,95
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	16.226.166,00	13,88%	14.603.564,26	12,93%	1.622.601,74
JUROS E OUTROS ENCARGOS	7.819,03	0,01%	7.819,03	0,01%	0,00
JUROS E OUTROS ENCARGOS	7.819,03	0,01%	7.819,03	0,01%	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	814.423,37	0,70%	809.119,78	0,72%	5.303,59
ENTIDADES PRIVADAS OU PÚBLICAS	807.149,78	0,69%	807.149,78	0,71%	0,00
EXTERIOR	7.273,59	0,01%	1.970,00	0,00%	5.303,59
SUBVENÇÕES	929.590,01	0,79%	929.590,01	0,82%	0,00
SUBVENÇÃO AOS GRUPOS					
PARLAMENTARES	929.590,01	0,79%	929.590,01	0,82%	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	234.911,46	0,20%	234.200,75	0,21%	710,71
DOTAÇÃO PROVISIONAL	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
DIVERSAS	234.911,46	0,20%	234.200,75	0,21%	710,71
CAPITAL	7.848.941,27	6,71%	5.981.307,30	5,29%	1.867.633,97
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	7.848.941,27	6,71%	5.981.307,30	5,29%	1.867.633,97
INVESTIMENTOS	3.285.113,36	2,81%	2.281.450,59	2,02%	1.003.662,77
BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO	4.563.827,91	3,90%	3.699.856,71	3,27%	863.971,20
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
DOTAÇÃO PROVISIONAL	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
TOTAL	74.824.216,42	63,98%	70.858.852,88	62,72%	3.965.363,54

Unidade: Euro

Decorre da avaliação anteriormente efectuada ao plano de investimentos a identificação dos projectos cujos encargos transitaram para a gerência de 2010.

O **QUADRO 27** evidencia ainda a estrutura da despesa assumida e paga, sendo que do diferencial entre ambas (Σ Despesa paga – Σ Despesa assumida) reflecte, em termos globais, uma variação de 5,28% (2007 – 4%;

2008 – inferior a 1%), apresentando execuções financeiras face a encargos, respectivamente, de 94,72% (recorde-se que este indicador apresentava 96,93% em 2007 e 99,61% em 2008).

Considerando as despesas correntes, verifica-se que uma execução financeira face a encargos assumidos de 96,89%, sendo que em 2008 este indicador foi de 99,61%. Salienta-

-se que esta natureza de despesas representa 57,27% do total da despesa assumida.

Relativamente às despesas de capital, verifica-se uma execução financeira face a encargos assumidos de 76,20%, tendo transitado para 2010 o valor de despesa autorizada e não paga de €1.867.633,97. Na estrutura da despesa total, as despesas de capital têm um peso de 6,71% no que se refere aos encargos assumidos.

A despesa assumida que não teve execução financeira, dando lugar à transição de encargos para o exercício de 2010, deve-se, em parte, à inexistência do período complementar para o apuramento de contas, uma vez que a implementação

do POCAR implica o encerramento do ano económico a 31 de Dezembro, e à existência de despesas autorizadas envolvendo pagamentos faseados no tempo, em função da evolução verificada nos projectos a que respeitam.

10.2. Das Receitas

Importa salientar que, na estrutura da receita cobrada, as receitas próprias da AR representam 1,5% das Receitas totais. Por outro lado, estas receitas registaram um decréscimo de 58,62%, cuja análise se efectuará de seguida, correspondendo a um grau de realização de 44,39% (QUADRO 29).

QUADRO 28

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

Natureza das Receitas Cobradas	2008	2009	Var.%
	1	2	3=2/1
PUBLICAÇÕES, IMPRESSOS E ARTIGOS DIVERSOS	56.846,59	44.905,27	-21,01%
OUTROS BENS	53.482,53	47.439,37	-11,30%
JUROS	1.799.143,29	359.765,85	-80,00%
GUIAS DE REPOSIÇÃO NÃO ABATIDAS	356.940,27	140.364,87	-60,68%
VENDAS DE SENHAS DE REFEIÇÃO	255.481,35	263.627,90	3,19%
RENDAS	48.629,21	48.395,37	-0,48%
VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	0,00	135.375,00	N. APLIC.
RECEITAS DIVERSAS – AR	57.271,51	47.432,65	-17,18%
RECEITAS COBRADAS	2.627.794,75	1.087.306,28	-58,62%
TRANSFERÊNCIAS DO OE (CORRENTE E CAPITAL)	69.877.049,24	71.601.725,85	2,47%
TOTAL	72.504.843,99	72.689.032,13	0,25%

Unidade: Euro

A generalidade das receitas da AR apresentaram variações negativas, com excepção da receita proveniente da venda de senhas de refeição que apresentou um acréscimo de 3,19%, sendo que este aumento também é influenciado pela actualização do preço das referidas senhas.

O decréscimo de 60,68% no capítulo da receita Reposições não Abatidas nos Pagamentos poderá ser explicado pela existência de um maior controlo das notas de crédito de fornecedores, que, sempre que possível, são abatidas nos

pagamentos efectuados no mesmo ano em que estas são registadas contabilisticamente.

Os rendimentos gerados pelas aplicações financeiras registaram um decréscimo de 80%, pelo facto de se ter iniciado a adesão ao Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado, o que implicou que a aplicação de excedentes fosse canalizada exclusivamente para o IGCP e para a conta da CGD sedeada no Palácio de São Bento.

As restantes naturezas de receita, nomeadamente “Publicações, impressos e artigos diversos” e “Outros Bens” sofreram decréscimos que encontram o respectivo fundamento na interrupção dos trabalhos parlamentares devido à realização de três actos eleitorais em 2009. O financiamento com origem no OE, que representa

98,5% do total do OAR 2009, reflecte uma variação residual de 1,6% em relação a 2008, ano em que o financiamento do OE representou 96,9%.

As receitas orçamentadas e cobradas em 2009 constam do quadro abaixo.

QUADRO 29

GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2009

Natureza	Receita OAR 2009		
	corrigida	cobrada	GR%
	1	2	3=2/1
PUBLICAÇÕES, IMPRESSOS E ARTIGOS DIVERSOS	45.000,00	44.905,27	99,79%
OUTROS BENS	9.500,00	47.439,37	499,36%
JUROS	1.650.000,00	359.765,85	21,80%
GUIAS DE REPOSIÇÃO NÃO ABATIDAS	350.000,00	140.364,87	40,10%
VENDAS DE SENHAS DE REFEIÇÃO	294.000,00	263.627,90	89,67%
RENDAS	60.000,00	48.395,37	80,66%
VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	0,00	135.375,00	N. APLIC.
RECEITAS DIVERSAS – AR	41.150,00	47.432,65	115,27%
RECEITAS COBRADAS	2.449.650,00	1.087.306,28	44,39%
TRANSFERÊNCIAS DO OE (CORRENTE E CAPITAL)	71.601.725,85	71.601.725,85	100,00%
TOTAL	74.051.375,85	72.689.032,13	98,16%

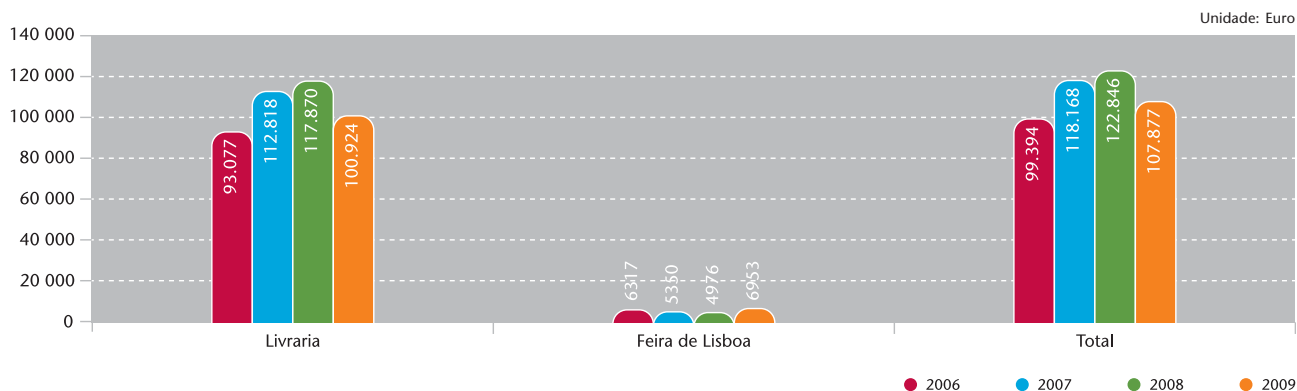
Unidade: Euro


Da análise do **QUADRO 29** constata-se que a receita própria cobrada da Assembleia da República em “Outros Bens” e “Receitas Diversas”, foi superior à orçamentada, (**QUADRO 29**), sendo que a receita cobrada em todos os restantes artigos de receita própria foi sempre inferior à receita orçamentada.

A evolução das vendas realizadas na Livraria Parlamentar encontra-se expressa no (**GRÁFICO 15**), registando-se um decréscimo de 16% relativamente ao valor apurado em 2008. Esta diminuição das vendas é também determinada pela interrupção dos trabalhos parlamentares, que tiveram lugar em 2009 devido à realização de três actos eleitorais: Parlamento Europeu, Legislativas e Autárquicas de 2009.

GRÁFICO 15

EVOLUÇÃO DAS VENDAS NA LIVRARIA PARLAMENTAR





11. SITUAÇÃO PATRIMONIAL
DA AR A 31 DE DEZEMBRO
DE 2009

Importa previamente referir que o ano de 2009 integrou duas legislaturas e, em conformidade com o procedimento habitual decorrente de decisão do Conselho de Administração, conduziu à elaboração de duas contas de gerência, originando a emissão pelo sistema de duas demonstrações financeiras reportadas, uma ao período de 1 de Janeiro de 2009 a 14 de Outubro de 2009 e outra ao período de 15 de Outubro a 31 de Dezembro de 2009.

Salienta-se que o facto atrás mencionado é sempre gerador de um significativo acréscimo do número de lançamentos de regularização/rectificação e da conferência de saldos, conduzindo à integração dos valores apresentados nas demonstrações financeiras dos dois períodos, a qual visa sustentar o presente relatório de gestão, através de um Balanço e de uma Demonstração de Resultados relativos ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2009.

Tendo presente a implementação da contabilidade patrimonial na gestão corrente da Assembleia da República através da aplicação do POCAR em 2006, salienta-se o

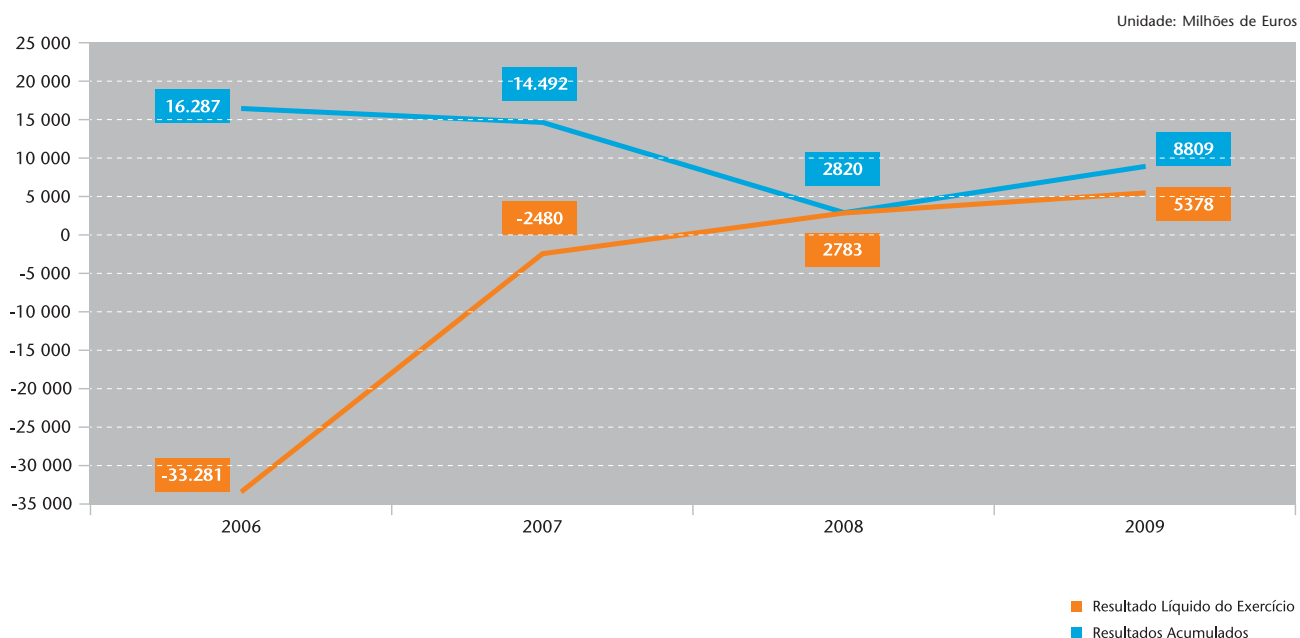
objectivo de aperfeiçoamento que tem vindo a ser posto em prática e que se traduziu nos trabalhos preparatórios para o desenvolvimento e implementação de um sistema integrado de gestão adaptado às necessidades e especificidades da AR (SIGAR), visando a transparência, conformidade legal e a regularidade financeira.

Na análise do Balanço e da Demonstração de Resultados de 2009, importa referenciar a evolução do Resultado Líquido do Exercício e ainda alguns rácios que permitem avaliar e analisar a situação e a estrutura financeira.

A evolução dos Resultados Líquidos apurados nos últimos quatro anos (**GRÁFICO 16**) reflecte, em 2006 e 2007, o efeito de valores, registados nestes anos como proveitos e custos operacionais (subvenções estatais), cujo impacto patrimonial se deveria reflectir exclusivamente ao nível do Balanço, sem afectação directa da Demonstração de Resultados.

Em 2008 e 2009, as subvenções estatais, bem como os respectivos saldos transitados ainda na posse da AR, não se reflectem na Demonstração de Resultados.

GRÁFICO 16
EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS



Ao longo do último triénio foram aperfeiçoados os registos de operações e o seu reflexo contabilístico que se traduziu num maior rigor da informação apresentada, apurando-se um Resultado Líquido de €5.377.532,98, representando um crescimento de 93% face ao ano de 2008.

À semelhança do evidenciado em 2008, a situação de liquidez financeira reflectida na situação patrimonial a 31/12/2009, apresenta valores elevados, traduzidos pelos rácios de Liquidez.

A diminuição do valor dos três rácios de liquidez nos anos de 2008 e 2009, face aos anos de 2006 e 2007, resulta do aperfeiçoamento do registo de operações com o consequente reflexo ao nível das peças contabilísticas.

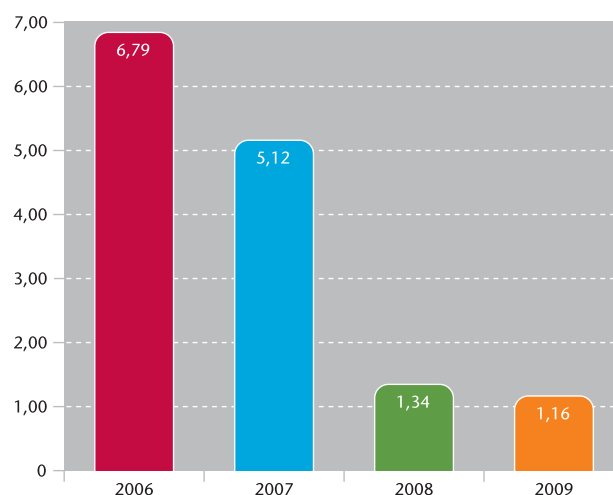
Quanto ao rácio de Liquidez Geral (Activo Circulante/Dívidas a terceiros de curto prazo), apresenta um valor de 1,16, sendo que o intervalo de equilíbrio mínimo se situa entre 1,5 e 2.

No que se refere ao rácio de Liquidez Reduzida (Activo Circulante - Existências/Dívidas a terceiros de curto prazo) o valor deverá situar-se entre 0,9 e 1,1, sendo que através do Balanço a 31 de Dezembro de 2009 este rácio apresenta um valor de 1,14.

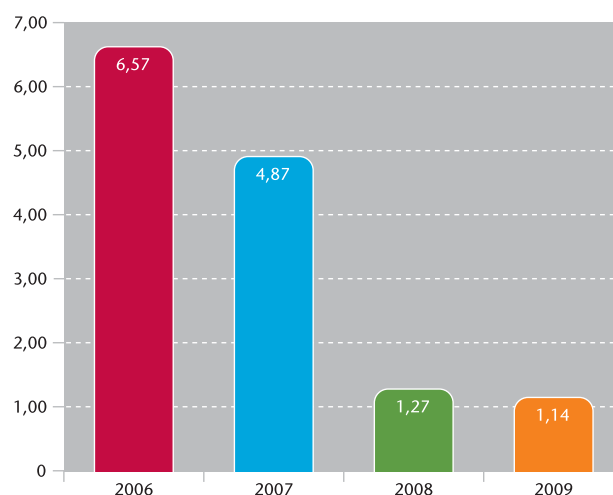
A Liquidez Imediata (Disponibilidades/Dívidas a terceiros de curto prazo) deve ser superior a 0,9 (situando-se em termos médios entre 0,8 e 1,2) significando que a capacidade para a AR satisfazer as obrigações de curto prazo para com terceiros assenta em verbas em depósito, verificando-se que a Assembleia da República apresenta um rácio de 1,13.

Os rácios de liquidez que demonstram o nível de equilíbrio financeiro encontram-se, assim, dentro dos valores considerados normais, conhecendo que a Assembleia da República, enquanto órgão de soberania desempenha actividades com carácter de prestação de serviço público, sendo financiada maioritariamente por verbas provenientes de transferências do OE.

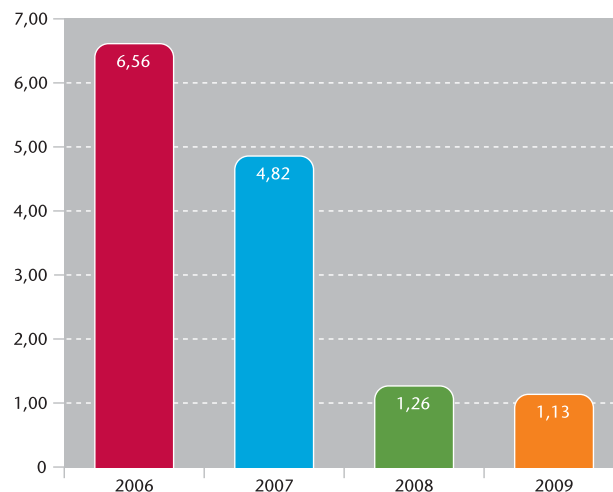
LIQUIDEZ GERAL



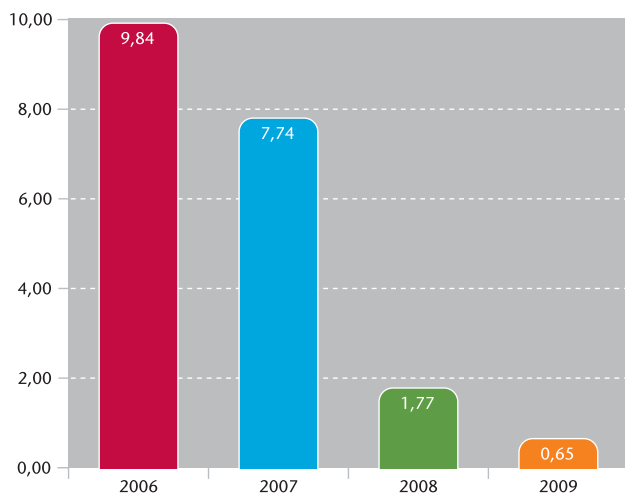
LIQUIDEZ REDUZIDA



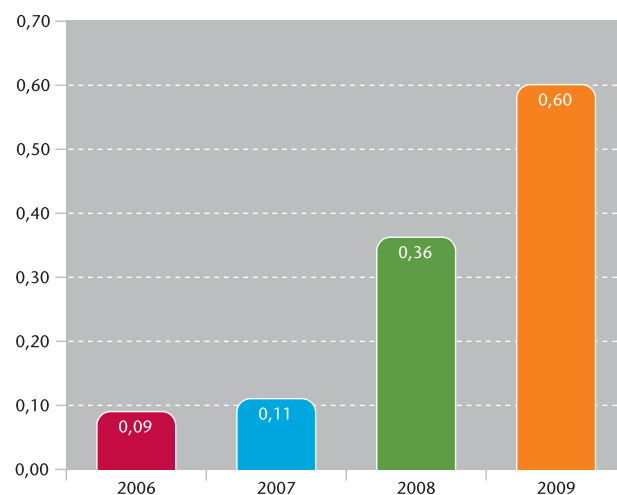
LIQUIDEZ IMEDIATA



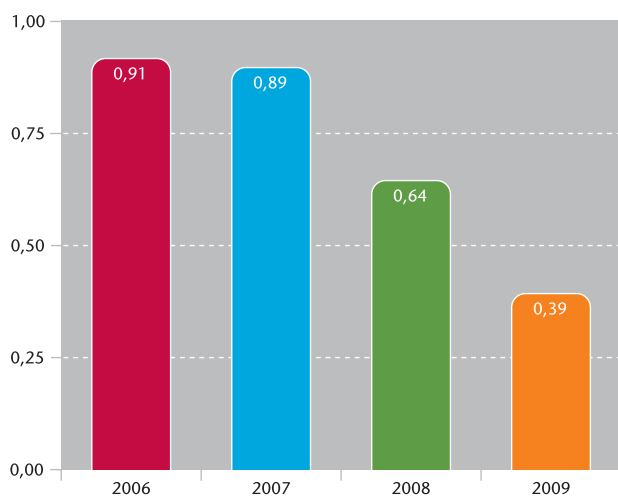
SOLVABILIDADE



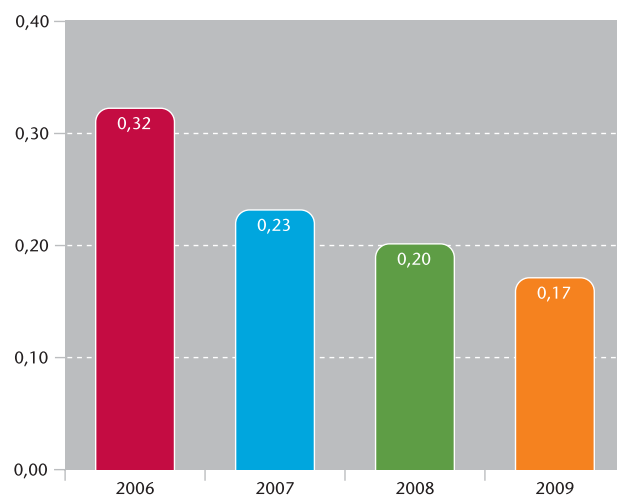
ENDIVIDAMENTO



AUTONOMIA FINANCEIRA



ROTAÇÃO DOS STOCKS



No tocante ao indicador de Solvabilidade (Fundos Próprios/Passivo) o respectivo valor é de 0,65, valor que em termos académicos deve ser superior a 1. Este facto resulta de estarem incluídas no Passivo verbas de subvenções estatais que contribuem para adulterar o real valor deste indicador. A Solvabilidade enquanto indicador destina-se a medir a capacidade de a entidade desenvolver a respectiva actividade a médio prazo, não sendo por isso de relevar o valor do indicador apresentado atento o mecanismo legal que está subjacente ao financiamento deste Órgão de Soberania.

O indicador de Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Activo Líquido) em 2009 foi de 0,39, superando o exigido, dado que o indicador deverá ser igual ou superior a 0,33.

Importa salientar, que o indicador da dependência financeira, aqui denominado por Endividamento (Passivo/Activo Líquido) apresenta em 2009 o valor de 0,60, sendo que a soma do valor do indicador de Autonomia Financeira com o valor do indicador de Endividamento deverá ser igual a 1. Em 2009 esta soma

é de 0,99, diferença que não deve ser considerada por força das características do financiamento da actividade da Assembleia da República.

A racionalização do consumo e o controlo da gestão de aprovisionamento é evidenciada através da evolução, apresentada ao longo do último quadriénio, pelo indicador de Rotação de Stocks (Vendas e Prestações de Serviços/Existências).

Assim, a análise da evolução apresentada pelos indicadores supramencionados, no período de 2006 a 2009, reflecte o progresso decorrente da postura de um permanente aperfeiçoamento dos registos das operações contabilísticas, que será melhor observado no ano de 2010 com a entrada em pleno funcionamento do SIGAR – Sistema Integrado de Gestão da Assembleia da República.

A close-up photograph of ornate brass metalwork, likely a decorative railing or architectural element. The metal is highly reflective and features intricate scrollwork and a central floral motif. A semi-transparent blue rectangular overlay is positioned on the right side of the image, containing the text "NOTA FINAL" in white, uppercase letters.

NOTA FINAL

De acordo com os artigos 4.º e 59.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), o Relatório e Conta são aprovados pelo Plenário da Assembleia da República, após apresentação à Assembleia da República do respectivo parecer do Tribunal de Contas.

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 52.º

da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, relativa à Organização e Processo do Tribunal de Contas, republicada pela Lei n.º 48/2006, de 29 de Agosto, a Assembleia da República procede à remessa da sua Conta de Gerência ao Tribunal de Contas até 30 de Abril do ano seguinte a que diz respeito, para emissão de parecer nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma legal.

Serviços da Assembleia da República

Secretária-Geral

Maria Adelina de Sá Carvalho

Adjunta da Secretária-Geral

Maria do Rosário Rodrigues de Andrade de Paiva Boléo

Adjunta da Secretária-Geral

Maria Teresa Terrelo Xardoné

Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado

Ana Margarida Serpa Soares Menino Vargas

Divisão de Apoio ao Plenário

Isabel Maria Graça Pereira

Divisão de Apoio às Comissões

Cláudia Cristina Martins Ribeiro Diogo

Divisão de Redacção e Apoio Audiovisual

José Nogueira Diogo

Direcção de Serviços de Documentação, Informação e Comunicação

Rui José Pereira Costa

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar

Fernando Carlos Marques Pereira

Divisão de Edições

Maria Teresa Silvério da Fonseca

Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas

Victor Manuel Pires da Silva

Biblioteca

José Luís Martins Tomé

Arquivo Histórico-Parlamentar

Maria Manuela Castelo Branco Neves Ferrão Sousa Magalhães

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros

Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo

Divisão de Recursos Humanos e Administração

Vítor Manuel Leal Madeira

Divisão de Gestão Financeira

Maria Isabel Duarte Silva Feijóo Burnay

Divisão de Aprovisionamento e Património

Fernando Paulo da Silva Gonçalves

Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo

José Manuel Araújo

Divisão de Relações Internacionais

Cristina Isabel Gonçalves Ferreira

Divisão de Protocolo

Domingos Manuel Fonseca de Almeida Machado

Centro de Informática

João Viegas Vilhete d'Abreu

Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar

João José da Costa Santos Gil

Serviço de Segurança

Tenente-Coronel José Manuel Lucas Pimenta



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – BALANÇO – EXERCÍCIO DE 2009

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

Código das Contas POCP	Activo	Exercícios			
		2009			2008
		Activo Bruto	Amort. e Prov. Acumuladas	Activo Líquido	Activo Líquido
IMOBILIZADO					
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:					
451	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
452	EDIFÍCIOS	2.776.564,33	569.009,47	2.207.554,86	2.020.812,22
453	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	–	–	–	–
454	INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA MILITAR	–	–	–	–
455	BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	7.577.675,38	–	7.577.675,38	1.619.820,85
459	OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	–	–	–	–
445	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	1.354.224,05	–	1.354.224,05	3.432.703,48
446	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	–	–	–	–
		11.708.463,76	569.009,47	11.139.454,29	7.073.336,55
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
431	DESPEAS DE INSTALAÇÃO	–	–	–	–
432	DESPEAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	–	–	–	–
433	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	–	–	–	–
443	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	–	–	–	–
449	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	–	–	–	–
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
421	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	6.702.269,03	–	6.702.269,03	6.702.269,03
422	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	19.285.557,10	1.341.495,03	17.944.062,07	18.275.403,35
423	EQUIPAMENTO BÁSICO				
424	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	14.367,29	13.602,08	765,21	79.310,60
425	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	6.847,20	6.118,45	728,75	1.186,64
426	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	16.156.077,79	12.433.205,15	3.722.872,64	4.552.123,36
427	TARAS E VASILHAME				
429	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	10.193.897,60	6.737.525,32	3.456.372,28	2.087.160,44
442	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	602.741,22	–	602.741,22	1.519.722,52
448	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	–	–	–	–
		52.961.757,23	20.531.946,03	32.429.811,20	33.217.175,94
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					
411	PARTES DE CAPITAL	–	–	–	–
412	OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	–	–	–	–
414	INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	–	–	–	–
415	OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	–	–	–	–
441	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	–	–	–	–
447	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	–	–	–	–

(Cont. na página seguinte)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – BALANÇO – EXERCÍCIO DE 2009

(CONTINUAÇÃO)

Código das Contas POCP	Activo	Exercícios			
		2009		2008	
		Activo Bruto	Amort. e Prov. Acumuladas	Activo Líquido	Activo Líquido
CIRCULANTE					
EXISTÊNCIAS:					
36	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	99.185,79	–	99.185,79	104.410,10
35	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	–	–	–	–
34	SUBPRODUTOS, DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	–	–	–	–
33	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	–	–	–	–
32	MERCADORIAS	1.967.178,75	–	1.967.178,75	1.725.882,26
37	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE COMPRAS	–	–	–	–
		<u>2.066.364,54</u>	<u>–</u>	<u>2.066.364,54</u>	<u>1.830.292,36</u>
	DÍVIDAS DE TERCEIROS – MÉDIO E LONGO PRAZO	–	–	–	–
	DÍVIDAS DE TERCEIROS – CURTO PRAZO				
2811+2821	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	–	–	–	–
211	CLIENTES C/C	–	–	–	–
212	CONTRIBUINTES C/C	–	–	–	–
213	UTENTES C/C	–	–	–	–
214	CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES – TÍTULOS A RECEBER	–	–	–	–
218	CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES DE COBRANÇA DUVIDOSA	–	–	–	–
251	DEVEDORES PELA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	–	–	–	–
229	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	–	–	–	–
2619	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	–	–	–	–
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	177.281,23	–	177.281,23	121.989,43
262+263+267+268	OUTROS DEVEDORES	187.053,05	–	187.053,05	163.900,85
		<u>364.334,28</u>	<u>–</u>	<u>364.334,28</u>	<u>285.890,28</u>
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS				
151	ACÇÕES	–	–	–	–
152	OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	–	–	–	–
153	TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA	–	–	–	–
159	OUTROS TÍTULOS	–	–	–	–
18	OUTRAS APLICAÇÕES DE TESOURARIA	–	–	–	–
	CONTA NO TESOURO, DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA				
13	CONTA NO TESOURO	14.002.278,50	–	14.002.278,50	14.441.176,15
12	DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	80.349.408,29	–	80.349.408,29	19.124.064,53
11	CAIXA	–	–	0,00	–
		<u>94.351.686,79</u>	<u>–</u>	<u>94.351.686,79</u>	<u>33.565.240,68</u>
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
271	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	7.575,27	–	7.575,27	24.491,23
272	CUSTOS DIFERIDOS	34.619,64	–	34.619,64	9.775,92
		<u>42.194,91</u>	<u>–</u>	<u>42.194,91</u>	<u>34.267,15</u>
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES	–	21.100.955,50	–	–
	TOTAL DE PROVISÕES	–	–	–	–
	TOTAL DO ACTIVO	161.494.801,51	21.100.955,50	140.393.846,01	76.006.202,96

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – BALANÇO – EXERCÍCIO DE 2009

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

Código das Contas POCP	Fundos Próprios e Passivo	Exercícios	
		2009	2008
	FUNDOS PRÓPRIOS:		
51	PATRIMÓNIO	45.710.063,92	45.710.063,92
55	AJUSTAMENTO DE PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS	-	-
56	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	-	-
	RESERVAS:		
571	RESERVAS LEGAIS	-	-
572	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	-	-
573	RESERVAS CONTRATUAIS	-	-
574	RESERVAS LIVRES	-	-
575	SUBSÍDIOS	-	-
576	DOAÇÕES	-	-
577	RESERVAS DECORRENTES DA TRANSFERÊNCIA DE ACTIVOS	-	-
59	RESULTADOS TRANSITADOS	4.972.207,63	37.189,76
88	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.377.449,53	2.782.837,98
		<u>56.059.721,08</u>	<u>48.530.091,66</u>
	PASSIVO:		
29	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	857.853,57	857.853,57
		<u>857.853,57</u>	<u>857.853,57</u>
	DÍVIDAS A TERCEIROS – MÉDIO E LONGO PRAZO:		
23122+23222	EMPRÉSTIMOS POR DÍVIDA NÃO TITULADA	-	-
	DÍVIDAS A TERCEIROS – CURTO PRAZO:		
23111+23211	EMPRÉSTIMOS POR DÍVIDA TITULADA	-	-
23112+23212+12	EMPRÉSTIMOS POR DÍVIDA NÃO TITULADA	-	-
269	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE VENDAS	-	-
221	FORNECEDORES C/C	-25.413,42	-27.987,36
228	FORNECEDORES – FACTURAS EM RECEÇÃO E CONFERÊNCIA	2.348.383,68	2.285.002,02
222	FORNECEDORES – TÍTULOS A PAGAR	-	-
2612	FORNECEDORES DE IMOBILIZADO TÍTULOS A PAGAR	-	-
252	CREDORES PELA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	-	-
219	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES	-	-
2611	FORNECEDORES DE IMOBILIZADO C/C	-	-
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	428.819,05	70,00
262+263+267+268	OUTROS CREDORES	75.092.693,17	17.989.839,10
		<u>77.844.482,48</u>	<u>20.246.923,76</u>
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
273	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	5.631.788,88	6.371.333,97
274	PROVEITOS DIFERIDOS	-	-
		<u>5.631.788,88</u>	<u>6.371.333,97</u>
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	<u>140.393.846,01</u>	<u>76.006.202,96</u>

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

Código das Contas POCP	Custos e Perdas	2009		2008	
CUSTOS E PERDAS					
61	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS:				
	MERCADORIAS	403.862,02	–	470.518,88	–
	MATÉRIAS	302.856,73	706.718,75	330.189,73	800.708,61
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	16.154.231,03	–	16.290.257,95	–
CUSTOS COM O PESSOAL:					
641+642	REMUNERAÇÕES	40.264.213,24	–	40.252.005,73	–
ENCARGOS SOCIAIS:					
643 a 648	PENSÕES	38.652,67	–	17.827,94	–
	OUTROS	5.108.745,79	61.565.842,73	5.670.121,96	62.230.213,58
63	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS E PRESTAÇÕES SOCIAIS	–	1.737.937,83	–	1.011.331,45
66	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	–	2.688.508,41	–	2.273.960,15
67	PROVISÕES DO EXERCÍCIO	–	2.688.508,41	–	2.273.960,15
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	260.201,85	260.201,85	511.093,13	511.093,13
	(A)	–	66.959.209,57	–	66.827.306,92
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	–	12.476,95	–	31.819,98
	(C)	–	66.971.686,52	–	66.859.126,90
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	–	223.642,47	–	36.456,40
	(E)	–	67.195.328,99	–	66.895.583,30
88	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	–	5.377.449,53	–	2.782.837,98
		–	72.572.778,52	–	69.678.421,28
PROVEITOS E GANHOS					
71	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS:				
	VENDAS DE MERCADORIAS	82.189,21	–	97.858,80	–
	VENDAS DE PRODUTOS	–	–	–	–
	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	265.086,97	347.276,18	259.423,29	357.282,09
72	IMPOSTOS, TAXAS E OUTROS	–	–	–	–
	VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	–	–	–	–
75	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	–	–	–	–
73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	45.618,96	–	–	–
74	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS:				
741	TRANSFERÊNCIAS – TESOURO	71.601.725,85	–	67.176.188,80	–
742+743	OUTRAS	–	–	–	–
76	OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	–	71.647.344,81	–	67.176.188,80
	(B)	–	71.994.620,99	–	67.533.470,89
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	–	345.207,38	–	1.823.318,34
	(D)	–	72.339.828,37	–	69.356.789,23
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	–	232.950,15	–	321.632,05
		–	72.572.778,52	–	69.678.421,28
	(F)	–	72.572.778,52	–	69.678.421,28
	RESULTADOS OPERACIONAIS: (B) - (A)		5.035.411,42		706.163,97
	RESULTADOS FINANCEIROS: (D-B) - (C-A)		332.730,43		1.791.498,36
	RESULTADOS CORRENTES: (D) - (C)		5.368.141,85		2.497.662,33
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: (F) - (E)		5.377.449,53		2.782.837,98

FLUXOS DE CAIXA – 2009 – DÉBITO (GERÊNCIA DESDE 1 DE JANEIRO A 14 DE OUTUBRO DE 2009)

Código	Débito	Importâncias	
		Parcial	Total
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR:			
DE DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS - OE:			
	NA POSSE DO SERVIÇO	-	-
DE DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS - PIDDAC:			
	NA POSSE DO SERVIÇO	-	-
DE RECEITAS PRÓPRIAS:			
	ENTRADAS POR CONTA RECEITAS PRÓPRIAS	-	-
	NA POSSE DO SERVIÇO	-	33.483.754,10
	NA POSSE DO TESOURO	-	-
DE DESCONTOS EM VENCIMENTOS E SALÁRIOS:			
	RECEITAS DO ESTADO	-	-772,37
	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	-	-
DE DESCONTOS EM FORNECIMENTOS:			
	RECEITAS DO ESTADO	-	-
	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	-	-
DE OUTRAS OPERAÇÕES:			
	RECEITAS DO ESTADO	-	820,37
	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	-	81.438,58
			33.565.240,68
	SENDO:		
	EM COFRE	-	-
	EM DEPÓSITO	33.565.240,68	-
	AP – IGCP	14.436.786,56	-
	MIL/BCP	287.825,41	-
	IGCP	4.389,59	-
	CGD-2	78.629,14	-
	BS	97.183,12	-
	BPN	280.605,77	-
	BES	96.807,47	-
	AP – CGD	16.750.000,00	-
	CGD	404.584,52	-
	BPI	1.128.429,10	-
RECEITAS ORÇAMENTAIS:			
RECEITAS CORRENTES:			
	02 01 00		
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	-	330.471,51
06.03.01	TRANSF. CORRENTES/ADM CENTRAL/OE-AR	-	52.063.685,80
07.01.01	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	-	-
07.01.02	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO	-	30.670,09
07.01.05	BENS INUTILIZADOS	-	-
07.01.08	MERCADORIAS PARA VENDA	-	25.701,75

(Cont. na página seguinte)

FLUXOS DE CAIXA – 2009 – DÉBITO (GERÊNCIA DESDE 1 DE JANEIRO A 14 DE OUTUBRO DE 2009)
(CONTINUAÇÃO)

Código	Débito	Importâncias	
		Parcial	Total
07.01.99	OUTROS	-	-
07.02.07	ALIMENTAÇÃO – VENDA DE SENHAS DE REFEIÇÃO	-	203.015,80
07.02.99	OUTROS SERVIÇOS	-	1.548,20
07.03.02	EDIFÍCIOS	-	44.973,16
08.01.99	OUTRAS	-	33.711,33
09.04.00	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	-	135.375,00
			52.869.152,64
	RECEITAS DE CAPITAL:		
	02 01 00		
10.03.01	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL – ESTADO	-	7.566.827,50
15.01.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	-	97.688,28
16.01.01	SALDO DE GERÊNCIA – AR	-	17.218.559,46
17.02.01	TRANSFERÊNCIAS OE – CORRENTES	-	8.716.766,30
17.02.02	TRANSFERÊNCIAS OE – CAPITAL	-	253.374,10
17.02.03	SALDO DE GERÊNCIA	-	1.890.723,29
17.02.04	RECEITAS PRÓPRIAS	-	462.959,00
17.02.05	TRANSFERÊNCIA OE PARA SUBVENÇÕES AOS PARTIDOS	-	14.347.627,50
17.02.06	TRANSFERÊNCIA OE PARA SUBVENÇÃO ESTATAL P/CA	-	12.780.000,00
17.02.99	OUTRAS OPER. TESOURARIA NÃO ESPECIFICADAS	-	16.063.859,61
			79.398.385,04
	RECEBIDO DO TESOUREIRO EM C/ DE RECEITAS PRÓPRIAS (a)		
	IMPORTÂNCIAS RECEBIDAS PARA ENTREGA AO ESTADO		
	OU OUTRAS ENTIDADES		
	DESCONTOS EM VENCIMENTOS E SALÁRIOS:		
	RECEITAS DO ESTADO	-	7.738.213,02
	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	-	6.479.963,69
			14.218.176,71
	DESCONTOS EM FORNECIMENTOS:		
	RECEITAS DO ESTADO	-	105.546,55
	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	-	6.952,41
			112.498,96
	DE OUTRAS OPERAÇÕES:		
	RECEITAS DO ESTADO	-	-
	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	-	-
			-
	TOTAL		180.163.454,03

(a) As receitas que servirem de contrapartida a despesas sujeitas a duplo cabimento deverão ser certificadas pela delegação da contabilidade pública respectiva.

FLUXOS DE CAIXA – 2009 – DÉBITO (GERÊNCIA DESDE 15 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009)

Código	Débito	Importâncias	
		Parcial	Total
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR:			
DE DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS – OE:			
	NA POSSE DO SERVIÇO	-	-
DE DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS – PIDDAC:			
	NA POSSE DO SERVIÇO	-	-
DE RECEITAS PRÓPRIAS:			
ENTRADAS POR CONTA RECEITAS PRÓPRIAS			
	NA POSSE DO SERVIÇO	-	-
	NA POSSE DO TESOURO	45.531.465,29	-
DE DESCONTOS EM VENCIMENTOS E SALÁRIOS:			
	RECEITAS DO ESTADO	-	7.718.769,66
	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	-	519.304,98
DE DESCONTOS EM FORNECIMENTOS:			
	RECEITAS DO ESTADO	-	103.918,35
	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	-	2.442,65
DE OUTRAS OPERAÇÕES:			
	RECEITAS DO ESTADO	-	-7.942.558,90
	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	-	76.843,38
			46.010.185,41
SENDO:			
	EM COFRE	-	-
	EM DEPÓSITO	46.010.185,41	-
	AP – IGCP	13.993.807,34	-
	AP – CGD	26.300.000,00	-
	MIL/BCP	38.549,81	-
	IGCP	3.831,62	-
	CGD-2	74.724,05	-
	BS	97.042,92	-
	BPN	16.408,17	-
	BES	25.533,10	-
	CGD	787.622,76	-
	BPI	4.672.665,64	-
			46.010.185,41
RECEITAS ORÇAMENTAIS:			
RECEITAS CORRENTES:			
02 01 00			
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	-	29.294,34
06.03.01	TRANSF CORRENTES / ADM CENTRAL / OE – AR	-	10.457.847,05
07.01.01	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	-	-
07.01.02	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO	-	14.235,18
07.01.05	BENS INUTILIZADOS	-	-

(Cont. na página seguinte)

FLUXOS DE CAIXA – 2009 – DÉBITO (GERÊNCIA DESDE 15 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009)
(CONTINUAÇÃO)

Código	Débito	Importâncias		
		Parcial	Total	
07.01.08	MERCADORIAS PARA VENDA	–	21.737,62	–
07.01.99	OUTROS	–	–	–
07.02.07	ALIMENTAÇÃO – VENDA DE SENHAS DE REFEIÇÃO	–	60.612,10	–
07.02.99	OUTROS SERVIÇOS	–	53,10	–
07.03.02	EDIFÍCIOS	–	3.422,21	–
08.01.99	OUTRAS	–	12.120,02	–
09.04.00	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	–	–	10.599.321,62
RECEITAS DE CAPITAL:				
02 01 00				
10.03.01	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL – ESTADO	–	1.513.365,50	–
15.01.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	–	46.757,48	–
16.01.01	SALDO DE GERÊNCIA – AR	–	46.010.185,41	–
17.02.01	TRANSFERÊNCIAS OE – CORRENTES	–	1.774.836,70	–
17.02.02	TRANSFERÊNCIAS OE – CAPITAL	–	50.674,90	–
17.02.03	SALDO DE GERÊNCIA	–	–	–
17.02.04	RECEITAS PRÓPRIAS	–	37.041,00	–
17.02.05	TRANSFERÊNCIA OE PARA SUBVENÇÕES AOS PARTIDOS	–	2.819.488,16	–
17.02.06	TRANSFERÊNCIA OE PARA SUBVENÇÃO ESTATAL P/ CA	–	57.797.550,00	–
17.02.99	OUTRAS OPER. TESOURARIA NÃO ESPECIFICADAS	–	–	110.049.899,15
RECEBIDO DO TESOURO EM C/ DE RECEITAS PRÓPRIAS (a)				
IMPORTÂNCIAS RECEBIDAS PARA ENTREGA AO ESTADO				
OU OUTRAS ENTIDADES				
DESCONTOS EM VENCIMENTOS E SALÁRIOS:				
	RECEITAS DO ESTADO	–	2.121.941,23	–
	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	–	1.856.508,17	3.978.449,40
DESCONTOS EM FORNECIMENTOS:				
	RECEITAS DO ESTADO	–	25.774,92	–
	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	–	–	25.774,92
DE OUTRAS OPERAÇÕES:				
	RECEITAS DO ESTADO	–	–	–
	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	–	–	–
TOTAL			170.663.630,50	

(a) As receitas que servirem de contrapartida a despesas sujeitas a duplo cabimento deverão ser certificadas pela delegação da contabilidade pública respectiva.

FLUXOS DE CAIXA – 2009 – CRÉDITO (GERÊNCIA DESDE 1 DE JANEIRO A 14 DE OUTUBRO DE 2009)

Código	Crédito	Importâncias	
		Parcial	Total
DESPESAS ORÇAMENTAIS:			
DESPESAS CORRENTES:			
02 01 00			
01.01.01	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA: DEPUTADOS	10.117.447,13	-
01.01.03	PESSOAL DO QUADRO DOS SAR E GAB – VENCIMENTO	10.810.925,79	-
01.01.05	PESSOAL DOS GABINETES DE APOIO AOS GP	4.972.987,21	-
01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	106.682,83	-
01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	239.156,20	-
01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO – SAR	24.191,82	-
01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	448.171,23	-
01.01.10	GRATIFICAÇÕES	829,35	-
01.01.11	REPRESENTAÇÃO (CERTA E PERMANENTE)	844.577,17	-
01.01.12	SUBSÍDIOS, SUPLEMENTOS E PRÊMIOS (CERTOS E PERMANENTES)	30.103,50	-
01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	493.732,00	-
01.01.14	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL – SAR	1.155.118,20	-
01.01.15	REMUN. DOENÇA E MATERNIDADE/PATERNIDADE – SAR	25.389,81	-
01.02.02	TRABALHO EM DIAS DE DESCANSO E FERIADOS E HORAS EXTRAORDINÁRIAS	241.514,82	-
01.02.03	ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTO E TRANSPORTE	168.487,99	-
01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	2.489.105,52	-
01.02.05	ABONO PARA FALHAS	4.557,80	-
01.02.06	FORMAÇÃO	-	-
01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO	7.750,00	-
01.02.12	SUBSÍDIOS DE REINTEGRAÇÃO E INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	6.030,00	-
01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS	14.896,31	-
01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	17.361,75	-
01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE	473.502,57	-
01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	27.775,46	-
01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES E COMPLEMENTARES	199.142,28	-
01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	1.260.928,94	-
01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS	6.234,83	-
01.03.09	SEGUROS	35.067,78	-
01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	2.223.060,35	-
02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	56.322,70	-
02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE	52.582,39	-
02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	11.704,65	-
02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	210.713,82	-
02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	8.451,90	-
02.01.11	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO	698,78	-
02.01.13	MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO	14.169,64	-
02.01.14	OUTRO MATERIAL – PEÇAS	1.564,72	-
02.01.15	PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	110.870,11	-
02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA	623.937,08	-
02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	58,50	-
02.01.18	LIVROS, DOCUMENTAÇÃO E OUTRAS FONTES DE INFORMAÇÃO	187.878,33	-
02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	49.209,62	-

(Cont. na página seguinte)

FLUXOS DE CAIXA – 2009 – CRÉDITO (GERÊNCIA DESDE 1 DE JANEIRO A 14 DE OUTUBRO DE 2009)
(CONTINUAÇÃO)

Código	Crédito	Importâncias	
		Parcial	Total
02.01.21	OUTROS BENS E CONSUMÍVEIS	136.645,69	–
02.02.01	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	498.106,79	–
02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE	605.985,56	–
02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS	470.013,20	–
02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	41.330,00	–
02.02.05	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA	–	–
02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	300.387,94	–
02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	94.779,78	–
02.02.09	COMUNICAÇÕES	735.421,29	–
02.02.10	TRANSPORTES	2.605.014,73	–
02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	109.868,46	–
02.02.12	SEGUROS	24.315,82	–
02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	1.607.403,33	–
02.02.14	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTORIA	249.430,80	–
02.02.15	FORMAÇÃO	108.527,22	–
02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	89.467,84	–
02.02.17	PUBLICIDADE	65.871,89	–
02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	114.252,58	–
02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	1.539.542,20	–
02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	2.364.074,32	–
02.02.21	UTILIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE TRANSPORTE	10.182,58	–
02.02.22	SERVIÇOS MÉDICOS	15.000,00	–
02.02.25	OUTROS SERVIÇOS	9.662,80	–
03.06.01	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	5.806,41	–
04.01.01	TRANSF. CORR. ENTIDADES PÚBLICAS	109.479,00	–
04.01.02	ENTIDADES PRIVADAS	60.731,00	–
04.09.01	INSTITUIÇÕES	1.970,00	–
04.09.03	PAÍSES TERCEIROS – COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	–	–
05.07.01	SUBVENÇÕES AOS GRUPOS PARLAMENTARES	776.085,10	–
06.01.01	DOTAÇÃO PROVISIONAL	–	–
06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS	109.798,10	–
06.02.03	OUTRAS	116.468,50	50.748.513,81
DESPESAS DE CAPITAL:			
02 01 00			
07.01.03	EDIFÍCIOS	10.047,60	–
07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	704.439,91	–
07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO	234.695,43	–
07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	294.671,67	–
07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	–	–
07.01.12	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	8.150,00	–
07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS	632.691,72	–
07.03.02	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO – EDIFÍCIOS	2.252.702,79	–
11.01.01	DOTAÇÃO PROVISIONAL	–	–

(Cont. na página seguinte)

FLUXOS DE CAIXA – 2009 – CRÉDITO (GERÊNCIA DESDE 1 DE JANEIRO A 14 DE OUTUBRO DE 2009)
(CONTINUAÇÃO)

Código	Crédito	Importâncias	
		Parcial	Total
12.02.01	TRANSFERÊNCIAS OE – CORRENTES	8.543.536,11	–
12.02.02	TRANSFERÊNCIAS OE – CAPITAL	241.649,96	–
12.02.03	TRANSFERÊNCIA DO SALDO DE GERÊNCIA	1.890.723,29	–
12.02.04	TRANSFERÊNCIA DE RECEITAS PRÓPRIAS	462.959,00	–
12.02.05	SUBVENÇÕES AOS PARTIDOS E FORÇAS POLÍTICAS	14.347.627,30	–
12.02.06	SUBVENÇÃO ESTATAL P/ CAMPANHAS ELEITORAIS	6.140.211,22	–
12.02.99	PROV. JUSTIÇA-SG (CATIVO) A ENTREGAR AO ESTADO	141.966,00	35.906.072,00
ENTREGUE AO TESOUREIRO EM C/ DE RECEITAS PRÓPRIAS:			
	DA GERÊNCIA ANTERIOR	–	–
	DA PRESENTE GERÊNCIA	–	–
IMPORTÂNCIAS ENTREGUES AO ESTADO OU OUTRAS ENTIDADES:			
DOTAÇÕES DA GERÊNCIA ANTERIOR:			
DESCONTOS EM VENCIMENTOS E SALÁRIOS:			
RECEITAS DO ESTADO:			
	DA GERÊNCIA ANTERIOR	–	–
	DA PRESENTE GERÊNCIA	7.962.050,26	7.962.050,26
OPERAÇÕES DE TESOURARIA:			
	DA GERÊNCIA ANTERIOR	–	–
	DA PRESENTE GERÊNCIA	5.960.891,57	5.960.891,57
DESCONTOS EM FORNECIMENTOS:			
RECEITAS DO ESTADO:			
	DA GERÊNCIA ANTERIOR	–	–
	DA PRESENTE GERÊNCIA	1.628,20	1.628,20
OPERAÇÕES DE TESOURARIA:			
	DA GERÊNCIA ANTERIOR	–	–
	DA PRESENTE GERÊNCIA	4.509,76	4.509,76
DE OUTRAS OPERAÇÕES:			
RECEITAS DO ESTADO:			
	DA GERÊNCIA ANTERIOR	–	–
	DA PRESENTE GERÊNCIA	–	–
OPERAÇÕES DE TESOURARIA:			
	DA GERÊNCIA ANTERIOR	4.362,34	–
	DA PRESENTE GERÊNCIA	–	4.362,34
SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE:			
DE DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS - OE:			
	NA POSSE DO SERVIÇO	–	–

(Cont. na página seguinte)

FLUXOS DE CAIXA – 2009 – CRÉDITO (GERÊNCIA DESDE 1 DE JANEIRO A 14 DE OUTUBRO DE 2009)
(CONTINUAÇÃO)

Código	Crédito	Importâncias	
		Parcial	Total
	DE DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS - PIDDAC:		
	NA POSSE DO SERVIÇO	–	–
	DE RECEITAS PRÓPRIAS:		
	ENTRADAS POR CONTA RECEITAS PRÓPRIAS	–	–
	NA POSSE DO SERVIÇO	79.096.705,97	–
	NA POSSE DO TESOUREIRO	–	–
	DE DESCONTOS EM VENCIMENTOS E SALÁRIOS:		
	RECEITAS DO ESTADO	-224.609,61	–
	OPERAÇÕES DE TESOUREARIA	519.072,12	–
	DE DESCONTOS EM FORNECIMENTOS:		
	RECEITAS DO ESTADO	103.918,35	–
	OPERAÇÕES DE TESOUREARIA	2.442,65	–
	DE OUTRAS OPERAÇÕES:		
	RECEITAS DO ESTADO	820,37	–
	OPERAÇÕES DE TESOUREARIA	77.076,24	79.575.426,09
	SENDO:		
	EM COFRE		
	EM DEPÓSITO	46.010.185,41	–
	CGD	787.622,76	–
	MIL/BCP	38.549,81	–
	BES	25.533,10	–
	BPI	4.672.665,64	–
	BS	97.042,92	–
	AP - BPN	–	–
	IGCP	3.831,62	–
	BPN	16.408,17	–
	AP - BES	–	–
	CGD-2	74.724,05	–
	AP - IGCP	13.993.807,34	–
	AP - MIL/BCP	–	–
	DP - BPN	–	–
	DP-CGD	–	–
	AP - CGD	26.300.000,00	–
			46.010.185,41
	TOTAL		180.163.454,03

FLUXOS DE CAIXA – 2009 – CRÉDITO (GERÊNCIA DESDE 15 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009)

Código	Crédito	Importâncias	
		Parcial	Total
DESPESAS ORÇAMENTAIS:			
DESPESAS CORRENTES:			
02 01 00			
01.01.01	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA: DEPUTADOS	2.886.063,02	-
01.01.03	PESSOAL DO QUADRO DOS SAR E GAB - VENCIMENTO	2.124.587,92	-
01.01.05	PESSOAL DOS GABINETES DE APOIO AOS GP	1.349.784,86	-
01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	23.441,10	-
01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	67.039,78	-
01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO – SAR	23.124,55	-
01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	77.220,28	-
01.01.10	GRATIFICAÇÕES	-	-
01.01.11	REPRESENTAÇÃO (CERTA E PERMANENTE)	92.978,47	-
01.01.12	SUBSÍDIOS, SUPLEMENTOS E PRÊMIOS (CERTOS E PERMANENTES)	6.373,12	-
01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	95.447,31	-
01.01.14	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL – SAR	1.092.701,53	-
01.01.15	REMUN. DOENÇA E MATERNIDADE/PATERNIDADE – SAR	2.999,46	-
01.02.02	TRABALHO EM DIAS DE DESCANSO E FERIADOS E HORAS EXTRAORDINÁRIAS	366.832,73	-
01.02.03	ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTO E TRANSPORTE	43.384,07	-
01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	356.597,59	-
01.02.05	ABONO PARA FALHAS	911,56	-
01.02.06	FORMAÇÃO	1.620,00	-
01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO	1.550,00	-
01.02.12	SUBSÍDIOS DE REINTEGRAÇÃO E INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	19.310,68	-
01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS	1.876,84	-
01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	5.353,98	-
01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE	135.381,78	-
01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	5.663,58	-
01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES E COMPLEMENTARES	8.215,16	-
01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	515.430,84	-
01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS	2.429,75	-
01.03.09	SEGUROS	37.546,73	-
01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	529.807,61	-
02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	9.629,44	-
02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE	13.037,13	-
02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	39.194,74	-
02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	53.980,49	-
02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	1.638,86	-
02.01.11	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO	-	-
02.01.13	MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO	16.802,47	-
02.01.14	OUTRO MATERIAL – PEÇAS	-	-
02.01.15	PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	69.794,98	-
02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA	165.582,33	-
02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	-	-
02.01.18	LIVROS, DOCUMENTAÇÃO E OUTRAS FONTES DE INFORMAÇÃO	65.400,86	-
02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	40.397,52	-

(Cont. na página seguinte)

FLUXOS DE CAIXA – 2009 – CRÉDITO (GERÊNCIA DESDE 15 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009)
(CONTINUAÇÃO)

Código	Crédito	Importâncias	
		Parcial	Total
02.01.21	OUTROS BENS E CONSUMÍVEIS	34.582,06	–
02.02.01	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	151.240,46	–
02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE	65.562,72	–
02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS	66.821,78	–
02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	8.266,00	–
02.02.05	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA	–	–
02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	43.038,24	–
02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	66.982,12	–
02.02.09	COMUNICAÇÕES	306.752,76	–
02.02.10	TRANSPORTES	864.634,52	–
02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	22.940,34	–
02.02.12	SEGUROS	6.740,45	–
02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	317.977,48	–
02.02.14	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTORIA	33.598,56	–
02.02.15	FORMAÇÃO	37.316,20	–
02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	2.900,00	–
02.02.17	PUBLICIDADE	9.091,50	–
02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	41.347,56	–
02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	264.727,66	–
02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	624.009,82	–
02.02.21	UTILIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE TRANSPORTE	2.165,98	–
02.02.22	SERVIÇOS MÉDICOS	8.810,98	–
02.02.25	OUTROS SERVIÇOS	–	–
03.06.01	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	2.012,62	–
04.01.01	TRANSF. CORR. ENTIDADES PÚBLICAS	589.109,78	–
04.01.02	ENTIDADES PRIVADAS	47.830,00	–
04.09.01	INSTITUIÇÕES	–	–
04.09.03	PAÍSES TERCEIROS – COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	–	–
05.07.01	SUBVENÇÕES AOS GRUPOS PARLAMENTARES	153.504,91	–
06.01.01	DOTAÇÃO PROVISIONAL	–	–
06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS	6.260,15	–
06.02.03	OUTRAS	1.674,00	14.129.031,77
DESPESAS DE CAPITAL:			
02 01 00			
07.01.03	EDIFÍCIOS	–	–
07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	51.403,05	–
07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO	9.619,50	–
07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	114.081,82	–
07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	–	–
07.01.12	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	–	–
07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS	221.649,89	–
07.03.02	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO - EDIFÍCIOS	1.447.153,92	–
11.01.01	DOTAÇÃO PROVISIONAL	–	–

(Cont. na página seguinte)

FLUXOS DE CAIXA – 2009 – CRÉDITO (GERÊNCIA DESDE 15 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009)
(CONTINUAÇÃO)

Código	Crédito	Importâncias	
		Parcial	Total
12.02.01	TRANSFERÊNCIAS OE-CORRENTES	1.847.492,89	–
12.02.02	TRANSFERÊNCIAS OE-CAPITAL	68.849,00	–
12.02.03	TRANSFERÊNCIA DO SALDO DE GERÊNCIA	–	–
12.02.04	TRANSFERÊNCIA DE RECEITAS PRÓPRIAS	37.041,00	–
12.02.05	SUBVENÇÕES AOS PARTIDOS E FORÇAS POLÍTICAS	2.819.488,21	–
12.02.06	SUBVENÇÃO ESTATAL P/CAMPANHAS ELEITORAIS	5.576.547,95	–
12.02.99	PROV. JUSTIÇA-SG (CATIVO) A ENTREGAR AO ESTADO	–	12.193.327,23
ENTREGUE AO TESOUREIRO EM C/ DE RECEITAS PRÓPRIAS:			
	DA GERÊNCIA ANTERIOR	–	–
	DA PRESENTE GERÊNCIA	–	–
IMPORTÂNCIAS ENTREGUES AO ESTADO OU OUTRAS ENTIDADES:			
DOTAÇÕES DA GERÊNCIA ANTERIOR:			
DESCONTOS EM VENCIMENTOS E SALÁRIOS:			
RECEITAS DO ESTADO:			
	DA GERÊNCIA ANTERIOR	7.719.783,03	–
	DA PRESENTE GERÊNCIA	2.122.145,77	9.841.928,80
OPERAÇÕES DE TESOURARIA:			
	DA GERÊNCIA ANTERIOR	519.304,98	–
	DA PRESENTE GERÊNCIA	1.418.547,19	1.937.852,17
DESCONTOS EM FORNECIMENTOS:			
RECEITAS DO ESTADO:			
	DA GERÊNCIA ANTERIOR	103.918,35	–
	DA PRESENTE GERÊNCIA	25.774,92	129.693,27
OPERAÇÕES DE TESOURARIA:			
	DA GERÊNCIA ANTERIOR	–	–
	DA PRESENTE GERÊNCIA	–	–
DE OUTRAS OPERAÇÕES:			
RECEITAS DO ESTADO:			
	DA GERÊNCIA ANTERIOR	-7.943.449,27	–
	DA PRESENTE GERÊNCIA	–	-7.943.449,27
OPERAÇÕES DE TESOURARIA:			
	DA GERÊNCIA ANTERIOR	13.374,33	–
	DA PRESENTE GERÊNCIA	–	13.374,33
SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE:			
DE DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS - OE:			
	NA POSSE DO SERVIÇO	–	–

(Cont. na página seguinte)

FLUXOS DE CAIXA – 2009 – CRÉDITO (GERÊNCIA DESDE 15 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009)
(CONTINUAÇÃO)

Código	Crédito	Importâncias	
		Parcial	Total
	DE DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS - PIDDAC:		
	NA POSSE DO SERVIÇO	–	–
	DE RECEITAS PRÓPRIAS:		
	ENTRADAS POR CONTA RECEITAS PRÓPRIAS	–	–
	NA POSSE DO SERVIÇO	139.858.327,06	–
	NA POSSE DO TESOUREIRO	–	–
	DE DESCONTOS EM VENCIMENTOS E SALÁRIOS:		
	RECEITAS DO ESTADO	-1.217,91	–
	OPERAÇÕES DE TESOUREARIA	437.960,98	–
	DE DESCONTOS EM FORNECIMENTOS:		
	RECEITAS DO ESTADO	–	–
	OPERAÇÕES DE TESOUREARIA	2.442,65	–
	DE OUTRAS OPERAÇÕES:		
	RECEITAS DO ESTADO	890,37	–
	OPERAÇÕES DE TESOUREARIA	63.469,05	140.361.872,20
	SENDO:		
	EM COFRE	–	–
	EM DEPÓSITO	94.351.686,79	–
	CGD	1.089.015,49	–
	MIL/BCP	38.465,41	–
	BES	50.530,12	–
	BPI	62.991.558,93	–
	BS	96.899,74	–
	AP - BPN	–	–
	IGCP	8.471,16	–
	BPN	19.162,90	–
	AP-BES	–	–
	CGD - 2	63.775,70	–
	AP - IGCP	13.993.807,34	–
	AP-MIL/BCP	–	–
	DP - BPN	–	–
	DP - CGD	–	–
	AP - CGD	16.000.000,00	–
		94.351.686,79	–
	TOTAL		170.663.630,50

A close-up, low-angle shot of a clock face. The clock is made of a light-colored material, possibly stone or metal, with dark Roman numerals. The hands are dark and ornate, with a decorative, scroll-like design at the top. The background is a textured, golden-brown surface. A blue rectangular overlay is positioned on the right side of the image, containing the text.

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

8.1. Caracterização da entidade

8.1.1. Identificação

Assembleia da República

Palácio de São Bento, 1249-068 Lisboa

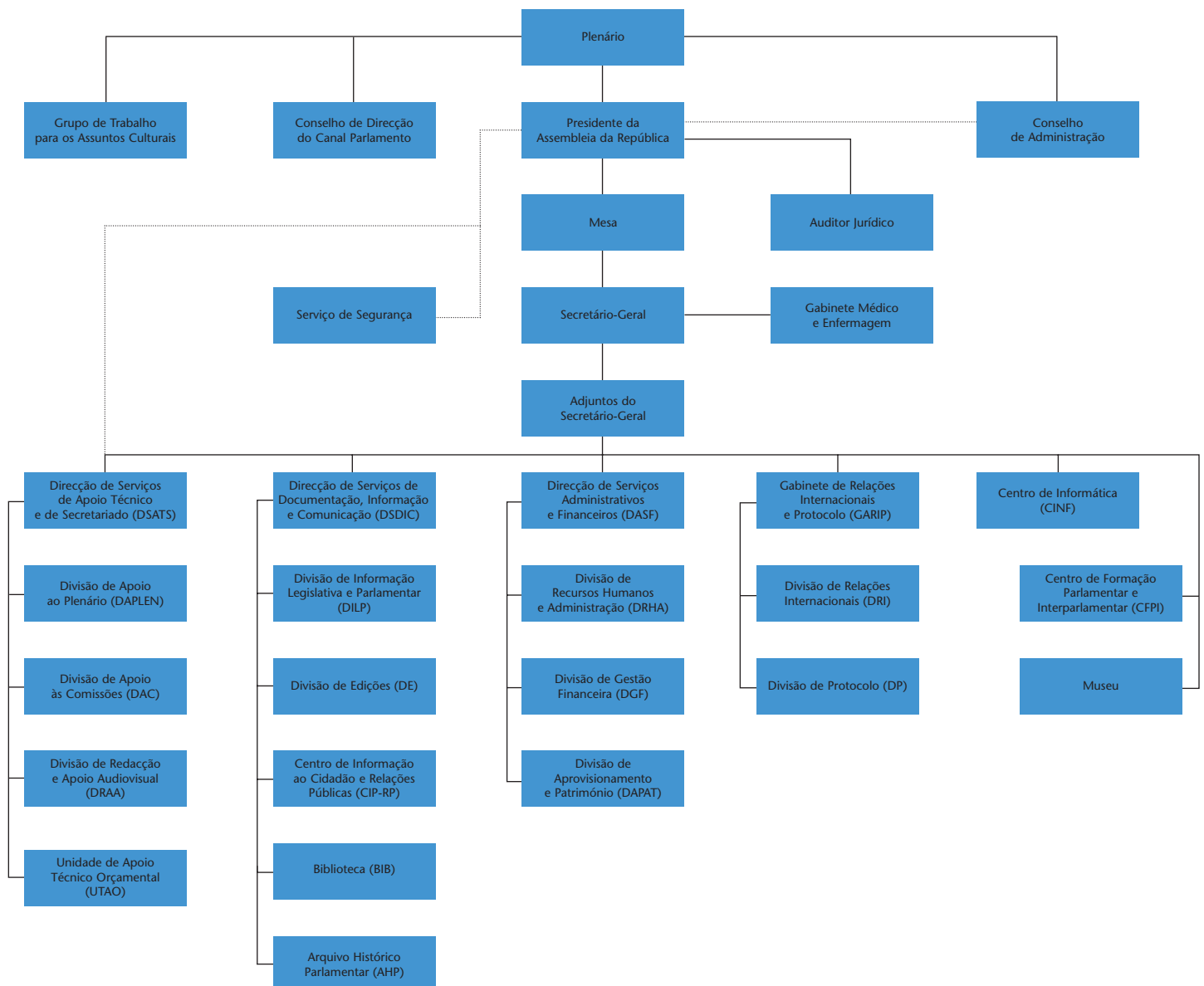
Contribuinte n.º 600054128

Entidade dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio.

8.1.2. Legislação

Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho (Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, publicada no *Diário da República*, I Série A, n.º 174, de 30 de Julho de 2003. Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, publicada no *Diário da República* I Série A, n.º 39, de 16 de Fevereiro de 2004.

8.1.3. Estrutura organizacional efectiva (organograma)



8.1.4. Descrição sumária das actividades

A Assembleia da República é o Órgão de Soberania representativo de todos os cidadãos portugueses.

A Assembleia da República tem competência política e legislativa, de fiscalização e ainda outras relativamente a outros órgãos.

Competência Legislativa:

A Assembleia da República tem primordialmente competência legislativa, podendo fazê-lo em todos os domínios, com excepção dos relativos à organização e funcionamento do Governo. Existem determinadas matérias que são da reserva exclusiva da Assembleia da República, nomeadamente as que respeitam a alterações da Constituição, às leis eleitorais estruturantes, aos partidos políticos, ao Orçamento do Estado, ao referendo, às bases gerais do ensino e defesa nacional. Há outras matérias que são da competência exclusiva da Assembleia da República mas sobre as quais o Governo pode legislar mediante uma autorização legislativa da Assembleia. Por exemplo, sobre direitos liberdades e garantias, definição de crimes e medidas de segurança, impostos e sistema fiscal, política agrícola e monetária, arrendamento rural e urbano, competência dos tribunais, serviços de informação.

Competência de Fiscalização:

À Assembleia da República compete vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis e apreciar os actos do Governo e da Administração.

Para esse efeito, compete-lhe apreciar o Programa do Governo e votar, nesse âmbito, a rejeição do Programa ou um voto de confiança ao Governo. Pode aprovar ou rejeitar eventuais moções de confiança que lhe sejam apresentadas pelo Governo e moções de censura apresentadas por um Grupo Parlamentar.

Pode efectuar debates sobre assuntos de política geral ou sectorial, a interpelação.

Efectua quinzenalmente reuniões plenárias com o objectivo de os Deputados dirigirem perguntas ao Governo. Podem também apresentar questões escritas, designadas por requerimentos.

Qualquer matéria de interesse público relevante relacionada com o cumprimento das leis ou dos actos do Governo e da Administração Pública pode ser objecto de inquérito parlamentar. A Assembleia constitui uma comissão eventual para um desses casos.

Os Deputados podem requerer a apreciação dos decretos-leis que o Governo aprova excepto se estes disserem respeito à competência exclusiva do Governo. A Assembleia pode suspender, total ou parcialmente, a vigência de um decreto-lei até à publicação da lei que o vier a alterar.

Competência Relativamente a outros Órgãos:

É perante a Assembleia da República que o Presidente da República toma posse, não podendo o titular deste órgão de soberania ausentar-se do país sem o consentimento da Assembleia, excepto no caso de viagem particular de duração não superior a cinco dias.

Compete à Assembleia da República aprovar os estatutos político-administrativos e as leis eleitorais das Regiões Autónomas, pronunciar-se sobre a dissolução dos seus órgãos de Governo próprio e conceder às respectivas Assembleias Legislativas Regionais autorização para legislar sobre determinadas matérias.

A Assembleia da República intervém na eleição dos titulares de certos órgãos externos (total ou parcialmente), nomeadamente do Provedor de Justiça, do Presidente do Conselho Económico e Social, dos juizes do Tribunal Constitucional, do Conselho Superior da Magistratura, da Comissão Nacional de Eleições e do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informação.

Os trabalhos da Assembleia são coadjuvados por um corpo permanente de funcionários técnicos e administrativos e por especialistas requisitados ou temporariamente contratados. A definição e regulação dos instrumentos de gestão administrativa, financeira e

de apoio técnico que permitem à Assembleia da República o desenvolvimento da sua actividade específica encontram-se definidos e regulados na Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República.

8.1.5. Recursos Humanos

Identificação dos responsáveis pela direcção da entidade e pelos departamentos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
 Jorge Fernando Magalhães da Costa
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 José Baptista Mestre Soeiro
 Helena Maria Moura Pinto
 Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes
 Maria Adelina de Sá Carvalho
 Francisco José Pereira Alves

SECRETÁRIO-GERAL

Maria Adelina de Sá Carvalho

ADJUNTOS DO SECRETÁRIO-GERAL

Maria do Rosário Rodrigues de Andrade de Paiva Boléo
 Maria Teresa Terrelo Xardoné

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO

E SECRETARIADO

Ana Margarida Serpa Soares Menino Vargas

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Rui José Pereira Costa

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

E FINANCEIROS

Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo

GABINETE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E PROTOCOLO

José Manuel Araújo

CENTRO DE INFORMÁTICA

João Viegas Vilhete d'Abreu

CENTRO DE FORMAÇÃO PARLAMENTAR E INTERPARLAMENTAR

João José da Costa Santos Gil

MUSEU

Teresa de Jesus Parra da Silva

Número de efectivos reportado a 31 de Dezembro

Trabalhadores em efectividade de funções do mapa de pessoal dos serviços da Assembleia da República a 31 de Dezembro de 2009.

TRABALHADORES PARLAMENTARES	358
DIRIGENTES	21
MOBILIDADE GERAL	15
TOTAL DE TRABALHADORES	394

TRABALHADORES DO MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA POR CARREIRAS E CATEGORIAS A EXERCER FUNÇÕES A 31 DE DEZEMBRO DE 2009¹

Carreiras	Áreas	Categorias	Ano 2009	
SECRETÁRIA-GERAL			1	
ADJUNTO DA SECRETÁRIA-GERAL			1	
DIRECTOR DE SERVIÇOS			5	
CHEFE DE DIVISÃO			14	
TÉCNICA SUPERIOR PARLAMENTAR	ARQUITECTURA	ASSESSOR	1	
		TOTAL	1	
	ARQUIVO	ASSESSOR	4	
		TOTAL	4	
	ASSUNTOS CULTURAIS		ASSESSOR	1
			TÉCNICO SUPERIOR PRINCIPAL	2
			TÉCNICO SUPERIOR DE 2. ^a	1
		TOTAL	4	
	AUDIOVISUAL		TÉCNICO SUPERIOR PRINCIPAL	1
			TÉCNICO SUPERIOR DE 2. ^a	2
			TOTAL	3
	BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO		ASSESSOR PRINCIPAL	6
			ASSESSOR	7
			TÉCNICO SUPERIOR PRINCIPAL	1
			TOTAL	14
	CONSERVADOR DE MUSEU	ASSESSOR PRINCIPAL	1	
		TOTAL	1	
	ECONOMIA		ASSESSOR PRINCIPAL	6
			TÉCNICO SUPERIOR DE 2. ^a	1
			TOTAL	7
ENGENHARIA	ASSESSOR PRINCIPAL	1		
	TOTAL	1		
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		ASSESSOR PRINCIPAL	2	
		ASSESSOR	2	
		TÉCNICO SUPERIOR PRINCIPAL	2	
		TÉCNICO SUPERIOR DE 1. ^a	2	
		TÉCNICO SUPERIOR DE 2. ^a	1	
		TÉCNICO SUPERIOR ESTAGIÁRIO	1	
		TOTAL	10	

(Cont. na página seguinte)

¹ Inclui todos os cargos de dirigentes, bem como pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas e em situação de mobilidade.

(CONTINUAÇÃO)

Carreiras	Áreas	Categorias	Ano 2009
TÉCNICA SUPERIOR PARLAMENTAR	INFORMÁTICA	ASSESSOR PRINCIPAL	9
		ASSESSOR	1
		TÉCNICO SUPERIOR PRINCIPAL	1
		TÉCNICO SUPERIOR DE 1. ^a	3
		TOTAL	14
	JURÍDICA	ASSESSOR PRINCIPAL	11
		ASSESSOR	7
		TÉCNICO SUPERIOR PRINCIPAL	7
		TÉCNICO SUPERIOR DE 1. ^a	3
		TÉCNICO SUPERIOR DE 2. ^a	3
	TOTAL	31	
	REDACÇÃO	ASSESSOR PRINCIPAL	5
		ASSESSOR	15
		TÉCNICO SUPERIOR PRINCIPAL	4
TOTAL	24		
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	ASSESSOR PRINCIPAL	1	
	TÉCNICO SUPERIOR PRINCIPAL	2	
	TÉCNICO SUPERIOR DE 1. ^a	1	
	TÉCNICO SUPERIOR DE 2. ^a	4	
	TÉCNICO SUPERIOR ESTAGIÁRIO	1	
TOTAL	9		
RELAÇÕES PÚBLICAS	TÉCNICO SUPERIOR PRINCIPAL	2	
	TÉCNICO SUPERIOR DE 2. ^a	2	
TOTAL	4		
TRADUÇÃO	TÉCNICO SUPERIOR PRINCIPAL	4	
	TÉCNICO SUPERIOR DE 1. ^a	1	
TOTAL	5		
TOTAL	TOTAL	153	
TÉCNICA PARLAMENTAR	TÉCNICO ESPECIALISTA	2	
	TÉCNICO PRINCIPAL	12	
	TÉCNICO DE 2. ^a	2	
TOTAL	TOTAL	16	
PROGRAMADOR PARLAMENTAR	PROGRAMADOR PRINCIPAL	1	
	PROGRAMADOR	1	
TOTAL	TOTAL	2	

(Cont. na página seguinte)

(CONTINUAÇÃO)

Carreiras	Áreas	Categorias	Ano 2009
OPERADOR PARLAMENTAR DE SISTEMAS		OPERADOR ESPECIALISTA	3
		OPERADOR DE 1. ^a	1
TOTAL			4
ADJUNTO PARLAMENTAR		ADJUNTO ESPECIALISTA PRINCIPAL	12
		ADJUNTO ESPECIALISTA	26
		ADJUNTO PRINCIPAL	13
		ADJUNTO DE 1. ^a CLASSE	15
		ADJUNTO DE 2. ^a CLASSE	7
TOTAL			73
TESOUREIRO		TESOUREIRO	1
TOTAL			1
SECRETÁRIO PARLAMENTAR		SECRETÁRIO ESPECIALISTA	53
		SECRETÁRIO PRINCIPAL	4
		SECRETÁRIO DE 1. ^a CLASSE	3
TOTAL			60
ENCARREGADO DO PESSOAL AUXILIAR			1
ENCARREGADO DO PARQUE REPROGRÁFICO			1
ZELADOR			1
AUXILIARES		FIEL DE ARMAZÉM	1
		AUXILIAR DE BIBLIOTECA	4
		MOTORISTA	9
		AUXILIAR PARLAMENTAR	56
		GUARDA-NOCTURNO	3
		GUARDA DE MUSEU	1
TOTAL			77
OPERÁRIAS		OPERADOR DE REPROGRAFIA	4
		OPERADOR DE OFFSET	1
		CARPINTEIRO	1
		JARDINEIRO	1
TOTAL			7
TOTAL			394

TRABALHADORES DO MAPA DE PESSOAL DOS SAR POR DEPARTAMENTO E SERVIÇO EM FUNÇÕES A 31 DE DEZEMBRO DE 2009

DEPARTAMENTO/SERVIÇO	NÚMERO
DSATS	3
DAC	48
DAPLEN	18
DRAA	35
UTAO	3
DSAF	2
DGF	20
DAPAT	35
DRHA	30
DRHA – GP	18
GARIP	6
DRI	13
DP	9
DSDIC	4
CIC-RP	15
AHP	12
BIB	19
DE	16
DILP	19
MUSEU	6
CINF	26
CFPI	5
GABINETES	24
EPJ	4
CNPMA	2
GAB. MÉDICO	1
TOTAL	394

Em matéria de Recursos Humanos e para uma abordagem pormenorizada deverá ser consultado o Balanço Social.

8.1.6. Organização Contabilística

Foi consolidado o processo de elaboração do respectivo Manual de Procedimentos Contabilísticos no decurso de 2009.

O arquivo dos documentos de suporte da Conta de Gerência está organizado em pastas sequenciais

por número de ordem de pagamento, devidamente identificado.

O sistema informático utilizado em 2009 (Gestor) importa de outros dois sistemas informáticos (RH+ e SPID) a informação inerente ao processamento de abonos e de deslocações. É um sistema que tem vindo a ser utilizado desde 1997/1998, tendo-se implementado o módulo de POCF em Dezembro de 2005, permitindo, deste modo, a ligação entre a contabilidade patrimonial (contas) e a orçamental (classificação económica) através de um sistema de tabelas e equivalências.

Os aspectos genéricos do sistema caracterizam-se da seguinte forma:

- No âmbito do controlo orçamental, a aplicação permite:
 - Lançamento e impressão dos orçamentos iniciais da receita e da despesa, assim como das alterações orçamentais efectuadas;
 - Controlo independente das várias actividades/sub-actividades existentes e respectivas rubricas;
 - Contabilização POCAR automática, através de um sistema de tabelas e equivalências;
- No âmbito da Despesa, salientam-se:
 - Descentralização das compras, permitindo a todos os Serviços da AR elaborar propostas de despesa no sistema informático;
 - Contabilização e numeração automática de propostas de despesa, contratos, cabimentos, compromissos, requisições oficiais e autorizações de pagamento com emissão dos respectivos documentos;
 - Contabilização e numeração automática de folhas de abonos a pessoal e fundos de maneo com emissão dos respectivos documentos;
- No âmbito da Receita, destaca-se:
 - Emissão e cobrança de documentos com movimentação contabilística (orçamental, geral);

- No âmbito da Contabilidade Analítica, há que mencionar o facto de o sistema apenas permitir a criação de “Centros de Controlo e Apuramento” onde se podem registar determinadas actividades/projectos, não correspondendo a uma verdadeira contabilidade analítica.

Importa realçar que se deu início ao planeamento da migração dos conteúdos da base de dados de procedimentos para o Sistema de Informação Integrada da Assembleia da República (SIGAR).

Regista-se ainda, a integração no SIGAR das bases de dados da gestão patrimonial (imobilizado) e ainda das bases de dados de gestão de stocks do economato e de gestão de stocks da Livraria Parlamentar (livros, peças e artigos de *merchandising*), o que permitirá otimizar a elaboração do Balanço e da Demonstração de Resultados, dispondo assim a Assembleia da República de um só instrumento de gestão que integra a contabilidade orçamental, patrimonial e analítica.

Tendo presente a implementação da contabilidade patrimonial na gestão corrente da Assembleia da República através da aplicação do POCAR em 2006, salienta-se o objectivo de aperfeiçoamento que tem vindo a ser posto em prática e que se traduziu nos trabalhos preparatórios para o desenvolvimento e implementação de um sistema integrado de gestão adaptado às necessidades e especificidades da Assembleia da República (SIGAR), visando a transparência, a conformidade legal e a regularidade financeira.

8.2. Notas ao balanço e demonstração de resultados

8.2.2.

Uma vez que a Assembleia da República apenas dispõe de contabilidade patrimonial desde 1 de Dezembro de 2005, os conteúdos das contas de balanço e demonstração

de resultados, ainda que estaticamente comparáveis e reconciliados entre si, carecem de maturidade histórica para uma análise dinâmica mais profunda e que, em condições normais, se torna possível a partir do primeiro quinquénio.

8.2.3.

Critérios valorimétricos nas rubricas de balanço e demonstração de resultados

As existências são valorizadas ao custo médio ponderado. As imobilizações corpóreas são contabilizadas ao custo de aquisição.

Seguindo a revisão dos critérios de contabilização de Proveitos e Custos prosseguidos em 2008 (reflexo das transferências provenientes do OE e destinadas às Entidades Autónomas, Subvenções para Campanhas Eleitorais e Partidos Políticos em termos orçamentais como Operações Extra-Orçamentais de Receita e Despesa), não foram reflectidos, enquanto Custos patrimoniais, as transferências de verba efectuadas para as Entidades Autónomas (correspondendo a Verbas provenientes do OE para esse fim, assim como as Receitas próprias – correntes e extraordinárias – dessas entidades), para os Partidos Políticos com assento no Parlamento (artigo 5.º do DL 19/2003, 20/6) e Subvenções para as Campanhas Eleitorais (DL 19/2003, 20/6). Esta alteração assenta no facto de as transferências efectuadas decorrerem dos enquadramentos legais aplicáveis, não reflectindo qualquer posição decisória e/ou interventiva da Assembleia da República, que não seja o papel exclusivo de entidade retrans-missora daquelas verbas anualmente reflectidas no OAR e no OE. De igual forma e considerando o tratamento coerente dos factos patrimoniais relevantes, continuaram as correspondentes Receitas extra-orçamentais a não afectar as respectivas subcontas de Proveitos de 2009, mantendo-se os movimentos contabilísticos mencionados reflectidos nas subcontas 2686, 2687 e 2688.

No que respeita ao tratamento contabilístico orçamental, as alterações mencionadas (que não os saldos de campanhas eleitorais), foram introduzidas no OAR 2009, traduzidas no desdobramento das contas de ordem de operações extra-orçamentais, a saber:

- As subvenções para campanhas eleitorais transferidas para as candidaturas ao longo de 2009;
- O encerramento de processos de subvenção estatal para a campanha eleitoral das legislativas 2005;
- A redistribuição do excedente da subvenção para a campanha da eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;
- As subvenções para os Partidos Políticos com assento na Assembleia da República;
- As transferências de financiamento (capital e corrente) para as entidades autónomas;
- As transferências de Receitas próprias e Saldos de Gerência, previamente cobradas, para as entidades autónomas.

QUADRO 1

SUBVENÇÕES PARA CAMPANHAS ELEITORAIS TRANSFERIDAS PARA AS CANDIDATURAS AO LONGO DE 2009

Partido/Cidadão/Movimento	Valor
PARTIDO SOCIALISTA	4.790.156,56
ENCERRAMENTO LEGISLATIVAS 2005	145.961,51
ENCERRAMENTO LEGISLATIVAS 2007 – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	3.716,18
REDISTRIBUIÇÃO DO EXCEDENTE LEGISLATIVAS 2008 – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	23.873,33
LEGISLATIVAS 2008 – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	419.859,02
PARLAMENTO EUROPEU 2009	1.198.212,85
LEGISLATIVAS 2009	2.998.533,67
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA	1.789.216,31
ENCERRAMENTO LEGISLATIVAS 2005	93.420,82
ENCERRAMENTO LEGISLATIVAS 2007 – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	15.483,03
REDISTRIBUIÇÃO DO EXCEDENTE LEGISLATIVAS 2008 – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	14.478,05
LEGISLATIVAS 2008 – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	266.876,20
PARLAMENTO EUROPEU 2009	1.398.958,21
PARTIDO POPULAR	1.420.146,47
ENCERRAMENTO LEGISLATIVAS 2005	23.483,15
ENCERRAMENTO LEGISLATIVAS 2007 – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	1.288,12
REDISTRIBUIÇÃO DO EXCEDENTE LEGISLATIVAS 2008 – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	4.173,85
LEGISLATIVAS 2008 – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	99.093,34
PARLAMENTO EUROPEU 2009	447.108,01
LEGISLATIVAS 2009	845.000,00
BLOCO DE ESQUERDA	1.261.741,37
ENCERRAMENTO LEGISLATIVAS 2007 – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	717,13
ACERTO LEGISLATIVAS 2008 – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	3.864,91
PARLAMENTO EUROPEU 2009	435.939,19
PARLAMENTO EUROPEU 2009	76.623,81
LEGISLATIVAS 2009	744.596,33

(Cont. na página seguinte)

SUBVENÇÕES PARA CAMPANHAS ELEITORAIS TRANSFERIDAS PARA AS CANDIDATURAS AO LONGO DE 2009
(CONTINUAÇÃO)

Partido/Cidadão/Movimento	Valor
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS	1.496.418,15
ENCERRAMENTO LEGISLATIVAS 2007 – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	1.310,56
REDISTRIBUIÇÃO DO EXCEDENTE LEGISLATIVAS 2008 – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	637,85
PARLAMENTO EUROPEU 2009	582.675,60
LEGISLATIVAS 2009	911.794,14
FRANSCISCO LOUÇÃ	87.570,91
ENCERRAMENTO PRESIDENCIAIS 2006	87.570,91
JERÓNIMO CARVALHO DE SOUSA	208.414,39
ENCERRAMENTO PRESIDENCIAIS 2006	208.414,39
MASP – MOVIMENTO DE APOIO SOARES À PRESIDÊNCIA	662.551,08
ENCERRAMENTO PRESIDENCIAIS 2006	662.551,08
MOVIMENTO PARTIDO DA TERRA	543,93
ENCERRAMENTO LEGISLATIVAS 2007 – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	543,93
SOMA	11.716.759,17

QUADRO 2

SUBVENÇÕES PARA OS PARTIDOS POLÍTICOS
COM ASSENTO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Partido	Valor
PARTIDO POPULAR	1.429.962,99
PARTIDO BLOCO DE ESQUERDA	1.277.973,82
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA	5.217.222,52
PARTIDO SOCIALISTA	7.831.578,46
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS	1.181.958,57
PARTIDO ECOLOGISTA "OS VERDES"	193.733,68
PCTP	34.685,47
SOMA	17.167.115,51

QUADRO 3

TRANSFERÊNCIAS PARA AS ENTIDADES AUTÓNOMAS

Entidade autónoma	Transferência
ERC	2.340.981,00
CORRENTES	2.274.898,00
CAPITAL	0,00
SALDO DE GERÊNCIA	66.083,00
PROVEDORIA DE JUSTIÇA	5.507.491,23
CORRENTES	4.848.734,00
CAPITAL	210.000,00
SALDO DE GERÊNCIA	448.757,23
CNE	1.438.567,40
CORRENTES	1.049.814,00
CAPITAL	27.449,96
SALDO DE GERÊNCIA	361.303,44
CNPD	2.934.877,13
CORRENTES	1.320.190,00
CAPITAL	14.790,00
SALDO DE GERÊNCIA	1.099.897,13
RECEITAS PRÓPRIAS	500.000,00
CADA	900.907,49
CORRENTES	786.000,00
CAPITAL	58.259,00
SALDO DE GERÊNCIA – DGT	56.648,49
CNECV	111.393,00
CORRENTES	111.393,00
CAPITAL	0,00
SOMA	13.234.217,25

Métodos de cálculo das amortizações

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, pela aplicação das taxas máximas previstas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro.

8.2.5.

O resultado do exercício não foi afectado em 2009 por critérios valorimétricos e métodos de cálculo diferentes

dos previstos, salvo o referido relativamente a Existências no ponto anterior com reflexo exclusivamente ao nível dos saldos do Activo Circulante.

8.2.7.

Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões, conforme mapa que consta do Dossier da Conta 2009 – Amortizações e Provisões.

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Rubricas	Saldo Inicial	POCP		Ano Económico: 2009
		Reforço	Regularizações	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	-	-	-	-
EDIFÍCIOS	31.516,30	403.161,57	134.331,60	569.009,47
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	-	-	-	-
INFRA-ESTRUTURAS E EQUIP. NATUREZA MILITAR	-	-	-	-
BENS PATRIM. HIST. ARTÍST. E CULTURAL	134.331,60	-	-134.331,60	0,00
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	-	-	-	-
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	-	-	-	-
ADIANTAMENTOS POR CONTA BENS DOM. PÚBLICO	-	-	-	-
	165.847,90	403.161,57	0,00	569.009,47
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
DESPEAS DE INSTALAÇÃO	-	-	-	-
DESPEAS INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	-	-	-	-
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	-	-	-	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS:				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	-	-	-	-
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	-	-	-	-
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	-	-	-	-
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	1.100.425,57	241.069,46	0,00	1.341.495,03
EQUIPAMENTO BÁSICO	-	-	-	-
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	736.697,15	1.969,24	-725.064,31	13.602,08
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	5.395,56	722,89	-	6.118,45
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	11.112.406,21	1 529 381,75	-208 582,81	12.433.205,15
TARAS E VASILHAME	-	-	-	-
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	6.222.765,76	512.203,50	2.556,06	6.737.525,32
	19.177.690,25	2 285 346,84	-931 091,06	20 531 946,03

(Cont. na página seguinte)

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES
(CONTINUAÇÃO)

Rubricas	Saldo Inicial	POCP		Ano Económico: 2009	
		Reforço	Regularizações	Saldo Final	
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					
PARTES DE CAPITAL	-	-	-	-	-
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	-	-	-	-	-
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS:					
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA	-	-	-	-	-
OUTROS TÍTULOS	-	-	-	-	-
FUNDOS	-	-	-	-	-
TOTAL	19.343.538,15	2.688.508,41	-931.091,06	21.100.955,50	

8.2.8.

Desagregação e descrição do activo imobilizado – Consta de mapa anexo à Conta de 2009.

ACTIVO IMOBILIZADO – 2009

Código POCP	Designação	Imobilizado Bruto 31/12/08	Aquisições Imobilizado +	Alterações		Abates Imob. -	Imobilizado Bruto 31/12/09
				Positivas	Negativas		
4	IMOBILIZAÇÕES	-	-	-	-	-	-
451	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	-	-	-	-	-	-
433	PROPRIED. INDUSTRIAL E O. DIREITOS	-	-	-	-	-	-
42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	50.875.143,67	4.397.113,96	3.129.120,78	-6.042.362,40	-	52.359.016,01
421	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	6.702.269,03	-	-	-	-	6.702.269,03
422	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	19.375.828,92	2.976.991,14	58.351,40	-3.125.614,36	-	19.285.557,10
423	EQUIPAMENTO BÁSICO	-	-	-	-	-	-
424	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	816.007,75	-	-	-801.640,46	-	14.367,29
425	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	6.582,20	-	265,00	-	-	6.847,20
426	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	15.664.529,57	1.411.914,32	1.194.741,48	-2.115.107,58	-	16.156.077,79
427	TARAS E VASILHAME RETORNÁVEIS	-	-	-	-	-	-
429	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	8.309.926,20	8.208,50	1.875.762,90	-	-	10.193.897,60
442	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	1.519.722,52	312.096,43	23.955,72	-1.253.033,45	-	602.741,22
448	ADIANT. P/ CONTA DE IMOB. CORPÓREAS	-	-	-	-	-	-
TOTAL		52.394.866,19	4.709.210,39	3.153.076,50	-7.295.395,85	-	52.961.757,23

8.2.12.

Em 2009 regista-se imobilização corpórea em curso na conta "442" no valor de €244.645. Na conta 44.5, no valor de €979.748, respeita à empreitada de reabilitação da cobertura e reforço sísmico da Sala do Senado, reflectindo processos de aquisição de imobilizado em curso do fornecedor HCI Construções, S.A.

8.2.13.

Em 2009 não se verificou qualquer aquisição em regime de locação financeira.

8.2.14.

Relação de bens de imobilizado que não foi possível valorizar:

- Palácio de São Bento – Pelo facto de ser um bem de domínio público, cujo valor iria afectar significativamente a realidade patrimonial do Balanço e Demonstração de Resultados, optou-se por não valorizar este edifício.

8.2.31.

Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o seguinte quadro:

Código das contas	Designação	Montante em dívida	Aumento	Redução	Saldo final
292	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS (PROCESSO A DECORRER EM TRIBUNAL)	857.854	-	-	857.854

8.2.33. Demonstração do custo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Código das contas	Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
32/36	EXISTÊNCIAS INICIAIS	1.921.832	94.608
31	COMPRAS	228.379	71.861
38	REGULARIZAÇÃO DE EXISTÊNCIAS	-25.527	3.005
32/36	EXISTÊNCIAS FINAIS	1.967.179	101.456
	CMVMC	157.505	68.018

8.2.37. Demonstração dos resultados financeiros 1:

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2009	2008			2009	2008
6.8.1	JUROS SUPOSTADOS	-	-	7.8.1	JUROS OBTIDOS	306.313,86	1.775.163,41
6.8.2	PERDAS EM EMPRESAS FILIAIS E ASSOCIADAS	-	-	7.8.2	GANHOS EM EMPRESAS FILIAIS E ASSOCIADAS	-	-
6.8.3	AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	-	-	7.8.3	RENDIMENTOS DE IMÓVEIS	1.766,81	48.154,93
6.8.4	PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS	-	-	7.8.4	RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL	-	-
6.8.5	DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS	-	-	7.8.5	DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS	-	-
6.8.7	PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA	-	-	7.8.6	DESCONTOS DE PRONTO PAGAMENTO OBTIDOS	-	-
6.8.8	OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	10.464,33	31.819,98	7.8.7	GANHOS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA	-	-
8.2	RESULTADOS FINANCEIROS	297.616,34	1.791.498,36	7.8.8	OUTROS PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	-	-
		308.080,67	1.823.318,34			308.080,67	1.823.318,34

Demonstração dos resultados financeiros 2:

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2009	2008			2009	2008
6.8.1	JUROS SUPOSTOS	-	-	7.8.1	JUROS OBTIDOS	36.536,03	263.421,56
6.8.2	PERDAS EM EMPRESAS FILIAIS E ASSOCIADAS	-	-	7.8.2	GANHOS EM EMPRESAS FILIAIS E ASSOCIADAS	-	-
6.8.3	AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	-	-	7.8.3	RENDIMENTOS DE IMÓVEIS	590,68	44.659,11
6.8.4	PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS	-	-	7.8.4	RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL	-	-
6.8.5	DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS	-	-	7.8.5	DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS	-	-
6.8.7	PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA	-	-	7.8.6	DESCONTOS DE PRONTO PAGAMENTO OBTIDOS	-	-
6.8.8	OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	2.012,62	10.464,33	7.8.7	GANHOS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA	-	-
8.2	RESULTADOS FINANCEIROS	35.114,09	297.616,34	7.8.8	OUTROS PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	-	-
		37.126,71	308.080,67			37.126,71	308.080,67

8.2.38. Demonstração dos resultados extraordinários 1:

Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2009	2008			2009	2008
6.9.1	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	14.435,53	-	7.9.1	RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS	-	-
6.9.2	DÍVIDAS INCOBRÁVEIS	-	-	7.9.2	RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS	-	-
6.9.3	PERDAS EM EXISTÊNCIAS	115.865,71	34.711,26	7.9.3	GANHOS EM EXISTÊNCIAS	9.132,54	40.772,19
6.9.4	PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	5.417,63	358,42	7.9.4	GANHOS EM IMOBILIZAÇÕES	57.945,12	74,44
6.9.5	MULTAS E PENALIDADES	-	-	7.9.5	BENEFÍCIOS DE PENALIDADES CONTRATUAIS	-	-
6.9.6	AUMENTOS DE AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	-	-	7.9.6	REDUÇÃO DE AMORTIZAÇÕES E DE PROVISÕES	-	-
6.9.7	CORREÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES	153,37	12,60	7.9.7	CORREÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES	873.160,16	217.391,76
6.9.8	OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	521,25	1.374,12	7.9.8	OUTROS PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	34.115,33	63.393,66
8.4	RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	837.959,66	285.175,65				
		974.353,15	321.632,05			974.353,15	321.632,05

Demonstração dos resultados extraordinários 2:

(CONTINUAÇÃO)

Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2009	2008			2009	2008
6.9.1	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	-	-	7.9.1	RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS	-	-
6.9.2	DÍVIDAS INCOBRÁVEIS	-	-	7.9.2	RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS	-	-
6.9.3	PERDAS EM EXISTÊNCIAS	83.216,96	-	7.9.3	GANHOS EM EXISTÊNCIAS	62.156,74	-
6.9.4	PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	272,24	-	7.9.4	GANHOS EM IMOBILIZAÇÕES	9.340,75	135.375,00
6.9.5	MULTAS E PENALIDADES	-	-	7.9.5	BENEFÍCIOS DE PENALIDADES CONTRATUAIS	-	-
6.9.6	AUMENTOS DE AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	-	-	7.9.6	REDUÇÃO DE AMORTIZAÇÕES E DE PROVISÕES	-	-
6.9.7	CORRECÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	136.393,49	7.9.7	CORRECÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.457,62	805.280,96
6.9.8	OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	3.759,78	-	7.9.8	OUTROS PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	890,31	33.697,19
8.4	RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	-2.403,56	837.959,66				
		84.845,42	974.353,15			84.845,42	974.353,15

8.3.1.1. Despesa:

MAPA DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – DESPESA – 1 DE JANEIRO A 14 DE OUTUBRO DE 2009

Classificação Económica	Dotações	Alterações Orçamentais				Reposições	Dotações			
		Código	Descrição	iniciais	Transferências de Verbas entre Rubricas			Abatidas aos Pagamentos	Corrigidas	
					Reforços					Anulações
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4) -(5)+(6)±(7)		
110-01	DESPESAS COM O PESSOAL	48.709.145,76	1.303.937,39	1.080.088,23	-	-	40.722,80	48.932.994,92		
110-01 01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	38.318.852,24	793.253,20	812.708,97	-	-	21.161,80	38.299.396,47		
110-01 01 01 00 00	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA: DEPUTADOS	13.572.367,80	56.470,00	564.000,00	-	-	12.878,47	13.064.837,80		
110-01 01 01 A0 00	VENCIMENTOS ORDINÁRIOS DE DEPUTADOS	11.633.458,55	41.245,00	475.000,00	-	-	12.878,47	11.199.703,55		
110-01 01 01 B0 00	VENCIMENTOS EXTRAORDINÁRIOS DE DEPUTADOS	1.938.909,25	15.225,00	89.000,00	-	-		1.865.134,25		
110-01 01 03 00 00	PESSOAL DO QUADRO DOS SAR E GAB									
	- VENCIMENTOS E SUPLEMENTOS	13.283.589,78	156.490,68	40.000,00	-	-	3316,30	13.400.080,46		
110-01 01 05 00 00	PESSOAL DOS GABINETES DE APOIO AOS GP	6.470.000,00	-	6300,00	-	-	1403,91	6.463.700,00		

MAPA DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – DESPESA – 1 DE JANEIRO A 14 DE OUTUBRO DE 2009 (CONTINUAÇÃO)

Classificação Económica		Dotações iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Reposições Abatidas aos Pagamentos (8)	Dotações Corrigidas (9)=(3)+(4) -(5)+(6)±(7)	
Código (1)	Descrição (2)		Transferências de Verbas entre Rubricas		Créditos Especiais (6)			
			Reforços (4)	Anulações (5)				Modificações na Redacção da Rubrica (7)
110-01 01 05 A0 00	GABINETES DE APOIO AOS GP: VENCIMENTOS	5.450.000,00	-	-	-	-	1403,91	5.450.000,00
110-01 01 05 B0 00	GABINETES DE APOIO AOS GP: SUBS. FÉRIAS	1.000.000,00	-	-	-	-	-	1.000.000,00
110-01 01 05 C0 00	GABINETES DE APOIO AOS GP: DOENÇA E MATERNIDADE	10.000,00	-	3150,00	-	-	-	6850,00
110-01 01 05 D0 00	GABINETES DE APOIO AOS GP: PESS. AGUARD. APOSENT.	10.000,00	-	3150,00	-	-	-	6850,00
110-01 01 06 00 00	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	160.930,90	47.968,94	30.000,00	-	-	222,05	178.899,84
110-01 01 07 00 00	PESSOAL EM REGIME DA TAREFA OU AVENÇA	383.342,03	112.974,74	158.408,97	-	-	-	337.907,80
110-01 01 08 00 00	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO - SAR	10.000,00	20.000,00	-	-	-	1148,85	30.000,00
110-01 01 09 00 00	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	334.281,31	230.256,95	-	-	-	-	564.538,26
110-01 01 10 00 00	GRATIFICAÇÕES	4108,00	-	-	-	-	-	4108,00
110-01 01 11 00 00	REPRESENTAÇÃO (CERTA E PERMANENTE)	1.143.766,14	17.949,08	-	-	-	2040,10	1.161.715,22
110-01 01 12 00 00	SUBSÍDIOS, SUPLEMENTOS E PRÉMIOS (CERTOS E PERMANENTES)	34.918,00	1000,00	-	-	-	-	35.918,00
110-01 01 13 00 00	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	612.913,60	37.531,80	4.000,00	-	-	152,12	646.445,40
110-01 01 13 A0 00	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO - PESSOAL DOS SAR	400.530,00	32.531,80	4.000,00	-	-	17,08	429.061,80
110-01 01 13 B0 00	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO: PESSOAL DOS GP	212.383,60	5000,00	-	-	-	135,04	217.383,60
110-01 01 14 00 00	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL - SAR	2.278.634,68	104.611,01	10.000,00	-	-	-	2.373.245,69
110-01 01 15 00 00	REMUN. DOENÇA E MATERNIDADE/ PATERNIDADE	30.000,00	8000,00	-	-	-	-	38.000,00
110-01 02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	4.556.075,75	158.922,10	104.000,00	-	-	12.170,42	4.610.997,85
110-01 02 02 00 00	TRABALHO EM DIAS DE DESCANSO E FERIADOS	415.010,00	-	-	-	-	-	415.010,00
110-01 02 02 A0 00	TRABALHO EM DIAS DE DESCANSO E FERIADOS	241.345,00	-	-	-	-	-	241.345,00
110-01 02 02 B0 00	HORAS EXTRAORDINÁRIAS: GP	173.665,00	-	-	-	-	-	173.665,00
110-01 02 03 00 00	ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTO E TRANSPORTE	223.393,50	31.000,00	1.000,00	-	-	-	253.393,50

(Cont. na página seguinte)

MAPA DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – DESPESA – 1 DE JANEIRO A 14 DE OUTUBRO DE 2009 (CONTINUAÇÃO)

Classificação Económica		Dotações iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Reposições Abatidas aos Pagamentos (8)	Dotações Corrigidas (9)=(3)+(4) -(5)+(6)+(7)	
Código (1)	Descrição (2)		Transferências de Verbas entre Rubricas		Créditos Especiais (6)			Modificações na Redacção da Rubrica (7)
			Reforços (4)	Anulações (5)				
110-01 02 03 A0 00	ALIMENTAÇÃO	115.742,90	26.000,00	-	-	-	141.742,90	
110-01 02 03 B0 00	ALOJAMENTO	24.648,00	5000,00	-	-	-	29.648,00	
110-01 02 03 C0 00	TRANSPORTES	83.002,60		1000,00	-	-	82.002,60	
110-01 02 04 00 00	AJUDAS DE CUSTO	3.564.999,63	46.862,10	103.000,00	-	-	350.8861,73	
110-01 02 04 A0 00	AJUDAS DE CUSTO							
	- FUNC. SAR E GAB.	167.052,50	46.162,10	-	-	-	213.214,60	
110-01 02 04 B0 00	AJUDAS DE CUSTO							
	- OUTROS	37.222,76	-	-	-	-	37.222,76	
110-01 02 04 C0 00	AJUDAS DE CUSTO							
	- DEPUTADOS	3.360.724,37	700,00	103.000,00	-	-	3.258.424,37	
110-01 02 05 00 00	ABONO PARA FALHAS	5597,15	-	-	-	-	5597,15	
110-01 02 06 00 00	FORMAÇÃO	12.324,00	-	-	-	-	12.324,00	
110-01 02 08 00 00	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO E RESIDÊNCIA	9243,00	60,00	-	-	-	9303,00	
110-01 02 12 00 00	SUBSÍDIOS DE REINTEGRAÇÃO E INDEMNIZAÇÕES	228.465,39	81.000,00	-	-	-	309.465,39	
110-01 02 12 A0 00	SUBSÍDIO DE REINTEGRAÇÃO							
	- DEPUTADOS	228.465,39	-	-	-	-	228.465,39	
110-01 02 12 B0 00	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	-	81.000,00	-	-	-	81.000,00	
110-01 02 13 00 00	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	67.244,01	-	-	-	-	67.244,01	
110-01 02 14 00 00	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIES	29.799,07	-	-	-	-	29.799,07	
110-01 03	SEGURANÇA SOCIAL	5.834.217,77	351.762,09	163.379,26	-	-	6.022.600,60	
110-01 03 01 00 00	ENCARGOS COM A SAÚDE	836.858,14	-	-	-	-	836.858,14	
110-01 03 01 A0 00	ENCARGOS COM A SAÚDE - SAR	530.709,44	-	-	-	-	530.709,44	
110-01 03 01 B0 00	ENCARGOS COM A SAÚDE - GP	143.780,00	-	-	-	-	143.780,00	
110-01 03 01 C0 00	ENCARGOS COM A SAÚDE - DEPUTADOS	162.368,70	-	-	-	-	162.368,70	
110-01 03 03 00 00	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	66.473,23	-	-	-	-	66.473,23	
110-01 03 03 A0 00	SUBS. FAMIL. CRIANÇAS/JOVENS - SAR	52.507,39	-	-	-	-	52.507,39	
110-01 03 03 B0 00	SUBS. FAMIL. CRIANÇAS/JOVENS - GP	11.157,04	-	-	-	-	11.157,04	
110-01 03 03 C0 00	SUBS. FAMIL. - CRIANÇAS/JOVENS	2808,80	-	-	-	-	2808,80	
110-01 03 04 00 00	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES E COMPLEMENTARES	299.744,01	10.246,04	-	-	-	309.990,05	

(Cont. na página seguinte)

MAPA DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – DESPESA – 1 DE JANEIRO A 14 DE OUTUBRO DE 2009 (CONTINUAÇÃO)

Classificação Económica		Dotações iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Reposições Abatidas aos Pagamentos (8)	Dotações Corrigidas (9)=(3)+(4) -(5)+(6)±(7)
Código (1)	Descrição (2)		Transferências de Verbas entre Rubricas		Créditos Especiais (6)		
			Reforços (4)	Anulações (5)			
110-01 03 04 A0 00	OUTRAS PRESTAÇ. FAMIL. E COMPLEM. – SAR	209.604,93	7336,17	-	-	-	216.941,10
110-01 03 04 B0 00	OUTRAS PREST. FAMILIAR. E COMPLEM. – GP	83.139,08	2909,87	-	-	-	86.048,95
110-01 03 04 C0 00	OUTRAS PRESTAÇ. FAMIL. E COMPLEMENT. – DEPUTADOS	7000,00	-	-	-	-	7000,00
110-01 03 05 00 00	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	1.703.339,06	207.537,79	111.379,26	-	2713,98	1.799.497,59
110-01 03 05 A0 00	CONTRIBUIÇÕES SEGURANÇA SOCIAL – SAR	324.121,20	37.437,79	101.000,00	-	1958,16	260.558,99
110-01 03 05 B0 00	CONTRIBUIÇÕES SEGURANÇA SOCIAL – GP	698.360,00	170.000,00	-	-	153,27	868.360,00
110-01 03 05 C0 00	CONTRIBUIÇÕES SEGURANÇA SOCIAL – DEPUTADOS	680.857,86	100,00	10.379,26	-	602,55	670.578,60
110-01 03 06 00 00	ACIDENTES EM SERVIÇO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	27.000,00	-	-	-	-	27.000,00
110-01 03 06 A0 00	ACIDENTES EM SERVIÇO E DOENÇ. PROF. – SAR	25.000,00	-	-	-	-	25.000,00
110-01 03 06 B0 00	ACIDENTES EM SERVIÇO E DOENÇ. PROF – GP	2000,00	-	-	-	-	2000,00
110-01 03 09 00 00	SEGUROS	110.000,00	4000,00	-	-	-	114.000,00
110-01 03 09 A0 00	SEGUROS (SAR)	-	4000,00	-	-	-	4000,00
110-01 03 09 C0 00	SEGUROS – DEPUTADOS	110.000,00	-	-	-	-	110.000,00
110-01 03 10 00 00	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	2.790.803,33	129.978,26	52.000,00	-	179,24	2.868.781,59
110-01 03 10 A0 00	OUTRAS DESPESAS SEGURANÇA SOCIAL – SAR	1.490.337,33	97.878,26	-	-	-	1.588.215,59
110-01 03 10 B0 00	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL – GP	231.888,76	2000,00	-	-	-	233.888,76
110-01 03 10 C0 00	OUTRAS DESPESAS SEG. SOCIAL – DEPUTADOS	1.068.577,24	30.100,00	52.000,00	-	179,24	1.046.677,24
110-02	AQUISIÇÃO DE BENS						
	E SERVIÇOS	23.731.648,02	2.228.460,20	449.450,00	-	28.190,12	25.510.658,22
110-02 01	AQUISIÇÃO DE BENS	3.451.800,78	511.849,33	370.300,00	-	2848,00	3.593.350,11
110-02 01 02 00 00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	123.525,00	-	-	-	-	123.525,00
110-02 01 04 00 00	LIMPEZA E HIGIENE	71.750,00	65.000,00	-	-	-	136.750,00
110-02 01 07 00 00	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	64.700,00	28.000,00	-	-	-	92.700,00

(Cont. na página seguinte)

MAPA DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – DESPESA – 1 DE JANEIRO A 14 DE OUTUBRO DE 2009 (CONTINUAÇÃO)

Classificação Económica		Dotações iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Reposições Abatidas aos Pagamentos (8)	Dotações Corrigidas (9)=(3)+(4) -(5)+(6)+(7)
Código (1)	Descrição (2)		Transferências de Verbas entre Rubricas		Créditos Especiais (6)		
			Reforços (4)	Anulações (5)			
110-02 01 08 00 00	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	447.325,00					447.325,00
110-02 01 08 A0 00	MATERIAL						
	DE ESCRITÓRIO	157.337,50	-	-	-	-	157.337,50
110-02 01 08 B0 00	CONSUMO DE PAPEL	73.287,50	-	-	-	-	73.287,50
110-02 01 08 C0 00	CONSUMÍVEIS						
	DE INFORMÁTICA	216.700,00	-	-	-	-	216.700,00
110-02 01 09 00 00	PRODUTOS QUÍMICOS						
	E FARMACÊUTICOS	5637,50	5893,06	-	-	-	11.530,56
110-02 01 11 00 00	MATERIAL DE						
	CONSUMO CLÍNICO	1025,00	-	-	-	-	1025,00
110-02 01 13 00 00	MATERIAL DE						
	CONSUMO HOTELEIRO	35.875,00	-	-	-	-	35.875,00
110-02 01 14 00 00	OUTRO MATERIAL						
	- PEÇAS	10.250,00	-	-	-	-	10.250,00
110-02 01 15 00 00	PRÉMIOS,						
	CONDECORAÇÕES						
	E OFERTAS	614.402,00	-	295.300,00	-	-	319.102,00
110-02 01 16 00 00	MERCADORIAS						
	PARA VENDA	1.075.000,00	290.000,00	-	-	-	1.365.000,00
110-02 01 17 00 00	FERRAMENTAS						
	E UTENSÍLIOS	2562,50	-	-	-	-	2562,50
110-02 01 18 00 00	LIVROS, DOCUMENTAÇÃO						
	E OUTRAS FONTES						
	DE INFORMAÇÃO	638.606,78	21.702,53	75.000,00	-	-	585.309,31
110-02 01 18 A0 00	LIVROS E						
	DOCUMENTAÇÃO	65.835,75	21.552,53	-	-	-	87.388,28
110-02 01 18 B0 00	OUTRAS FONTES						
	DE INFORMAÇÃO	572.771,03	150,00	75.000,00	-	-	497.921,03
110-02 01 19 00 00	ARTIGOS HONORÍFICOS						
	E DE DECORAÇÃO	47.492,00	58.760,00	-	-	-	106.252,00
110-02 01 21 00 00	OUTROS BENS						
	E CONSUMÍVEIS	313.650,00	42.493,74	-	-	-	356.143,74
110-02 01 21 A0 00	CONSUMÍVEIS DE						
	GRAVAÇÃO AUDIOVISUAL	171.175,00	-	-	-	-	171.175,00
110-02 01 21 B0 00	OUTROS BENS	142.475,00	42.493,74	-	-	-	184.968,74
110-02 02	AQUISIÇÃO						
	DE SERVIÇOS	20.279.847,24	1.716.610,87	79.150,00	-	-	21.917.308,11
110-02 02 01 00 00	ENCARGOS DAS						
	INSTALAÇÕES	630.360,00	125.000,00	-	-	-	755.360,00
110-02 02 01 A0 00	ÁGUA	123.600,00	-	-	-	-	123.600,00
110-02 02 01 B0 00	ELECTRICIDADE	453.200,00	125.000,00	-	-	-	578.200,00
110-02 02 01 C0 00	GÁS (FORNECIMENTO)	53.560,00	-	-	-	-	53.560,00
110-02 02 02 00 00	LIMPEZA E HIGIENE	731.300,00	107.752,33	-	-	-	839.052,33
110-02 02 03 00 00	CONSERVAÇÃO						
	DE BENS	919.790,00	70.000,00	-	-	-	989.790,00
110-02 02 04 00 00	LOCAÇÃO						
	DE EDIFÍCIOS	60.470,00	-	-	-	-	60.470,00

(Cont. na página seguinte)

MAPA DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – DESPESA – 1 DE JANEIRO A 14 DE OUTUBRO DE 2009 (CONTINUAÇÃO)

Classificação Económica		Dotações iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Reposições Abatidas aos Pagamentos (8)	Dotações Corrigidas (9)=(3)+(4) -(5)+(6)±(7)
Código (1)	Descrição (2)		Transferências de Verbas entre Rubricas		Créditos Especiais (6)		
			Reforços (4)	Anulações (5)			
110-02 02 05 00 00	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA	1545,00	-	-	-	-	1545,00
110-02 02 06 00 00	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	594.778,01	2019,98	-	-	-	596.797,99
110-02 02 08 00 00	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	229.690,00	6660,00	-	-	-	236.350,00
110-02 02 09 00 00	COMUNICAÇÕES	1.137.078,80	182.267,67	40.000,00	-	-	1.279.346,47
110-02 02 09 A0 00	COMUNICAÇÕES - ACESSOS INTERNET	173.040,00	40.000,00	40.000,00	-	-	173.040,00
110-02 02 09 B0 00	COMUNICAÇÕES FIXAS - DADOS	77.250,00	18.092,15	-	-	-	95.342,15
110-02 02 09 C0 00	COMUNICAÇÕES FIXAS - VOZ	237.312,00	-	-	-	-	237.312,00
110-02 02 09 D0 00	COMUNICAÇÕES MÓVEIS	531.850,80	124.175,52	-	-	-	656.026,32
110-02 02 09 E0 00	COMUNICAÇÕES (OUTROS SERV.)	29.046,00	-	-	-	-	29.046,00
110-02 02 09 F0 00	COMUNICAÇÕES - OUTROS (CTT)	88.580,00	-	-	-	-	88.580,00
110-02 02 10 00 00	TRANSPORTES	3.240.339,83	220.707,40	-	-	3444,32	3.461.047,23
110-02 02 10 A0 00	TRANSPORTE - DEPUTADOS	3.087.899,83	215.379,26	-	-	-	3.303.279,09
110-02 02 10 B0 00	TRANSPORTES - OUTRAS SITUAÇÕES	152.440,00	5328,14	-	-	-	157.768,14
110-02 02 11 00 00	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	359.110,50	6300,00	12.000,00	-	-	353.410,50
110-02 02 12 00 00	SEGUROS	97.541,00	4649,36	-	-	-	102.190,36
110-02 02 13 00 00	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	3.723.726,46	30.399,15	27.000,00	-	-	3.727.125,61
110-02 02 13 A0 00	DESLOCAÇÕES - VIAGENS	2.448.103,64	21.882,15	27.000,00	-	-	2.442.985,79
110-02 02 13 B0 00	ESTADAS	1.275.622,82	8517,00	-	-	-	1.284.139,82
110-02 02 14 00 00	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTORIA	537.700,00	282.135,96	-	-	-	819.835,96
110-02 02 15 00 00	FORMAÇÃO	257.412,29	-	-	-	-	257.412,29
110-02 02 16 00 00	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	471.270,00	-	-	-	-	471.270,00
110-02 02 17 00 00	PUBLICIDADE	509.695,50	-	150,00	-	-	509.545,50
110-02 02 18 00 00	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	177.572,00	-	-	-	-	177.572,00
110-02 02 19 00 00	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	2.355.970,28	-	-	-	-	2.355.970,28
110-02 02 20 00 00	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	4.121.927,57	653.719,02	-	-	-	4.775.646,59
110-02 02 20 B0 00	OUT. TRAB. ESP.: SERV. REST., REFEIT. E CAFETARIA	997.423,60	248.809,94	-	-	-	1.246.233,54

(Cont. na página seguinte)

MAPA DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – DESPESA – 1 DE JANEIRO A 14 DE OUTUBRO DE 2009 (CONTINUAÇÃO)

Classificação Económica		Dotações iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Reposições Abatidas aos Pagamentos (8)	Dotações Corrigidas (9)=(3)+(4) -(5)+(6)+(7)	
Código (1)	Descrição (2)		Transferências de Verbas entre Rubricas		Créditos Especiais (6)			
			Reforços (4)	Anulações (5)				Modificações na Redacção da Rubrica (7)
110-02 02 20 C0 00	OUTROS TRAB. ESPECIALIZADOS	3.124.503,97	404.909,08	-	-	-	78,00	3.529.413,05
110-02 02 21 00 00	UTILIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE TRANSPORTE	12.360,00	-	-	-	-	-	12.360,00
110-02 02 22 00 00	SERVIÇOS MÉDICOS	-	25.000,00	-	-	-	-	25.000,00
110-02 02 25 00 00	OUTROS SERVIÇOS	110.210,00	-	-	-	-	-	110.210,00
110-03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	8000,00	-	-	-	-	738,00	8000,00
110-03 06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	8000,00	-	-	-	-	738,00	8000,00
110-03 06 01 00 00	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	8000,00	-	-	-	-	738,00	8000,00
110-04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	65.731,00	756.633,37	-	-	-	-	822.364,37
110-04 01	ENTIDADES NÃO FINANCEIRAS	60.731,00	754.359,78	-	-	-	-	815.090,78
110-04 01 01 00 00	TRANSF. CORR. ENTIDADES PÚBLICAS	-	742.359,78	-	-	-	-	742.359,78
110-04 01 01 A0 00	INML – CONS. FISC. BASE. DADOS. PERFIS. ADN	-	45.109,78	-	-	-	-	45.109,78
110-04 01 01 B0 00	TRANSF. CORR. ENTIDADES PÚBLICAS – CNE	-	697.250,00	-	-	-	-	697.250,00
110-04 01 02 00 00	ENTIDADES PRIVADAS	60.731,00	12.000,00	-	-	-	-	72.731,00
110-04 01 02 A0 00	GRUPO DESPORTIVO PARLAMENTAR	16.000,00	-	-	-	-	-	16.000,00
110-04 01 02 B0 00	ASSOCIAÇÃO DOS EX-DEPUTADOS	44.731,00	12.000,00	-	-	-	-	56.731,00
110-04 09	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – RESTO DO MUNDO	5000,00	2273,59	-	-	-	-	7273,59
110-04 09 01 00 00	INSTITUIÇÕES	-	1970,00	-	-	-	-	1970,00
110-04 09 01 A0 00	INSTITUIÇÕES	-	1970,00	-	-	-	-	1970,00
110-04 09 03 00 00	PAÍSES TERCEIROS – COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	5000,00	303,59	-	-	-	-	5303,59
110-05	SUBVENÇÕES	925.340,49	8661,73	2700,00	-	-	-	931.302,22
110-05 07	SUBVENÇÕES A INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS	925.340,49	8661,73	2700,00	-	-	-	931.302,22
110-05 07 01 00 00	SUBVENÇÕES AOS GRUPOS PARLAMENTARES	925.340,49	8661,73	2700,00	-	-	-	931.302,22

(Cont. na página seguinte)

MAPA DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – DESPESA – 1 DE JANEIRO A 14 DE OUTUBRO DE 2009 (CONTINUAÇÃO)

Classificação Económica		Dotações iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Reposições Abatidas aos Pagamentos (8)	Dotações Corrigidas (9)=(3)+(4) -(5)+(6)±(7)
Código (1)	Descrição (2)		Transferências de Verbas entre Rubricas		Créditos Especiais (6)		
			Reforços (4)	Anulações (5)			
110-05 07 01 A0 00	SUBV. ENCARGOS ASSESORIA DEPUTADOS E OUTROS	726.300,00	-	2700,00	-	-	723.600,00
110-05 07 01 B0 00	SUBV. PARA ENCARGOS COM COMUNICAÇÕES	199.040,49	8661,73	-	-	-	207.702,22
110-06	OUTRAS DESPESAS						
	CORRENTES	2.246.530,40	1.916.932,85	2.310.076,97	-	-	1.853.386,28
110-06 01	DOTAÇÃO						
	PROVISIONAL	1.620.697,90	1.915.012,85	2.310.076,97	-	-	1.225.633,78
110-06 01 01 00 00	DOTAÇÃO						
	PROVISIONAL	1.620.697,90	1.915.012,85	2.310.076,97	-	-	1.225.633,78
110-06 02	DIVERSAS	625.832,50	1920,00	-	-	-	627.752,50
110-06 02 01 00 00	IMPOSTOS E TAXAS	350.000,00	-	-	-	-	350.000,00
110-06 02 03 00 00	OUTRAS	275.832,50	1920,00	-	-	-	277.752,50
110-06 02 03 A0 00	QUOTIZAÇÕES	240.832,50	1920,00	-	-	-	242.752,50
110-06 02 03 B0 00	OUTRAS NÃO ESPECIFICADAS	35.000,00	-	-	-	-	35.000,00
110-07	AQUISIÇÃO DE BENS						
	DE CAPITAL	9.080.693,00	4.719.936,30	589.400,00	-	-	13.211.229,30
110-07 01	INVESTIMENTOS	6.775.693,00	1.441.506,18	589.400,00	-	-	7.627.799,18
110-07 01 03 00 00	EDIFÍCIOS	150.000,00	816,35	100.000,00	-	-	50.816,35
110-07 01 07 00 00	EQUIPAMENTO DE						
	INFORMÁTICA	1.267.000,00	644.755,70	50.000,00	-	-	1.861.755,70
110-07 01 07 A0 00	MATERIAL DE						
	INFORMÁTICA:						
	HW DE COMUNICAÇÃO	375.000,00	-	50.000,00	-	-	325.000,00
110-07 01 07 B0 00	MATERIAL DE						
	INFORMÁTICA:						
	OUTRO HW	892.000,00	644.755,70	-	-	-	1.536.755,70
110-07 01 08 00 00	SOFTWARE						
	INFORMÁTICO	611.825,00	296.685,41	-	-	-	908.510,41
110-07 01 08 B0 00	SOFTWARE						
	INFORMÁTICO:						
	OUTRO SW	611.825,00	296.685,41	-	-	-	908.510,41
110-07 01 09 00 00	EQUIPAMENTO						
	ADMINISTRATIVO	1.177.000,00	52.766,40	439.400,00	-	-	790.366,40
110-07 01 09 A0 00	EQUIPAMENTO						
	ADMINISTRATIVO						
	DE COMUNICAÇÃO	50.000,00	1902,00	-	-	-	51.902,00
110-07 01 09 B0 00	OUTRO EQUIPAMENTO						
	ADMINISTRATIVO	1.127.000,00	50.864,40	439.400,00	-	-	738.464,40
110-07 01 11 00 00	FERRAMENTAS						
	E UTENSÍLIOS	5000,00	-	-	-	-	5000,00
110-07 01 12 00 00	ARTIGOS E OBJECTOS						
	DE VALOR	47.500,00	-	-	-	-	47.500,00

(Cont. na página seguinte)

MAPA DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – DESPESA – 1 DE JANEIRO A 14 DE OUTUBRO DE 2009 (CONTINUAÇÃO)

Classificação Económica		Dotações iniciais (3)	Alterações Orçamentais				Reposições Abatidas aos Pagamentos (8)	Dotações Corrigidas (9)=(3)+(4) -(5)+(6)+(7)
Código (1)	Descrição (2)		Transferências de Verbas entre Rubricas		Créditos Especiais (6)	Modificações na Redacção da Rubrica (7)		
			Reforços (4)	Anulações (5)				
110-07 01 15 00 00	OUTROS							
	INVESTIMENTOS	3.517.368,00	446.482,32	-	-	-	3.963.850,32	
110-07 01 15 A0 00	EQUIPAMENTO							
	AUDIOVISUAL	3.517.368,00	446.482,32	-	-	-	3.963.850,32	
110-07 03	BENS DE DOMÍNIO							
	PÚBLICO	2.305.000,00	3.278.430,12	-	-	-	5.583.430,12	
110-07 03 02 00 00	BENS DE DOMINIO							
	PÚBLICO – EDIFÍCIOS	2.305.000,00	3.278.430,12	-	-	-	5.583.430,12	
110-11	OUTRAS DESPESAS							
	DE CAPITAL	100.000,00	-	100.000,00	-	-	-	
110-11 01	DOTAÇÃO PROVISIONAL	100.000,00	-	100.000,00	-	-	-	
110-11 01 01 00 00	DOTAÇÃO PROVISIONAL	100.000,00	-	100.000,00	-	-	-	
110-12	OPERAÇÕES							
	EXTRA-ORÇAMENTAIS	99.441.271,00	19.850.864,75	2.001.764,85	-	-	- 117.290.370,90	
110-12 02	OUTRAS OPERAÇÕES							
	DE TESOURARIA	99.441.271,00	19.850.864,75	2.001.764,85	-	-	- 117.290.370,90	
110-12 02 01 00 00	TRANSFERÊNCIAS							
	OE-CORRENTES	10.572.267,00	188.145,00	10.000,00	-	-	- 10.750.412,00	
110-12 02 01 A0 00	ERC – TRANSFERÊNCIAS							
	OE-CORRENTES	2.371.355,00	76.752,00	-	-	-	- 2.448.107,00	
110-12 02 01 B0 00	CNE – TRANSFERÊNCIAS							
	OE-CORRENTES	1.094.000,00	-	10.000,00	-	-	- 1.084.000,00	
110-12 02 01 C0 00	PROV. JUST.							
	- TRANSFERÊNCIAS							
	OE-CORRENTES	500.0722,00	-	-	-	-	- 5.000.722,00	
110-12 02 01 D0 00	CNPD							
	- TRANSFERÊNCIAS							
	OE-CORRENTES	1.320.190,00	-	-	-	-	- 1.320.190,00	
110-12 02 01 E0 00	CADA							
	- TRANSFERÊNCIAS							
	OE-CORRENTES	786.000,00	-	-	-	-	- 786.000,00	
110-12 02 01 F0 00	CNECV - TRANSF.							
	OE-CORRENTES	-	111.393,00	-	-	-	- 111.393,00	
110-12 02 02 00 00	TRANSFERÊNCIAS							
	OE-CAPITAL	380.801,00	10.000,00	76.752,00	-	-	- 314.049,00	
110-12 02 02 A0 00	ERC – TRANSFERÊNCIAS							
	OE-CAPITAL	76.752,00	-	76.752,00	-	-	-	
110-12 02 02 B0 00	CNE – TRANSFERÊNCIAS							
	OE-CAPITAL	21.000,00	10.000,00	-	-	-	- 31.000,00	
110-12 02 02 C0 00	PROV. JUST.							
	- TRANSFERÊNCIAS							
	OE-CAPITAL	210.000,00	-	-	-	-	- 210.000,00	
110-12 02 02 D0 00	CNPD							
	- TRANSFERÊNCIAS							
	OE-CAPITAL	14.790,00	-	-	-	-	- 14.790,00	

(Cont. na página seguinte)

MAPA DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – DESPESA – 1 DE JANEIRO A 14 DE OUTUBRO DE 2009 (CONTINUAÇÃO)

Classificação Económica		Dotações iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Reposições Abatidas aos Pagamentos (8)	Dotações Corrigidas (9)=(3)+(4) -(5)+(6)±(7)
Código (1)	Descrição (2)		Transferências de Verbas entre Rubricas		Créditos Especiais (6)		
			Reforços (4)	Anulações (5)			
110-12 02 02 E0 00	CADA						
	– TRANSFERÊNCIAS						
	OE-CAPITAL	58.259,00	–	–	–	–	58.259,00
110-12 02 03 00 00	TRANSFERÊNCIA DO						
	SALDO DE GERÊNCIA	330.000,00	1.560.723,29	–	–	–	1.890.723,29
110-12 02 03 A0 00	ERC – TRANSF.						
	SALDO GERÊNCIA						
	(CATIVO) P/ ESTADO	–	66.083,00	–	–	–	66.083,00
110-12 02 03 B0 00	CNE-TRANSF.SG						
	(CATIVO E SG) P/ ESTADO	–	361.303,44	–	–	–	361.303,44
110-12 02 03 C0 00	PROV. JUST. – TRANSF.						
	SALDO DE GERÊNCIA	230.000,00	76.791,23	–	–	–	306.791,23
110-12 02 03 D0 00	CNPD – TRANSF.						
	SALDO DE GERÊNCIA	100.000,00	999.897,13	–	–	–	1.099.897,13
110-12 02 03 E0 00	CADA-TRANSF. SG						
	(CATIVO E SG) P/ ESTADO	–	56.648,49	–	–	–	56.648,49
110-12 02 04 00 00	TRANSFERÊNCIA DE						
	RECEITAS PRÓPRIAS	363.500,00	139.250,00	–	–	–	502.750,00
110-12 02 04 C0 00	PROV.JUST. – TRANSF						
	RECEITAS PRÓPRIA	2500,00	250,00	–	–	–	2750,00
110-12 02 04 D0 00	CNPD – TRANSF						
	RECEITAS PRÓPRIAS	361.000,00	139.000,00	–	–	–	500.000,00
110-12 02 05 00 00	SUBVENÇÕES AOS						
	PARTIDOS E FORÇAS						
	POLÍTICAS	17.217.153,00	–	–	–	–	17.217.153,00
110-12 02 06 00 00	SUBVENÇÃO ESTATAL						
	P/ CAMPANHAS						
	ELEITORAIS	70.577.550,00	17.810.780,46	1.915.012,85	–	–	86.473.317,61
110-12 02 06 A0 00	SUBVENÇÃO ESTATAL P/						
	CAMPANHAS ELEITORAIS	70.577.550,00	17.810.780,46	1.915.012,85	–	–	86.473.317,61
110-12 02 99 00 00	PROV. JUSTIÇA – SG						
	(CATIVO) A						
	ENTREGAR AO ESTADO	–	141.966,00	–	–	–	141.966,00
110-12 02 99 C0 00	PROV. JUSTIÇA – SG						
	(CATIVO) A ENTREGAR						
	AO ESTADO	–	141.966,00	–	–	–	141.966,00
TOTAL		184.308.359,67	30.785.426,59	6.533.480,05	–	–	208.560.306,21

NOTA: A coluna 8 apresenta um valor meramente informativo

MAPA DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – DESPESA – 15 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Classificação Económica		Dotações iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Reposições Abatidas aos Pagamentos (8)	Dotações Corrigidas (9)=(3)+(4) -(5)+(6)+(7)	
Código (1)	Descrição (2)		Transferências de Verbas entre Rubricas		Créditos Especiais (6)			
			Reforços (4)	Anulações (5)				Modificações na Redacção da Rubrica (7)
110-01	DESPESAS COM							
	O PESSOAL	12.488.266,28	520.115,63	288.800,00	–	–	21.237,46	12.719.581,91
110-01 01	REMUNERAÇÕES CERTAS							
	E PERMANENTES	9.030.084,23	202.615,63	278.500,00	–	–	20.066,85	8.954.199,86
110-01 01 01 00 00	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA: DEPUTADOS	2.947.390,67	–	–	–	–	14.728,10	2.947.390,67
110-01 01 01 A0 00	VENCIMENTOS ORDINÁRIOS DE DEPUTADOS	2.049.959,56	–	–	–	–	14.728,10	2.049.959,56
110-01 01 01 B0 00	VENCIMENTOS EXTRAORDINÁRIOS DE DEPUTADOS	897.431,11	–	–	–	–	–	897.431,11
110-01 01 03 00 00	PESSOAL DO QUADRO DOS SAR E GAB – VENCIMENTOS E SUPLEMENTOS	2.589.154,67	11.000,00	–	–	–	3117,10	2.600.154,67
110-01 01 05 00 00	PESSOAL DOS GABINETES DE APOIO AOS GP	1.490.712,79	127.615,63	239.000,00	–	–	2085,01	1.379.328,42
110-01 01 05 A0 00	GABINETES DE APOIO AOS GP: VENCIMENTOS	936.733,42	116.615,63	114.000,00	–	–	1066,50	939.349,05
110-01 01 05 B0 00	GABINETES DE APOIO AOS GP: SUBS. FÉRIAS	540.279,37	11.000,00	125000,00	–	–	1018,51	426.279,37
110-01 01 05 C0 00	GABINETES DE APOIO AOS GP: DOENÇA E MATERNIDADE	6850,00	–	–	–	–	–	6850,00
110-01 01 05 D0 00	GABINETES DE APOIO AOS GP: PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	6850,00	–	–	–	–	–	6850,00
110-01 01 06 00 00	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	72.217,01	–	–	–	–	–	72.217,01
110-01 01 07 00 00	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	98.751,60	–	–	–	–	–	98.751,60
110-01 01 08 00 00	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO – SAR	5808,18	26.500,00	–	–	–	–	32.308,18
110-01 01 09 00 00	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	116.367,03	25.000,00	–	–	–	–	141.367,03
110-01 01 10 00 00	GRATIFICAÇÕES	3278,65	–	–	–	–	–	3278,65
110-01 01 11 00 00	REPRESENTAÇÃO (CERTA E PERMANENTE)	317.138,05	2500,00	–	–	–	–	319.638,05
110-01 01 12 00 00	SUBSÍDIOS, SUPLEMENTOS E PRÉMIOS (CERTOS E PERMANENTES)	5814,50	3500,00	–	–	–	–	9314,50
110-01 01 13 00 00	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	152.713,40	–	–	–	–	136,64	152.713,40
110-01 01 13 A0 00	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO – PESSOAL DOS SAR	106.728,52	–	–	–	–	46,97	106.728,52
110-01 01 13 B0 00	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO: PESSOAL DOS GP	45.984,88	–	–	–	–	89,67	45.984,88
110-01 01 14 00 00	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL – SAR	1.218.127,49	6500,00	39.500,00	–	–	–	1.185.127,49

(Cont. na página seguinte)

MAPA DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – DESPESA – 15 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (CONTINUAÇÃO)

Classificação Económica		Dotações iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Reposições Abatidas aos Pagamentos (8)	Dotações Corrigidas (9)=(3)+(4) -(5)+(6)±(7)
Código (1)	Descrição (2)		Transferências de Verbas entre Rubricas		Créditos Especiais (6)		
			Reforços (4)	Anulações (5)			
110-01 01 15 00 00	REMUN. DOENÇA E MATERNIDADE/ PATERNIDADE	12.610,19	-	-	-	-	12.610,19
110-01 02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	1.661.293,66	228.000,00	10.300,00	-	451,09	1.878.993,66
110-01 02 02 00 00	TRABALHO EM DIAS DE DESCANSO E FERIADOS	173.495,18	228.000,00	-	-	-	401.495,18
110-01 02 02 A0 00	TRABALHO EM DIAS DE DESCANSO E FERIADOS	87.856,49	-	-	-	-	87.856,49
110-01 02 02 B0 00	HORAS EXTRAORDINÁRIAS: GP	85.638,69	228.000,00	-	-	-	313.638,69
110-01 02 03 00 00	ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTO E TRANSPORTE	84.905,51	-	-	-	-	84.905,51
110-01 02 03 A0 00	ALIMENTAÇÃO	43.036,41	-	-	-	-	43.036,41
110-01 02 03 B0 00	ALOJAMENTO	6744,73	-	-	-	-	6744,73
110-01 02 03 C0 00	TRANSPORTES	35.124,37	-	-	-	-	35.124,37
110-01 02 04 00 00	AJUDAS DE CUSTO	1.019.756,21	-	8800,00	-	451,09	1.010.956,21
110-01 02 04 A0 00	AJUDAS DE CUSTO - FUNC. SAR E GAB.	55.257,96	-	-	-	-	55.257,96
110-01 02 04 B0 00	AJUDAS DE CUSTO - OUTROS	33.974,05	-	800,00	-	-	33.174,05
110-01 02 04 C0 00	AJUDAS DE CUSTO - DEPUTADOS	930.524,20	-	8000,00	-	451,09	922.524,20
110-01 02 05 00 00	ABONO PARA FALHAS	1039,35	-	-	-	-	1039,35
110-01 02 06 00 00	FORMAÇÃO	12.324,00	-	-	-	-	12.324,00
110-01 02 08 00 00	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO E RESIDÊNCIA	1553,00	-	-	-	-	1553,00
110-01 02 12 00 00	SUBSÍDIOS DE REINTEGRAÇÃO E INDEMNIZAÇÕES	303.435,39	-	-	-	-	303.435,39
110-01 02 12 A0 00	SUBSÍDIO DE REINTEGRAÇÃO - DEPUTADOS	228.465,39	-	-	-	-	228.465,39
110-01 02 12 B0 00	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	74.970,00	-	-	-	-	74.970,00
110-01 02 13 00 00	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	52.347,70	-	1500,00	-	-	50.847,70
110-01 02 14 00 00	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	12.437,32	-	-	-	-	12.437,32
110-01 03	SEGURANÇA SOCIAL	1.796.888,39	89.500,00	-	-	719,52	1.886.388,39
110-01 03 01 00 00	ENCARGOS COM A SAÚDE	363.355,57	-	-	-	-	363.355,57

(Cont. na página seguinte)

MAPA DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – DESPESA – 15 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (CONTINUAÇÃO)

Classificação Económica		Dotações iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Reposições Abatidas aos Pagamentos (8)	Dotações Corrigidas (9)=(3)+(4) -(5)+(6)+(7)
Código (1)	Descrição (2)		Transferências de Verbas entre Rubricas		Créditos Especiais (6)		
			Reforços (4)	Anulações (5)			
110-01 03 01 A0 00	ENCARGOS COM A SAÚDE – SAR	213.326,21	-	-	-	-	213.326,21
110-01 03 01 B0 00	ENCARGOS COM A SAÚDE – GP	85.223,57	-	-	-	-	85.223,57
110-01 03 01 C0 00	ENCARGOS COM A SAÚDE – DEPUTADOS	64.805,79	-	-	-	-	64.805,79
110-01 03 03 00 00	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	38.697,77	-	-	-	-	38.697,77
110-01 03 03 A0 00	SUBS. FAMIL. CRIANÇAS/JOVENS – SAR	29.863,22	-	-	-	-	29.863,22
110-01 03 03 B0 00	SUBS. FAMIL. CRIANÇAS/JOVENS – GP	6081,94	-	-	-	-	6081,94
110-01 03 03 C0 00	SUBS. FAMIL. CRIANÇAS/JOVENS	2752,61	-	-	-	-	2752,61
110-01 03 04 00 00	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES E COMPLEM.	110.847,77	-	-	-	-	110.847,77
110-01 03 04 A0 00	OUTRAS PRESTAÇ. FAMIL. E COMPLEM. – SAR	74.960,66	-	-	-	-	74.960,66
110-01 03 04 B0 00	OUTRAS PREST. FAMILIAR. E COMPLEM. – GP	30.210,61	-	-	-	-	30.210,61
110-01 03 04 C0 00	OUTRAS PRESTAÇ. FAMIL. E COMPLEMENT. – DEPUTADOS	5676,50	-	-	-	-	5676,50
110-01 03 05 00 00	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	538.568,65	62.000,00	-	-	-	600.568,65
110-01 03 05 A0 00	CONTRIBUIÇÕES SEGURANÇA SOCIAL – SAR	98.618,06	20.000,00	-	-	-	118.618,06
110-01 03 05 B0 00	CONTRIBUIÇÕES SEGURANÇA SOCIAL – GP	189.256,19	42.000,00	-	-	-	231.256,19
110-01 03 05 C0 00	CONTRIBUIÇÕES SEGURANÇA SOCIAL – DEPUTADOS	250.694,40	-	-	-	-	250.694,40
110-01 03 06 00 00	ACIDENTES EM SERVIÇO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	20.765,17	-	-	-	-	20.765,17
110-01 03 06 A0 00	ACIDENTES EM SERVIÇO E DOENÇ. PROF. – SAR	18.765,17	-	-	-	-	18.765,17
110-01 03 06 B0 00	ACIDENTES EM SERVIÇO E DOENÇ. PROF – GP	2000,00	-	-	-	-	2000,00
110-01 03 09 00 00	SEGUROS	78.932,22	-	-	-	-	78.932,22
110-01 03 09 A0 00	SEGUROS (SAR)	4000,00	-	-	-	-	4000,00
110-01 03 09 C0 00	SEGUROS – DEPUTADOS	74.932,22	-	-	-	-	74.932,22
110-01 03 10 00 00	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	645.721,24	27.500,00	-	-	-	673.221,24

(Cont. na página seguinte)

MAPA DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – DESPESA – 15 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (CONTINUAÇÃO)

Classificação Económica		Dotações iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Reposições Abatidas aos Pagamentos (8)	Dotações Corrigidas (9)=(3)+(4) -(5)+(6)±(7)	
Código (1)	Descrição (2)		Transferências de Verbas entre Rubricas		Créditos Especiais (6)			
			Reforços (4)	Anulações (5)				Modificações na Redacção da Rubrica (7)
110-01 03 10 A0 00	OUTRAS DESPESAS SEGURANÇA SOCIAL – SAR	338.553,25	27.500,00	–	–	–	70,31	366.053,25
110-01 03 10 B0 00	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL – GP	57.754,96	–	–	–	–	–	57.754,96
110-01 03 10 C0 00	OUTRAS DESPESAS SEGURANÇA SOCIAL – DEPUTADOS	249.413,03	–	–	–	–	–	249.413,03
110-02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	12.387.211,16	132.800,00	–	–	–	20.577,99	12.520.011,16
110-02 01	AQUISIÇÃO DE BENS	2.128.542,18	10.500,00	–	–	–	2848,00	2.139.042,18
110-02 01 02 00 00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	67.202,30	–	–	–	–	–	67.202,30
110-02 01 04 00 00	LIMPEZA E HIGIENE	84.167,61	–	–	–	–	–	84.167,61
110-02 01 07 00 00	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	80.995,35	–	–	–	–	–	80.995,35
110-02 01 08 00 00	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	236.611,18	–	–	–	–	–	236.611,18
110-02 01 08 A0 00	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	110.573,52	–	–	–	–	–	110.573,52
110-02 01 08 B0 00	CONSUMO DE PAPEL	33.475,26	–	–	–	–	–	33.475,26
110-02 01 08 C0 00	CONSUMÍVEIS DE INFORMÁTICA	92.562,40	–	–	–	–	–	92.562,40
110-02 01 09 00 00	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	3078,66	–	–	–	–	–	3078,66
110-02 01 11 00 00	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO	326,22	–	–	–	–	–	326,22
110-02 01 13 00 00	MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO	21.705,36	–	–	–	–	–	21.705,36
110-02 01 14 00 00	OUTRO MATERIAL – PEÇAS	8685,28	–	–	–	–	–	8685,28
110-02 01 15 00 00	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	208.231,89	–	–	–	–	–	208.231,89
110-02 01 16 00 00	MERCADORIAS PARA VENDA	741.062,92	–	–	–	–	–	741.062,92
110-02 01 17 00 00	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	2504,00	–	–	–	–	–	2504,00
110-02 01 18 00 00	LIVROS, DOCUMENTAÇÃO E OUTRAS FONTES DE INFORMAÇÃO	397.430,98	–	–	–	–	–	397.430,98
110-02 01 18 A0 00	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO	41.535,51	–	–	–	–	–	41.535,51
110-02 01 18 B0 00	OUTRAS FONTES DE INFORMAÇÃO	355.895,47	–	–	–	–	–	355.895,47
110-02 01 19 00 00	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	57.042,38	10.500,00	–	–	–	–	67.542,38

(Cont. na página seguinte)

MAPA DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – DESPESA – 15 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (CONTINUAÇÃO)

Classificação Económica		Dotações iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Reposições Abatidas aos Pagamentos (8)	Dotações Corrigidas (9)=(3)+(4) -(5)+(6)+(7)
Código (1)	Descrição (2)		Transferências de Verbas entre Rubricas		Créditos Especiais (6)		
			Reforços (4)	Anulações (5)			
110-02 01 21 00 00	OUTROS BENS E CONSUMÍVEIS	219.498,05	-	-	-	2848,00	219.498,05
110-02 01 21 A0 00	CONSUMÍVEIS DE GRAVAÇÃO AUDIOVISUAL	138.005,04	-	-	-	-	138.005,04
110-02 01 21 B0 00	OUTROS BENS	81.493,01	-	-	-	2848,00	81.493,01
110-02 02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	10.258.668,98	122.300,00	-	-	17.729,99	10.380.968,98
110-02 02 01 00 00	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	257.253,21	-	-	-	-	257.253,21
110-02 02 01 A0 00	ÁGUA	63.771,34	-	-	-	-	63.771,34
110-02 02 01 B0 00	ELECTRICIDADE	167.849,25	-	-	-	-	167.849,25
110-02 02 01 C0 00	GÁS (FORNECIMENTO)	25.632,62	-	-	-	-	25.632,62
110-02 02 02 00 00	LIMPEZA E HIGIENE	233.066,77	-	-	-	-	233.066,77
110-02 02 03 00 00	CONSERVAÇÃO DE BENS	519.776,80	-	-	-	-	519.776,80
110-02 02 04 00 00	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	19.140,00	-	-	-	-	19.140,00
110-02 02 05 00 00	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA	1545,00	-	-	-	-	1545,00
110-02 02 06 00 00	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	296.410,05	-	-	-	-	296.410,05
110-02 02 08 00 00	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	141.570,22	-	-	-	-	141.570,22
110-02 02 09 00 00	COMUNICAÇÕES	543.925,18	-	-	-	-	543.925,18
110-02 02 09 A0 00	COMUNICAÇÕES - ACESSOS INTERNET	89.620,42	-	-	-	-	89.620,42
110-02 02 09 B0 00	COMUNICAÇÕES FIXAS - DADOS	51.097,07	-	-	-	-	51.097,07
110-02 02 09 C0 00	COMUNICAÇÕES FIXAS - VOZ	103.514,27	-	-	-	-	103.514,27
110-02 02 09 D0 00	COMUNICAÇÕES MÓVEIS	222.255,29	-	-	-	-	222.255,29
110-02 02 09 E0 00	COMUNICAÇÕES (OUTROS SERV)	21.055,63	-	-	-	-	21.055,63
110-02 02 09 F0 00	COMUNICAÇÕES - OUTROS (CTT)	56.382,50	-	-	-	-	56.382,50
110-02 02 10 00 00	TRANSPORTES	856.032,50	121.500,00	-	-	-	977.532,50
110-02 02 10 A0 00	TRANSPORTE - DEPUTADOS	761.158,96	121.500,00	-	-	-	882.658,96
110-02 02 10 B0 00	TRANSPORTES - OUTRAS SITUAÇÕES	94.873,54	-	-	-	-	94.873,54
110-02 02 11 00 00	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	243.542,04	-	-	-	2098,00	243.542,04
110-02 02 12 00 00	SEGUROS	77.874,54	-	-	-	-	77.874,54
110-02 02 13 00 00	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	2.119.722,28	800,00	-	-	15.631,99	2.120.522,28
110-02 02 13 A0 00	DESLOCAÇÕES - VIAGENS	1.321.077,05	500,00	-	-	10.881,99	1.321.577,05
110-02 02 13 B0 00	ESTADAS	798.645,23	300,00	-	-	4750,00	798.945,23

(Cont. na página seguinte)

MAPA DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – DESPESA – 15 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (CONTINUAÇÃO)

Classificação Económica		Dotações iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Reposições Abatidas aos Pagamentos (8)	Dotações Corrigidas (9)=(3)+(4) -(5)+(6)±(7)
Código (1)	Descrição (2)		Transferências de Verbas entre Rubricas		Créditos Especiais (6)		
			Reforços (4)	Anulações (5)			
110-02 02 14 00 00	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTORIA	570.405,16	-	-	-	-	570.405,16
110-02 02 15 00 00	FORMAÇÃO	148.885,07	-	-	-	-	148.885,07
110-02 02 16 00 00	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	381.802,16	-	-	-	-	381.802,16
110-02 02 17 00 00	PUBLICIDADE	443.673,61	-	-	-	-	443.673,61
110-02 02 18 00 00	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	63.319,42	-	-	-	-	63.319,42
110-02 02 19 00 00	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	816.428,08	-	-	-	-	816.428,08
110-02 02 20 00 00	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	2.411.572,27	-	-	-	-	2.411.572,27
110-02 02 20 B0 00	OUT. TRAB. ESP.: SERV. REST., REFEIT. E CAFETARIA	570.614,38	-	-	-	-	570.614,38
110-02 02 20 C0 00	OUTROS TRAB. ESPECIALIZADOS	1.840.957,89	-	-	-	-	1.840.957,89
110-02 02 21 00 00	UTILIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE TRANSPORTE	2177,42	-	-	-	-	2177,42
110-02 02 22 00 00	SERVIÇOS MÉDICOS	10.000,00	-	-	-	-	10.000,00
110-02 02 25 00 00	OUTROS SERVIÇOS	100.547,20	-	-	-	-	100.547,20
110-03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	2193,59	-	-	-	-	2193,59
110-03 06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	2193,59	-	-	-	-	2193,59
110-03 06 01 00 00	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	2193,59	-	-	-	-	2193,59
110-04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	650.184,37	35.830,00	-	-	-	686.014,37
110-04 01	ENTIDADES NÃO FINANCEIRAS	644.880,78	35.830,00	-	-	-	680.710,78
110-04 01 01 00 00	TRANSF. CORR. ENTIDADES PÚBLICAS	632.880,78	-	-	-	-	632.880,78
110-04 01 01 A0 00	INML – CONS. FISC. BASE. DADOS. PERFIS. ADN	45.109,78	-	-	-	-	45.109,78
110-04 01 01 B0 00	TRANSF. CORR. ENTIDADES PÚBLICAS – CNE	587.771,00	-	-	-	-	587.771,00
110-04 01 02 00 00	ENTIDADES PRIVADAS	12.000,00	35.830,00	-	-	-	47.830,00
110-04 01 02 A0 00	GRUPO DESPORTIVO PARLAMENTAR	-	35.830,00	-	-	-	35.830,00
110-04 01 02 B0 00	ASSOCIAÇÃO DOS EX-DEPUTADOS	12.000,00	-	-	-	-	12.000,00

(Cont. na página seguinte)

MAPA DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – DESPESA – 15 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (CONTINUAÇÃO)

Classificação Económica		Dotações iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Reposições Abatidas aos Pagamentos (8)	Dotações Corrigidas (9)=(3)+(4) -(5)+(6)+(7)
Código (1)	Descrição (2)		Transferências de Verbas entre Rubricas		Créditos Especiais (6)		
			Reforços (4)	Anulações (5)			
110-04 09	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES						
	– RESTO DO MUNDO	5303,59	–	–	–	–	5303,59
110-04 09 01 00 00	INSTITUIÇÕES	–	–	–	–	–	–
110-04 09 01 A0 00	INSTITUIÇÕES	–	–	–	–	–	–
110-04 09 03 00 00	PAÍSES TERCEIROS – COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	5303,59	–	–	–	–	5303,59
110-05	SUBVENÇÕES	155.217,12	1125,00	2837,00	–	–	153.505,12
110-05 07	SUBVENÇÕES A INSTITUIÇÕES S/ FINS						
	LUCRATIVOS	155.217,12	1125,00	2837,00	–	–	153.505,12
110-05 07 01 00 00	SUBVENÇÕES AOS GRUPOS						
	PARLAMENTARES	155.217,12	1125,00	2837,00	–	–	153.505,12
110-05 07 01 A0 00	SUBV. ENCARGOS ASSESSORIA DEPUTADOS E OUTROS	120.600,00	1125,00	–	–	–	121.725,00
110-05 07 01 B0 00	SUBV. PARA ENCARGOS COM COMUNICAÇÕES	34.617,12	–	2837,00	–	–	31.780,12
110-06	OUTRAS DESPESAS						
	CORRENTES	1.627.119,68	–	398.233,63	–	–	1.228.886,05
110-06 01	DOTAÇÃO PROVISIONAL	1.225.633,78	–	398.233,63	–	–	827.400,15
110-06 01 01 00 00	DOTAÇÃO PROVISIONAL	1.225.633,78		398.233,63			827.400,15
110-06 02	DIVERSAS	401.485,90	–	–	–	–	401.485,90
110-06 02 01 00 00	IMPOSTOS E TAXAS	240.201,90	–	–	–	–	240.201,90
110-06 02 03 00 00	OUTRAS	161.284,00	–	–	–	–	161.284,00
110-06 02 03 A0 00	QUOTIZAÇÕES	134.366,00	–	–	–	–	134.366,00
110-06 02 03 B0 00	OUTRAS NÃO ESPECIFICADAS	26.918,00	–	–	–	–	26.918,00
110-07	AQUISIÇÃO DE BENS						
	DE CAPITAL	9.073.830,18	–	–	–	–	9.073.830,18
110-07 01	INVESTIMENTOS	5.743.102,85	–	–	–	–	5.743.102,85
110-07 01 03 00 00	EDIFÍCIOS	40.768,75	–	–	–	–	40.768,75
110-07 01 07 00 00	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	1.157.315,79	–	–	–	–	1.157.315,79
110-07 01 07 A0 00	MATERIAL DE INFORMÁTICA:						
	HW DE COMUNICAÇÃO	325.000,00	–	–	–	–	325.000,00
110-07 01 07 B0 00	MATERIAL DE INFORMÁTICA:						
	OUTRO HW	832.315,79	–	–	–	–	832.315,79

(Cont. na página seguinte)

MAPA DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – DESPESA – 15 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (CONTINUAÇÃO)

Classificação Económica		Dotações iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Reposições Abatidas aos Pagamentos (8)	Dotações Corrigidas (9)=(3)+(4) -(5)+(6)±(7)
Código (1)	Descrição (2)		Transferências de Verbas entre Rubricas		Créditos Especiais (6)		
			Reforços (4)	Anulações (5)			
110-07 01 08 00 00	SOFTWARE						
	INFORMÁTICO	673.814,98	-	-	-	-	673.814,98
110-07 01 08 80 00	SOFTWARE						
	INFORMÁTICO:						
	OUTRO SW	673.814,98	-	-	-	-	673.814,98
110-07 01 09 00 00	EQUIPAMENTO						
	ADMINISTRATIVO	495.694,73	-	-	-	-	495.694,73
110-07 01 09 A0 00	EQUIPAMENTO						
	ADMINISTRATIVO						
	DE COMUNICAÇÃO	37.861,77	-	-	-	-	37.861,77
110-07 01 09 B0 00	OUTRO						
	EQUIPAMENTO						
	ADMINISTRATIVO	457.832,96	-	-	-	-	457.832,96
110-07 01 11 00 00	FERRAMENTAS						
	E UTENSÍLIOS	5000,00	-	-	-	-	5000,00
110-07 01 12 00 00	ARTIGOS E OBJECTOS						
	DE VALOR	39.350,00	-	-	-	-	39.350,00
110-07 01 15 00 00	OUTROS						
	INVESTIMENTOS	3.331.158,60	-	-	-	-	3.331.158,60
110-07 01 15 A0 00	EQUIPAMENTO						
	AUDIOVISUAL	3.331.158,60	-	-	-	-	3.331.158,60
110-07 03	BENS DE DOMÍNIO						
	PÚBLICO	3.330.727,33	-	-	-	-	3.330.727,33
110-07 03 02 00 00	BENS DE DOMÍNIO						
	PÚBLICO – EDIFÍCIOS	3.330.727,33	-	-	-	-	3.330.727,33
110-11	OUTRAS DESPESAS						
	DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
110-11 01	DOTAÇÃO PROVISIONAL	-	-	-	-	-	-
110-11 01 01 00 00	DOTAÇÃO PROVISIONAL	-	-	-	-	-	-
110-12	OPERAÇÕES						
	EXTRA-ORÇAMENTAIS	85.521.698,02	-	-	-	-	85.521.698,02
110-12 02	OUTRAS OPERAÇÕES						
	DE TESOURARIA	85.521.698,02	-	-	-	-	85.521.698,02
110-12 02 01 00 00	TRANSFERÊNCIAS						
	OE-CORRENTES	2.206.875,89	-	-	-	-	2.206.875,89
110-12 02 01 A0 00	ERC – TRANSFERÊNCIAS						
	OE – CORRENTES	549.263,00	-	-	-	-	549.263,00
110-12 02 01 B0 00	CNE – TRANSFERÊNCIAS						
	OE – CORRENTES	183.216,00	-	-	-	-	183.216,00
110-12 02 01 C0 00	PROV. JUST.						
	– TRANSFERÊNCIAS						
	OE – CORRENTES	960.110,34	-	-	-	-	960.110,34
110-12 02 01 D0 00	CNPD						
	– TRANSFERÊNCIAS						
	OE – CORRENTES	267.500,00	-	-	-	-	267.500,00

(Cont. na página seguinte)

MAPA DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – DESPESA – 15 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (CONTINUAÇÃO)

Classificação Económica		Dotações iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Reposições Abatidas aos Pagamentos (8)	Dotações Corrigidas (9)=(3)+(4) -(5)+(6)+(7)	
Código (1)	Descrição (2)		Transferências de Verbas entre Rubricas		Créditos Especiais (6)			
			Reforços (4)	Anulações (5)				Modificações na Redacção da Rubrica (7)
110-12 02 01 E0 00	CADA							
	– TRANSFERÊNCIAS							
	OE – CORRENTES	214.960,00	–	–	–	–	214.960,00	
110-12 02 01 F0 00	CNECV - TRANSF.							
	OE – CORRENTES	31.826,55	–	–	–	–	31.826,55	
110-12 02 02 00 00	TRANSF. OE – CAPITAL	72.399,04	–	–	–	–	72.399,04	
110-12 02 02 A0 00	ERC - TRANSFERÊNCIAS							
	OE – CAPITAL	–	–	–	–	–	–	
110-12 02 02 B0 00	CNE - TRANSFERÊNCIAS							
	OE – CAPITAL	8550,04	–	–	–	–	8550,04	
110-12 02 02 C0 00	PROV. JUST.							
	– TRANSF. OE – CAPITAL	2500,00	–	–	–	–	2500,00	
110-12 02 02 D0 00	CNPD							
	– TRANSF. OE – CAPITAL	5690,00	–	–	–	–	5690,00	
110-12 02 02 E0 00	CADA							
	– TRANSF. OE – CAPITAL	55.659,00	–	–	–	–	55.659,00	
110-12 02 03 00 00	TRANSFERÊNCIA DO							
	SALDO DE GERÊNCIA	–	–	–	–	–	–	
110-12 02 03 A0 00	ERC – TRANSF. SALDO							
	GERÊNCIA (CATIVO) P/ O ESTADO	–	–	–	–	–	–	
110-12 02 03 B0 00	CNE – TRANSF. .SG							
	(CATIVO E SG) P/ ESTADO	–	–	–	–	–	–	
110-12 02 03 C0 00	PROV. JUST. – TRANSF.							
	SALDO DE GERÊNCIA	–	–	–	–	–	–	
110-12 02 03 D0 00	CNPD – TRANSF.							
	SALDO DE GERÊNCIA	–	–	–	–	–	–	
110-12 02 03 E0 00	CADA – TRANSF. SG							
	(CATIVO E SG) P/ ESTADO	–	–	–	–	–	–	
110-12 02 04 00 00	TRANSFERÊNCIA							
	DE RECEITAS PRÓPRIAS	39.791,00	–	–	–	–	39.791,00	
110-12 02 04 C0 00	PROV. JUST. – TRANSF.							
	RECEITAS PRÓPRIAS	2750,00	–	–	–	–	2750,00	
110-12 02 04 D0 00	CNPD – TRANSF.							
	RECEITAS PRÓPRIAS	37.041,00	–	–	–	–	37.041,00	
110-12 02 05 00 00	SUBVENÇÕES AOS							
	PART. E FORÇAS POLÍTICAS	2.869.525,70	–	–	–	–	2.869.525,70	
110-12 02 06 00 00	SUBVENÇÃO ESTATAL P/							
	CAMPANHAS ELEITORAIS	80.333.106,39	–	–	–	–	80.333.106,39	
110-12 02 06 A0 00	SUBVENÇÃO ESTATAL P/							
	CAMPANHAS ELEITORAIS	80.333.106,39	–	–	–	–	80.333.106,39	
110-12 02 99 00 00	PROV. JUSTIÇA – SG							
	(CATIVO) A							
	ENTREGAR AO ESTADO	–	–	–	–	–	–	
110-12 02 99 C0 00	PROV. JUSTIÇA – SG							
	(CATIVO) A							
	ENTREGAR AO ESTADO	–	–	–	–	–	–	
TOTAL		121.905.720,40	689870,63	689870,63	–	–	41.815,45	121.905.720,40

8.3.1.2. Receita:

MAPA DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – RECEITA

Classificação Económica		Previsões iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas (7)=(3)+(4) +(5)-(6)
Código (1)	Descrição (2)		Créditos Especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)	
110-05	RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE:	1.650.000,00	-	-	-	1.650.000,00
110-05 02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	1.650.000,00	-	-	-	1.650.000,00
110-05 02 01 00 00	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.650.000,00	-	-	-	1.650.000,00
110-05 02 01 A0 00	JUROS DEPÓSITOS À ORDEM	150.000,00	-	-	-	150.000,00
110-05 02 01 B0 00	JUROS APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE CURTO PRAZO	1.500.000,00	-	-	-	1.500.000,00
110-06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	62.476.423,07	-	45.109,78	-	62.521.532,85
110-06 03	TRANSFERÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	62.476.423,07	-	45.109,78	-	62.521.532,85
110-06 03 01 00 00	TRANSF CORRENTES / ADM. CENTRAL / OE-AR	62.476.423,07	-	45.109,78	-	62.521.532,85
110-07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	409.150,00	-	-	-	409.150,00
110-07 01	VENDA DE BENS	54.000,00	-	-	-	54.000,00
110-07 01 01 00 00	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	1000,00	-	-	-	1000,00
110-07 01 02 00 00	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO	45.000,00	-	-	-	45.000,00
110-07 01 02 A0 00	VENDA DE BENS – EDIÇÕES AR	25.000,00	-	-	-	25.000,00
110-07 01 02 B0 00	VENDA DE BENS – OUTRAS EDITORAS	20.000,00	-	-	-	20.000,00
110-07 01 05 00 00	BENS INUTILIZADOS	1000,00	-	-	-	1000,00
110-07 01 08 00 00	MERCADORIAS PARA VENDA	6000,00	-	-	-	6.000,00
110-07 01 08 A0 00	VENDA DE BENS – PEÇAS ARTÍSTICAS					
110-07 01 08 B0 00	VENDA DE BENS – MERCHANDISING	1000,00	-	-	-	1000,00
110-07 01 08 C0 00	VENDA DE BENS – OUTROS ARTIGOS PARA VENDA	5000,00	-	-	-	5000,00
110-07 01 99 00 00	OUTROS	1000,00	-	-	-	1000,00
110-07 02	SERVIÇOS	295.150,00	-	-	-	295.150,00
110-07 02 07 00 00	ALIMENTAÇÃO – VENDA DE SENHAS DE REFEIÇÃO	294.000,00	-	-	-	294.000,00
110-07 02 99 00 00	OUTROS SERVIÇOS	1150,00	-	-	-	1150,00
110-07 02 99 A0 00	REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS	1000,00	-	-	-	1000,00
110-07 02 99 B0 00	CADERNOS DE ENCARGOS	100,00	-	-	-	100,00
110-07 02 99 C0 00	OUTROS SERVIÇOS NÃO ESPECIFICADOS	50,00	-	-	-	50,00
110-07 03	RENDAS	60.000,00	-	-	-	60.000,00
110-07 03 02 00 00	EDIFÍCIOS	60.000,00	-	-	-	60.000,00
110-08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	40.000,00	-	-	-	40.000,00
110-08 01	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	40.000,00	-	-	-	40.000,00
110-08 01 99 00 00	OUTRAS	40.000,00	-	-	-	40.000,00
110-08 01 99 A0 00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES – AR	40.000,00	-	-	-	40.000,00
110-09	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	500,00	-	-	-	500,00
110-09 04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	500,00	-	-	-	500,00

(Cont. na página seguinte)

MAPA DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – RECEITA (CONTINUAÇÃO)

Classificação Económica		Previsões iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas (7)=(3)+(4) +(5)-(6)
Código (1)	Descrição (2)		Créditos Especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)	
110-10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.080.193,00	-	-	-	9.080.193,00
110-10 03	TRANSFERÊNCIAS DA					
	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	9.080.193,00	-	-	-	9.080.193,00
110-10 03 01 00 00	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL – ESTADO	9.080.193,00	-	-	-	9.080.193,00
110-10 03 01 A0 00	TRANSF. CAPITAL – OE-AR	9.080.193,00	-	-	-	9.080.193,00
110-15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS					
	NOS PAGAMENTOS	350.000,00	-	-	-	350.000,00
110-15 01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS					
	NOS PAGAMENTOS	350.000,00	-	-	-	350.000,00
110-15 01 01 00 00	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS					
	NOS PAGAMENTOS	350.000,00	-	-	-	350.000,00
110-16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	10.860.822,60	-	6.357.736,86	-	17.218.559,46
110-16 01	SALDO DE GERÊNCIA	10.860.822,60	-	6.357.736,86	-	17.218.559,46
110-16 01 01 00 00	SALDO DE GERÊNCIA – AR	10.860.822,60	-	6.357.736,86	-	17.218.559,46
110-16 01 01 A0 00	SALDO DE GERÊNCIA – AR	10.860.822,60	-	6.357.736,86	-	17.218.559,46
110-17	OUTRAS OPERAÇÕES TESOUREARIA					
	NÃO ESPECIFICADAS	99.441.271,00	-	19.840.864,75	1.991.764,85	117.290.370,90
110-17 02	OUTRAS OPERAÇÕES TESOUREARIA					
	NÃO ESPECIFICADAS	99.441.271,00	-	19.840.864,75	1.991.764,85	117.290.370,90
110-17 02 01 00 00	TRANSFERÊNCIAS OE – CORRENTES	10.572.267,00	-	188.145,00	-	10.760.412,00
110-17 02 01 A0 00	TRANSF. OE – CORRENTES P/ ERC	2.371.355,00	-	76.752,00	-	2.448.107,00
110-17 02 01 B0 00	TRANSF. OE – CORRENTES P/ CNE	1.094.000,00	-	-	-	1.094.000,00
110-17 02 01 C0 00	TRANSF. OE – CORRENTES P/ PROV. JUST.	5.000.722,00	-	-	-	5.000.722,00
110-17 02 01 D0 00	TRANSF. OE – CORRENTE P/ CNPD	1.320.190,00	-	-	-	1.320.190,00
110-17 02 01 E0 00	TRANSF. OE – CORRENTES					
	P/ CADA	786.000,00	-	-	-	786.000,00
110-17 02 01 F0 00	TRANSF. OE – CORRENTES P/ CNECV	-	-	111.393,00	-	111.393,00
110-17 02 02 00 00	TRANSFERÊNCIAS OE – CAPITAL	380.801,00	-	-	76.752,00	304.049,00
110-17 02 02 A0 00	TRANSF. OE – CAPITAL P/ ERC	76.752,00	-	-	76.752,00	
110-17 02 02 B0 00	TRANSF. OE – CAPITAL P/ CNE	21.000,00	-	-	-	21.000,00
110-17 02 02 C0 00	TRANSF. OE – CAPITAL P/ PROV. JUST.	210.000,00	-	-	-	210.000,00
110-17 02 02 D0 00	TRANSF. OE – CAPITAL P/ CNPD	14.790,00	-	-	-	14.790,00
110-17 02 02 E0 00	TRANSF. OE – CAPITAL P/ CADA	58.259,00	-	-	-	58.259,00
110-17 02 03 00 00	SALDO DE GERÊNCIA	330.000,00	-	1.560.723,29	-	1.890.723,29
110-17 02 03 A0 00	ERC – SALDO GERÊNCIA – CATIVO					
	A ENTREGAR AO ESTADO	-	-	66.083,00	-	66.083,00
110-17 02 03 B0 00	CNE – SALDO GERÊNCIA – CATIVO					
	E SG A ENTREGAR AO ESTADO	-	-	361.303,44	-	361.303,44
110-17 02 03 C0 00	SALDO DE GERÊNCIA					
	DA PROV. JUSTIÇA	230.000,00	-	76.791,23	-	306.791,23
110-17 02 03 D0 00	SALDO DE GERÊNCIA DA CNPD	100.000,00	-	999.897,13	-	1.099.897,13
110-17 02 03 E0 00	CADA – SALDO GERÊNCIA					
	A ENTREGAR AO ESTADO	-	-	56.648,49	-	56.648,49

(Cont. na página seguinte)

MAPA DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS – RECEITA (CONTINUAÇÃO)

Classificação Económica		Previsões iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas (7)=(3)+(4) +(5)-(6)
Código (1)	Descrição (2)		Créditos Especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)	
110-17 02 04 00 00	RECEITAS PRÓPRIAS	363.500,00	-	139.250,00	-	502.750,00
110-17 02 04 C0 00	RECEITAS PRÓPRIAS DA PROV. JUSTIÇA	2500,00	-	250,00	-	2750,00
110-17 02 04 D0 00	RECEITAS PRÓPRIAS DA CNPD	361.000,00	-	139.000,00	-	500.000,00
110-17 02 05 00 00	TRANSFERÊNCIA OE PARA SUBVENÇÕES AOS PARTIDOS E FORÇAS POLÍTICAS	17.217.153,00	-	-	-	17.217.153,00
110-17 02 06 00 00	TRANSFERÊNCIA OE PARA SUBVENÇÃO ESTATAL PARA CAMPANHAS ELEITORAIS	70.577.550,00	-	-	-	70.577.550,00
110-17 02 06 B0 00	TRANSF. OE P/ SUBV. ESTATAL P/ CAMP. ELEITORAIS	70.577.550,00	-	-	-	70.577.550,00
110-17 02 99 00 00	OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA NÃO ESPECIFICADAS	-	-	17.952.746,46	1.915.012,85	16.037.733,61
110-17 02 99 C0 00	PROV. JUSTIÇA SALDO GERÊNCIA – CATIVO	-	-	141.966,00	-	141.966,00
110-17 02 99 F0 00	A ENTREGAR AO ESTADO SALDO SUBVENÇÃO CAMPANHAS ELEITORAIS	-	-	17.810.780,46	1.915.012,85	15.895.767,61
TOTAL		184.308.359,67	-	26.243.711,39	1.991.764,85	208.560.306,21

8.3.2. Contratação Administrativa

1. SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

Entidade / Fornecedor	Dados gerais do contrato			Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos efectuados							
	Designação	Objecto do Contrato	Data de Celebração	Valor do Contrato	Número do Registo	Data do Registo	Data do 1.º Pagamento	Na Gerência de 2008			Pagamentos acumulados		
								Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais	Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
SCHINDLER	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS ELEVADOR MONTA-PAPÉIS NO PSB	01.04.2000	611,78	-	-	-	657,84	0,00	0,00	3.138,80	0,00	0,00	
SCHINDLER	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS ELEVADORES DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO NO PSB	01.06.1998	2.627,76	-	-	-	2.825,60	0,00	0,00	13.482,28	0,00	0,00	
SCHINDLER	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS ELEVADORES DO ED. D. CARLOS	01.01.1993	5.814,39	-	-	-	6.252,06	0,00	0,00	29.784,78	0,00	0,00	
RENTOKIL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESBARATIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DO PSB, CASA AMARELA E ED. D. CARLOS	01.06.2001	3.300,64	-	-	-	3.483,75	0,00	0,00	22.475,80	0,00	0,00	
RENTOKIL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESBARATIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO NO NE	01.01.2001	2.215,79	-	-	-	2.357,20	0,00	0,00	19.418,39	0,00	0,00	
LANDSCAPE	MANUTENÇÃO DO JARDIM E FLOREIRAS DO PSB	01.01.2003	17.031,01	-	-	-	0,00	0,00	0,00	98.938,69	0,00	0,00	
LAVANDARIA LORENTO	LAVAGEM E ENGOMAGEM DE ROUPA	01.10.2003	23.806,41	-	-	-	20.679,93	0,00	0,00	157.692,62	0,00	0,00	
SEGUR-FOGO	MANUTENÇÃO DOS CARRETEIS DO SISTEMA DE INCÊNDIOS EXISTENTES NO PSB	26.04.2002	326,55	-	-	-	340,57	0,00	0,00	1.849,73	0,00	0,00	
SEGUR-FOGO	MANUTENÇÃO DOS EXTINTORES DE INCÊNDIO DO PSB	26.04.2002	1.556,23	-	-	-	1.210,58	0,00	0,00	8.438,13	0,00	0,00	
VIGILARME	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE DETECÇÃO DE INCÊNDIO DA CASA AMARELA	1.01.2002	568,86	-	-	-	594,83	0,00	0,00	3.951,88	0,00	0,00	

1. SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (CONTINUAÇÃO)

Entidade / Fornecedor	Dados gerais do contrato			Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos efectuados							
	Designação	Objecto do Contrato	Data de Celebração	Valor do Contrato	Número do Registo	Data do Registo	Data do 1.º Pagamento	Na Gerência de 2008			Pagamentos acumulados		
								Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais	Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
VIGILARME	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE DETECÇÃO DE INCÊNDIOS DO ED. D. CARLOS	01.07.2002	1.307,61	-	-	-	1.375,78	0,00	0,00	5.346,91	0,00	0,00	
SIEMENS CERBERUS	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE DETECÇÃO DE INCÊNDIOS DO PALÁCIO DE S. BENTO	15.01.1993	4.722,64	-	-	-	5.033,80	0,00	0,00	24.121,02	0,00	0,00	
SIEMENS	MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE CONTROLO DE ENTRADA DO PSB E NE	24.02.2000	32.916,41	-	-	-	33.793,98	0,00	0,00	60.591,29	0,00	0,00	
INAMBU	FORNECIMENTO DE CONSUMÍVEIS INFORMÁTICOS	01.04.2004	52.758,94	-	-	-	30.290,74	0,00	0,00	231.090,01	0,00	0,00	
ILDEFONSO LOPES	PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RETAURAÇÃO NO RESTAURANTE DO NE	15.11.2000	77.876,29	-	-	-	76.251,84	0,00	0,00	358.262,52	0,00	0,00	
SPAMEL (ESCRITÓRIO)	FORNECIMENTO DE CONSUMÍVEIS DE ESCRITÓRIO	01-04-2003	28.110,23	-	-	-	16.081,55	0,00	0,00	98.662,68	0,00	0,00	
SPAMEL (INFORMÁTICO)	FORNECIMENTO DE CONSUMÍVEIS INFORMÁTICOS	01.04.2003	85.539,58	-	-	-	87.715,48	0,00	0,00	408.577,19	0,00	0,00	
SERVILIMPE	PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE LIMPEZA	29.09.1999	671.237,40	-	-	-	0,00	0,00	0,00	2.404.860,69	0,00	0,00	
SERRALHARIA C. BARÃO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRALHARIA	18.06.1998	15.088,64	-	-	-	11.151,91	0,00	0,00	72.560,44	0,00	0,00	
UNIDOIS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CANALIZAÇÕES E TRAB. PEQUENOS DE CONSTR. CIVIL	28.05.1998	16.295,77	-	-	-	21.250,19	0,00	0,00	75.283,34	0,00	0,00	

1. SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (CONTINUAÇÃO)

Entidade / Fornecedor	Dados gerais do contrato			Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos efectuados							
	Designação	Objecto do Contrato	Data de Celebração	Valor do Contrato	Número do Registo	Data do Registo	Data do 1.º Pagamento	Na Gerência de 2008			Pagamentos acumulados		
								Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais	Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
INFOCONTROL	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO DATADOR-NUMERADOR	15.02.2006	175,45	-	-	-	188,40	0,00	0,00	730,16	0,00	0,00	
CONTROLFILMES	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO LEITOR REPRODUTOR DIGITAL DE MICROFILMES	01.02.2005	1.960,20	-	-	-	1.944,00	0,00	0,00	10.740,60	0,00	0,00	
ACTIPAIL	MANUTENÇÃO DAS BOMBAS SUBMERSÍVEIS	11.09.2003	2.246,63	-	-	-	2.296,76	0,00	0,00	14.359,38	0,00	0,00	
KONICA MINOLTA	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO SCANNER VERTICAL	21.11.2002	693,68	-	-	-	747,36	0,00	0,00	4.888,33	0,00	0,00	
LOGIPLAN	MANUTENÇÃO DOS CONTENTORES SUBTERRÂNEOS	01.01.2005	1.731,28	-	-	-	1.848,02	0,00	0,00	9.315,01	0,00	0,00	
APC	MANUTENÇÃO DAS UPS	01.09.1999	2.831,40	-	-	-	2.996,40	0,00	0,00	18.123,69	0,00	0,00	
REPART	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES RADIOMÓVEIS	01.11.2000	868,88	-	-	-	910,66	0,00	0,00	7.393,67	0,00	0,00	
OPTIMUS	RECEPÇÃO E ENVIO DE MENSAGENS ESCRITAS NO ÂMBITO DOS SERVIÇOS	01.01.2004	3.738,90	-	-	-	14.108,66	0,00	0,00	39.987,48	0,00	0,00	
TMN	RECEPÇÃO E ENVIO DE MENSAGENS ESCRITAS NO ÂMBITO DOS SERVIÇOS	01.01.2004	4.998,00	-	-	-	22.904,42	0,00	0,00	86.752,87	0,00	0,00	
VODAFONE	RECEPÇÃO E ENVIO DE MENSAGENS ESCRITAS NO ÂMBITO DOS SERVIÇOS	13.11.2003	3.500,00	-	-	-	19.508,83	0,00	0,00	70.339,38	0,00	0,00	
AVS	SEGURO DE VIATURAS	01.07.2001	4.961,54	-	-	-	0,00	0,00	0,00	40.164,84	0,00	0,00	
ICI	SEGURO DOS MOTORISTAS	28.08.2002	2.012,01	-	-	-	1.828,45	0,00	0,00	15.866,35	0,00	0,00	

1. SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (CONTINUAÇÃO)

Entidade / Fornecedor	Dados gerais do contrato			Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos efectuados							
	Designação	Objecto do Contrato	Data de Celebração	Valor do Contrato	Número do Registo	Data do Registo	Data do 1.º Pagamento	Na Gerência de 2008			Pagamentos acumulados		
								Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais	Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE	SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO	17.07.1998	2.733,42	-	-	-	2.733,42	0,00	0,00	27.334,20	0,00	0,00	
AVS	SEGURO DE COMPUTADORES PORTÁTEIS	06.09.2004	7.394,01	-	-	-	8.044,26	0,00	0,00	46.834,18	0,00	0,00	
QUIDGEST	ASSISTÊNCIA TÉCNICA DAS APLICAÇÕES CIBE E STOCKS	13.01.2003	2.992,18	-	-	-	3.273,12	0,00	0,00	21.318,94	0,00	0,00	
HOSPEDEIRAS DE PORTUGAL	PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO TELFÓNICO NA CENTRAL DO PSB	10.12.1997	47.232,87	-	-	-	50.078,94	0,00	0,00	239.241,35	0,00	0,00	
TRANSPORTES JESUS	PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MUDANÇAS	15.02.2001	90.531,81	-	-	-	89.161,24	0,00	0,00	390.101,23	0,00	0,00	
SIEMENS	PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO NÉ DA AR E DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO	09.04.2001	186.517,10	1255	10.05.2001	-	116.199,23	0,00	0,00	851.573,84	0,00	0,00	
ACIT	PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE AVAC NO PSB	17.04.2001	73.731,96	-	-	-	79.945,80	0,00	0,00	377.610,15	0,00	0,00	
SIEMENS	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AQUECIMENTO CENTRAL DO PSB	06.11.2003	17.104,87	-	-	-	14.248,36	0,00	0,00	97.067,65	0,00	0,00	
EUREST	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFEIÇÕES	26.08.1998	582.688,74	32.372	09.09.1998	-	0,00	0,00	0,00	992.318,41	0,00	0,00	

1. SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (CONTINUAÇÃO)

Entidade / Fornecedor	Dados gerais do contrato			Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos efectuados							
	Designação	Objecto do Contrato	Data de Celebração	Valor do Contrato	Número do Registo	Data do Registo	Data do 1.º Pagamento	Na Gerência de 2008			Pagamentos acumulados		
								Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais	Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
LISARCO	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO SISTEMA DE EXAUSTÃO DE AR DA COZINHA DO PSB	28.03.2003	2169,96	-	-	-	2238,72	0,00	0,00	13.786,32	0,00	0,00	
SÓTECNICA	ASSISTÊNCIA TÉCNICA ÀS INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS DA AR	01.03.1994	43.971,06	12.670	11.03.1994	-	51.214,04	0,00	0,00	229.522,06	0,00	0,00	
ACIT	PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE AVAC NA CASA AMARELA	17-04-2001	8068,71	-	-	-	8603,68	0,00	0,00	41.975,13	0,00	0,00	
ACIT	PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE AVAC NO ED. D. CARLOS	17-04-2001	5918,84	-	-	-	6322,32	0,00	0,00	30.282,28	0,00	0,00	
THYSSENKRUPP ELEVADORES	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS 6 ELEVADORES DO NE	01.11.2001	14.399,20	-	-	-	15.483,32	0,00	0,00	73.724,58	0,00	0,00	
THYSSENKRUPP ELEVADORES	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS ELEVADORES DO PSB	01.01.1995	4.308,82	-	-	-	4633,36	0,00	0,00	22.096,23	0,00	0,00	
THYSSENKRUPP ELEVADORES	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS ELEVADORES DA CASA AMARELA	01.01.1995	417,44	-	-	-	448,84	0,00	0,00	1140,60	0,00	0,00	
SCHMITT	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO ELEVADOR MONTA-LIVROS NO PSB	01.06.2004	592,08	-	-	-	156,94	0,00	0,00	2551,79	0,00	0,00	
SCHMITT	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS ELEVADORES N.ºs 2 E 3 DO PSB	01.11.1999	6418,26	-	-	-	2307,26	0,00	0,00	28.241,67	0,00	0,00	
SCHMITT	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS ELEVADORES N.ºs 4 E 5 DO PSB	01.04.1998	1478,48	-	-	-	0,00	0,00	0,00	5980,06	0,00	0,00	
COPICANOLA	ASSISTÊNCIA TÉCNICA A FAXES	13.01.2000	8526,02	-	-	-	0,00	0,00	0,00	47.478,69	0,00	0,00	

1. SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (CONTINUAÇÃO)

Entidade / Fornecedor	Dados gerais do contrato			Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos efectuados							
	Designação	Objecto do Contrato	Data de Celebração	Valor do Contrato	Número do Registo	Data do Registo	Data do 1.º Pagamento	Na Gerência de 2008			Pagamentos acumulados		
								Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais	Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
ICA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFEIÇÕES	10.04.2007	494.091,79	-	-	-	496.879,04	0,00	0,00	1.190.785,05	0,00	0,00	
HCI CONSTRUÇÕES, SA	EMPREITADA REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO DESIGNADO POR POMBAL NO PALÁCIO DE S. BENTO	14.06.2007	603.200,96	-	-	-	0,00	37.881,65	86.604,90	649.840,64	37.881,65	86.604,90	
BELTRÃO COELHO, SA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CÓPIA EM REGIME DE OUTSOURCING NA AR	05.02.2007	1.033.678,80	184	23.02.2007	-	205.027,20	0,00	0,00	548.874,90	0,00	0,00	
LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL	PARECER SOBRE A SEGURANÇA SÍSMICA DO PALÁCIO DE S. BENTO	12.02.2007	165.770,00	-	-	-	0,00	0,00	0,00	165.564,50	0,00	0,00	
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O SECTOR ALIMENTAR (CFPSA)	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E SEGURANÇA DOS ALIMENTOS	15.10.2007	1284,72	-	-	-	0,00	0,00	0,00	1245,28	0,00	0,00	
HCI CONSTRUÇÕES, SA	EMPREITADA DE RESTAURO DE VÃOS DE CAIXILHARIA E PORTAS NO EXTERIOR DO PSB	01.08.2007	368.178,26	-	-	-	0,00	30.212,65	54.528,13	367.450,32	0,00	0,00	
QUIDGEST	FORNECIMENTO DE UM SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PARA A ÁREA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	02.06.2008	420.935,41	736	18-06-2008	-	68.544,00	0,00	0,00	364.263,00	0,00	0,00	
CONFORLIMPA (TEJO)	PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE LIMPEZA DIÁRIA DAS INSTALAÇÕES DA AR	20.10.2008	646.085,10	-	-	-	607.533,01	0,00	0,00	661.373,44	0,00	0,00	
A2P CONSULT, ESTUDOS E PROJECTOS, LDA	PROJECTO DE REABILITAÇÃO GLOBAL DA COBERTURA DA SALA DO SENADO NO PSB	27.05.2008	66.550,00	-	-	-	0,00	0,00	0,00	52.800,00	0,00	0,00	

1. SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (CONTINUAÇÃO)

Entidade / Fornecedor	Dados gerais do contrato			Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos efectuados							
	Designação	Objecto do Contrato	Data de Celebração	Valor do Contrato	Número do Registo	Data do Registo	Data do 1.º Pagamento	Na Gerência de 2008			Pagamentos acumulados		
								Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais	Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
A2P CONSULT, ESTUDOS E PROJECTOS, LDA	FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DA SALA DAS SESSÕES	18.06.2008	75.558,45	-	-	-	71.811,60	0,00	0,00	146.745,60	0,00	0,00	
ENGIBUILT	EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DA GALERIA E DOS 4.º E 6.º PISOS – EDIFÍCIO D. CARLOS	09.05.2008	139.491,11	-	-	-	0,00	0,00	9984,47	138.674,76	0,00	9984,47	
HCI CONSTRUÇÕES, SA	EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DA SALA DAS SESSÕES DO PALÁCIO DE S. BENTO	18.06.2008	3.545.845,23	780	27-06-2008	-	169.476,34	0,00	75.680,00	3.516.540,72	0,00	290.179,16	
HCI CONSTRUÇÕES, SA	EMPREITADA DE REFORÇO ESTRUTURAL DAS LAJES DO TECTO DAS SALAS 5008, 5010, 5012, 5016 E 5017	02.06.2008	603.566,74	737	27-06-2008	-	0,00	71.868,53	13.655,76	598.578,59	71.868,53	13.655,76	
AN ARQUITECTOS, LDA	PROJECTO PARA A REQUALIFICAÇÃO DOS SÓTÁOS DO ANDAR NOBRE – 2.ª FASE	01.09.2008	72.000,00	-	-	-	0,00	0,00	0,00	36.000,00	0,00	0,00	
NASTEIRA	EMPREITADA DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO CANAL PARLAMENTO – SOBRELOJA	01.09.2008	130.733,35	-	-	-	0,00	0,00	10.974,00	130.733,35	0,00	10.974,00	
PT PRIME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OMG AO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DE VOZ DA AR	25.03.2008	66.515,39	-	-	-	65.965,68	0,00	0,00	121.210,94	0,00	0,00	
CPIFO, SA	DESENVOLVIMENTO DE INTERFACE ENTRE O RETAIL MANAGER E O SIGAR	04.12.2008	12.960,00	-	-	-	5184,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

1. SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (CONTINUAÇÃO)

Entidade / Fornecedor	Dados gerais do contrato			Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos efectuados							
	Designação	Objecto do Contrato	Data de Celebração	Valor do Contrato	Número do Registo	Data do Registo	Data do 1.º Pagamento	Na Gerência de 2008			Pagamentos acumulados		
								Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais	Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
HCI CONSTRUÇÕES, SA	EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DA COZINHA E DE REESTRUTURAÇÃO DA CAIXA DO ELEVADOR N.º 12	06.10.2008	554.995,96	1408	22-12-2008	-	554.995,97	0,00	0,00	0,00	0,00	121.280,95	
HCI CONSTRUÇÕES, SA	EMPREITADA DE REFORÇO SÍSMICO DA SALA DAS SESSÕES DA AR	24.11.2008	983.400,97	-	-	-	983.400,97	0,00	0,00	0,00	0,00	43.455,13	
HCI CONSTRUÇÕES, SA	EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DA CLARABÓIA EXTERIOR DA SALA DAS SESSÕES	29.12.2008	137.539,00	-	-	-	165.046,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PLURIRENT	RENOVAÇÃO DA FROTA AUTOMÓVEL DA AR EM ALUGUER OPERACIONAL	03.11.2008	883.245,31	1577	05-12-2008	-	184.009,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ANTÓNIO MIGUEL SAMPEDRO DIAS DE FIGUEIREDO, MARIA ALEXANDRA SAMPEDRO DIAS	ARRENDAMENTO DA CAVE DIREITA NO EDIFÍCIO SITO N.º 146 DA AV. D. CARLOS I	30.07.2008	78.000,00	-	-	-	14.300,00	0,00	0,00	22.100,00	0,00	0,00	
ANTÓNIO MIGUEL SAMPEDRO DIAS DE FIGUEIREDO, MARIA ALEXANDRA SAMPEDRO DIAS	ARRENDAMENTO DO 2.º ANDAR NO EDIFÍCIO SITO N.º 146 DA AV. D. CARLOS I	30.07.2008	96.000,00	-	-	-	17.600,00	0,00	0,00	27.200,00	0,00	0,00	
BROWSER - SERVIÇOS DE INTERNET, SA	DESENVOLVIMENTO DO SITE DO CONSELHO NACIONAL DE PROCREAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA (CNPMA)	12.12.2008	24.558,00	-	-	-	24.480,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

1. SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (CONTINUAÇÃO)

Entidade / Fornecedor	Dados gerais do contrato			Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos efectuados							
	Designação	Objecto do Contrato	Data de Celebração	Valor do Contrato	Número do Registo	Data do Registo	Data do 1.º Pagamento	Na Gerência de 2008			Pagamentos acumulados		
								Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais	Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
H-TECNIC	EMPREITADA DE EXECUÇÃO DE DIVERSOS TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL TENDO EM VISTA A COLOCAÇÃO NOVOS EQUIP. CÂMARAS TV SALAS 7, 8 E 9 COMISSÕES – PSB	29.12.2008	35.910,00	-	-	-	35.910,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FLORÊNCIO LUÍS FILIPE	FORNECIMENTO DE ARMÁRIOS EM MADEIRA DE CARVALHO PARA AS SALAS AFECTAS AO GP DO PS	29.12.2008	14.637,84	-	-	-	14.637,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
HORTO DO CAMPO GRANDE	MANUTENÇÃO DOS JARDINS E ESPAÇOS VERDES DO PALÁCIO	29.12.2008	12.816,00	-	-	-	11.748,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
H-TECNIC	EMPREITADA DE ESTABELECIMENTO DE CAMINHO DE CABOS ENTRE AS RÉGIES DO CANAL PARLAMENTO	17.09.2009	98.620,00	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2GM - CONSTRUÇÃO CIVIL, SA	EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE UMA CALEIRA TÉCNICA PARA AS INFRA-ESTRUTURAS DE AVAC NO PSB	14.08.09	95.009,36	-	-	-	118.344,00	0,00	0,00	118.344,00	0,00	0,00	
HCI CONSTRUÇÕES, SA	REABILITAÇÃO DA COBERTURA E REFORÇO SÍSMICO DA SALA DO SENADO NO PALÁCIO DE S. BENTO	06-07-2009	1.110.952,25	1419	15-09-2009	-	1.333.142,69	0,00	0,00	1.333.142,69	0,00	0,00	
H-TECNIC	CONSTRUÇÃO DAS NOVAS SALAS DE REUNIÃO DAS COMISSÕES N.ºs 10, 11 E 12 DO PALÁCIO DE S. BENTO	07-09-2009	409.900,48	1869	27-11-2009	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

1. SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (CONTINUAÇÃO)

Entidade / Fornecedor	Dados gerais do contrato			Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos efectuados							
	Designação	Objecto do Contrato	Data de Celebração	Valor do Contrato	Número do Registo	Data do Registo	Data do 1.º Pagamento	Na Gerência de 2008			Pagamentos acumulados		
								Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais	Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
NASTEIRA	EMPREITADA DE OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DOS TECTOS DO BAR E RESTAURANTE DOS SENHORES DEPUTADOS NO PSB	30-07-2009	48.859,02	-	-	-	58.630,82	0,00	0,00	58.630,82	0,00	0,00	
INTEC - ESTUDOS PROJECTOS INST. TÉCNICAS, LDA	PROJECTO DE INSTALAÇÕES MECÂNICAS DE AVAC ACRÉSCIMO DE PRODUÇÃO TÉRMICA CENTRAL	19-02-2009	15.000,00	-	-	-	16.200,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	0,00	
CATERINGASSISTE - ASSIST. TEC. EQUIP. CATERING, LDA	EQUIPAMENTO HOTELEIRO PARA A COZINHA DO PALÁCIO DE S. BENTO	08-04-2009	26.519,07	-	-	-	31.822,88	0,00	0,00	31.822,88	0,00	0,00	
H-TECNIC	INSTALAÇÃO DO SISTEMA ANTI-INUNDAÇÃO NA ALA SUL-POENTE DO PALÁCIO DE S. BENTO	09-03-2009	34.814,40	-	-	-	41.777,28	0,00	0,00	41.777,28	0,00	0,00	
SAUTER IBERICA SA -SUCURSAL DE PORTUGAL	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO E MONITORIZAÇÃO CENTRALIZADA DAS INSTALAÇÕES DE AVAC NO PSB	07-09-2009	48.383,58	-	-	-	58.060,30	0,00	0,00	58.060,30	0,00	0,00	
HCI CONSTRUÇÕES, S.A	ADAPTAÇÃO DO QUADRO ELÉCTRICO DA SALA DAS SESSÕES E OUTROS TRABALHOS NAS INSTALAÇÕES	29-07-2009	10.209,64	-	-	-	12.251,57	0,00	0,00	12.251,57	0,00	0,00	
FITISAN PRODUTOS HIGIENE E EMBALAGEM, LDA.	AQUISIÇÃO DE ARTIGOS PARA INSTALAÇÕES SANITÁRIAS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	26-08-2009	116.808,19	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

1. SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (CONTINUAÇÃO)

Entidade / Fornecedor	Dados gerais do contrato			Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos efectuados							
	Designação	Objecto do Contrato	Data de Celebração	Valor do Contrato	Número do Registo	Data do Registo	Data do 1.º Pagamento	Na Gerência de 2008			Pagamentos acumulados		
								Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais	Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
ECBUILD - ENGENHARIA CONSTRUÇÃO E PROJECTO, LDA.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DA COBERTURA E REFORÇO SÍSMICO SALA SENADO	16-07-2009	35.000,00	-	-	-	37.440,00	0,00	0,00	37.440,00	0,00	0,00	
PROCONNECTOR, LDA.	ELABORAÇÃO DE PROJECTO DE BENEFICIAÇÃO DA COBERTURA DA ESCADARIA NOBRE DO PALÁCIO DE S. BENTO	28-10-2009	12.350,00	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ENGIBUILT - CONSTRUÇÕES LDA.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CANALIZAÇÕES E PEQUENOS TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL	07-09-2009	30.000,00	-	-	-	4345,30	0,00	0,00	4345,30	0,00	0,00	
CONSTRULINK TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, SA	PLATAFORMA ELECTRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	23-09-2009	36.000,01	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PLANO X - ARQUITECTURA E ENGENHARIA, LDA.	CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA AOS EDIFÍCIOS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	12-10-2009	57.500,00	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O SECTOR ALIMENTAR	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONSULTORIA, HIGIENE E SEGURANÇA DOS ALIMENTOS	06-05-2009	1320,00	-	-	-	792,00	0,00	0,00	792,00	0,00	0,00	
DATINFOR	MANUTENÇÃO DE SOFTWARE	01-02-2001	17.356,29	-	-	-	25.418,52	0,00	0,00	117.148,95	0,00	0,00	
MEMORANDUM	SERVIÇO DE IMPrensa, RÁDIO E TELEVISÃO	01-11-2003	36.000,00	-	-	-	43.200,00	0,00	0,00	209.340,00	0,00	0,00	

1. SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (CONTINUAÇÃO)

Entidade / Fornecedor	Dados gerais do contrato			Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos efectuados							
	Designação	Objecto do Contrato	Data de Celebração	Valor do Contrato	Número do Registo	Data do Registo	Data do 1.º Pagamento	Na Gerência de 2008			Pagamentos acumulados		
								Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais	Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
MEDIAMONITOR	SERVIÇO "E-TELENEWS"	01-09-2004	10.320,00	-	-	-	15.264,00	0,00	0,00	68.283,40	0,00	0,00	
AGÊNCIA LUSA	SERVIÇO DE NOTÍCIAS LUSA	15-04-2001	17.827,91	-	-	-	25.211,04	0,00	0,00	116.969,48	0,00	0,00	
MOONWALKER	SERVIÇO DE JORNAIS KIOSK	09-03-2006	6339,60	-	-	-	0,00	0,00	0,00	10.777,36	0,00	0,00	
PUBLICAÇÕES DOM QUIXOTE	CO-EDIÇÃO DE LIVROS	02-05-2006	37.800,00	-	-	-	0,00	0,00	0,00	38.826,90	0,00	0,00	
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	ELABORAÇÃO DE SEIS LIVROS	23-07-1998	172.492,24	-	-	-	0,00	0,00	0,00	18.415,76	0,00	0,00	
CPI - COMPANHIA PORTUGUESA DE IMPRESSORAS	APOIO TÉCNICO AO SOFTWARE DA LIVRARIA	17-12-2004	8181,04	-	-	-	0,00	0,00	0,00	7503,61	0,00	159,72	
LUIS REIS TORGAL	ELABORAÇÃO DA OBRA DICIONÁRIO DOS CANDIDATOS DA OPOSIÇÃO ÀS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL	25-03-2008	22.500,00	-	-	-	10.500,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA - FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	CONGRESSO INTERNACIONAL DO CENTENÁRIO DA I REPÚBLICA	01-07-2008	17.952,00	-	-	-	6336,00	0,00	0,00	6336,00	0,00	0,00	
URBANOS - ART DIVISION	TRANSPORTE DE PEÇAS DA CASA DOS PATUDOS PARA A AR E MONTAGEM DA EXPOSIÇÃO JOSÉ RELVAS	10-07-2008	14.326,40	-	-	-	5592,00	0,00	0,00	14.279,80	0,00	0,00	

1. SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (CONTINUAÇÃO)

Entidade / Fornecedor	Dados gerais do contrato			Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos efectuados							
	Designação	Objecto do Contrato	Data de Celebração	Valor do Contrato	Número do Registo	Data do Registo	Data do 1.º Pagamento	Na Gerência de 2008			Pagamentos acumulados		
								Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais	Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
ABÍLIO DOS SANTOS LEITÃO	REPORTAGEM FOTOGRAFICA DAS OBRAS NA SALA DAS SESSÕES	01-09-2008	12.000,00	-	-	-	2400,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	
ISABEL DA COSTA MARQUES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A EXPOSIÇÃO VENTURA TERRA	02-10-2008	5760,00	-	-	-	1920,00	0,00	0,00	5760,00	0,00	0,00	
ZÍLIA OSÓRIO DE CASTRO	HONORÁRIOS REFERENTES À COORDENAÇÃO DO PROJECTO EDITORIAL GRANDES ORADORES	13-11-2006	18.150,00	-	-	-	1350,00	0,00	0,00	2700,00	0,00	0,00	
ABÍLIO DOS SANTOS LEITÃO	REALIZAÇÃO DE FOTOGRAFIAS PARA A AGENDA AR	11-04-2007	14.520,00	-	-	-	0,00	0,00	0,00	1452,00	0,00	0,00	
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA	EDIÇÃO SOBRE A ACÇÃO POLÍTICA E PARLAMENTAR DE ANTÓNIO LINO NETO	12-04-2007	4000,00	-	-	-	1500,00	0,00	0,00	2750,00	0,00	0,00	
GRÁFICA MAIADOURO	IMPRESSÃO DA BROCHURA O PARLAMENTO EM PORTUGUÊS, INGLÊS, FRANCÊS E ESPANHOL	24-07-2007	8820,00	-	-	-	0,00	0,00	0,00	6120,00	0,00	0,00	
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA - FACULDADE DE CIENCIAS SOCIAIS E HUMANAS	PROJECTO EDITORIAL DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DA I REPÚBLICA E DO REPUBLICANISMO	31-10-2007	47.520,00	-	-	-	0,00	0,00	0,00	18.480,00	0,00	0,00	
JOÃO SERRA	PROJECTO DE EXECUÇÃO DA OBRA RELATIVA À ACÇÃO POLÍTICA DE JOSÉ RELVAS	27-09-2006	10.000,00	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

1. SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (CONTINUAÇÃO)

Entidade / Fornecedor	Dados gerais do contrato			Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos efectuados							
	Designação	Objecto do Contrato	Data de Celebração	Valor do Contrato	Número do Registo	Data do Registo	Data do 1.º Pagamento	Na Gerência de 2008			Pagamentos acumulados		
								Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais	Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
INSTITUTO CULTURAL DE PONTA DELGADA	EDIÇÃO DA OBRA SOBRE HINTZE RIBEIRO	18-10-2006	6655,00	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CECÍLIA HONÓRIO/ JÚLIO RODRIGUES DA SILVA	PROJECTO EDITORIAL GRANDES ORADORES	10-11-2006	60.500,00	-	-	-	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	
ISABEL DA COSTA MARQUES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À EDIÇÃO DO LIVRO SOBRE O 5 DE OUTUBRO E À EXPOSIÇÃO SOBRE JOSÉ RELVAS	01-09-2009	7680,00	-	-	-	5760,00	0,00	0,00	5760,00	0,00	0,00	
MÁRIO MATOS LEMONS	ELABORAÇÃO DA OBRA DICIONÁRIO DOS CANDIDATOS DA OPOSIÇÃO ÀS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL	30-10-2007	27.500,00	-	-	-	9500,00	0,00	0,00	9500,00	0,00	0,00	
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE "OS GRANDES DEBATES PARLAMENTARES"	25-09-2006	78.967,97	-	-	-	23.523,31	0,00	0,00	23.523,31	0,00	0,00	
ISABEL DA COSTA MARQUES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À EXPOSIÇÃO VENTURA TERRA	31-03-2009	9600,00	-	-	-	9600,00	0,00	0,00	9600,00	0,00	0,00	
CARLOS AUGUSTO CORREA PAES D'ASSUNÇÃO	SERVIÇOS EDUCATIVOS DA EXPOSIÇÃO SOBRE VENTURA TERRA	17-03-2009	2800,00	-	-	-	2800,00	0,00	0,00	2800,00	0,00	0,00	
ARTISTAS UNIDOS, LDA.	REALIZAÇÃO DO ESPECTÁCULO "O PESO DAS RAZÕES"	02-10-2009	52.680,00				52.680,00	0,00	0,00	52.680,00	0,00	0,00	

1. SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (CONTINUAÇÃO)

Entidade / Fornecedor	Dados gerais do contrato			Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos efectuados							
	Designação	Objecto do Contrato	Data de Celebração	Valor do Contrato	Número do Registo	Data do Registo	Data do 1.º Pagamento	Na Gerência de 2008			Pagamentos acumulados		
								Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais	Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
JÚLIO RODRIGUES DA SILVA	EXPOSIÇÃO SOBRE JOSÉ ESTÊVÃO – ELABORAÇÃO DO GUIÃO, TEXTO DO CATÁLOGO E CONSULTORIA	24-11-2009	4700,00	–	–	–	2900,00	0,00	0,00	2900,00	0,00	0,00	
JOSÉ AURÉLIO	AQUISIÇÃO DE 10 MEDALHAS EM OURO - PRÉMIO DIREITOS HUMANOS	14-05-2009	25.200,00	–	–	–	25.200,00	0,00	0,00	25.200,00	0,00	0,00	
ARTLANDIA – DESIGN E COMUNICAÇÃO VISUAL, LDA	IMAGEM GRÁFICA PARA O V FORUM PARLAMENTAR IBERO-AMERICANO	11-08-2009	7200,00	–	–	–	7200,00	0,00	0,00	7200,00	0,00	0,00	
ABÍLIO DOS SANTOS LEITÃO	REPORTAGEM FOTOGRAFICA DAS OBRAS NA SALA DAS SESSÕES - JANEIRO E FEVEREIRO	02-02-2009	6000,00	–	–	–	6000,00	0,00	0,00	6000,00	0,00	0,00	
FEIREXPO – LOGÍSTICA TRANSPORTES P' FEIRAS EXP. SA	EXPOSIÇÃO VENTURA TERRA: PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PEÇAS, MONTAGEM E DESMONTAGEM	31-03-2009	8754,62	–	–	–	3771,31	0,00	0,00	3771,31	0,00	0,00	
ALLIANCE FRANÇAISE	LÍNGUAS	01-10-2006	2553,10	–	–	–	2980,80	0,00	0,00	9269,68	0,00	0,00	
ADVANCE ENGLISH	LÍNGUAS	01-10-2005	24.670,20	–	–	–	8880,00	0,00	0,00	67.681,02	0,00	0,00	
SETEFORMA	LÍNGUAS	18-04-2008	1815,00	–	–	–	1998,00	0,00	0,00	3813,00	0,00	0,00	
SERENITAS – IMPÉRIO BONANÇA	SEGUROS DE VIDA DEPUTADOS	11-10-1990	37.858,77	–	–	–	77.306,51	0,00	0,00	222.200,06	0,00	0,00	
UNIVERSIDADE DE AVEIRO	DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÃO	15-09-2006	67.155,00	–	–	–	19.980,00	0,00	0,00	66.766,50	0,00	0,00	
ESEGUR – EMPRESA DE SEGURANÇA SA	CUSTÓDIA DE DOCUMENTOS	26-09-2007	15.000,00	–	–	–	3000,00	0,00	0,00	3000,00	0,00	0,00	

1. SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (CONTINUAÇÃO)

Entidade / Fornecedor	Dados gerais do contrato			Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos efectuados							
	Designação	Objecto do Contrato	Data de Celebração	Valor do Contrato	Número do Registo	Data do Registo	Data do 1.º Pagamento	Na Gerência de 2008			Pagamentos acumulados		
								Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais	Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
ESEUR - EMPRESA DE SEGURANÇA SA	CUSTÓDIA DE DOCUMENTOS	31-07-2008	666,57	-	-	-	183,63	0,00	0,00	183,63	0,00	0,00	
ESEUR - SOLUÇÕES DE BACK OFFICE	CUSTÓDIA DE DOCUMENTOS	23-09-2009	6392,97	-	-	-	1775,82	0,00	0,00	1775,82	0,00	0,00	
METATHEKE - SOFTWARE, LDA.	MANUTENÇÃO DAS BASES DE DADOS	01-03-2009	25.000,00	-	-	-	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	
PROMONTÓRIO DO PATRIMÓNIO	GUIA DE FUNDOS	31-03-2009	21.000,00	-	-	-	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00	0,00	
CARLOS POMBO MONTEIRO	DIGITALIZAÇÃO DO ARQUIVO FOTOGRAFICO	28-11-2008	40.040,00	-	-	-	40.040,00	0,00	0,00	40.040,00	0,00	0,00	
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	REALIZAÇÃO DE UM CONGRESSO INTERNACIONAL COMEMORATIVO CENTENÁRIO I REPÚBLICA	05-12-2008	118.910,00	-	-	-	6336,00	0,00	0,00	6336,00	0,00	0,00	
BROWSER - SERVIÇOS INTERNET, SA	APOIO INFORMÁTICO À GESTÃO DO PORTAL INTERNET DA AR	11-06-2008	65.340,00	-	-	-	65.340,00	0,00	0,00	65.340,00	0,00	0,00	
DIXERO, SA	VOCALIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS DO SÍTIO WEB DA AR	24-03-2008	7650,00				7650,00	0,00	0,00	7650,00	0,00	0,00	

1. SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (CONTINUAÇÃO)

Entidade / Fornecedor	Dados gerais do contrato			Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos efectuados							
	Designação	Objecto do Contrato	Data de Celebração	Valor do Contrato	Número do Registo	Data do Registo	Data do 1.º Pagamento	Na Gerência de 2008			Pagamentos acumulados		
								Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais	Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
FULLSIX - PORTUGAL	CONCEPÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE CONTEÚDOS E MANUTENÇÃO DO SUBSÍLIO "ESPAÇO JOVEM" DO PORTAL INTERNET DA AR	04-09-2009	83.145,60	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ROBERTO SEIXAS MIRANDA JERÓNIMO	CONSULTORIA	04-05-2005	28.500,00	-	-	-	0,00	0,00	0,00	38.766,67	0,00	0,00	
NELSON LOMBÁ FERNANDES	CONSULTORIA	01-07-2004	7999,92	-	-	-	7999,92	0,00	0,00	39.002,66	0,00	0,00	
IDALÉCIO PEREIRA	CONSULTORIA	03-04-2006	7999,92	-	-	-	7999,92	0,00	0,00	28.837,60	0,00	0,00	
JOSÉ LUÍS DE JESUS	CONSULTORIA	01-10-2002	7999,92	-	-	-	7999,92	0,00	0,00	39.802,66	0,00	0,00	
APCE	INTERPRETAÇÃO	06-07-2006	69.263,50	-	-	-	0,00	0,00	0,00	60.109,24	0,00	0,00	
ELSA SOFIA GOMES MIRANDA	ENSINO	01-09-2008	38.274,88	-	-	-	38.174,88	0,00	0,00	76.449,76	0,00	0,00	
RITA MARGARIDA CORREIA	ENSINO	01-09-2008	40.501,80	-	-	-	40.401,84	0,00	0,00	80.903,64	0,00	0,00	
ADELINO LOURENÇO PIRES DOS SANTOS	CONSULTORIA	01-09-2008	12.000,00	-	-	-	7999,92	0,00	0,00	19.999,92	0,00	0,00	
CONSISTE	SOFTWARE	02-08-2006	126.348,20	-	-	-	109.800,00	0,00	0,00	340.568,20	0,00	61.274,40	
BROWSER	SOFTWARE	21-09-2006	146.913,36	-	-	-	89.244,00	0,00	0,00	278.635,63	0,00	0,00	
PROLOGICA	SOFTWARE	29-12-1999	265.803,56	-	-	-	292.337,93	0,00	0,00	1.089.748,63	0,00	0,00	
PARAREDE	SERVIÇOS	01-10-2007	3113,33	-	-	-	3269,00	0,00	0,00	8265,89	0,00	0,00	
ORACLE PORTUGAL	SOFTWARE	27-08-2008	4885,98	-	-	-	5032,56	0,00	0,00	9918,54	0,00	0,00	

1. SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (CONTINUAÇÃO)

Entidade / Fornecedor	Dados gerais do contrato			Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos efectuados							
	Designação	Objecto do Contrato	Data de Celebração	Valor do Contrato	Número do Registo	Data do Registo	Data do 1.º Pagamento	Na Gerência de 2008			Pagamentos acumulados		
								Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais	Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
ORACLE PORTUGAL	SOFTWARE	01-03-2008	17.454,31	-	-	-	17.454,31	0,00	0,00	34.908,62	0,00	0,00	
IBM PORTUGAL	SERVIÇOS	01-02-2009	10.728,54	-	-	-	10.728,54	0,00	0,00	21.457,08	0,00	0,00	
IBM PORTUGAL	SERVIÇOS	01-08-2008	10.170,00	-	-	-	10.668,00	0,00	0,00	20.838,00	0,00	0,00	
ONSITE	SERVIÇOS	15-07-2008	8500,00	-	-	-	8500,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	
ONSITE	SERVIÇOS	10-03-2008	8100,00	-	-	-	0,00	0,00	0,00	8100,00	0,00	0,00	
IBM PORTUGAL	SERVIÇOS	01-06-2008	0,00	-	-	-	000	0,00	0,00	000	0,00	0,00	
EMETHODUS	SERVIÇOS	09-03-2007	10.000,00	-	-	-	2500,00	0,00	0,00	12.500,00	0,00	0,00	
TECNIDATA	SERVIÇOS	01-06-2006	15.103,43	-	-	-	18.164,05	0,00	0,00	33.267,48	0,00	0,00	
TECNIDATA	SERVIÇOS	01-05-2008	17.047,03	-	-	-	17.587,57	0,00	0,00	34.634,60	0,00	0,00	
NETOPOLIS	SERVIÇOS	01-01-2008	8550,00	-	-	-	8550,00	0,00	0,00	17.100,00	0,00	0,00	
EMETHODUS	SERVIÇOS	01-01-2008	4267,00	-	-	-	4267,00	0,00	0,00	8534,00	0,00	0,00	
MOVENSIS	SERVIÇOS	01-01-2008	15.373,00	-	-	-	15.755,00	0,00	0,00	31.128,00	0,00	0,00	
VODAFONE	SERVIÇOS	15-09-2008	200,00	-	-	-	107.434,75	0,00	0,00	307.434,75	0,00	0,00	
VODAFONE	SERVIÇOS	29-12-2008	15.560,00	-	-	-	7254,00	0,00	0,00	22.814,00	0,00	0,00	
OPTIMUS	SERVIÇOS	03-04-2008	24.000,00	-	-	-	5551,76	0,00	0,00	29.551,76	0,00	0,00	
TMN	SERVIÇOS	19-12-2008	48.000,00	-	-	-	0,00	0,00	0,00	48.000,00	0,00	0,00	
DUBIT II	SOFTWARE	15-02-2005	2427,55	-	-	-	2452,58	0,00	0,00	4880,13	0,00	0,00	
COLT	SERVIÇOS	01-08-2006	120.330,00	-	-	-	103.140,00	0,00	0,00	223.470,00	0,00	0,00	
CONVEX	SERVIÇOS	01-10-2008	19.107,79	-	-	-	39.644,94	0,00	0,00	58.752,73	0,00	0,00	
COLT	SERVIÇOS	02-10-2008	3418,00	-	-	-	0,00	0,00	0,00	3418,00	0,00	0,00	
PARAREDE	SERVIÇOS	18-09-2008	2168,00	-	-	-	2707,00	0,00	0,00	4875,00	0,00	0,00	
PROLOGICA	SERVIÇOS	01-06-2008	22.800,00	-	-	-	23.392,80	0,00	0,00	46.192,80	0,00	0,00	

1. SITUAÇÃO DOS CONTRATOS (CONTINUAÇÃO)

Entidade / Fornecedor	Dados gerais do contrato			Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos efectuados							
	Designação	Objecto do Contrato	Data de Celebração	Valor do Contrato	Número do Registo	Data do Registo	Data do 1.º Pagamento	Na Gerência de 2008			Pagamentos acumulados		
								Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais	Por conta de Trabalhos Normais	Por conta de Revisão Preços	Por conta de Trabalhos a mais
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
BLUE PHOENIX CONSULTING	SOFTWARE	01-10-2008	2800,00	-	-	-	2124,31	0,00	0,00	4924,31	0,00	0,00	
ATM INFORMÁTICA	SOFTWARE	20-02-2008	3170,00	-	-	-	2810,00	0,00	0,00	5980,00	0,00	0,00	
GLINTT TECHNOLOGIES	SERVIÇOS	01-05-2008	22.583,00	-	-	-	23.275,28	0,00	0,00	45.858,28	0,00	0,00	
GLINTT TECHNOLOGIES	SERVIÇOS	01-05-2008	13.020,00	-	-	-	13.281,00	0,00	0,00	26.301,00	0,00	0,00	
GLINTT TECHNOLOGIES	SERVIÇOS	01-07-2008	4494,50	-	-	-	0,00	0,00	0,00	4494,50	0,00	0,00	
GLINTT TECHNOLOGIES	SOFTWARE	01-08-2008	2613,70	-	-	-	2501,50	0,00	0,00	5115,20	0,00	0,00	
PARAREDE	SERVIÇOS	31-01-2008	39.000,00	-	-	-	74.940,00	0,00	0,00	113.940,00	0,00	0,00	
SOURCE CODE	SOFTWARE	12-12-2008	8505,00	-	-	-	13.300,00	0,00	0,00	21.805,00	0,00	0,00	
GLINTT TECHNOLOGIES	SERVIÇOS	17-03-2009	10.800,00	-	-	-	10.800,00	0,00	0,00	10.800,00	0,00	0,00	
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE SETÚBAL	SOFTWARE	15-12-2005	36.023,94	-	-	-	36.023,94	0,00	0,00	36.023,94	0,00	0,00	
INFORMÁTICA EL CORTE INGLÉS	SOFTWARE	19-06-2009	15.842,19	-	-	-	15.842,19	0,00	0,00	15.842,19	0,00	0,00	
INFORMÁTICA EL CORTE INGLÉS	SOFTWARE	17-12-2009	74.548,46	-	-	-	74.548,46	0,00	0,00	74.548,46	0,00	0,00	
ATM INFORMÁTICA	SOFTWARE	03-09-2009	29.551,85	-	-	-	29.551,85	0,00	0,00	29.551,85	0,00	0,00	
191 CONTRATOS				191 REGISTOS			8.103.186,79	139.962,83	251.427,26	23.230.340,55	109.750,18	637.568,49	

2. FORMAS DE ADJUDICAÇÃO

Tipo de Contrato	Concursos																	
	Público (DL 18/2008-CCP)								Limitado (DL 197/99)				Limitado com Qualificação prévia (DL 18/2008)					
	Público Internacional		c/ publicação de anúncio		s/ publicação de anúncio		Público (DL 197/99)		com prévia qualificação		com apresentação de candidaturas		sem apresentação de candidaturas		sem publicação de anúncio		com publicação de anúncio	
	N.º de Contratos	Valor	N.º de Contratos	Valor	N.º de Contratos	Valor	N.º de Contratos	Valor	N.º de Contratos	Valor	N.º de Contratos	Valor	N.º de Contratos	Valor	N.º de Contratos	Valor	N.º de Contratos	Valor
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
LOCAÇÃO	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	2.129.941,92	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GESTÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	4	2.086.528,34	0	0,00	0	0,00	2	1.527.770,59	2	41.907,79	16	412.317,47	7	480.887,61	0	0,00	0	0,00
AQUISIÇÃO DE BENS	1	420.935,41	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	5	2.507.463,75	0	0,00	0	0,00	6	3.657.712,51	2	41.907,79	16	412.317,47	7	480.887,61	0	0,00	0	0,00

Tipo de Contrato	Por Negociação								Ajuste Directo						Total	
	ao abrigo do DL 197/99				ao abrigo do DL 18/2008 (CCP)				ao abrigo do DL 197/99							
	com publicação prévia de anúncio		sem publicação prévia de anúncio		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		com consulta prévia		sem consulta prévia		ao abrigo do DL 18/2008 (CCP)		N.º de Contratos	Valor
	N.º de Contratos	Valor	N.º de Contratos	Valor	N.º de Contratos	Valor	N.º de Contratos	Valor	N.º de Contratos	Valor	N.º de Contratos	Valor	N.º de Contratos	Valor		
1	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27
LOCAÇÃO	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	174.000,00	0	0,00	2	174.000,00
EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS	0	0,00	3	3.816.069,69	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	8	2.920.191,08	15	8.866.202,69
GESTÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0	0,00	5	961.862,59	0	0,00	0	0,00	7	162.622,13	106	2.278.010,99	16	443.765,62	165	8.395.673,13
AQUISIÇÃO DE BENS	0	0,00	3	166.408,75	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	25.200,00	4	193.965,11	9	806.509,27
TOTAL	0	0,00	11	4.944.341,03	0	0,00	0	0,00	7	162.622,13	109	2.477.210,99	28	3.557.921,81	191	18.242.385,09

8.3.4. Transferências concedidas:

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – DESPESA – 1 DE JANEIRO A 14 DE OUTUBRO DE 2009


Disposições Legais	Transferências Orçamentadas	Transferências Autorizadas	Transferências Efectuadas	Transferências Autorizadas e não Efectuadas	Observações
	(1)	(2)	(3)	(4) (5=(3-4))	(6)
ASSOCIAÇÃO DOS EX-DEPUTADOS	56.731,00	44.731,00	44.731,00	–	–
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	5303,59	5303,59	–	5303,59	–
ESTATUTO DO GRUPO DESPORTIVO PARLAMENTAR	16.000,00	16.000,00	16.000,00	–	–
INML - CONSELHO FISC. BD PERFIS ADN	45.109,78	45.109,78	–	45.109,78	–
LEI ORGÂNICA DA CADA	786.000,00	571.040,00	571.040,00	–	–
LEI ORGÂNICA DA CNE	1.084.000,00	900.784,00	900.784,00	–	–
LEI ORGÂNICA DA CNPD	1.320.190,00	1.052.690,00	1.052.690,00	–	–
LEI ORGÂNICA DA ERC	2.448.107,00	1.898.844,00	1.898.844,00	–	–
LEI ORGÂNICA DA PROVIDORIA	5.000.722,00	4.040.611,66	4.040.611,66	–	–
TOTAL	10.762.163,37	8.575.114,03	8.524.700,66	50.413,37	–

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – DESPESA – 15 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Disposições Legais	Transferências Orçamentadas	Transferências Autorizadas	Transferências Efectuadas	Transferências Autorizadas e não Efectuadas	Observações
	(1)	(2)	(3)	(4) (5=(3-4))	(6)
ASSOCIAÇÃO DOS EX-DEPUTADOS	12.000,00	12.000,00	12.000,00	–	–
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	5303,59	–	–	–	–
ESTATUTO DO GRUPO DESPORTIVO PARLAMENTAR	35.830,00	35.830,00	35.830,00	–	–
INML - CONSELHO FISC. BD PERFIS ADN	45.109,78	45.109,78	45.109,78	–	–
LEI ORGÂNICA DA CADA	214.960,00	214.960,00	214.960,00	–	–
LEI ORGÂNICA DA CNE	183.216,00	149.030,00	149.030,00	–	–
LEI ORGÂNICA DA CNECV	31.826,55	31.826,55	31.826,55	–	–
LEI ORGÂNICA DA CNPD	267.500,00	267.500,00	267.500,00	–	–
LEI ORGÂNICA DA ERC	549.263,00	376.054,00	376.054,00	–	–
LEI ORGÂNICA DA PROVIDORIA	960.110,34	808.122,34	808.122,34	–	–
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - CNE	587.771,00	544.000,00	544.000,00	–	–
TOTAL	2.892.890,26	2.484.432,67	2.484.432,67	–	–

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – DESPESA – 1 DE JANEIRO A 14 DE OUTUBRO DE 2009

Disposições Legais	Transferências Orçamentadas (1)	Transferências Autorizadas (2)	Transferências Efectuadas (3)	Transferências Autorizadas e não Efectuadas (4) (5=(3-4))	Observações (6)
LEI ORGÂNICA DA CADA	58.259,00	2600,00	2600,00		
LEI ORGÂNICA DA CNE	31.000,00	22.449,96	22.449,96	-	-
LEI ORGÂNICA DA CNPD	14.790,00	9100,00	9100,00	-	-
LEI ORGÂNICA DA ERC	-	-	-	-	-
LEI ORGÂNICA DA PROVEDORIA	210.000,00	207.500,00	207.500,00	-	-
TOTAL	314.049,00	241.649,96	241.649,96	-	-



PARECER DO TRIBUNAL
DE CONTAS SOBRE
A CONTA DA ASSEMBLEIA
DA REPÚBLICA
ANO ECONÓMICO DE 2009

PROCº Nº 27/10 – AUDIT



PARECER

SOBRE A CONTA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

ANO ECONÓMICO DE 2009

Tribunal de Contas
Lisboa, 2010



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
Objectivos e âmbito.....	3
Metodologia	3
Identificação dos responsáveis	3
Exercício do contraditório.....	4
ENQUADRAMENTO.....	5
Enquadramento legal e estrutura orgânica	5
Órgãos independentes.....	5
Apoio aos partidos, grupos parlamentares e comissões parlamentares	7
Processo orçamental	7
Alteração dos critérios contabilísticos.....	8
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	11
Execução orçamental	11
Situação económico-financeira	15
Indicadores	16
OBSERVAÇÕES.....	17
Operações extra-orçamentais.....	17
Sistemas de gestão e de controlo	18
Legalidade e regularidade das operações subjacentes.....	19
Fiabilidade das contas.....	20
DEMONSTRAÇÃO NUMÉRICA (artigo 53.º, n.º 2 da LOPTC).....	20
CONCLUSÕES	21
DESTINATÁRIOS, PUBLICIDADE E EMOLUMENTOS.....	22
Destinatários.....	22
Publicidade	22
Emolumentos.....	22
ANEXOS	
Anexo I – Relação Nominal dos Responsáveis	
Anexo II – Balanço a 31 de Dezembro de 2009	
Anexo III – Demonstração de Resultados de 2009	
Anexo IV – Anexo às Demonstrações Financeiras de 2009	
Anexo V – Resposta Remetida em Sede de Contraditório	



INTRODUÇÃO

Objectivos e âmbito

1. A auditoria à conta da AR – Assembleia da República (e documentação anexa), relativa a 2009, consta do Programa de Fiscalização para 2010, aprovado pelo TC – Tribunal de Contas e teve por objectivo verificar a contabilização adequada das receitas e das despesas, bem como a respectiva regularidade e legalidade, a fim de suportar a emissão do Parecer cometido ao TC nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto (LOPTC – Lei de Organização e Processo do TC), com as alterações subsequentes, a última das quais pela Lei n.º 48/2006, de 29 de Agosto, que a republicou.

Metodologia

2. Os trabalhos foram executados em conformidade com os critérios, técnicas e metodologias de auditoria acolhidos pelo TC, tendo em conta o disposto no Regulamento da sua 2.ª Secção e no seu Manual de Auditoria e de Procedimentos e as metodologias geralmente aceites pelas organizações internacionais de controlo financeiro, como é o caso da INTOSAI – *International Organization of Supreme Audit Institutions*.
3. Para a realização da auditoria procedeu-se, numa primeira fase, à actualização do “dossiê permanente” da AR existente nos serviços do TC e à análise e revisão analítica da conta de gerência e demais documentos de prestação de contas que a apoiam. A segunda fase consubstanciou-se na revisão dos sistemas de gestão administrativa e de controlo interno e teve em conta os resultados de auditorias anteriores. Dada a natureza da instituição bem como a das transacções e dos valores em exame e atendendo a que a gestão administrativa está largamente informatizada, assumiu-se que o risco inerente é baixo¹.

Concluiu-se, à semelhança do que ocorreu em anos anteriores, que o sistema de controlo interno é adequado e assumiu-se que o risco de controlo é médio.

O exame dos registos contabilísticos e da documentação comprovativa das receitas e das despesas foi efectuado numa base de amostragem, com um risco de 5% e um limiar de materialidade de 1%. As transacções examinadas relativas às receitas representam² a quase totalidade do seu valor no exercício (99%). Quanto às despesas, foi examinada uma amostra aleatória representativa³, seleccionada pelo método MUS – *Monetary Unit Sampling* (que envolveu despesa no montante de 18 M€ – milhões de euros, correspondendo a 16% da despesa anual), e, também, uma amostra de bens em inventário⁴.

Identificação dos responsáveis

4. De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 59.º da Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho (LOFAR – Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República), é da competência do CA – Conselho de Administração elaborar a conta da

¹ Numa escala de “baixo”, “médio” e “alto”.

² Em virtude do seu reduzido número.

³ Correspondente a 92 transacções na gerência.

⁴ 30 bens inventariáveis, adquiridos em 2009, no montante de 0,4 M€.



AR, a aprovar pelo Plenário nos termos do n.º 2 do mesmo artigo. Em virtude de, a 15 de Outubro de 2009, se ter iniciado uma nova Legislatura [a XI], foram prestadas contas em conformidade com o estabelecido no n.º 3 do citado artigo, tendo o CA apresentado uma conta de gerência relativa ao período de 1 de Janeiro a 14 de Outubro e, outra, relativa ao período de 15 de Outubro a 31 de Dezembro de 2009. Porém, não tendo ocorrido a circunstância prevista no n.º 2 do artigo 52.º da LOPTC – substituição da totalidade dos responsáveis – elaborou-se apenas um Relatório indicando-se, sempre que pertinente, o período a que respeitam as observações de auditoria formuladas. Os membros do CA, responsáveis em cada um dos referidos períodos, constam do Anexo I.

Exercício do contraditório

5. No sentido de dar cumprimento ao disposto na LOPTC, nomeadamente aos seus artigos 13.º e 87.º, n.º 3, o Juiz Relator do processo enviou um Relato com os resultados da auditoria a todos os membros do CA de 2009 para que, querendo, se pronunciassem sobre o correspondente conteúdo e conclusões.

Os membros do CA deliberaram, por unanimidade, subscrever as observações que, em sede de contraditório, lhes suscitou o Relato, tendo o TC decidido publicar, em anexo a este Parecer, a versão integral da resposta recebida e dar-lhe idêntica publicidade.



ENQUADRAMENTO

Enquadramento legal e estrutura orgânica

6. Nos termos da Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho (LOFAR), a AR, que tem um regime privativo no quadro das competências internas que lhe são dadas em sede constitucional [artigo 175.º da Constituição da República Portuguesa], é dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira, e património próprio e de serviços hierarquizados, denominados SAR – Serviços da Assembleia da República e unicamente dela dependentes. A LOFAR regula, no seu capítulo VIII, o processo, a execução e a fiscalização orçamental da AR, sendo, no capítulo IX, explicitamente afastada a aplicação do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho (artigo 62.º, n.º 2).
7. São órgãos da administração da AR, o Presidente da AR e o CA cujas competências constam, respectivamente, dos artigos 6.º e 15.º do diploma supra mencionado. Ao Plenário da AR compete apreciar, discutir e votar o orçamento anual e os orçamentos suplementares e o relatório e contas de gerência, acompanhados do parecer do TC.
8. Os SAR têm por finalidade prestar assessoria técnica e administrativa aos órgãos da AR e aos Deputados, devendo garantir, nomeadamente, o suporte técnico e administrativo no domínio das actividades de secretariado e apoio directo ao Plenário, às comissões e aos órgãos que funcionem junto da AR ou na sua dependência, assim como a gestão dos recursos financeiros, materiais e humanos, como estabelece o artigo 20.º da LOFAR. Para levar a efeito a sua missão, a AR dispõe de órgãos, serviços e unidades orgânicas como consta do organograma inserido no Anexo IV.

Órgãos independentes

9. Junto da AR, mas fora da estrutura orgânica referida, funcionam órgãos independentes que gozam de autonomia administrativa, salvo quando, por lei própria, lhes seja atribuída também autonomia financeira, e cujas despesas de funcionamento⁵ são cobertas por verbas inscritas em capítulo autónomo do orçamento da AR, em conformidade com o disposto na Lei n.º 59/90, de 21 de Novembro [relativa à autonomia administrativa dos órgãos independentes que funcionam junto da AR].
10. Assim, em 2009, encontravam-se a funcionar, junto da AR, os seguintes órgãos independentes com autonomia financeira atribuída por lei própria:
 - ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social⁶;
 - PdJ – Provedoria de Justiça⁷.

⁵ São incluídos nas despesas com o seu funcionamento, e suportados pelos respectivos órgãos, os encargos com o pessoal ao seu serviço, ainda que pertencente aos quadros da AR.

⁶ A ERC é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, com natureza de entidade administrativa independente, exercendo os poderes de regulação e de supervisão. As receitas e despesas da ERC constam de orçamento anual, constituindo receita do OE - Orçamento de Estado aquela que constar do OAR – Orçamento da AR, em rubrica autónoma discriminada nos mapas de receitas e de despesas globais dos serviços e fundos autónomos, por classificação orgânica (cfr. artigos 1.º e 48.º dos Estatutos anexos à Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro)



11. Na mesma data, encontravam-se a funcionar junto da AR os seguintes órgãos independentes com autonomia administrativa:
- CNE – Comissão Nacional de Eleições⁸;
 - CNPD – Comissão Nacional de Protecção de Dados⁹;
 - CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos¹⁰;
 - CNECV – Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida¹¹.
12. Para além daqueles órgãos independentes, em 2009 também funcionavam no âmbito da AR outros órgãos aos quais esta assegurou o apoio logístico e financeiro necessário ao seu funcionamento. Estavam nestas condições os órgãos seguintes:
- CFSIRP – Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa¹²;
 - CAJP – Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz¹³;
 - CNPMA – Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida¹⁴;
 - CFbdADN – Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN¹⁵.

⁷ A PdJ é dotada de autonomia administrativa e financeira e a sua dotação orçamental consta de verba inscrita no OAR. A PdJ funciona em instalações próprias e dispõe de um quadro de pessoal próprio (cfr. artigos 40.º, 41.º e 43.º da Lei n.º 9/91, de 9 de Abril).

⁸ A CNE é um órgão independente e funciona junto da AR, sendo os encargos com o seu funcionamento cobertos pela dotação orçamental atribuída à AR, à qual a CNE pode requisitar as instalações e o apoio técnico e administrativo de que necessita para o seu funcionamento (cfr. artigos 1.º e 9.º da Lei n.º 71/78, de 27 de Dezembro).

⁹ A CNPD é uma entidade administrativa independente, com poderes de autoridade, que funciona junto da AR (cfr. artigo 21.º da Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro). A CNPD goza de autonomia administrativa, dotada de serviços de apoio próprios e o quadro de pessoal, bem como o conteúdo funcional das respectivas carreiras, é fixado em resolução da AR. As suas receitas e despesas constam de orçamento anual, dispondo, entre outras, das receitas que lhe forem atribuídas no OAR (cfr. artigos 20.º, 22.º e 30.º da Lei n.º 43/2004, de 18 de Agosto).

¹⁰ A CADA é uma entidade administrativa independente, que funciona junto da AR e dispõe de orçamento anual, cuja dotação é inscrita no OAR. Dispõe de serviços próprios de apoio técnico e administrativo, cujo regulamento e mapa de pessoal são aprovados por resolução da AR (cfr. artigos 25.º e 32.º da Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto).

¹¹ O CNECV é um órgão consultivo independente que funciona junto da AR, dotado de autonomia administrativa. O apoio administrativo, logístico e financeiro necessário ao funcionamento do CNECV, bem como a sua instalação, são assegurados pelas verbas inscritas no seu orçamento anual, o qual consta do orçamento da AR, podendo ser dotado de serviços de apoio próprios, nos termos a fixar por resolução da AR. O OAR de 2009 é reforçado pelas verbas necessárias à sustentabilidade financeira e logística do CNECV (cfr. artigos 7.º, 8.º e 10.º da Lei n.º 24/2009, de 29 de Maio).

¹² O CFSIRP funciona junto à AR, que lhe assegura os meios indispensáveis ao cumprimento das suas atribuições e competências, designadamente instalações condignas, pessoal de secretariado e apoio logístico suficientes, e inscreverá no seu orçamento a dotação financeira necessária, de forma a garantir a independência do funcionamento do referido Conselho, baseando-se em proposta por este apresentada (cfr. artigo 9.º da Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de Novembro que republica a Lei n.º 30/84, de 5 de Setembro)

¹³ O Conselho de acompanhamento da criação e instalação dos Julgados de Paz funciona na dependência da AR, com mandato de legislatura (cfr. artigo 65.º da Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho).

¹⁴ O CNPMA funciona no âmbito da AR, que assegura os encargos com o seu funcionamento e o apoio técnico e administrativo necessários (cfr. artigo 32 da Lei n.º 32/2006, de 26 de Julho).

¹⁵ O CFbdPADN é uma entidade administrativa independente, com poderes de autoridade, respondendo apenas perante a AR. Tem sede em Coimbra, sendo os meios humanos, administrativos, técnicos e logísticos para o funcionamento do mesmo facultados pelo INML – Instituto Nacional de Medicina Legal, mediante transferência de verbas da AR para este último (cfr. artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 5/2008, de 12 de Fevereiro).



Apoio aos partidos, grupos parlamentares e comissões parlamentares

13. Por força do disposto na Lei n.º 19/2003, de 20 de Junho (Financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais), conjugado com o estabelecido no artigo 47.º da LOFAR, o OAR – Orçamento da AR comporta dotações especiais destinadas a “Subvenções aos partidos e grupos parlamentares”. Na verdade, as subvenções públicas constituem uma das fontes de financiamento dos partidos políticos, estabelecendo aquela Lei os seguintes recursos de financiamento público para a realização dos fins próprios dos partidos:
- subvenções para financiamento dos partidos políticos;
 - subvenções para as campanhas eleitorais;
 - outras legalmente previstas.
14. Quanto às “Subvenções públicas para financiamento dos partidos políticos”, prevê o artigo 5.º da Lei n.º 19/2003 que a cada partido que haja concorrido a acto eleitoral e que obtenha representação na AR¹⁶ seja concedida uma subvenção anual, desde que a requeira ao Presidente da AR, que consiste numa quantia em dinheiro, paga em duodécimos, por conta de dotações especiais para esse efeito inscritas no OAR.
15. No que respeita às “Subvenções públicas para as campanhas eleitorais”, o artigo 17.º da mesma Lei estabelece que os partidos que apresentem candidaturas às eleições para a AR, para o Parlamento Europeu, para as Assembleias Legislativas Regionais e para as Autarquias Locais, bem como os grupos de cidadãos eleitores dos órgãos das Autarquias Locais e os candidatos às eleições para Presidente da República, têm direito a uma subvenção estatal para cobertura das despesas das campanhas eleitorais. Esta subvenção é solicitada ao Presidente da AR nos 15 dias posteriores à declaração oficial dos resultados eleitorais.
16. Os Deputados eleitos por cada partido podem constituir-se em GP - Grupos Parlamentares e dispor de gabinetes constituídos por pessoal de sua livre escolha e nomeação nos termos do artigo 46.º da LOFAR. No início de cada legislatura, os GP indicam aos SAR os respectivos quadros de pessoal, não podendo as despesas com as remunerações ultrapassar os limites indicados no citado artigo, sendo a gestão das verbas atribuídas para suportar tais encargos da estrita responsabilidade de cada GP. Acresce que, nos termos do artigo 47.º da LOFAR, a cada GP é atribuída, anualmente, uma subvenção para encargos de assessoria aos Deputados e outras despesas de funcionamento, paga em duodécimos, por conta de dotações especiais inscritas do OAR.
17. O apoio às comissões parlamentares (especializadas permanentes ou com carácter eventual) consiste, segundo o artigo 48.º da LOFAR, em pessoal técnico e de secretariado, oriundo dos SAR ou requisitado ao sector público ou privado, e, ainda, no suporte financeiro, pelo OAR, à realização de estudos e pareceres.

Processo orçamental

18. De acordo com os n.º 1 e 2 do artigo 51.º da LOFAR, constituem receitas da AR: as dotações inscritas no OE - Orçamento do Estado; os saldos de anos findos; o produto das

¹⁶ A subvenção é também concedida aos partidos que, tendo concorrido à eleição para a AR e não tendo conseguido representação parlamentar, obtenham um número de votos superior a 50.000.



edições e publicações; os direitos de autor; os resultados da aplicação de fundos; as demais receitas que lhe forem atribuídas por lei, resolução da AR, contrato, sucessão ou doação. Os saldos positivos apurados no fim de cada ano económico são transferidos automaticamente para a gerência do ano seguinte e distribuídos pelas rubricas que se mostre necessário reforçar.

19. A AR tem um regime financeiro privativo regido pela LOFAR, nos termos da qual o OAR é aprovado pelo Plenário previamente à aprovação do OE, que o acolhe, sendo a sua execução feita através dos SAR, nos termos estabelecidos pelos artigos 1.º, 50.º e 55.º da LOFAR. Nos termos dos artigos 50.º e 56.º da LOFAR, as requisições de fundos, que não estão sujeitos a cativação, são efectuadas pelos SAR aos serviços competentes do Ministério das Finanças, que posteriormente efectuam as transferências de verbas para os órgãos autónomos.
20. Ora, como antes se ilustrou, o OAR comporta, desde logo, um conjunto de verbas destinadas ao cumprimento de obrigações a que legalmente a AR está vinculada, como é o caso das dotações destinadas aos órgãos independentes e ao apoio aos partidos, aos grupos e comissões parlamentares, que têm um peso assinalável no OAR. No caso particular do ano de 2009, o OAR inicial, aprovado pela Resolução da AR n.º 61/2008, de 17 de Outubro, foi marcado pelas obrigações legais decorrentes das “Subvenções públicas para as campanhas eleitorais”, relativas aos três actos eleitorais que se realizaram nesse ano.
21. O OAR inicial foi objecto de duas alterações orçamentais aprovadas pelas Resoluções da AR n.º 33/2009 e n.º 50/2009, de 6 de Maio e de 3 de Julho, respectivamente¹⁷. Essas alterações resultaram, no caso da primeira, em grande parte, da integração de saldos da gerência anterior e, no caso da segunda, da necessidade de inscrever verbas com vista à sustentabilidade financeira e logística do CNECV e a assegurar os encargos do CFbdADN, ambos criados nesse ano.

Alteração dos critérios contabilísticos

22. O impacto que as subvenções públicas e as transferências para os órgãos independentes têm no OAR, chegando a absorver mais de 50% das dotações, e o facto de decorrerem de enquadramentos legais específicos, cabendo à AR o papel exclusivo de entidade retransmissora daquelas verbas, motivaram a revisão dos critérios de contabilização a que os SAR têm vindo a proceder, como referido no Parecer sobre as contas de 2008, proferido pelo TC em 16 de Dezembro de 2009.
23. A revisão de critérios consistiu, na contabilidade orçamental, em classificar e registar tais operações como “Operações extra-orçamentais”. Em 2008, no entanto, apenas se distinguiu um registo autónomo em “Operações extra-orçamentais” respeitante a “Subvenções públicas para as campanhas eleitorais”, de 2005 a 2007, no montante de

¹⁷ O OAR inicial foi publicado no DR, I Série, n.º 212, de 31 de Outubro de 2008, e os orçamentos suplementares nos DR n.ºs 87 e 123, de 6 de Maio e de 15 de Julho de 2009, respectivamente. Nos termos do artigo 50.º, os orçamentos suplementares estão limitados a três. Ocorreram ainda seis alterações orçamentais, visando reajustar e enquadrar situações pontuais que, contudo, não influenciaram a despesa global e que foram aprovadas pelo CA, como é o caso da transferência para a CNE, no montante de 0,7 M€, com o objectivo de esta entidade proceder ao esclarecimento cívico no âmbito dos três actos eleitorais de 2009.



14,7 M€, tendo o TC reservado para o Parecer da conta de 2009 a apreciação a essa alteração de decisão.

24. Note-se que de harmonia com o Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, relativo ao regime jurídico dos códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas, o agrupamento “Operações extra-orçamentais” engloba as operações com expressão na tesouraria do Estado mas que não são consideradas receita e/ou despesa orçamental¹⁸. Não é, manifestamente, o caso das operações em causa. Portanto, tal classificação é inadequada por não evidenciar verbas orçamentais sujeitas à apreciação e ao controlo da execução orçamental, designadamente ao nível da Conta Geral do Estado.
25. Quando, em Dezembro de 2009, o Parecer do TC sobre as contas de 2008 aborda a temática da “Operações extra-orçamentais”, já a revisão alcançara a sua plenitude abrangendo todas as operações de 2009 relacionadas com as subvenções públicas e com as transferências para os órgãos independentes.
26. De imediato, em 2010, os SAR tomaram a iniciativa de rever alguns dos critérios, que importa, desde já, referir, por constituírem acontecimentos de relevo supervenientes na transparência, clareza e rigor da prestação de contas e, conseqüentemente, na sua apreciação.
27. Na verdade, através da 1.ª alteração ao orçamento de 2010, aprovada pela Resolução da AR n.º 59, de 18 de Junho de 2010¹⁹, os SAR procederam à reorganização da classificação económica do OAR, assim como à reclassificação das operações contabilísticas geradas desde 1 de Janeiro de 2010, no que respeita às subvenções públicas e às transferências para os órgãos independentes com autonomia administrativa e financeira (ERC e PdJ). Estas operações passaram a ser, genericamente, registadas em “Subvenções”, “Transferências correntes”, “Transferências de capital” e “Outras despesas”, em estrita observância do “Classificador Económico de Receitas e de Despesas da Assembleia da República” harmonizado com o classificador em vigor aplicável aos organismos que integram a Administração do Estado²⁰.
28. No que respeita às transferências para os órgãos independentes com mera autonomia administrativa (CNE, CNPD, CADA e CNECV), manteve-se, ainda, em 2010, a sua inserção no agrupamento “Operações extra-orçamentais”. Mas, os SAR adiantam²¹ que, nos termos já consensualizados com a DGO – Direcção-Geral do Orçamento, a solução passará pela inscrição orçamental de cada um destes órgãos a nível da divisão no mesmo capítulo da transferência da AR e a instalação de um SIC para cada serviço, através do qual este requisita autonomamente as dotações atribuídas em sede de OE.
29. Por seu turno, na contabilidade patrimonial, as subvenções estatais e as transferências para os órgãos independentes foram registadas, já em 2008, em contas de Terceiros (“Outros credores”), deixando de o ser em Proveitos e Custos. Refira-se que o TC, no

¹⁸ Classificadas com os códigos de classificação económica 17.00.00 e 12.00.00 de receita e de despesa, respectivamente.

¹⁹ Publicada no DR, I Série, n.º 125, de 30 de Junho de 2010.

²⁰ 04.00.00 – “Transferências correntes”, 05.00.00 – “Subvenções”, 06.00.00 – “Outras despesas correntes”, 08.00.00 – “Transferências de capital” e 11.00.00 – “Outras despesas de capital” (cfr. Nota de 22 de Junho de 2010 dos SAR).

²¹ Cfr. Nota de 22 de Junho de 2010 dos SAR.



âmbito do Parecer sobre as contas de 2008, considerou necessário que, em Anexo às Demonstrações Financeiras, sejam discriminadas as entidades e os montantes correspondentes inscritos na conta de “Outros Credores”, o que se verificou nas contas de 2009.

30. Acresce referir que o processo de revisão de critérios contabilísticos não incluiu as subvenções atribuídas aos GP para encargos de assessoria aos Deputados e outras despesas de funcionamento, nem as dotações para outros órgãos que funcionam no âmbito da AR, nem as dotações para apoio às comissões parlamentares (cfr. pontos 12, 16 e 17), as quais continuam a estar inscritas, respectivamente, nas rubricas “Subvenções a instituições sem fins lucrativos”, “Transferências correntes – entidades não financeiras” e nas rubricas de funcionamento da AR, de acordo com o “Classificador Económico de Receitas e de Despesas da Assembleia da República”.



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Execução orçamental

31. O ano de 2009 foi marcado pela realização de três actos eleitorais: a 7 de Junho, as Eleições para o Parlamento Europeu; a 27 de Setembro, as Eleições para a Assembleia da República; a 11 de Outubro, as Eleições Autárquicas. Estes actos eleitorais tiveram um grande impacto na actividade dos SAR, quer pela necessidade de corresponder às obrigações expressas na lei para o pagamento das “Subvenções públicas para as campanhas eleitorais”, quer pela adaptação decorrente do início da XI Legislatura a 15 de Outubro.
32. As dotações inscritas no OAR para 2009 (orçamento inicial e alterações) atingiram 209 M€, correspondendo a um crescimento de cerca de 55%, face ao OAR para 2008 (135 M€), explicado, quase na totalidade, pelo acréscimo de dotações destinadas a financiar as campanhas eleitorais que se realizaram em 2009. Por outro lado, 56% das dotações foram inscritas no OAR como “Operações Extra-Orçamentais” em virtude de não se destinarem à actividade normal da AR mas a subvenções para as campanhas eleitorais (71 M€²²) e para os partidos políticos (17 M€) e aos orçamentos das “Entidades Autónomas” – designação genérica adoptada no quadro da tipificação das actividades orçamentais onde se incluem os órgãos independentes (13 M€)²³.
33. A receita total alcançou cerca de 207 M€, correspondendo a um grau de execução de 99%. As “Operações Extra-Orçamentais” absorveram praticamente metade (49%) das receitas orçamentais, em especial as subvenções com 42%, ao passo que as “Transferências do OE”, o “Saldo transitado do ano anterior” e as “Receitas Próprias”, destinados à actividade normal da AR, se ficaram pelos 35%, 16% e 0,5%, respectivamente (quadro 1 e gráfico 1).
34. As despesas realizadas não foram além de 113 M€, correspondendo a um grau de execução de apenas 54% (quadro 2), explicado pela baixa execução registada, sobretudo, nas “Operações Extra-Orçamentais” (36%) e nas “Despesas de capital” (45%). Na verdade, por um lado, o pagamento das subvenções para as campanhas eleitorais autárquicas apenas é efectuado após publicação dos resultados eleitorais em Diário da República, o que só ocorreu no final do 1º trimestre de 2010 e, por outro lado, a maioria dos encargos com a obra da sala das sessões, concluída no ano de 2009, registou-se ainda em 2008.
35. Na estrutura da despesa, as “Remunerações, Abonos e Segurança Social” têm um peso preponderante de 41%, seguindo-se-lhe as “Operações Extra-Orçamentais” que representam 37%. Por seu turno, o peso das “Despesas de capital” é diminuto, não ultrapassando uns meros 5% (quadro 2 e gráfico 2).

²² Inclui 14 M€ respeitante ao saldo das campanhas autárquicas de 2005, entregue ao Tesouro em 2010 (autorização de pagamento n.º 1899 de 26 de Março de 2010). O deferimento ocorrido nesta regularização está relacionado com o trânsito em julgado do acórdão proferido pelo Tribunal Constitucional, atenta a sua competência em matéria de apreciação da regularidade e da legalidade das contas das campanhas eleitorais.

²³ As “Operações Extra-Orçamentais” incluem, ainda, em “Outras”, 16 M€ relativos a saldos de anos anteriores de “Subvenções estatais para as campanhas eleitorais” e a saldos cativos da PdJ a entregar ao Estado.



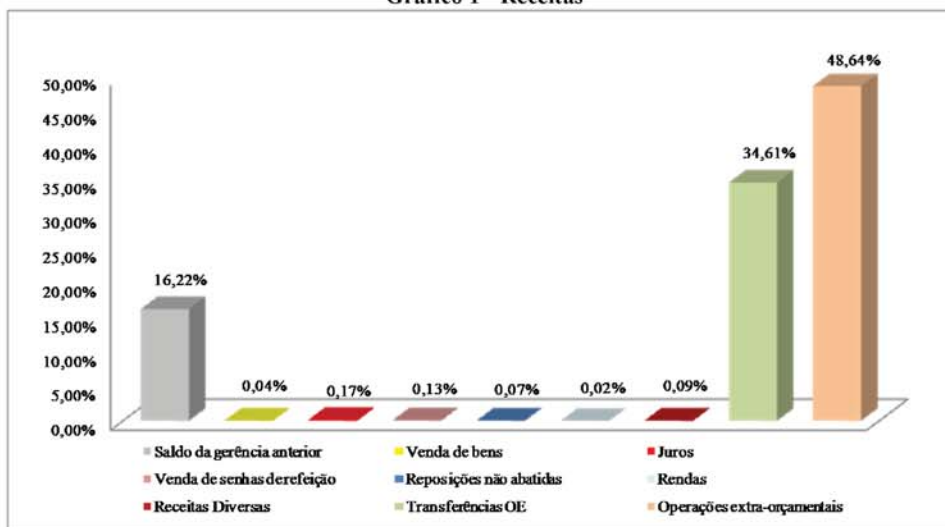
QUADRO 1 - Execução das Receitas Orçamentais

Unid.: Euros

Receitas	Orçamentado	Realizado (1)	Execução %	Estrutura Receita %	Estrutura R.P. %
RECEITA PRÓPRIA E SALDO TRANSITADO	19.668.209	34.656.628	176,2	16,75	100,00
Saldo transitado do ano anterior	17.218.559	33.565.241	194,9	16,22	96,85
Venda de bens	54.000	92.345	171,0	0,04	0,27
Juros	1.650.000	359.766	21,8	0,17	1,04
Venda de senhas de refeição	294.000	263.628	89,7	0,13	0,76
Reposições não abatidas nos pagamentos	350.000	144.446	41,3	0,07	0,42
Rendas	60.000	48.395	80,7	0,02	0,14
Receitas diversas	41.650	182.808	438,9	0,09	0,53
TRANSFERÊNCIAS DO OE	71.601.726	71.601.726	100,0	34,61	-
OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS	117.290.371	100.648.219	85,8	48,64	-
<i>Outras operações de tesouraria não especificadas</i>					
Entidades Autónomas	13.457.934	(2) 12.877.428	95,7	6,22	-
Subvenções	87.794.703	(3) 87.744.666	99,9	42,41	-
Outras	16.037.734	26.126	0,2	0,01	-
TOTAL DA RECEITA	208.560.306	206.906.573	99,2	100,00	-

Fonte: OAR, Mapa do controlo orçamental da receita e conta de gerência da AR.
 (1) Somatório dos valores da 1.ª e da 2.ª gerência; (2) ERC, Pdj – 8M€; CNE, CNPD, CADA e CNECV – 5M€; (3) Partidos políticos – 17 M€; Campanhas eleitorais 71 M€.

Gráfico 1 - Receitas





QUADRO 2 - Execução das Despesas Orçamentais, por Classificação Económica

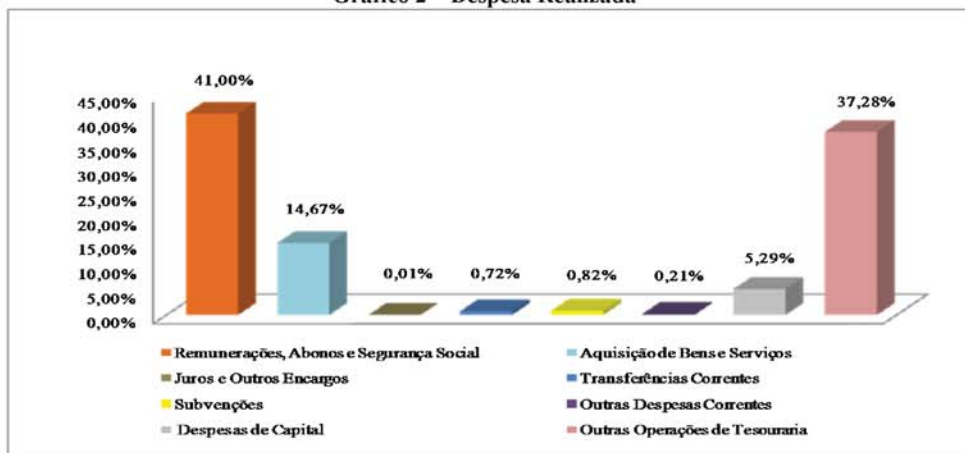
Unid.: Euros

Despesa	Orçamentado	Realizado (1)	Execução Financeira %	Estrutura %
DESPESAS CORRENTES	78.058.706	64.877.546	83,1	57,43
Remunerações, Abonos e Segurança Social	48.932.995	46.318.403	94,7	41,00
Remun. Certas e permanentes	38.299.396	37.111.074	96,9	32,85
Abonos variáveis ou eventuais	4.610.998	3.747.142	81,3	3,32
Segurança Social	6.022.601	5.460.188	90,7	4,83
Aquisição de Bens e Serviços	25.510.658	16.578.413	65,0	14,67
Aquisição de bens	3.593.350	1.974.849	55,0	1,75
Aquisições de serviços	21.917.308	14.603.564	66,6	12,93
Juros e Outros Encargos	8.000	7.819	97,7	0,01
Outros encargos financeiros	8.000	7.819	97,7	0,01
Transferências Correntes	822.364	809.120	126,1	0,72
Entidades não financeiras	815.091	807.150	99,0	0,71
Resto do Mundo	7.274	1.970	27,1	0,00
Subvenções	931.302	929.590	99,8	0,82
Subvenções a Instituições s/ fins lucrativos	931.302	929.590	99,8	0,82
Outras Despesas Correntes	1.853.386	234.201	12,6	0,21
Dotação Provisional	1.225.634			
Diversas	627.753	234.201	37,3	0,21
DESPESAS DE CAPITAL	13.211.229	5.981.307	45,3	5,29
Aquisição de Bens de Capital	13.211.229	5.981.307	45,3	5,29
Investimentos	7.627.799	2.281.451	29,9	2,02
Bens do Domínio Público	5.583.430	3.699.857	66,3	3,27
Sub-total (Correntes+Capital)	91.269.935	70.858.853	77,6	62,72
OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS	117.290.371	42.118.092	35,9	37,28
Outras operações de tesouraria não especificadas				
Entidades Autónomas	13.457.934	(2) 13.092.251	97,3	11,59
Subvenções	103.690.471	(3) 28.883.875	27,9	25,57
Outras	141.966	141.966	100,0	0,13
TOTAL DA DESPESA	208.560.307	112.976.945	54,2	100,00

Fontes: Mapa do Controlo Orçamental da despesa, conta de gerência da AR

(1) Somatório dos valores da 1.ª e da 2.ª gerência; (2) ERC, PdJ -8ME; CNE, CNPD, CADA e CNECV -5 ME; (3) Partidos políticos - 17 ME; Campanhas eleitorais - 12 ME.

Gráfico 2 – Despesa Realizada





36. Relativamente ao ano anterior, constata-se que as receitas registaram um acréscimo de 53%, influenciado, sobretudo, pelas “Operações extra-orçamentais” (quadro 3). Na generalidade, as receitas próprias da AR apresentaram variações negativas, justificadas pela interrupção dos trabalhos parlamentares em 2009, devido à realização dos actos eleitorais. Apenas apresentam variações positivas a “Venda de senhas de refeição” (3%) e o “Saldo da gerência anterior” (0,5%). Realce-se que os “Juros” registaram um decréscimo de 80% em resultado, quer da diminuição da taxa de juro passiva dos bancos comerciais, quer da aplicação de excedentes no IGCP – Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P..

QUADRO 3 - Evolução das Receitas

Unid.: Euros

Receitas	2008	2009	Varição %
RECEITA PRÓPRIA E SALDO TRANSITADO	36.519.191	34.656.628	-5,1
Saldo transitado da gerência anterior	33.388.730	33.565.241	0,5
Venda de bens	110.329	92.345	-16,3
Juros	1.799.143	359.766	-80,0
Venda de senhas de refeição	255.481	263.628	3,2
Reposições não abatidas nos pagamentos	356.940	144.446	-59,5
Rendas	48.629	48.395	-0,5
Receitas diversas	559.938	182.808	-67,4
TRANSFERÊNCIAS DO OE	97.711.966	71.601.726	-26,7
OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS	1.059.519	100.648.219	9.399,4
<i>Outras operações de tesouraria não especificadas</i>			
Entidades Autónomas	1.059.519	12.877.428	-
Subvenções	-	87.744.666	-
Outras	-	26.126	-
TOTAL DA RECEITA	135.290.676	206.906.573	52,9

Fonte: Conta de gerência da AR

37. Do lado da despesa, assinala-se, em geral, o acréscimo de 11% relativamente ao ano anterior, da responsabilidade das “Operações extra-orçamentais” (quadro 4). Em particular, sublinha-se o acentuado decréscimo, acima de 90%, das “Subvenções” e das “Transferências correntes”, compensado pelo correspondente crescimento das “Operações extra-orçamentais”, evidenciando a revisão de critérios contabilísticos ao nível das subvenções públicas e das transferências para as entidades autónomas a que os SAR procederam em 2009²⁴.

²⁴ Os montantes residuais que permaneceram em “Subvenções” e em “Transferências correntes” respeitam a subvenções para encargos de assessoria aos Deputados e outras despesas de funcionamento no montante de 0,9 M€ e a transferências no montante de 0,8 M€ para a CNE (no âmbito do esclarecimento cívico), CFSIRP, CAJP, CNPMA e CFbdADN.



QUADRO 4 - Evolução da Despesa

Unid.: Euros

Despesa	2008	2009	Variação %
DESPESAS CORRENTES	91.243.987	64.877.546	-28,9
Remunerações, Abonos e Segurança Social	45.739.425	46.318.403	1,3
Aquisição de Bens e Serviços	16.112.502	16.578.413	2,9
Juros e Outros Encargos	8.743	7.819	-10,6
Transferências Correntes	10.653.585	809.120	-92,4
Subvenções	18.194.899	929.590	-94,9
Outras Despesas Correntes	534.833	234.201	-56,2
DESPESAS DE CAPITAL	10.469.504	5.981.307	-42,9
Aquisição de bens de capital	9.262.935	5.981.307	-35,4
Transferências de Capital	1.206.569	-	-
OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS	-	42.118.092	-
<i>Outras operações de tesouraria não especificadas</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
Entidades Autónomas		13.092.251	
Subvenções		28.883.875	
Outras		141.966	
TOTAL DA DESPESA	101.713.491	112.976.945	11,1

Fonte: Conta de gerência da AR.

Situação económico-financeira

38. Da análise do Balanço a 31 de Dezembro de 2009 (Anexo II) destaca-se que:
- do total do activo líquido, no montante de 140,4 M€, cerca de 31% respeitam ao activo fixo (43,6 M€), composto por “imobilizado” que integra “bens do domínio público” e “imobilizações corpóreas” e 67% a disponibilidades no total de 94,4 M€²⁵;
 - no que respeita aos Fundos Próprios e ao Passivo, a composição foi a seguinte: os “Fundos Próprios” correspondem a cerca de 64% (56,1 M€)²⁶ e o “Passivo” a 36% (84,3 M€) sendo, designadamente, 77,8 M€ relativos a “dívidas a terceiros - curto prazo”²⁷ e 5,6 M€ a “acréscimos de custos”.

²⁵ Este montante inclui cerca de 52 M€ requisitados pela AR à DGO, em Novembro de 2009, a título das subvenções para as campanhas eleitorais autárquicas.

²⁶ Dos quais 45,7 M€ respeitam a “Património”, 5 M€ a “Resultados transitados” (a variação ocorrida de 2008 (37.189,76€) para 2009 (4.972.207,63€), resulta nomeadamente, de regularizações contabilísticas de facturas anuladas e do acerto do saldo das subvenções para as campanhas eleitorais, de lançamentos contabilísticos relacionados com bens de imobilizado e da transição do RLE de 2008) e 5,4 M€ ao “Resultado líquido do exercício”.

²⁷ Dos quais 75 M€ relativos a “Outros credores” (sendo que 52 M€ respeitam a subvenções estatais das campanhas das eleições autárquicas de Outubro de 2009, cujos resultados foram publicados em 11 de Março de 2010 e cujo pagamento teve início em Abril de 2010) e 2,3 M€ a “Fornecedores – Facturas em recepção e conferência”).



39. Da análise efectuada à Demonstração de Resultados (Anexo III), constata-se que:
- o total dos “Custos e Perdas” atingiu o montante de 67,2 M€, respeitante, sobretudo, a “custos e perdas operacionais” onde sobressaem os “custos com o pessoal” (45,4 M€) e os custos com “fornecimentos e serviços externos” (16,2 M€);
 - o total de “Proveitos e Ganhos” foi de cerca de 72,5 M€, sendo que 71,6 M€ respeitam a “proveitos e ganhos operacionais”, quase totalmente referentes a “transferências e subsídios correntes obtidos”;
 - os “resultados operacionais” atingiram cerca de 5 M€ e os “resultados financeiros” e o “resultado líquido do exercício” os montantes de 0,3 milhares de euros e 5,4 M€, respectivamente.

Indicadores

40. Os rácios de liquidez (liquidez geral, reduzida e imediata iguais a 1,16, 1,13 e 1,14, respectivamente), embora inferiores aos do ano anterior, são razoáveis, tendo em conta a natureza da actividade da AR e o seu financiamento maioritário por transferências do OE, não sujeitas a cativação.
41. O indicador de autonomia financeira revela que os fundos próprios cobrem em 40% o activo líquido da AR. No que se refere ao indicador da solvabilidade, com 66%, o rácio apresenta-se distorcido no seu significado por estarem incluídas no passivo as subvenções públicas para financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.
42. O fundo maneiio, no montante de 12,5 M€, revela um acréscimo em relação ao ano de 2008.

QUADRO 5 - Indicadores

Indicadores ²⁸	2008	2009
Liquidez		
Liquidez Geral	1,34	1,16
Liquidez Reduzida	1,27	1,14
Liquidez Imediata	1,26	1,13
Financeiros		
Autonomia Financeira	64%	40%
Solvabilidade	177%	66%
Fundo de Maneio	8.239.579,176 €	12.490.455,59 €

Fonte: AR – Relatório da conta de gerência de 2009.

²⁸ Indicadores: *Liquidez Geral = Activo Circulante / Passivo Curto Prazo; Liquidez Reduzida = (Activo Circulante - Existências) / Passivo de Curto Prazo; Liquidez Imediata = Disponibilidades/Passivo Curto Prazo; Autonomia Financeira = Capitais próprios / Activo; Solvabilidade = Capitais próprios/passivo; Fundo Maneio = Capitais permanentes - Activo fixo*



OBSERVAÇÕES

Operações extra-orçamentais

43. Em 2009, o OAR incluiu, no agrupamento “Operações extra-orçamentais”, um montante global de 117 M€, referente às dotações orçamentais destinadas às campanhas eleitorais, aos partidos políticos e aos órgãos independentes que funcionam junto da AR. Com isso, pretendeu a AR separar os fluxos destinados à actividade da AR, *stricto sensu*, daqueles em que é mera intermediária e que representam 56% das dotações orçamentais globais da AR. Sobre esta alteração de classificação orçamental e dado que em 2008 só tinha ocorrido um registo autónomo, o TC reservou a sua apreciação para o presente parecer, em que se teve em conta que o Parecer do TC sobre as contas de 2008, por ter sido emitido em Dezembro de 2009, não teve efeito pleno em 2009 e em 2010 (cfr. pontos 22 a 25).
44. Do montante total de 101 M€ recebido do OE, relativo a “Operações extra-orçamentais”, 88 M€ destinaram-se a subvenções públicas [17 M€ para as campanhas eleitorais e 71 M€ para os partidos políticos] e 13 M€ aos órgãos independentes. Porém, em 2009, apenas foi pago o montante de 42 M€²⁹, essencialmente por o pagamento das subvenções para as campanhas eleitorais autárquicas só ter ocorrido em 2010, após publicação dos resultados eleitorais (cfr. pontos 32 a 42).
45. No entanto, à data da presente auditoria, constatou-se que (cfr. pontos 26 a 30):
- os SAR já tinham reformulado os critérios contabilísticos relativos às subvenções públicas e às transferências para os órgãos independentes com autonomia administrativa e financeira (ERC e PdJ) retornando, em 2010, ao registo à luz do “Classificador Económico de Receitas e de Despesas da Assembleia da República”, sanando, assim, a situação;
 - no que respeita às transferências para os órgãos independentes com mera autonomia administrativa (CNE, CNPD, CADA e CNECV) mantém-se, ainda, em 2010, a sua inserção no agrupamento “Operações extra-orçamentais”, uma vez que, em conformidade com a DGO, se preconiza que estes órgãos passem a requisitar, directa e autonomamente, as suas próprias dotações orçamentais.
46. Do referido resulta que, a maioria da despesa orçamental (59 M€, representando 58% das receitas orçamentais imputadas a “Operações extra-orçamentais”), só vai ser concretizada em 2010 mas já num quadro de revisão e de regularização que, no essencial e em substância, consiste na eliminação do agrupamento “Operações extra-orçamentais”. Na verdade, atentas as reformulações já efectuadas e, bem assim, as anunciadas pelos SAR, subsistirá por regularizar, em termos de classificação orçamental, um montante de apenas 6 M€³⁰ correspondente às transferências para os órgãos independentes com mera autonomia administrativa. Mas, mesmo esta situação será regularizada, a prazo, atenta a prevista adopção de um procedimento consensualizado com a DGO.

²⁹ Subvenções públicas para as campanhas eleitorais – 12 M€; subvenções públicas para financiamento dos partidos políticos – 17 M€; órgãos independentes – 13 M€.

³⁰ 1.ª alteração ao orçamento de 2010, aprovada pela Resolução da AR n.º 59, de 18 de Junho de 2010,



Em sede de contraditório, o CA adianta que “(...) no âmbito do OAR 2011 e OE 2011, foi já acordada entre a AR e a DGO a forma de proceder à inscrição orçamental das quatro entidades com mera autonomia administrativa (...), às quais será atribuída uma classificação orgânica individualizada, do que decorrerá a necessidade de estas entidades procederem à inscrição dos seus orçamentos no âmbito do Orçamento de Estado à semelhança do que já acontece com as entidades com autonomia administrativa e financeira (...)”.

Sistemas de gestão e de controlo

47. No que se refere à racionalização e melhoria dos instrumentos de gestão, salienta-se:

- o aperfeiçoamento, em curso, do SCAD – Sistema de Controlo de Ajustes Directos que centraliza a gestão de adjudicações por ajuste directo ao abrigo do novo CCP – Código da Contratação Pública e a contratualização da Plataforma Electrónica da AR, ferramenta essencial no âmbito dos processos de aquisição de bens e serviços e de empreitadas³¹;
- a integração no SIGAR – Sistema Integrado de Gestão das bases de dados de: gestão de stocks do economato e da livraria parlamentar; de gestão patrimonial (Imobilizado); do processamento de remunerações a deputados, gabinetes, grupos parlamentares e funcionários da AR. Saliente-se ainda o projecto “Acolhimento dos Deputados” que comporta a desmaterialização do registo biográfico dos deputados. Com esta integração, centraliza-se, num só instrumento de gestão, a contabilidade orçamental, patrimonial e analítica;
- o aperfeiçoamento do sistema de controlo biométrico de assiduidade e pontualidade, minorando os erros ocorridos nos registos. Perspectiva-se a sua futura integração no SIGAR enquanto mecanismo automático de suporte ao processamento das remunerações;
- a normalização dos circuitos e procedimentos com a adopção do “Manual de Procedimentos”³² nas diversas áreas da Divisão de Gestão Financeira da AR e a desmaterialização de documentos e simplificação dos processos, através da introdução do mecanismo de pagamento à AR através do Multibanco.

48. A auditoria comportou procedimentos de verificação da integridade da informação entre módulos do sistema informático (RH+ e GESTOR e, agora, SIGAR), estimados suficientes face aos riscos de descontinuidade no processamento de dados identificados em Pareceres anteriores. Sublinha-se que, no último trimestre de 2009 (como anunciado pelo CA, no âmbito do contraditório apresentado sobre o Parecer sobre as contas de 2008), foi efectuado o lançamento contabilístico/orçamental do SIGAR, em paralelo com o GESTOR, que permitiu identificar áreas de melhoria e o arranque definitivo, em Janeiro

³¹ Pela Nota de 20 de Junho de 2010, os SAR informam que se optou por instituir, num primeiro período de adaptação ao novo paradigma legal, um SCAD decomposto por quatro grandes categorias: empreitadas, fornecimento de bens, prestação de serviços e projectos de arquitectura e engenharia, mas que se preconiza, a transformação desta classificação para a nomenclatura do CPV – *Common Procurement Vocabulary*, aprovado pelo regulamento n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007. O processo de reclassificação está dependente dos desenvolvimentos em curso do SIGAR.

³² Aprovado pela Secretária-Geral em 3 de Julho de 2009 e que será objecto de revisão quando o SIGAR estiver a funcionar em pleno.



de 2010, dos módulos “Gestão Orçamental e Financeira”, “Aprovisionamento”, “Gestão de Stocks”, “Vencimentos”, “Gestão Integrada de Pessoal”, “Tesouraria e Homebanking”³³. Assim, à data da auditoria, foi possível verificar que entre o módulo “Aprovisionamento” e o SCAD ainda não existia interligação³⁴.

49. Os SAR não introduziram informação sobre a sua execução orçamental de 2009 no sistema informático SIGO – Sistema Integrado de Gestão Orçamental, o que se verificou em 2010³⁵, desde o início, numa base trimestral, contribuindo para a concentração da informação orçamental e patrimonial e facilitando o acompanhamento da execução orçamental de todos os serviços e órgãos do Estado.
50. Em 2009, apenas 15% (14 M€) das disponibilidades totais da AR (94,4 M€)³⁶, se encontravam depositadas no Tesouro, não se registando evolução significativa relativamente ao ano anterior. Contudo, salienta-se que, já em 2010, os pagamentos de abonos e remunerações e de bens e serviços passaram a ser efectuados através do Homebanking do IGCP e que apenas persistem três contas bancárias fora desta instituição, mas com uma função limitada e temporária³⁷.

Legalidade e regularidade das operações subjacentes

51. O exame das operações realizadas incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes na conta de gerência, de forma a determinar, com um grau de segurança aceitável, se a conta não contém distorções materialmente relevantes, tendo-se constatado que foram cumpridas as formalidades legais.

³³ Pela Nota de 22 de Junho de 2010, os SAR dão conta dos trabalhos já desenvolvidos e ainda a desenvolver. Assim, no 1.º trimestre de 2010 operacionalizaram-se os módulos SIGAR “Ajudas de Custo”, “Facturação”, “ADSE” e “Consulta avançada (Vertente Recursos Humanos)” e, àquela data, encontravam-se em desenvolvimento os módulos “Requisições”, “Integração do SIGAR com a Plataforma Electrónica de Compras”, “Consulta avançada (Vertente orçamental e patrimonial)”, “HST (Higiene e Segurança no Trabalho)”, “Gestão da Formação”, “Portal do Funcionário” e “Portal do Dirigente”.

³⁴ Designadamente na proposta de autorização para aquisição de bens e serviços, existe o campo “Somatório de Adjudicações” de preenchimento automático através do SCAD mas que, à data da auditoria, era preenchido manualmente e, posteriormente, verificado pela Divisão de Gestão Financeira (e.g. PAD n.º 3663, de 4 de Maio de 2010). Também pela Nota do Coordenador do projecto SIGAR, de 15 de Julho de 2010, se deu conta, entre outras situações, de que, pelo facto de haver descentralização, nomeadamente ao nível das aquisições, poderá existir replicação de erros ou dualidade de critérios, decorrentes do facto de procedimentos de natureza idêntica, serem realizados por intervenientes diferentes.

³⁵ Esta informação não inclui a execução orçamental inerente às transferências para as “Entidades Autónomas” a reportar por estas directamente à DGO, tendo, nesse sentido, em Janeiro e Junho de 2010, os SAR remetido ofícios dirigidos aos respectivos Presidentes.

³⁶ Inclui cerca de 52 M€ requisitados pela AR à DGO, em Novembro de 2009, a título das subvenções para as campanhas eleitorais autárquicas (cfr. ponto 38).

³⁷ Pela Nota de 22 de Junho de 2010, os SAR dão conta da manutenção de duas contas na CGD – Caixa Geral de Depósitos, uma para garantir quer pagamentos urgentes e atempados (como é o caso das ajudas de custo ao estrangeiro que são pagas antecipadamente), quer o levantamento de numerário destinado a fundos de maneo e outra para depósitos de cauções e, ainda, de uma conta no Banco BPI – Banco Português de Investimento, SA, apenas para efeitos de cobrança das guias de reposição, cujo contrato anual celebrado deve ser denunciado, nos termos contratuais, até Março de 2011.



Fiabilidade das contas

52. As contas foram apresentadas nos termos das Instruções do TC³⁸ (Mapa de Fluxos de Caixa / Conta de Gerência e documentação anexa, Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo às Demonstrações Financeiras) e, tendo em conta os resultados das verificações efectuadas, reflectem, em todos os aspectos materialmente relevantes, as operações da AR efectivamente realizadas.

DEMONSTRAÇÃO NUMÉRICA (ARTIGO 53.º, N.º 2 DA LOPTC)

53. Das operações que integram o débito e o crédito da conta de gerência de 1 de Janeiro a 14 de Outubro e da conta de gerência de 15 de Outubro a 31 de Dezembro de 2009, resulta a demonstração numérica³⁹ que se apresenta a seguir.

DÉBITO

Saldo de abertura	€ 33.565.241,68	
Recebido na gerência	€ <u>191.676.232,35</u> ⁴⁰	€ 225.241.474,03

CRÉDITO

Saído na gerência	€ 130.889.786,24 ⁴¹	
Saldo de encerramento	€ <u>94.351.687,79</u>	€ 225.241.474,03

³⁸ A apresentação das contas ao TC conformou-se às Instruções por este estabelecidas para contas abrangidas pelo POCP, publicadas no Diário da República, II Série, n.º 38, de 14 de Fevereiro de 2004.

³⁹ Corrigida da duplicação, a débito e a crédito, de € 33.565.240,68 na 1.ª gerência e de € 46.010.185,41, na 2.ª gerência. Trata-se de um mero registo no mapa da conta de gerência, resultante de terem ocorrido gerências partidas e da aplicação informática não ter sido ajustada em conformidade, e que não tem qualquer impacto sobre o saldo que transita para a gerência seguinte.

⁴⁰ Inclui € 18.334.899,99 referentes à retenção de Receitas de Estado e de Operações de Tesouraria.

⁴¹ Inclui € 17.912.841,43 referentes à entrega de Receitas de Estado e de Operações de Tesouraria.



CONCLUSÕES

54. O resultado da auditoria efectuada à conta de 2009 da AR, apresentada pelo CA, constitui, no seu conjunto, uma base aceitável para o TC formular a opinião de que esta reflecte de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, as operações realizadas no exercício.
55. A AR inscreveu no agrupamento “Operações extra-orçamentais” 101 M€ destinados às campanhas eleitorais, aos partidos políticos e aos órgãos independentes que funcionam junto da AR. Sobre esta alteração de classificação orçamental e dado que em 2008 só tinha ocorrido um registo autónomo, o TC reservou a sua apreciação para o presente parecer, em que se teve em conta que o Parecer do TC sobre as contas de 2008, por ter sido emitido em Dezembro de 2009, não teve efeito pleno em 2009 e em 2010.
- Tal procedimento, foi revisto e rectificado pelos SAR em 2010, no que se refere às subvenções públicas e transferências para órgãos independentes com autonomia administrativa e financeira. Quanto às dotações para os órgãos independentes com autonomia administrativa, a regularização, nos termos já acordados com a DGO, que, alegadamente, ocorrerá em 2011, será efectuada através da atribuição de uma classificação orgânica individualizada.
56. O SIGAR que, alegadamente, permitirá incrementar a racionalização dos processos e a qualidade dos sistemas e instrumentos de gestão e de controlo da AR, foi lançado em finais de 2009, em paralelo com o GESTOR, e, embora carecendo ainda de certas melhorias, está operacional desde Janeiro de 2010. Registaram-se também melhorias nos demais instrumentos de gestão, designadamente no SCAD e no controlo de assiduidade, e normalizaram-se e simplificaram-se circuitos, procedimentos e processos.
57. Os SAR não introduziram informação sobre a sua execução orçamental de 2009 no sistema informático SIGO, o que se verificou logo no início de 2010, numa base trimestral, facilitando o acompanhamento da execução orçamental de todos os órgãos do Estado.
58. Embora em 2009 não se tenha registado uma evolução significativa quanto às disponibilidades da AR depositadas no Tesouro, em 2010 já só persistiam três contas bancárias fora do IGCP, com uma função limitada e temporária.
59. O Tribunal regista as iniciativas do CA em matéria de acompanhamento e controlo orçamental e o empenho em prosseguir o aperfeiçoamento, a racionalização e a melhoria dos sistemas, processos e instrumentos de gestão e de controlo da AR.



DESTINATÁRIOS, PUBLICIDADE E EMOLUMENTOS

Destinatários

60. Deste Parecer e seus Anexos (contendo a resposta recebida em sede de contraditório) deverão ser remetidos exemplares ao Presidente da AR, ao Presidente do CA e aos responsáveis pela gerência de 2009.

Publicidade

61. Após serem entregues exemplares deste Parecer e seus Anexos às entidades acima referidas, será o mesmo inserido no sítio do TC.

Emolumentos

62. São devidos emolumentos nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Regime Jurídico dos Emolumentos do TC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 66/99, de 31 de Maio, com a nova redacção dada pela Lei n.º 139/99, de 28 de Agosto, no montante de € 9.469,41.



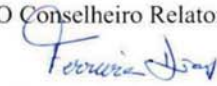
Tribunal de Contas

Tribunal de Contas, em 29 de Outubro de 2010

O Conselheiro Presidente,



(Guilherme D'Oliveira Martins)

O Conselheiro Relator,


(João Manuel Macedo Ferreira Dias)

Os Conselheiros,


(José Luís Pinto Almeida)

 (com a declaração de voto anexa)
(Manuel Henrique de Freitas Pereira)


(António Augusto Pinto dos Santos Carvalho)

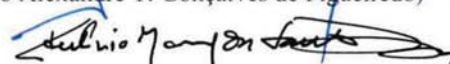

(Alberto Fernando Brás)


(José Manuel Monteiro da Silva)


(António José Avérous Mira Crespo)


(João Alexandre T. Gonçalves de Figueiredo)


(António Manuel Fonseca da Silva)


(António Manuel dos Santos Soares)

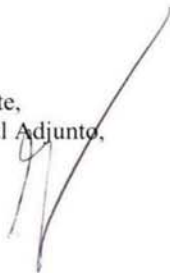

(Nuno Manuel Pimentel Lobo Ferreira)


(Raul Jorge Correia Esteves)


(Helena Maria M. de Vasconcelos Abreu Lopes)

 (com a declaração de voto anexa)
(Eurico Manuel Ferreira Pereira Lopes)

Fui Presente,
O Procurador-Geral Adjunto,





Tribunal de Contas

Assunto: Parecer sobre a Conta da Assembleia da República - 2009

Declaração de voto

Voto o Parecer, mas, devido ao facto de a correcção contabilística feita a partir do exercício de 2010, que veio ao encontro das observações que formulei na minha declaração de voto sobre o Parecer relativo à Conta da Assembleia da República de 2008, não ter ainda abrangido as “entidades autónomas” que apenas dispõem de autonomia administrativa, mantenho, nessa parte, a reserva então formulada.

Tribunal de Contas, em 29 de Outubro de 2010

O juiz conselheiro

(Manuel Henrique de Freitas Pereira)